

CADERNOS DE HISTÓRIA

**Revista do Corpo Discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto**

Artigos

Genaro Alvarenga Fonseca

Vanessa dos Santos Oliveira

Luciana P. Fagundes

Marcelo Souza Oliveira

Suianni Cordeiro Macedo

Emerson Dionisio Gomes de

Oliveira

Rafael Alves Pinto Junior

Karl S. V. S. Leão

Lamon Fernandes de

Siqueira

Ricardo Oliveira da Silva

Frederico Duarte Bartz

Vitor Henriques

Joana El-Jaick Andrade

Daniela Belo Silva

Helena Guimarães Campos

Nicélio do Amaral Barros

Cadernos de História

Revista eletrônica do corpo discente do Departamento de História
da Universidade Federal de Ouro Preto

Conselho editorial:

David Lacerda

Flávia Florentino Varella

Luiz Alberto Sales Vieira

Rafael Fani Dias Resende

Walkiria Oliveira Silva

Weder Ferreira da Silva

Conselho consultivo:

Prof^ª. Dr^ª Andréa Lisly Gonçalves

Prof. Dr Angelo Alves Carrara

Prof^ª. Dr^ª Beatriz Kushnir

Prof^ª. Dr^ª Claudia Maria das Graças Chaves

Prof. Dr Fábio Adriano Hering

Prof^ª. Dr^ª Helena Miranda Mollo

Prof^ª. Dr^ª Iris Kantor

Prof. Dr João Paulo Garrido Pimenta

Prof. José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima

Prof^ª. Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira

Prof. Dr Pedro Spinola Pereira Caldas

Prof. Dr Ronaldo Pereira de Jesus

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Prof. Dr Valdei Lopes de Araujo

Direção, Redação e Administração:

Cadernos de História

www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria

cadernosdehistoria@yahoo.com.br

Rua do Seminário, s./n.º

Mariana - Minas Gerais

35420-000

SUMÁRIO

ARTIGOS

- 4 *Aspectos da percepção do mundo barroco*
Genaro Alvarenga Fonseca
- 14 *A festa do Rosário dos homens pretos na cidade de São Cristóvão (SE)*
Vanessa dos Santos Oliveira & Verônica Maria Meneses
- 25 *De São Cristóvão para Botafogo: as festas cariocas em homenagens aos reis da Bélgica (1920)*
Luciana P. Fagundes
- 41 *História, literatura e mercado literário na Bahia oitocentista: o projeto de Anna Ribeiro Góes Bittencourt*
Marcelo Souza Oliveira
- 52 *Arte: um vestígio singular. As obras de arte e as fontes dos historiadores*
Suianni Cordeiro Macedo
- 70 *Artista romeno, arte francesa, patrimônio brasileiro: o lugar de Victor Brauner no movimento surrealista francês*
Emerson Dionisio Gomes de Oliveira
- 82 *Cidade e memória: os azulejos do Palácio Capanema como construção de um espaço simbólico*
Rafael Alves Pinto Junior
- 95 *Propaganda e cotidiano: aspectos do Recife estadonovista em 1938*
Karl S. V. S. Leão & Paulo Raphael Feldhues
- 109 *Mudanças de perspectivas: a maçonaria sob Francisco Adolfo de Varnhagen e José Honório Rodrigues*
Lamon Fernandes de Siqueira

- 120 *Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães um debate interpretativo sobre a questão agrária nos anos 1960*
Ricardo Oliveira da Silva
- 130 *A revolução cubana nos escritos da esquerda brasileira: 1960-1970*
Frederico Duarte Bartz
- 141 *Apontamentos em torno de uma racionalidade em Nietzsche*
Vitor Henriques
- 150 *O processo de modernização conservadora na Alemanha e suas repercussões sociais na transição para o século XX*
Joana El-Jaick Andrade
- 167 *A história do caminho tomado pelos resíduos sólidos urbanos em Uberlândia (MG - BRASIL): coleta seletiva, aterro sanitário e os catadores de materiais recicláveis*
Daniela Belo Silva
- 180 *Economia e trabalho nas estradas reais e nas estradas de ferro de Minas Gerais*
Helena Guimarães Campos
- 208 *Relações políticas e des(envolvimento) regional: uma análise do comportamento dos setores industriais de Juiz de Fora e Belo Horizonte entre 1925 e 1940*
Nicélio do Amaral Barros



Paul Klee - Rising Sun (1919)

Joan Miro - Nocturne (1940)



Aspectos da percepção do mundo barroco

Resumo

Graduado em História pela UNESP; Doutor em Psicologia pela USP e professor bolsista (FHDSS/UNESP) da graduação em História - Campus de Franca (SP).
gafonseca@uol.com.br

Neste artigo procuramos apresentar a conjuntura na qual o estilo de arte barroco desenvolveu-se na antiga Vila Rica. Para tanto, reportamo-nos aos momentos históricos que delinearão a estrutura mental do homem da época, o que nos permitiu perceber quais seriam os aspectos mais relevantes a serem captados por sua visão de mundo. Sendo o barroco mineiro um estilo marcadamente religioso, analisamos a forma com que conseguiu captar e, principalmente, exteriorizar a espiritualidade, presente em todos os momentos da vida dos habitantes da região mineradora. Os aspectos psicológicos da arte barroca em Minas Gerais definem-se pela intencionalidade de suas expressões, ou seja, os sentimentos da época são perfeitamente expressos pelas cores e imagens de suas manifestações.

Palavras-chave: Barroco mineiro. Aspectos psicológicos. História colonial.

Abstract

In this article we tried to show the conjuncture where baroque style took place in Vila Rica. For that, we mentioned the historical moments that built up the mental pattern of period's man, what focused us in the most relevant aspects of his conception of the world. Being Minas Gerais' baroque remarkable a religious style, we analyzed the form in which it captured and, mostly, externalise the spirituality, with a role in each moment of miner population's life. The psychological aspects of Minas Gerais' baroque art define itself by its expression's willfulness, or, the feelings of the period are perfectly expressed by the colours and images of its manifestations.

Key-words: Minas Gerais. Baroque. Psychological aspects. Colonial History.

As ações que revelam o homem como ser-no-mundo e suas vinculações produzem constantes vínculos ao longo de sua história, estabelecendo uma intensa relação com o universo que o circunda. A vida do indivíduo encontra-se suspensa intensamente em uma teia emaranhada, onde seu destino funde-se com a história (Penna, 1991). Este, por sua vez, não é um agente passivo, mas um construtor ativo de significados que influenciarão outros indivíduos, e assim sucessivamente. Sob o ponto de vista histórico e antropológico, o homem sempre sentiu a necessidade de marcar sua presença no mundo; este anseio existencial é expresso pelo senso de percepção, o qual atribui existência somente ao que é percebido, sentido e, por conseguinte, lembrado pela memória. No processo de construção da humanidade, o homem, fatalmente desenvolve um “diálogo” com o mundo; este diálogo, recheado de reflexões, é expresso em uma linguagem própria, capaz de centrar os sentidos competentes com o intuito de apontar as ações relativas aos significados a serem expressos.

As tentativas de explicar estes movimentos podem cair em conceitualizações reducionistas, sistemas ou superestruturas sintetizantes. Não estamos, em absoluto, denegando estas sistematizações, mas a relação entre ações e significados pode, por vezes, ser tão profunda quanto efêmera dentro de um mesmo sistema; assim, é de suma importância que levemos em conta a questão das persistências. No caso de nosso estudo a respeito da percepção dos aspectos psicológicos das imagens alegóricas do Barroco, faz-se evidente que a sucessão de imagens alegóricas barrocas faz alusão desde aos antigos cultos agrários até à exposição da máquina administrativa portuguesa, tudo isso envolto na roupagem da devoção cristã.

O mais importante é, portanto, a questão da identificação: o homem tem a necessidade de encontrar sua própria essência em tudo que vê (GADAMER, 1997) e, mais ainda, de expressá-la em tudo que o cerca. Ao realizar esta tarefa, sente-se pertencer a algum lugar; fazer parte; estar inscrito – enfim, *ser*. Expressar-se no mundo representa a capacidade de transcender – rescindindo as barreiras que os significados outorgados impõem – e, em última instância, romper o silêncio. Para isto faz-se necessário despertar o poder de representação intrínseco nos fenômenos a serem demonstrados (obviamente, esta é uma de suas características natas), a fim de que estes possam revelar seus matizes mais significativos, e, principalmente, mais perceptivos em sua realidade. A capacidade expressiva dos fenômenos é sem dúvida ilimitada, mas o que nos interessa no momento é investigar a operacionalidade da expressão de suas imagens. Sabemos que dentro do contexto histórico, estas se apresentam em planos sucessivos, perceptivos ou não aos olhos que os vêem.

A questão é, pois, desvendar a intencionalidade que o fenômeno estudado nos mostra ou nos oculta e, assim, realizar o trabalho de “esculpir” a imagem, com a finalidade de despertar o apetite perceptivo. Sob este aspecto, temos que mencionar o equívoco que consiste em se tratar a arte barroca como exagerada e redundante. O Barroco e seus movimentos, mormente em Minas Gerais, executaram seu papel na medida exata do contexto em que se inseriam. Cada uma das expressões barrocas atingiu o objetivo de dar voz ao segmento que representava, sendo esta uma fórmula eficaz de “romper os silêncios” que pairam em algumas lacunas do período colonial no Brasil.

O nebuloso estilo Barroco surge em um encadeamento de fatos e conjunturas tão conturbado e difuso quanto sua própria essência. Segundo o dicionário português Caldas Aulete (1972), esta denominação refere-se a *penedo pequeno e irregular*; pérola irregular. Notamos, assim, que a acepção de irregularidade une estes dois termos (penedo e pérola). Há também a curiosa observação de D'Ors ao fazer referência à clássica sentença enumerativa das figuras silogísticas: *Cesare, Camestres, Festino, Baroco*, no intuito de deixar transparecer que a palavra em si não possui significado algum, anteriormente à denominação da escola de pensamento e arte. O conceito de Barroco, tal como é, por definição relativamente recente, devemos a Wolfflin, que sistematizou o uso do termo e o introduziu na história da arte, com a finalidade de definir o movimento artístico pós-renascentista, marcado por um estilo dinâmico, em que o equilíbrio das formas era substituído pelo movimento das massas e pelo policromatismo, como afirma Hauser:

Desde el Gótico se fue haciendo cada vez más complicada la estructura de los estilos artísticos; la tensión entre los contenidos psicológicos se hizo de día en día mayor, y de acuerdo con esto los diversos elementos del arte se conforman cada vez más homogéneamente (HAUSER, 1969: 98).

Sabemos que um movimento artístico é um fenômeno intimamente ligado à conjuntura mental de seu tempo. Assim, o Barroco soube expressar regidamente todo o impacto com que os conflitos religiosos da Contra-Reforma e o capitalismo nascente incidiram sobre a mente e a imaginação dos homens da época. Neste sentido, o Barroco nasce como fruto expressivo de uma nova sensibilidade, originada na Itália no século XVI, e, posteriormente, empregada como expressão plástica do pensamento desenvolvido pelo Concílio Tridentino, concebido como um

(...) conclave para a revisão dos dogmas e para a organização eclesiástica, mas também como um congresso destinado, sobretudo, a uma ampla revisão cultural, do qual resultaram, como se conclui historicamente, diretrizes que orientaram significativa parcela da criação e da expressão cultural dos tempos seguintes (MACHADO, 1967: 45).

Seria, porém, deveras simplista considerar o Barroco exclusivamente como a arte católica da Contra-Reforma. Sua amplitude disseminou-se por toda a Europa, incluindo os países protestantes, onde a burguesia luterana encontrou na expressividade barroca uma linguagem capaz de expor seus sentimentos e anseios. Assim, a partir do século XVII, a sensibilidade adquire novos limites de definição, motivada pela manifestação livre da personalidade, apta a esboçar contornos subconscientes como produtos da “massa de sentimentos” e impulsos obscuros, geradores de visões oníricas. A liberdade inerente ao estilo Barroco foi capaz de exprimir estes anseios, traduzindo por meio das expressões artísticas as emoções sentidas, mas não reveladas pelo indivíduo da época.

O Barroco é, portanto, livre, despossuído de regras, “é irracional e contraditório”, apresenta uma multiplicidade de objetivos difusos imbuídos de oposições imanentes, sem intenções explícitas, possibilitando, desta forma, uma multiplicidade de visões do mesmo objeto. Os contornos barrocos são por natureza incongruentes; movimentam-se em planos obscurecidos pelas sombras, revelados por feixes dúbios de luz, que, ao invés de transparecer clareza, expõem mistérios

e excitam a imaginação. Podemos analisar estes fatos ao observarmos algumas obras de Rembrandt, tais como *Lição de Anatomia* ou *A Ronda Noturna*. A conotação sombria da arte barroca contrapõe-se à nitidez. A intenção era, portanto, deixar transparecer o aspecto nebuloso e opaco da alma, como fruto de perscrutações cartesianas da mente, em face ao momento filosófico vivido naquele tempo. O gosto pelo mistério e pelo sobrenatural explora os segredos e a grande quantidade de estados psicológicos antes intocados: a sensatez das formas é sacrificada em detrimento à intensidade de sentimentos que provoca. A prodigalidade da existência nas figuras manifesta o desejo afoito de vida; os artistas atiram-se aos temas, ao invés de estudá-los minuciosamente; o resultado, no entanto, é surpreendente, e até mesmo perturbador. A intenção era, pois, recriar o real, dar-lhe novos contornos, tal como o pensamento da época imprimia nas ações novos direcionamentos. Para isto utilizou-se uma linguagem alegórica que foi impressa em praticamente todas as manifestações artísticas da época. Esta forma de expressão possuía a capacidade de ser compreendida e sentida por todos que compartilhavam o olhar comum na conjuntura onde estava inserida.

A alegoria é tão antiga quanto o próprio homem. Diferentemente da linguagem convencional, é capaz de vivificar o significado intrínseco dos sentimentos. Muitas vezes a alegoria não pode ser expressa em palavras, e, por isso, recorre a metáforas visuais ou mesmo sonoras. Segundo o dicionário Caldas Aulete (1974: 146), a alegoria pode ser definida como uma “(...) espécie de metáfora continuada, que exprime uma coisa diferente da que diretamente se anuncia”, ou, ainda, como uma “composição que represente uma idéia abstrata por meio de figuras escolhidas e dispostas de modo que a façam compreender” (CALDAS AULETE, 1974: 146).

A maneira de anunciar indiretamente um significado traz certa “magia” ao sentido estrito do termo, atribuindo-lhe uma aura de mistério e acepção hermética, captada antes pela sensibilidade que pela razão. A alegoria, portanto, segundo Hansen (1986), possui uma dimensão retórica e uma hermenêutica, ou seja, o significado do termo pode ser exaltado ou interpretado. Isto pode parecer ambíguo, mas quem pode nos assegurar a finalidade última de qualquer significado lingüístico? Quantas podem ser as interpretações dos sentidos movidos pela sensibilidade?

O mais extraordinário, no entanto, é que todas as formas de representações alegóricas possuem a capacidade de fazer-se compreender por sua expressividade, pois do contrário perderiam o sentido, segundo afirma Hansen:

Genericamente, a alegoria dos poetas é uma semântica das palavras, apenas, ao passo que a dos teólogos é uma semântica de realidades supostamente reveladas por coisas nomeadas por palavras. Por isso, frente a um texto que se supõe alegórico, o leitor tem dupla opção: analisar os procedimentos formais que produzem a significação figurada, lendo-a apenas como convenção lingüística que ornamenta um discurso próprio, ou analisar a significação figurada, nela pesquisando seu sentido primeiro, tido como preexistente nas coisas e, assim, revelado na alegoria (HANSEN, 1986: 2).

A acepção da linguagem alegórica é, portanto, bastante incisiva em seu meio. Notamos, por exemplo, que a arte e a linguagem de culturas ocidentais, tais como a chinesa e a indiana, apresentam algumas figuras ricas em simbolismos que, entretanto, para nós, não demonstram mais

que belos lirismos: isto se dá pelo fato de estarmos distantes de sua conjuntura. Assim sendo, podemos inferir que a construção das alegorias está intimamente ligada à elaboração das metáforas da memória histórica. Todos os elementos constitutivos da linguagem alegórica estão, de certa forma, relacionados à estrutura mental de quem os elabora. Podemos observar que as expressões metafóricas trazem em seu seio traços profundos de lembranças e imagens guardadas na memória coletiva, que são, através das alegorias, reavivadas, perfazendo um sentido novo para o momento no qual são anunciadas. Le Goff afirma que “certos aspectos do estudo da memória, em qualquer uma destas ciências, podem evocar de forma metafórica ou de forma concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social” (LE GOFF, 1996: 423).

A memória tem o poder de guardar momentos que somente podem ser resgatados e entendidos – ou melhor, sentidos – por meio de conotações alegóricas. Os textos religiosos estão repletos de exemplos conotativos, talvez com o intuito de superlativar seu significado estrito, ou mesmo de cavar sulcos profundos nas lembranças, evitando o esquecimento. As escrituras judaicas, cristãs ou muçulmanas possuem um caráter nitidamente mnemônico, sob os aspectos tanto doutrinal como preletivo. Dentro deste contexto, as alegorias contribuem para ativar a memória, pois o esquecimento significaria a morte. É interessante observarmos que a riqueza cultural influencia diretamente na abundância e no direcionamento dos elementos alegóricos.

Desta forma, a alegoria barroca é surpreendente e inconfundível; no entanto, apresenta matices diferenciados, revelando os traços da estrutura mental do momento em que era produzida. O Barroco europeu é, sem dúvida, muito mais denso e mórbido que o estilo propagado na América católica, e, particularmente, em Minas Gerais, cujo barroco apresentava uma singularidade própria, altamente representativa e vivaz, denotando esperança e sinceridade na forma de expressar a alegria de viver e o agradecimento a Deus pelas benesses concedidas. Observa-se, assim, uma estreita consonância entre a estrutura mental e a conjuntura da linguagem alegórica.

A estética barroca, estendendo-se muito além do plano exclusivamente artístico, pretende estabelecer uma redefinição da ordem natural; a expressividade da natureza não bastaria, isto é, seria insuficiente para expor sua torrente de sentimentos e impressões. O belo platônico cede ao exagero, a consciência da brevidade da vida gera uma “glutonaria” apta a devorar o que pode ser captado pelos sentidos. O corpo expresso pelo barroco é vivo, transfigurado de vivacidade; o sangue pulsa nos corpos inflados das figuras das mulheres e querubins, assim como nas veias das estátuas dos Passos da Paixão esculpidos em Congonhas pelo Aleijadinho. Da mesma forma, o sangue do Cristo flagelado exibe em sua face cores fortes e expressivas, proclamando um sentimento de triunfo diante da dor e da morte.

Além das figuras humanas, também a natureza era prodigalizada, e adquiria personalidade própria, reforçando os sentimentos descritos nas paisagens. Alguns símbolos da Antigüidade – como a cornucópia – renasceram para reforçar a idéia de abundância, regurgitando frutos suculentos e ouro. O cenário deste movimento do século XVII na Europa, e do século XVIII em Minas Gerais, representa, em seu aspecto mais íntimo, um mundo imaginário direcionado por sentimentos ferozes e exacerbados, devido à grotesca intensidade de expressões de concupiscência de um mundo que existiu quiçá na imaginação de todos os homens de seu tempo e que foi

captado pelos artistas.

O universo barroco une-se por anéis invisíveis e inquebrantáveis, ligando os seres das representações artísticas em uma fusão de corpos, na qual nenhum item pode ser separado do todo sem sacrificar-se a composição original. Assim sendo, todo o arranjo esboça-se como uma expressão fluida, representada por contrapostos contingentes, como seiva e sangue; luz e sombras. A agitação que acompanhou o momento barroco tanto na Europa quanto em Minas presentifica-se nas mais variadas formas artísticas, por meio de movimentos que quebram a sua simetria, e o equilíbrio oblíquo das figuras em oposição circula em uma multiplicidade de planos profundos, como em um cortejo ou desfile teatral das formas e expressões. A noção de espaço barroco distancia-se do universo ptolomaico: os artistas deste tempo transmitem uma força renovadora, dentro de um espaço infinito e atemporal, aproximando-se da cosmologia de Pascal, descrita por Hauser:

El hombre se convetió en un factor pequeño e insignificante en el nuevo mundo desencantado. Pero lo más curioso fue que ante esta nueva situación, adquirió un sentimiento nuevo de confianza en sí mismo y de orgullo. La conciencia de comprender el Universo, grande inmenso, implacablemente dominador, de poder calcular sus leyes y con ello de haber vencido a la Naturaleza, se convirtió en fuente de un ilimitado orgullo hasta entonces desconocido (HAUSER, 1969: 107).

A visão de mundo desvinculada de cânones aristotélico-tomistas presenciada na arte barroca influi-lhe ares de irracionalidade; o desprezo pela linearidade possibilita a exposição de movimentos contorcionistas, sobrepondo formas sobre formas, preenchendo todos os espaços vazios. A articulação das figuras se expressa como uma dança de contrários, entre luzes e sombras, apinhando-se no contexto expresso na obra.

As igrejas barrocas de Minas Gerais, particularmente Nossa Senhora do Pilar, exibem um cenário composto por uma vastidão de elementos alegóricos, dispostos em ordem hierárquica desde os santos em seus altares até os grifos equilibrados em suas cornijas. No intuito de alentar ainda mais a força de seu simbolismo alegórico, o pavilhão barroco é povoado por uma fauna exótica, proveniente da Ásia e da América, ou até mesmo da imaginação, além de seres sobre-humanos, como anjos, arcanjos e querubins.

Outro elemento extremamente significativo pode ser encontrado na inserção dos deuses mitológicos. Sabemos que estes já estavam presentes na arte cristã desde o Renascimento, mas, na perspectiva barroca, os deuses pagãos revivem e esbanjam suas personalidades arquetípicas, personificando as paixões da alma. Durante o desfile do Triunfo Eucarístico que ocorreu em Vila Rica em 1733, eles aparecem em cortejo simbolizando os planetas, trajados segundo a individualidade que se atribuía a seu caráter intempestivo, como podemos perceber na narrativa de Simão Ferreira Machado:

Todas estas magestosas figuras dos Planetas pela memória da Divindade, que nelles adorava o fingimento da antiga idolatria, eraõ glorioso triunfo do eucharistico Sacramento; que como no feliz século da Redempção humana foy alcançado pelo mesmo Senhor Sacramentado; se via agora renovado na memória, e figura renovado para estímulo da

publica veneração desta christandade, e mayor gloria do mesmo Senhor (MACHADO 1967: 246).

O Barroco não se restringe às artes plásticas, mas expande-se a todas as manifestações apreendidas pelos sentidos; a literatura e o teatro sobrecarregam-se de uma linguagem rebuscada, na tentativa de avivar os sentimentos abrigados nos recônditos da alma. O público, por sua vez, habituado à expansão de emoções exacerbadas, aplaude com veemência. O fim triste das tragédias, assim como a hilaridade grotesca das comédias, conduzem, por meio de seus personagens estereotipados, a gargalhadas e lágrimas, elementos indispensáveis no teatro shakespeariano e nas comédias de Molière. Notamos assim uma complementaridade entre as formas de expressão artísticas e as representações do gênero humano. Os artistas desta época souberam traçar magistralmente perfis caricaturais extremamente expressivos, capazes de apreender toda a sutileza da personalidade humana que somente a arte pode captar.

A vida no universo barroco buscava o exótico na arte, no mobiliário, na arquitetura, no exagero de minúcias, no luxo, no vestuário pródigo e, principalmente, na maneira de entender e viver o cotidiano, tal como a representação de uma peça teatral da existência humana. O historiador Barbosa Filho nos dá o seguinte exemplo:

O drama Barroco – o teatro – é a representação superior desta inquietação espiritual e sensorial, desta visão angustiante e evanescência de significados. A própria religiosidade torna-se teatral, com as procissões cada vez mais solenes e enfeitadas, com a representação dos episódios da Semana Santa e da crucificação de Cristo, as cerimônias fúnebres misturam fausto e tristeza (...). Mas o drama Barroco não é só religioso. É uma sensibilidade global e histórica que encontra no teatro uma forma perfeita de manifestação (BARBOSA FILHO, 2000: 330).

Agarrar-se à intensidade da vida fugidia implicava na exploração exacerbada dos sentidos; a gula pelo prazer, pelo belo e a ostentação fazem parte integrante deste universo extravagante, que firmou raízes profundas no novo mundo, e, principalmente, em Minas Gerais no *século do ouro*.

A implantação de elementos fundamentais da civilização lusitana no Brasil visava, em última instância, a uma forma eficiente e segura de dominação. A consolidação e a absorção de valores da cultura portuguesa pelas “gentes do Brasil” gerariam um sentimento de inclusão mais eficaz que políticas tirânicas e nacionalistas. Deste modo, podemos perceber claramente os esforços para a implantação de instituições culturais ibéricas no Brasil com este fim. As manifestações artísticas e religiosas, assim como as estruturas mentais aqui produzidas, reeditavam, de certa forma, os moldes da matriz européia. Todavia, a proibição da instalação de ordens religiosas em Minas Gerais possibilitou maior liberdade da iniciativa leiga, no sentido de organizar a seu gosto próprio a manifestação de sua espiritualidade. As associações religiosas mineiras, confrarias e irmandades faziam-se expressar no cenário no qual estavam inseridas, propagando seus valores próprios e revelando sua identidade dentro dos cânones permitidos pela rígida estrutura social da época. Estas irmandades, pois, a partir dos pressupostos de um modelo altamente expressivo como o Barroco, desenvolveram seus padrões particulares de representatividade.

Assim, o Barroco mineiro assume feições próprias, demonstrando sua grande originalidade em relação à Europa e mesmo ao resto do Brasil. Distante das barreiras culturais européias e mesmo das malhas inibidoras da Inquisição, que lhe impunham limitações, este estilo pôde desenvolver-se na região mineradora, e expressar todos os sentimentos de liberdade que lhe são próprios. A estrutura social e mental mineira do século XVIII, por meio de sua excentricidade, foi responsável pela definição dos contornos deste estilo. A prodigalidade das minas engendrou abundância de ouro, de criatividade e de material humano, personificado em uma legião de artistas e artífices mulatos que estampavam nas artes sua personalidade e exprimiam seu cotidiano no cenário e nas figuras barrocas que povoavam o universo mineiro da época.

O Barroco em Minas possui, por essência e particularidade, um caráter popular, capaz de expressar sentimentos e emoções inteligíveis por todas as camadas sociais, diferentemente das manifestações artísticas renascentistas e clássicas. Sua grande habilidade de expressão, decorrente do impacto visual que provocava, esboçava-se por meio de estímulos capazes de comover e atrair o povo. A exemplo disso, podemos citar as inúmeras procissões que ocorriam durante todo ano, tais como Corpus Christi e as celebrações do ano litúrgico, além manifestações de grande magnitude, como o Triunfo Eucarístico, o Áureo Trono Episcopal e as Exéquias de Dom João V, entre outras. O Barroco possui a habilidade de captar e expressar o “espírito” de seu tempo; suas impressões impregnadas em Vila Rica nos expõem claramente os ciclos de sua ascensão e decadência (ÁVILLA, 1967). A propriedade barroca de exposição de contrastes demonstra que estes estão mais presentes em Minas Gerais que em qualquer outro lugar, e são estes os agentes modeladores não só das manifestações estéticas, mas também da formação da mentalidade da época.

A multiplicidade de contrastes exhibe-se nas festas religiosas de Vila Rica, onde todos os estratos da população fazem-se representar; nelas, a alegoria torna-se a fórmula mestra de expressão. Como o Barroco não admite parcimônia, nem é um estilo que privilegia a solidão, não acolhe manifestações circunspetadas com bons olhos. Neste contexto, as irmandades funcionavam como vínculos mediadores entre o individual e o coletivo. Todas as fases da vida do sujeito eram compartilhadas e, sobretudo, festejadas no seio destas associações, que possuíam inclusive o dever de exteriorizar e mostrar para toda a sociedade os fatos mais marcantes da vida de seus confrades, que se estendia do nascimento à morte.

Nesta conjuntura, a festa barroca converte-se em um grande teatro popular, exteriorizando todos os seus elementos, mostrando não apenas as nuances do mundo real, mas todos os contornos do imaginário. A riqueza e a complexidade das manifestações festivas não escondem nada: tudo é exposto, estilizando, desta maneira, o real na confluência de olhares. A rígida estrutura social de Vila Rica não apenas definia status e papéis sociais, mas também estabelecia diferenciações abissais tão profundas entre as camadas da população que possibilitavam a criação de universos vivenciais e mentais muito distintos. Os brancos, mulatos e negros, escravos ou forros, percebiam e expressavam o mundo da maneira que o compreendiam a seu modo; no entanto, esta multiplicidade de visões fundia-se em um todo harmônico, próprio do universo barroco, expresso em suas manifestações. A conjunção destes fatores pôde ser observada na festa do

Triunfo Eucarístico (Vila Rica, 1733), onde a aparente heterogeneidade de seus elementos representativos aglutinava-se em um complexo amálgama, gerado pela multiplicidade de estilos e visões estilizadas, criando uma atmosfera irreal e insólita, própria do momento.

As terras mineiras apresentavam, portanto, um terreno fértil para a germinação das idéias e pensamentos barrocos, pela maneira própria de ver, de sentir e, conseqüentemente, de expressar-se. Desta forma, o estilo moldado em Minas Gerais apresenta-se como um barroco tardio em relação à Europa, que já respirava ares clássicos.

Daí o aspecto espetaculoso que assumiam as principais celebrações litúrgicas, quando toda a população das vilas mineiras parecia tomada de um êxtase ao mesmo tempo festivo e religioso, bem ao feitio de uma alma originariamente barroca. Nestes freqüentes momentos de suspensão da faina mineradora, podia-se sentir, no ambiente meio feérico dos templos revestidos de ouro, entre os acordes de música sacra e as imagens rebuscadas dos sermonistas, como o homem das Minas ainda estava preso ao estilo de vida barroco (ÁVILA, 1967: 8).

O aspecto espetacular e teatral das celebrações litúrgicas não destituía, no entanto, o caráter místico e devoto dos eventos; ao contrário, a grande expressividade reflexiva dos sermões, assim como a sensibilidade desperta pela música e a ousadia visual constituíam elementos fundamentais capazes de enaltecer os corações dos homens, considerados brutos e violentos pelas autoridades da época.

As procissões que eram bastante freqüentes e populares podem ser entendidas como manifestações coletivas da “alma barroca”; além de exporem o louvor religioso, elas funcionavam como demonstração da ostentação característica de *status* social. A pompa com que eram realizadas todas as cerimônias traduzia o desejo de ostentação alimentado por toda a sociedade da época. Nenhum evento poderia parecer simples demais a ponto de não merecer ser exteriorizado, como afirma Campos: “Antes, porém, é bom retomar o sentido original da palavra ‘pompa’. De origem grega *pompé*, detinha o sentido de procissão. Em latim continuou traduzindo essa idéia de cortejo e séqüito. Significou também exterioridade e aparência e, ainda, luxo e gala” (CAMPOS, 1986: 5).

As irmandades encarregavam-se, mediante seus recursos e relevância, de proclamar os momentos mais significativos. Desta forma, em Vila Rica, a questão da privacidade era deixada em segundo plano: o individual era sacrificado em detrimento do coletivo. Vemos, desta maneira, que o Barroco mineiro desenvolveu-se para dar suporte às aspirações da população mineradora; os templos, a princípio simples, adquirem suntuosidade à medida que o fluxo aurífero aumenta e, da mesma forma, o estilo de vida torna-se mais sofisticado e a malha social, mais complexa.

Podemos dizer, então, que o aprimoramento deste estilo traduz em Minas Gerais, de maneira subjetiva, todo o histórico de seu trajeto. Tal conjuntura pode ser considerada relativamente curta: em menos de um século, percorreu da gênese à decadência. Contudo, os homens deste tempo percebiam de alguma forma o sentido de efemeridade. O próprio Barroco possui um forte senso de escatologia; assim sendo, não se economizavam ouro nem disponibilidades no afã ostentatório. A brevidade da vida mostrava a inutilidade do ouro diante da eternidade e essa

certeza da finitude poderia justificar o sentimento de imediatismo, que comportava o ímpeto de enriquecimento, o desejo de luxo e a ostentação. Estes aspectos psicológicos poderiam ser observados na sociedade como um todo e em todos os momentos da vida dos homens da época, consolidando, assim, uma percepção especial de mundo que não podemos deixar de considerar, pelas suas raízes, “irregular” e “rara”, ou seja: barroca.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil*. Introdução e vocabulário por Alice Canabrava. São Paulo: Nacional, 1967.

ÁVILLA, A. *Resíduos seiscentistas em Minas*. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1967. 2 v.

BARBOSA FILHO, R. *Tradição e artifício: iberismo barroco na formação americana*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

CALDAS AULETE. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1974. 5 v.

CAMPOS, A. A. *A vivência da morte na capitania das Minas*. 1986. 209 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1986.

CARRATO, J. F. *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça*. São Paulo: Nacional, 1963.

GADAMER, H. G. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Maurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

HANSEN, J. A. *Alegoria: construção e interpretação da metáfora*. São Paulo: Atual, 1986.

HAUSER, A. *Historia social de la literatura y del arte*. Madrid: Guadarrama, 1969. vol.II.

MACHADO, L. G. *Barroco mineiro*. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1969.

NEVES, J. *Idéias filosóficas no barroco mineiro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

PENNA, Antonio Gomes. *História das idéias psicológicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SALLES, F. T. de. *Associações religiosas no ciclo do ouro*. Belo Horizonte: UFMG/ Centro de Estudos Mineiros, 1963.

TINHORÃO, J. R. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Edições 34, 2000.

VASCONCELLOS, D. de. *História média de Minas Gerais*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

A festa do Rosário dos homens pretos na cidade de São Cristóvão (SE)

Resumo

Vanessa dos Santos Oliveira: Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestranda em Sociologia (NPPCS/UFS).

Verônica Maria Meneses Nunes. Licenciada em História pela Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

As irmandades foram no Brasil os principais veículos de difusão do catolicismo popular, contribuindo para a manutenção do culto, assistência material e espiritual da população. Caracterizado pela devoção/promessa, esse modelo de catolicismo tinha nas festas aos santos um dos mais importantes momentos da religiosidade popular. Nesse sentido, este artigo faz uso da contribuição de fontes primárias para perceber as mudanças ocorridas na festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário durante o século XIX e início do século XX.

Palavras-chave: São Cristóvão. Irmandade. Festa.

Abstract

The brotherhoods in Brazil were the main diffusers of the popular Catholicism contributing to maintenance of the cult, material and spiritual assistance of population. This Catholicism marked for devotion/promise had in the parties to saints one of more important moments of the popular religiosity. Therefore, this article uses the contribution of the primary documentation to perceive the changes in the Rosário's party during the century XIX and the beginning of the century XX.

Key-words: São Cristóvão. Brotherhood. Party.

Introdução

A igreja luso-brasileira foi implantada sob a égide do modelo da cristandade medieval, tendo como uma de suas principais características o aspecto da devoção-promessa aos santos que se insere no catolicismo tradicional e popular. Segundo Oliveira, Valle e Antoniazzi (1978: 23), o catolicismo popular pode ser definido como o conjunto de todas aquelas práticas religiosas da população católica que não se enquadram naquilo que é oficialmente proposto pela hierarquia da Igreja, ou seja, a maneira pela qual o povo pratica seu catolicismo.

Nesse contexto, a religiosidade da população se expressava na vida privada por meio do culto doméstico realizado nos oratórios ocupados pelos santos de devoção familiar. Entretanto, o que era mais importante era a existência de uma expressão religiosa exterior, marcada pela teatralização num momento em que ser católico era uma norma¹. O culto exterior se realizava nos santuários dedicados a santos de grande devoção popular, e estava voltado para um público regional ou local, tendo como centro da vida religiosa as capelas que se proliferaram no Brasil graças à ação das irmandades e confrarias (OLIVEIRA, 1997).

As irmandades, santas casas e ordens terceiras, remanescentes das corporações de artes e ofícios da Europa na Baixa Idade Média, surgiram entre os séculos XII e XV. A meta inicial era congregar fiéis em torno da devoção de um santo escolhido como padroeiro, obedecendo às regras contidas no compromisso que determinava objetivos, modalidades de admissão, deveres e obrigações. Após sua aprovação, os irmãos deveriam venerar o padroeiro, promover seu culto e festa além de ter igreja que os acolhessem.

Essas associações de leigos constituíram uma força auxiliar do Estado e da Igreja dentro do Império Ultramarino português, desempenhando funções que lhes cabiam, tais como o assistencialismo espiritual e social da população (BOSHI, 1986: 14). Neste sentido, serviam de instrumento de divulgação dos rituais e sacramentos da Igreja contribuindo para a difusão do catolicismo popular, para a construção de capelas e para a sustentação do culto, através da organização de missas, festas religiosas e procissões para os santos padroeiros, bem como a realização dos rituais fúnebres no falecimento dos confrades. No que se refere aos serviços de ordem social, prestavam auxílio financeiro aos interessados, mantinham hospitais, asilos, cemitérios e orfanatos. Esses papéis revelam a deficiência de ambas as instituições no cumprimento de suas obrigações junto aos seus súditos e fiéis sendo conferidos aos leigos a responsabilidade e o ônus da assistência pública e espiritual (REIS, 1991: 51).

O presente artigo pretende analisar a contribuição de duas fontes primárias de cunho oficial e memorialístico para a compreensão das transformações ocorridas na festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário, promovida pela Irmandade dos Homens Pretos do Rosário na cidade de São Cristóvão-SE, durante a segunda metade do século XIX e início do XX.

1. Embora a Inquisição portuguesa nunca tenha se instalado no Brasil, sua ação desempenhou um verdadeiro poder repressivo ao lado do rei e do clero gerando um clima de repressão aos “desviantes” que contribuiu para a imposição do catolicismo como religião hegemônica. Sobre esse assunto, ver HOORNAERT, Eduardo. Formação do Catolicismo Brasileiro: 1550-1800. 3a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

O campo religioso cristovense

A experiência religiosa do Sergipe no século XIX se enquadrava-se nos moldes do chamado catolicismo tradicional e popular, marcadamente devocional e de cunho familiar. A Província vivia dias de prosperidade auferida pela exportação do açúcar, que desde a segunda metade do século XVIII tornara-se seu principal produto, acompanhado por outros de menor expressividade como aguardente, algodão, tucum, farinha de mandioca, couros, solas, fumo, arroz e gado (carne e montaria). Contava com a cidade de São Cristóvão, as vilas de Santa Luzia do Itanhi, Thomar, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro, Vila Nova e Propriá e as missões de Água Azeda, Pacatuba, Japarutuba e São Pedro (SOUZA, 1878; NUNES, 1996).

Luís Mott (1986) sugere que a população sergipana nesse período era de 115.418 habitantes, sendo composta por 22.055 brancos (19,11%), 51.067 pardos (44,24%), 1.500 índios (1,30%) e 40.796 pretos (35,35%). A parcela da população classificada como pretos era relevante, representando 35,35% dos habitantes da Província. Dentre os 40.796 pretos, 62,46% eram escravos. A população “de cor” constituía a principal fonte de preocupação para a sociedade sergipana².

A cidade de São Cristóvão era o centro religioso e burocrático da Província. Nela estavam localizados a sede do vigário-geral e os conventos dos carmelitas e franciscanos além de abrigar como capital até 1855 as autoridades responsáveis pelo funcionamento do aparato político-administrativo (NUNES, 1996).

De acordo com os estudos sobre a cidade, a partir da transferência da capital para Aracaju, São Cristóvão teria perdido a efervescência própria de centro urbano que lhe era peculiar. De acordo com Galvão Júnior,

De imediato, há o esvaziamento do casco urbano. Assim como o silêncio nas músicas pode ser eloqüente, nos ambientes carregados de atividades, rituais e poderes, as ausências podem ser tão eloqüentes quanto traumáticas para aquela comunidade. Com certeza não foi fácil testemunhar tal esvaziamento e abandono ainda que gradual, de sorte a permitir à cidade visualizar alternativas de sobrevivência (2006: 16).

Todavia, baseado em fontes primárias este estudo revela a importância da cidade para o cotidiano religioso e festivo do Sergipe, mesmo depois da transferência da capital.

Desde cedo era significativo número de igrejas e capelas presentes no universo religioso local. Os leigos se organizavam nas irmandades ou confrarias e reconstituíam, no campo do sagrado, a estratificação presente na sociedade pois, brancos, pardos e pretos ocupavam locais distintos na estrutura social. Segundo o historiador João José Reis (1996: 5), a distinção étnico-nacional constituía a lógica das confrarias no Brasil. As de brancos poderiam ser de portugueses ou brasileiros enquanto que aquelas dedicadas à população negra poderiam se subdividir entre os africanos e tinham como critério para a adesão a etnia, ou ainda a diferenciação entre os africanos e os nacionais.

2. Como mostrou Manuela Carneiro da Cunha (1985), essa era uma tendência presente em todo o país, onde até a abolição a população livre excedia a população escrava sendo que a população negra e parda livre sempre ultrapassou a branca, pois a camada dos libertos de cor crescia mais rapidamente que a população branca.

Dessa forma, existiam em São Cristóvão associações religiosas para brancos, pardos e pretos. Os brancos representantes da elite local compunham as irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Victória, de São Miguel Arcângelo, da Ordem Terceira do Carmo e da Ordem Terceira de São Francisco. Os pardos que reuniam-se na irmandade dedicada a Nossa Senhora do Amparo, enquanto que os pretos associavam-se à irmandade que tinha como padroeira Nossa Senhora do Rosário.

O acesso às confrarias era regulado por critérios econômicos e étnicos contidos nos compromissos, onde também estavam expressos os direitos e deveres dos irmãos. Entre as exigências mais comuns encontravam-se a de ser católico, e a de possuir boa conduta moral e civil. Era preciso possuir meios de subsistência e estar no poder da administração de seus bens com possibilidade de pagar os encargos³ e, se tratando de irmandade financiada pela elite, fazia-se além da distinção de condição econômica a da cor da pele⁴. De acordo com Fredrik Barth (1998), em situação de interação, os grupos étnicos selecionavam traços diacríticos significativos que passavam a ser utilizados como sinais de distinção, uma vez que demonstravam sua identidade. Desse modo, a cor da pele era um importante elemento distintivo para formular fronteiras entre os grupos.

Com a segregação do campo sagrado, os pretos constituíram seus próprios espaços de devoção. As irmandades negras eram comumente dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santo Antônio de Catigerona, Santa Ifigênia, Santo Elesbão ou Nossa Senhora dos Prazeres.

Regulamentadas no Brasil pela Carta Régia de 01 de março de 1700, essas irmandades eram incentivadas pela Igreja e pelos proprietários, pois se constituíam em instrumentos de conversão e incentivo à paz e obediência. Todavia, essas instituições foram também importantes para a reconstituição das redes de solidariedade étnica e para a conservação de valores por parte desses grupos.

No espaço físico das cidades as capelas construídas pelos pretos ocupavam um espaço que simbolizava sua posição na sociedade, ou seja, à margem do núcleo central, que era ocupado pelas matrizes que abrigavam as confrarias mantidas pelos membros da elite. Na região central de São Cristóvão, está localizada a Igreja Nossa Senhora da Victória que abrigava as irmandades erigidas pela elite. Os templos que foram outrora ocupados por pardos e pretos situam-se em espaços periféricos, onde estão localizadas as igrejas de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora do Rosário.

As fontes analisadas revelam que a Irmandade dos Homens Pretos do Rosário da cidade de

Imagem de Nossa Senhora do Rosário – Acervo da Fundação Museu de Arte Sacra de São Cristóvão.



3. Entre os encargos que os confrades estavam obrigados a cumprir estavam o pagamento da jóia de entrada, das anuidades e a contribuição para a festa do orago.

4. Conforme Compromissos contidos em FRANCO, Candido Augusto Pereira. Compilação das Leis Provinciaes de Sergipe 1835 a 1880. Vol I. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima. s.d.

São Cristóvão datam do século XVII⁵ sendo que a construção da igreja que a abrigava foi por ela financiada. De acordo com Nunes (1996: 254), a construção do edifício iniciou-se em 1746, sendo finalizado na segunda metade do século XVIII.

Conforme consta na cópia do compromisso de 1860 (APES, Ordem 05-A, Cx. 29), a confraria permitia a entrada de qualquer pessoa, desde que tivesse condições de pagar a jóia de entrada e a contribuição para a festa da padroeira. No entanto, a composição da mesa administrativa estava limitada aos angolas e crioulos ocupando cada grupo quatro vagas como juizes e quatro como procuradores, divididas entre homens e mulheres⁶ como indica o compromisso:



Igreja Nossa Senhora do Rosário – São Cristóvão (SE).

Na Vespera, ou dia da festa da Senhora do Rosário pela manhã, se fará a eleição dos novos Officiaes em presença do Reverendo Vigário: a saber dous Juizes, e duas Juizas dos Angollas, e dos Crioulos, quatro Procuradores do mesmo modo, que servirão dous os primeiros seis mezes, e os outros dous nos outros seis, e os Mordomos que parecerem bastantes.

Logo, pela restrição imposta na composição da mesa administrativa percebemos que, apesar de permitir o acesso de brancos, pardos e pretos de outras origens à Irmandade do Rosário, estes estariam submetidos à direção de angolas e crioulos. Este fato nos conduz à percepção de uma distinção étnica nesta associação⁷.

Podemos dizer então que se trata de organização étnica com uma estrutura de poder e liderança baseada em alianças entre crioulos e angolas em busca de uma hegemonia no controle dos cargos. Usamos o conceito de grupo organizacional tal qual foi entendido por Barth, na introdução a *Grupos étnicos e suas fronteiras*, pois “na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivo de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional” (1998: 194).

O fato é que sob o signo de homens pretos do Rosário os membros da Irmandade cristovense fundaram uma identidade baseada na etnicidade, que passava pela atribuição e pelo reconhecimento na interação com outros grupos de leigos, numa disputa por bens sagrados e reconhecimento no campo religioso católico da cidade. Assim, na negociação com seus “outros” - brancos e pardos – estabeleciam-se fronteiras formadas a partir da seleção de elementos diacríticos que se tornavam seus traços definidores.

5. A data tomada como base, 1686, aparece em cópia do compromisso de 28 de abril de 1860.

6. As mulheres eram escassas nas comunidades africanas derivando daí talvez o interesse dos homens em recrutá-las para as irmandades.

A escrita da festa de Nossa Senhora do Rosário

Esse estudo se baseou em dois tipos de fontes: uma de cunho memorialístico e outra de caráter oficial, a saber, o *Anuario Christovense* de Serafim Sant'Iago e a *Prestação de Contas* do tesoureiro da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário Luiz de França Marques. Passaremos a sua apresentação.

1. Anuario Christovense

O *Anuario Christovense* está reunido em dois volumes de livros e é, como o apresenta seu autor Serafim Sant'Iago, “meu primeiro livro manuscrito, trabalho e grande esforço de quem mal escreve o português, ou só pode escrevinhar, o que intitula ‘Anuario Christovense’ visto nele só constar de cousas referentes à tradicional cidade de São Christóvão” (fl. 1). Podemos compreendê-lo como um conjunto de significações, um registro escrito e seqüenciado de acontecimentos que favorecem formas partilhadas de sua apropriação (MEGIANI, 2001).

A leitura do conjunto da obra ou a leitura das ocorrências mensais nos proporciona conhecer aspectos da cidade a partir dos indícios da memória do autor. Ao *Anuario* pode ser introduzida a idéia do monumento/documento, resultante das lembranças sobre o passado da antiga capital do Sergipe, que, sob a ótica do autor, não é somente objeto, mas uma rede de inter-relações estabelecida através das festas que envolvem os vários segmentos da sociedade cristovense, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do seguinte.

Serafim Sant'Iago era funcionário público nascido em junho de 1860, na cidade de São Cristóvão, e veio a falecer em 01 de setembro de 1932, quando residia na rua São Cristóvão, número 90, em Aracaju, local onde viveu durante 50 anos,⁸ “longe do seu torrão paterno” (fl. 1 v.).

Sua escrita aborda, de modo saudosista, o cotidiano da cidade. Assim diz ele: “Velho e maníaco como sou tido pelos meus, e assim me considero (em 1920), já contando meus 60 anos de existência sempre bairrista, sou e serei até a morte. Serei criminoso em fazer esta declaração? Estou convicto que não” (fl. 1 v., grifo do autor). A auto-apresentação nos revela que ao escrever, o autor se vê como uma testemunha que registra suas recordações para que um filho ou neto delas pudesse se apropriar para tomar conhecimento do passado e de substituí-lo na guarda e, conseqüentemente, na transmissão da informação. Entretanto, devemos lembrar que é o indivíduo – Serafim Sant'Iago – quem recorda e deposita em outrem a salvaguarda das suas lembranças que hoje encontram-se custodiadas no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

2. Prestação de Contas do tesoureiro Luiz de França Marques

7. Todavia, é necessário esclarecer que termos étnicos como angolas, nagôs, jejes, representam identidades étnicas criadas com o tráfico, que envolviam grupos étnicos mais específicos oriundos da África. Na maioria das vezes as irmandades se formavam em torno de identidades africanas mais amplas, criadas na diáspora, podendo unir povos que na África estavam separados por grandes distâncias geográficas e culturais ou reforçar antigos conflitos (SOARES, 2004; REIS, 1996). Dessa forma, as irmandades contribuíram para a permanência das identidades formuladas com o tráfico.

Este documento integra a caixa de Bens Religiosos do fundo Cartório do Primeiro Ofício de São Cristóvão, situado no Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. A documentação nela contida nos permite entender o cotidiano religioso de Sergipe. Do seu corpus documental tomamos para este estudo a referida prestação de contas que informa acerca das despesas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário no período de 1878 a 1886. A partir desses dados levantamos os indícios das despesas com a festa da padroeira.

O cruzamento da fonte memorialística com a oficial permitiu conhecer o aparato externo e interno da festa do Rosário a partir do olhar daquele que a assistiu e também daquele que prestou contas da despesa que incluía a organização da festa.

A festa de Nossa Senhora do Rosário

As festas eram momentos ímpares para a observação das estratégias identitárias dos confrades. Como notou Reis (1991: 68), a manutenção do seu espaço, do prestígio bem como a capacidade de recrutar novos membros dependia da competência lúdica de cada confraria, uma vez que a grandiosidade das celebrações e o papel das irmandades nas mesmas eram requisitos determinantes para a adesão de novos membros.

Na Irmandade dos Homens Pretos do Rosário a festa dedicada à padroeira era um momento de reforço da distinção por parte dos irmãos, uma vez que vários símbolos identitários faziam-se presentes. Sua importância já estava expressa no compromisso da confraria, que exigia dos membros contribuição específica para esse evento no primeiro capítulo:

Toda a pessoa que se quiser assentar [como] Irmão desta Santa Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em que se ganhão muitas graças, e indulgências, pagará da sua entrada do-
us tustoens, e no dia da festa quatro vinténs:
e se for casado hum Cruzado por si, e por
sua mulher, e meia pataca no dito dia da festa.

Consta da cópia do compromisso de 1860 que a festa da padroeira dos pretos era realizada na primeira oitava do Natal. Confrontando esses dados com a prestação de contas do tesoureiro da confraria Luiz de França Marques, no ano de 1886, percebemos que no século XIX a festa do Rosário na cidade de São Cristóvão era celebrada à Epiphania ou adoração dos Reis Magos. Segundo a antropóloga Beatriz Góis Dantas (1976), a coincidência resulta, ao menos em parte, do ajuste das festas ao calendário agrícola sendo realizadas preferencialmente em época que não prejudicasse as atividades agrárias, uma vez que esse já era um período com muitos dias santificados. Além disso, era costume nessas festas coroar reis negros e então passou-se a dedicar um dia desta festa para celebrar o dia dos Reis Magos, conforme o dia que a Igreja Católica dedicava

8. Chegamos a essas datas a partir do cruzamento de dados entre uma data existente no Anuario e o atestado de óbito do seu autor (Cartório do Registro Civil de São Cristóvão).

a esses Reis.

De acordo com o compromisso, a festa da Virgem Senhora do Rosário era um momento singular para os irmãos, sendo precedida de uma fase preparatória, quando o recinto era devidamente organizado para este evento ao indicar que “os procuradores terão particular cuidado em concertar a igreja e o altar da Senhora com aquelle ornato que puder ser melhor”. A instrução parece ter sido seguida, pois encontramos referências a várias obras realizadas na capela nos meses de dezembro e janeiro, indicando tratar-se de um dos preparativos para a festa, como mostra a tabela que segue:

ano	mês	descrição da obra	valor
1878	dezembro	Dois alqueires de cal para obra na igreja	4:480
1879	janeiro	Serviço feito na igreja	9:500
1883	dezembro	Dois nichos e seis castiçais para o altar-mor	51:940
1884	dezembro	Tintas da pintura do retábulo	6:640
1885	dezembre	Caimento da igreja para dentro e fora	22:000

Fonte: Prestação de contas do tesoureiro Luiz de França Marques (1886) – AGJS, Bens Religiosos, Cx.127.

A celebração contava com missa, pregação, fogos, armação e música, que tornavam os meses de dezembro e janeiro os mais dispendiosos para a Irmandade. Entre dezembro de 1878 e janeiro de 1879, período de preparação para as festas, os gastos da irmandade alcançaram o valor de 33//380 réis, em contraposição ao mês de março, por exemplo, quando as despesas, referentes à aquisição de tecidos, ficaram em apenas 17//400 réis,. Confirmando sua importância, nesta ocasião também era realizada a eleição dos novos juizes, procuradores, mordomos, escrivão e tesoureiro que comporiam a mesa administrativa da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário.

Todavia, conforme indica o memorialista Serafim Sant'Iago no seu *Anuario Christovense* (1920), posteriormente as festas vieram a ser celebradas separadamente. Segundo o relato que nos deixou, a adoração aos Reis Magos se dava no dia 6 de janeiro, promovida pela Irmandade dos Homens Pretos, inaugurando o calendário festivo da cidade.

A confraria elegia três reis e três rainhas aos quais competiam as despesas da festa. No dia 21 de dezembro era suspenso o mastro na porta da igreja pela irmandade com grande alegria e festa, como foi por ele atestado:

Na ocasião de suspenderem o vistoso mastro, repicavam os sinos, subiam muitos foguetes em gyrandolas, e elles, levados pelo entusiasmo, reuniam-se em uma casa fronteira e tomavam vinho, genebra etc; e, saudando a Virgem do Rozario, erguiam - Vivas!! (p. 7 v).

Chegado o grande dia, os confrades, vestidos com capas brancas, dirigiam-se à residência dos reis e rainhas, acompanhando-os até a igreja, onde eram coroados pelo padre durante a missa. Concluídos os rituais sagrados, autos e danças populares eram apresentados na frente do templo, primeiramente a taieira, em seguida cacumbi, chegada, mourama e batalhão de fuzileiros.

Após as apresentações, a taieira acompanhava a procissão, visitando algumas residências⁹.

Já a festa de Nossa Senhora do Rosário passou a ser celebrada em São Cristóvão no primeiro domingo do mês de outubro, com missa cantada e uma simples procissão denominada Terço. Assim a descreve Sant'Iago:

Sahia a charola da Virgem do Rozario acompanhada pelo Sacerdote, paramentado com pluvial branco, acolythado pelo sacristão, que, [fl. 86, v.] tangia o rico e antigo turibulo de prata, alimentando, de quando em vez, as brazas que continha no sagrado vaso, com uma colher de aromatico incenso; na frente ia a Irmandade dos homens prêtos de Rozario, como ali era conhecida. O povo acompanhava resando o terço até recolher-se da procissão, tendo então a benção do S. Sacramento (fl. 87).

Considerações finais

É possível que a separação das festas indique a passagem para um momento mais romanizado da experiência religiosa sergipana. Inspirada nas diretrizes da Cúria Romana, a reforma católica foi uma tentativa de modernização das estruturas da igreja luso-brasileira, através da implantação de um modelo de Igreja inspirado no Concílio de Trento, com ênfase na autonomia em relação ao poder civil e no fortalecimento do poder hierárquico (AZZI, 1992: 29). Nesse contexto, deslocou-se o eixo da devoção para a prática sacramental, quando os santuários populares e centros de romaria foram subtraídos à direção das irmandades passando a ser administrados pelo clero, promovendo assim a marginalização dos leigos e das expressões populares de fé.

Com o objetivo de mudar as práticas religiosas populares e seguindo o modelo implantado no país com maior ênfase a partir da segunda metade do século XIX, em Sergipe a hierarquia eclesiástica romanizada eliminou os elementos considerados profanos das devoções e fez com que o clero assumisse a direção das manifestações de culto e das associações religiosas, de modo a poder utilizá-las como instrumento de catequese popular (*Idem*: 33). Assim, visto que a adoração dos Reis Magos tinha características profanas mais predominantes como a presença de danças, música e bebidas, com a separação a festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário passou a ser celebrada de forma mais sacralizada, contando apenas com missa e procissão.

As fontes aqui utilizadas são testemunhos de um período em que a cidade de São Cristóvão já não era mais a capital de Sergipe, que comumente é pensado como o fim de um período áureo causado pelo esvaziamento da cidade em função da transferência dos órgãos administrativos para Aracaju. No entanto, a documentação nos mostra a permanência e as transformações de um evento entre tantos outros do seu calendário festivo que evidenciam a manutenção da vitalidade cultural de forma intensa na antiga capital de Sergipe.

9. Beatriz Góes Dantas (1972), em trabalho sobre as taieiras nas cidades de São Cristóvão, Laranjeiras e Lagarto demonstrou que as festas das irmandades eram momentos em que a cultura negra aflorava em meio ao ritual católico, com a presença de reis e rainhas, grupos de dança e folguedos como taieira, chegança e cacumbi nas comemorações consagradas a São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Na cidade de Laranjeiras a taieira continua a fazer parte da festa, dirigida pela mãe de santo Bilina.

FONTES

- Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES)
Cópia do compromisso da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário da Freguesia de Nossa Senhora da Victória. Coleção Sebrão Sobrinho, Ordem 05-A, Cx. 29.
- Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS)
Anuario Christovense. SS, Cx. 213.
- Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGJES)
Prestação de Contas da Irmandade dos Homens Pretos do Rosário (1886). Bens Religiosos, Cx.127.

BIBLIOGRAFIA

- AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras”. In: POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 187-227.
- BOSHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1986.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.
- DANTAS, Beatriz Góis. *A taieira de Sergipe: uma dança folclórica*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- _____. “Nota prévia sobre rituais folclóricos numa festa de igreja: a festa de São Benedito na cidade de Laranjeiras”. In: *Revista Sergipana de Folclore*. Ano I, n.º 1, agosto de 1976. p. 7-15.
- FRANCO, Candido Augusto Pereira. *Compilação das leis provinciais de Sergipe: 1835 a 1880*. Vol I. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima. s.d.
- GALVÃO JÚNIOR, José L. “Análise da evolução morfológica do espaço urbano”. In: *Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão (SE) na lista do patrimônio mundial*, 2007.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. “A escrita da festa: os panfletos das jornadas filipinas de Lisboa de 1581-1619”. In: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (orgs.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. Vol. 2. São Paulo: Hucitec; Ed. USP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2001, p. 639-653.

- MOTT, Luís R. B. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986.
- NUNES, Maria Thétis. *Sergipe colonial II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de; VALLE, J. Edênio e ANTONIAZZI, Alberto. *Evangelização e comportamento religioso popular*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. “As funções políticas do catolicismo popular”. *49º Congresso Internacional del Americanistas (ICA)*, 1997. (www.naya.org.ar/)
- REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REIS, João José. “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”. *In: Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1996, p. 7-33.
- SOARES, Mariza de Carvalho. “A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII”. *In: Estudos Afro-Asiáticos*. Ano 26, n.º 2, 2004, pp. 303-330.
- SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a capitania de Sergipe: sua formação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz*. Aracaju: Typ. do Jornal do Comércio, 1878.

**De São Cristóvão para Botafogo: as festas cariocas
em homenagens aos reis da Bélgica (1920)**

Resumo

Mestre em História Social
pela Universidade Federal
do Rio de Janeiro (UFRJ/
PPGHIS).

lpfagundes392@hotmail.com

Convidados pelo então presidente Epitácio Pessoa, os soberanos da Bélgica, Alberto I e Elisabeth chegaram à cidade do Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1920 e partindo em 16 de outubro do mesmo ano. Durante esse tempo de permanência, visitaram o interior dos estados Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Este artigo tem como objetivo analisar através da imprensa carioca algumas das festas organizadas em sua homenagem, são elas: a Festa Infantil da Quinta da Boa Vista e a Festa Veneziana, realizadas na cidade do Rio de Janeiro e organizadas pelo governo do Distrito Federal. Através da imprensa carioca é possível vislumbrar a grande expectativa que se tinha com relação às duas festas, surgindo questões interessantes, como por exemplo, de que forma tais eventos são “lidos”, pela imprensa, e como as críticas ou elogios que suscitaram fazem referência a conflitos e tensões presentes nesta sociedade.

Palavras-chave: Festas. Imprensa. Primeira República.

Abstract

Invited by the Brazilian president Epitácio Pessoa, the Belgian sovereigns Alberto I e Elisabeth arrived in the Rio de Janeiro in September 19th of 1920 and left in October 16th of the same year. During that time, they visit the countryside of Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. The main purpose of this essay is to analyze thought Rio de Janeiro's press some of the parties organized in their honor like the Festa Infantil da Quinta da Boa Vista and the Festa Veneziana. Both parties were planned by the government of the Federal District. Through Rio de Janeiro's press it is possible to observe in what way does the press 'reads' the series of events that occurred during the visit of the Belgian kings, and in which way the critics and complements that they raised were in fact a reference of conflicts and tensions that were present in the Brazilian

society of that time.

Key-words: Parties. Press. First Republic.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo abordar algumas das festas organizadas em homenagem aos reis da Bélgica durante sua visita ao Brasil em 1920, são elas: a Festa Infantil da Quinta da Boa Vista e a Festa Veneziana. Ambas realizaram-se na cidade do Rio de Janeiro, e foram organizadas pelo governo do Distrito Federal. Através da imprensa carioca é possível vislumbrar a grande expectativa que se tinha com relação às duas festas. A primeira, a Festa Infantil, reuniria os alunos das escolas cariocas em uma enorme celebração na Quinta da Boa Vista, e a segunda, a Festa Veneziana, enfeitaria a enseada de Botafogo com barcos especialmente decorados.

Tais festas faziam parte de um programa de comemorações mais amplo, que incluía viagens aos estados de São Paulo e Minas Gerais, e também visitas as cidades fluminenses de Petrópolis e Teresópolis. A montagem de tal programa não ocorreu sem suscitar algumas questões, presentes também, na organização da Festa da Quinta da Boa Vista e da Festa Veneziana. Afinal, não se tratava de qualquer visitante, mas de um rei consagrado nos campos de batalha da Grande Guerra como um grande herói, um personagem que adquiriu “conceito universal”, pois, “conseguiu reunir o apreço de todo o mundo e uma admiração sem restrição” (*O Paiz*, 8 de abril de 1920). Outro ponto interessante, que contribuía para dar um significado especial ao evento, residia no fato da visita do rei Alberto ao Brasil constituir a primeira de um monarca europeu a uma República da América do Sul.

As primeiras notícias sobre a visita do rei Alberto foram publicadas entre os meses de fevereiro e abril de 1920, e procuraram ressaltar a importância e o significado de tal evento. Quando se aproxima o dia da chegada do rei (19 de setembro de 1920), tais notícias aumentam consideravelmente na forma de grandes reportagens sobre os soberanos belgas, especialmente sobre o rei e seus feitos durante a guerra. Foram selecionados para este estudo jornais de grande circulação, como *Jornal de Brasil*, *Correio da Manhã* e *O Paiz*; também foi incluído o jornal vespertino *A Noite*.

É perceptível o papel importante que a imprensa teve neste evento, com suas reportagens diárias, ela funcionou como um vetor de socialização ao incentivar o envolvimento dos espectadores no evento (WANDERLEY, 1998).

Como pensar então, as festas? O trabalho de Norberto Luiz Guarinello¹ fornece alguns referenciais, ao observar as festas como momentos onde o tempo social sofre uma interrupção, ou seja, há uma suspensão temporária das atividades diárias, e uma concentração das atenções em torno de um objeto específico. São eventos preparados, custeados, planejados e montados seguindo regras peculiares a cada um deles, assim, apesar das diferenças existentes entre as fes-

1. Utilizo como referência o artigo Luiz Guarinello intitulado *Festa, trabalho e cotidiano*, publicado na coletânea organizada pelos historiadores JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

tas selecionadas para este estudo, é cabível considerar algumas características em comum entre elas, pois, além de fazerem parte das homenagens oficiais aos reis belgas, seu sucesso estava intrinsecamente ligado a grande afluência do público.

Guarinello coloca também, que é possível pensar a festa como parte de um jogo com regras próprias que intermedeiam as disputas simbólicas que ocorrem em seu interior. Criando também uma linha fronteira, entre incluídos e excluídos da festa, ou seja, como bem observou Maurício Parada, tais cerimônias definem os limites da participação de cada um dos agentes sociais, criando um campo de possibilidades capaz de dar ao espectador os limites de sua intervenção (PARADA, 2003).

Neste sentido, o público ocupa importante papel, determinando também o próprio significado das festas. Surgem, então, questões interessantes neste momento, como por exemplo, de que forma tais eventos são “lidos”, pela imprensa, e de que forma as críticas ou elogios que suscitaram fazem referência a conflitos e tensões presentes nesta sociedade. Afinal, a festa não produz necessariamente consenso, como produto da realidade social, a festa expressa essa realidade, com seus conflitos e tensões, atuando também sobre eles.

Enfim, a visita dos reis belgas se desenrola em um período marcado por intensas agitações, especialmente o ano de 1922 que “aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro” (FERREIRA 2003: 389). Tais eventos² constituem alguns exemplos das grandes modificações pelas quais passava a sociedade brasileira, com um crescimento populacional acelerado e em pleno processo de modernização, visível principalmente nas cidades, é perceptível a emergência de novos grupos sociais como as camadas médias e a classe trabalhadora. O último ano do governo de Epitácio Pessoa foi marcado ainda pela comemoração do Centenário da Independência, um momento rico para se trabalhar questões como a reconstrução de uma identidade nacional.³ Neste sentido, as festas organizadas levantam questões interessantes que perpassam alguns dos dilemas vividos neste momento.

2. À espera do rei Alberto: a organização das festas

Pensar as recepções, passeios ou comemorações que seriam oferecidas ao tão honrado rei belga não seria tarefa das mais fáceis, por isso, o presidente Epitácio Pessoa nomeou uma comissão encarregada desses preparativos, cuja presidência coube ao Ministro das Relações Exteriores, o Sr. Azevedo Marques. Os outros componentes da comissão eram: Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal; Oscar Weinshenek, Olyntho de Magalhães, Arnaldo Guinle e Affonso Vizeu. Assim, quaisquer sugestões ou propostas relativas à programação dos soberanos no Brasil, deveriam ser levadas a esta comissão que as incluiria ou não no programa.

Os trabalhos da comissão foram acompanhados de perto pelos jornais, que publicavam cons-

2. Faço referência aqui às crises entre o governo e os militares, em específico, a revolta dos 18 do Forte de Copacabana, ao pensamento de vanguarda expresso na Semana de Arte Moderna em São Paulo, e a outros eventos importantes como a fundação do Partido Comunista do Brasil.

3. Sobre o Centenário da Independência em 1922 ver o estudo de MOTTA, M. S. *A Nação faz 100 anos. A questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.

tantamente novidades sobre a programação dos reis, em uma dessas notas o jornal *A Noite* comentou que o objetivo da comissão era simplificar as festas, fazendo - as melhores e menos fatigantes para atender aos desejos de suas majestades (*A Noite*, 05 de julho de 1920). Nos meses de junho, julho e agosto se multiplicaram as opiniões publicadas nos jornais sobre como deveríamos receber os régios visitantes.

Neste contexto, foi feita ao Conselho Municipal a proposta da Festa Veneziana pelos cenógrafos Ângelo Lazzary, Jayme Silva e Fiúza Guimarães, famosos por seus trabalhos anuais nos préstitos carnavalescos dos três grandes *clubs* da cidade. O jornal *A Noite* noticiou que a idéia de fazer um carnaval à noite na enseada de Botafogo, foi muito bem recebida pelos conselheiros municipais. O projeto foi então, encaminhado à comissão encarregada da organização do programa de recepção dos soberanos belgas (*A Noite*, 23 de julho de 1920).

Não apenas os integrantes da comissão gostaram da idéia, mas também o jornal *Correio da Manhã*, que publicou um artigo elogiando a inclusão de um “carnaval” no programa. Para o jornal, o programa sofria “de uma deplorável ausência de alma, de imaginação, de cor local”, era preciso algo a mais no programa, “algo acerca do nosso feitio de povo”. Era preciso um carnaval, e o jornal explica o porquê da importância de tal inclusão no programa:

Dentro de um protocolo rígido, encerrado num sitio de muralhas chinesas, o soberano seria capaz de pensar que, longe de uma república, os ventos e o couraçado S.Paulo o haviam trazido, (...) a assistir augustas solenidades de cortes antigas. Não precisaria, pois, de deixar o seu palácio, para se enterrar do mesmo modo na fúnebre tristeza da pragmática, que nenhum monarca destes tempos já suporta. Mas, até que enfim, apareceu ontem quem tivesse uma inspiração feliz e completa. É a de um carnaval à noite, nas águas da Guanabara. Nada então de pragmática, nem de protocolo. Ao sacudido som do Papagaio Louro, o delírio de uma população inteira, esquecida de todas as magoas, dos créditos ilimitados e da carestia de vida, deixada sem remédio, saudará, sim, com os mais inauditos transportes, o rei que oferecerá mais uma oportunidade as explosões do maior de seus prazeres. Estamos a apostar que, perante o espetáculo singularíssimo de tamanho desvario coletivo, o rei Alberto não resistirá! Os seus olhos, (...), verão como paradoxalmente, entre as angustias desta hora universal, um povo que pode engendrar o verdadeiro paraíso da felicidade! Faltava um carnaval. Vamos tê-lo... (*Correio de Manhã*, 24 de julho de 1920).

O artigo sugere que as festas protocolares, que estariam a princípio sendo organizadas não se identificavam com as ‘verdadeiras’ características de uma república e de seu povo. Nesse caso, o ideal seria, ao som do sucesso do carnaval passado (*Papagaio Louro*, marchinha composta por Sinhô) organizar uma festa que pudesse incluir grande parte da sociedade, uma festa popular, que se associou ao carnaval. Aparece também, a noção do carnaval como válvula de escape, momento em que o povo esqueceria no dinheiro que se estava gastando para a preparação das festas e nos seus problemas rotineiros (CUNHA, 2001: 254). São colocadas as características de toda uma população alheia ao formalismo e ao protocolo.

Mas a alegria do jornal com a inclusão deste suposto “carnaval” duraria pouco, no mesmo dia o jornal *A Noite* publicou uma entrevista com um dos cenógrafos responsáveis pela festa, o Sr. Ângelo Lazzary que procurou o jornal para esclarecer o que seria, afinal, a Festa Veneziana, ou seja, não era um carnaval como se estava colocando.

Na entrevista o cenógrafo explicou que a festa na enseada de Botafogo constaria de um conjunto de barcos decorados em telas transparentes e cenografia luminosa, “coisa que pela primeira vez se fará no Rio de Janeiro e quiçá na América do Sul”, apontou o artista. Comentando o seu objetivo e dos outros artistas envolvidos no projeto, Lazzary colocou que estes não se limitariam a fazer “um carnaval marítimo”.

Nós pretendemos fazer mais. Nós queremos dar ao rei herói, na festa que se projeta sobre as águas da Guanabara, uma expressão de arte que dignifique os artistas brasileiros. A festa veneziana projetada é mais que um carnaval no mar, é a maior apoteose que se fará na mais bela baía do mundo, ao maior soldado da conflagração européia (*A Noite*, 24 de julho de 1920).

A associação da Festa Veneziana com o carnaval estaria, a princípio, desfeita. A declaração do cenógrafo evidenciou a necessidade de mostrar ao rei algo superior ao carnaval que apesar de fazer referência a Veneza, e assim ao seu famoso carnaval, se distanciava deste tipo de festa, se colocando como algo mais digno de se apresentar.

Sem carnaval, restaria a noção de que as festas para os reis belgas seriam marcadas pelo restrito protocolo, e assim, por uma distância entre o público e os reis. É o que ressaltou Oscar Lopes neste artigo no jornal *O Paiz*. Ao comentar sobre as festas próximas, caracterizadas por “um severo protocolo regulador de tudo”, o jornalista acrescenta que ao carioca só restará uma coisa a fazer: esperar “o desenrolar de brilhantes acontecimentos”, onde ele encarnará o papel de “espectador deliciado” (*O Paiz*, 25 de julho de 1920).

Mas, com relação à festa da Quinta da Boa Vista é possível perceber a grande mobilização que esta implicaria, principalmente aos alunos e professoras das principais escolas da cidade. A festa foi proposta com o objetivo de homenagear a rainha dos belgas, Elisabeth. O jornal *O Paiz* noticia alguns detalhes desta comemoração:

(...) embora ainda não sejam conhecidos os detalhes da projetada homenagem a graciosa soberana, sabe-se que a idéia já em execução é a de uma festa escolar, na qual tomarão parte três mil crianças, trajadas com as cores brasileiras e belgas. Haverá também uma formatura dos colégios militarizados e um grande concerto sob a regência do maestro Francisco Braga. (...) Será uma festa simples, mas de uma grande beleza, que há de corresponder as preferências conhecidas dos nossos régios hospedes. Tem presidido a organização das festas em homenagens aos reis belgas a preocupação de evitar tudo quanto possa parecer excessivo ou espetaculoso. Por isso mesmo, a Prefeitura preferiu realizar uma festa escolar com um programa original (*O Paiz*, 03 de setembro de 1920).

Estas seriam algumas das características que marcariam as duas festas, sendo que com a chegada do rei e a proximidade de sua realização mais detalhes sobre sua organização são colocados.

3. E vai rolar a festa: a realeza belga na cidade

No dia 19 de setembro de 1920 os soberanos belgas finalmente aportaram em nossas praias.

O desembarque na cidade do Rio de Janeiro foi marcado por uma grande apoteose, páginas inteiras dos jornais foram reservadas para descrição dos acontecimentos deste único dia, onde grande parte da população da cidade foi às ruas receber o tão esperado rei da Bélgica. Após serem recebidos pelo presidente da República e pelo prefeito, entre outros membros do governo, os soberanos belgas seguiram em carro aberto pela Avenida Rio Branco, especialmente decorada para a ocasião, passando pelo Flamengo até o Palácio Guanabara onde ficaram hospedados.

Os primeiros eventos que constavam da programação oficial eram a visita do rei ao Palácio Monroe, o Banquete Oficial no Palácio do Catete e a Parada Militar no Campo de São Cristóvão. A Festa Infantil da Quinta da Boa Vista e a Veneziana eram esperadas com grande ansiedade pela população, marcadas, para a última semana de setembro. No entanto, a programação dos reis sofreu uma série de alterações, em grande parte, devido ao mau tempo, o que levou a sua reorganização e ao adiamento destas duas festas para os últimos dias da permanência dos reis no Brasil: 14 e 15 de outubro.

Enquanto acompanhavam a rotina dos reis, os jornais publicavam diariamente notas sobre a preparação dos eventos que ainda estavam por vir, dentre eles as duas festas municipais.

Nesse sentido, se a Festa Veneziana levantou algumas questões quando foi proposta, seria agora a vez da Festa Infantil na Quinta da Boa Vista ocupar esse espaço, recebendo atenção especial da imprensa. O *Jornal do Brasil* expressou sua opinião ao colocar que esperava que não se repita nesta festa “a desordem comum nessas reuniões, em que a meninada é apenas um motivo decorativo” (*Jornal do Brasil*, 27 de setembro de 1920).

Sobre a organização do evento, o jornal *O Paiz* publicou algumas cartas enviadas às professoras pela Instrução Municipal. Em uma delas foi explicado resumidamente o programa da festa, os desfiles e cantos que seriam executados, sendo apontadas preocupações com a segurança das crianças:

Todas as escolas ficarão isoladas da multidão, perfeitamente acauteladas de natureza de confusões, dados os ajuntamentos do povo em festas dessa ordem, de sorte que não se verifique nenhum atropelo e fiquem as crianças cercadas de todos os cuidados (*O Paiz*, 24 de setembro de 1920).

A carta ainda acrescentou que o traje dos alunos será o mais simples possível, dado o “caráter democrático da festa”, os alunos receberão também merenda e refrescos. No dia seguinte o jornal publicou outra notícia sobre “A Festa popular da Quinta da Boa Vista”, ressaltando que será a primeira festa do programa de “caráter eminentemente popular”, sendo franca a entrada no grande parque de S. Cristóvão. Apenas um trecho do parque seria restrito, esclarece o jornal, o destinado à festa protocolar, no entanto, tal recinto poderá “ser apreciado pelo grande público”.

O jornal ressaltou ainda que na festa “tomarão parte todas as crianças pobres ou não, sem distinção de cor ou classe”. A carta circular enviada pelo Diretor de Instrução às professoras fornece uma melhor noção do propósito da festa:

“Sra professora – No desejo de festejarmos condignamente a excelsa e bondosa rainha dos belgas, digna da nossa simpatia e das nossas cordiais atenções, é do gosto do Sr. Prefeito

reunir as crianças das escolas municipais, e com o seu concurso, gentil e delicado, empreender um brilho excepcional, de caráter puro e inocente, as nossas manifestações de agrado e de mimo (...). Para o completo êxito (...), pede o sr prefeito que a senhora professora se esforce sinceramente junto a sua escola, preparando e animando os seus alunos para comparecerem a festa infantil, cuja realização terá lugar na Quinta da Boa Vista, na garantia de seu maior fausto graças ao número elevado e a alegria da criançada. Em nome do sr prefeito, muito reconhecimento a senhora professora, por esse seu positivo e eficaz auxílio. Saudações – O diretor geral (*O Paiz*, 25 de setembro de 1920).

As professoras foram então encarregadas de incentivar os alunos a participar do evento, afinal, quanto maior o número de crianças, maiores as chances de sucesso do evento. A festa aparece também, tanto nas cartas enviadas pela Instrução de Ensino, quanto no jornal como um evento “democrático e popular”, no entanto, a publicação de uma carta pelo jornal *A Noite* contrasta com esta caracterização do evento. A carta é de uma mãe cujos cinco filhos foram convocados para participar da festa. Segundo ela, seus filhos retornaram da escola com as seguintes instruções:

- a) No dia 11 próximo todos deverão estar as 10 horas na sede da escola, as meninas de vestidos brancos, meias brancas de cano alto e sapatos da mesma cor do vestido; os meninos de costume e chapéu de linho branco, botinas e meias pretas;
- b) Deverão levar flores;
- c) Regressarão as 5 da tarde a mesma sede escolar.

(*A Noite*, 12 de outubro de 1920)

Criticando os custos das vestimentas exigidas para a apresentação na cerimônia, a mãe colocou ainda que foi informada que 50% dos alunos não iriam comparecer por falta de recursos dos pais para comprar o material. Outro ponto também não a agrada, o horário “infeliz” marcado para o início da festa, devido ao grande calor da época. A mãe só não reclamou das flores que são pedidas aos alunos, segundo ela “destino que lhes vão dar é justo, e gentil, e expressivo (...) por se endereçarem ao coração da rainha, da esposa e da mãe que mais sofreu na maior guerra que a historia registra” (*A Noite*, 12 de outubro de 1920).

Chega afinal o dia marcado para a festa, sendo os seus primeiros momentos assim descritos pelo jornal *Correio da Manhã*:

Dia formoso, de muito sol, foi ao mesmo tempo, de calor causticante e insuportável, o que concorreu para que as milhares de crianças, que formavam parte na festa sofressem impiedosamente, passando horas de fome, de sede, desmaiando a forte radiação solar e desfalecendo de fraqueza. As pobres criancinhas, que compareceram à festa com o maior entusiasmo e sem a menor alimentação, estiveram completamente abandonadas da comissão organizadora do festival. Muito cedo, dirigiam-se as escolas para a Quinta. As respectivas diretoras, ingenuamente, acreditaram que as suas alunas teriam cuidados, carinho, e o conforto necessário; mas assim não aconteceu porque estiveram longo tempo (...) ao rigor do sol (*Correio da Manhã*, 15 de outubro de 1920).

O cenário, pouco animador, descrito pelo jornal, é agravado pela demora no início das festividades, que estavam marcadas para as 13 horas e só começaram às 14 horas e 30 minutos com

a chegada dos soberanos belgas ao parque:

Então teve início o programa com o número da parada infantil e desfile, em que tomaram parte os alunos de diversos colégios (...) Passaram-se depois os reis dos Belgas para o grande pavilhão, armado ao lado da esplanada do Museu Nacional. Durante o tempo que os Augustos Soberanos permaneceram no Pavilhão receberam ambos inúmeros ramos de belas flores e lindas palmas arranjadas em grandes buquês. Terminado o desfile e o Cortejo Ginástico realizaram-se evoluções dos alunos municipais, que compunham simultaneamente, com as cores de suas vestes e movimentos, as bandeiras belga e brasileira, número esse que foi de um belo efeito (*Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 1920).

A descrição do *Jornal do Brasil* faz referência às duas primeiras partes do programa: A Parada Juvenil, com efetivo de 3.200 alunos de colégios federais e particulares e o Cortejo Ginástico com desfile de todas as escolas do município. Evoluções que, segundo *O Paiz*, teriam sido prejudicadas pelo rompimento dos cordões de isolamento pelo público (*O Paiz*, 15 de outubro de 1920).

A parte seguinte do programa constituiu-se de um concerto instrumental sob a regência do maestro Francisco Braga, das bandas militares, com a execução do Hino Nacional Belga, trecho da ópera *O Guarany* de Carlos Gomes, *marcha Brasil* de Francisco Braga e o hino nacional brasileiro. A quarta parte do programa comportava um desfile náutico realizado nos lagos do parque pelos clubes Boqueirão, Natação Vasco da Gama, Botafogo, Internacional e São Cristóvão. A última parte do programa englobava sua parte dramática e literária, com a interpretação da peça *Aux temps de Le Roi Albert* de Rapahel Pinheiro, que acabou não sendo apresentada para o rei. Explicou o jornal *O Paiz*, que às 16 horas, o rei Alberto e sua comitiva se retiraram da Quinta devido à temperatura elevada que provocou cansaço geral (*O Paiz*, 15 de outubro de 1920).

Deixando a Quinta da Boa Vista, os soberanos se dirigiram ao Palácio Guanabara, onde o rei trocou suas vestimentas e partiu para Copacabana, provavelmente para tomar seu habitual banho de mar.⁴ Enquanto isso, na Quinta da Boa Vista, o chá reservado aos reis no pavilhão armado junto ao Museu Nacional foi invadido pela multidão, o chá degenerou um “pitoresco avança que nem os impropérios dos garçons pouco delicados conseguiram evitar” (*O Paiz*, 15 de outubro de 1920). Referências ao “avanço” no *lunch* também foram feitas pelo *Jornal do Brasil* considerado “escandaloso e censurável” (*Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 1920).

Sobre a Festa da Quinta Boa Vista, é possível observar, tomando como base o estudo de Hercidia Mara Facuri Coelho Lambert, que sua organização se assemelha às festas cívicas organizadas na Primeira República, com a inclusão de vários aspectos militares ao evento, como as bandas militares e, principalmente a Parada Infantil (primeira parte do evento) que se caracterizava por uma Brigada Escolar comandada por oficiais do Exército. Segundo Lambert, esta militarização do ritual nas festas republicanas pode ser observada como uma forma de legitimar o regime perante a população, ou seja, “a maneira encontrada para preencher o vazio deixado pela ausência do rei e da liturgia monárquica” (LAMBERT, 1994: 123).

4. *A Noite*, 14 de outubro de 1920. Durante sua permanência na capital, o rei Alberto e também a rainha Elisabeth tomaram freqüentes banhos de mar na praia de Copacabana.

No entanto, a desorganização do evento deixaria impressões nada agradáveis na imprensa, sendo o jornal *A Noite* o mais enfático ao caracterizar o evento como “A Festa de tortura infantil”. Em sua descrição, o jornal ressaltou que não havia *buffet*, mas sim, “o sol, intenso como nunca a tostar aquelas carinhas rosadas”, os “refrescos prometidos, os sanduíches, os doces, tudo eram fantasias da Prefeitura!”. As escolas “erravam de um lado para o outro à procura de uma árvore, em meio a algazarra, figuravam carros da Assistência Municipal que iam e vinham carregando crianças”. O jornal também acusou o ministro da Guerra de ter impedido os fotógrafos de registrar as crianças desmaiadas devido ao forte calor.

Descreveu, então, um quadro bem desanimado para a festa:

Os próprios guarda civis, (...) protestavam indignados contra a festa, contra a desumanidade de seus organizadores e a desordem de tudo. (...) Era, 2 e meia da tarde. Os reis ainda não haviam chegado, mas em todo o espaço povoado de crianças fatigadas se notava o aspecto de um fim de festa. As bandeiras de papel desfiadas pelo chão, os estandartes das escolas abandonados, e os pequeninos, (...) extenuados ao sol, sem ânimo, chorando ou reclamando água! (*A Noite*, 14 de outubro de 1920)

No seguinte ao evento, o jornal continuou com suas críticas. A festa teria se transformado em “um campo de batalha” de onde saíram vitoriosas “a fome, a sede, a fraqueza e o sol”. Segundo o jornal, haveria uma impressão de revolta pela “desumana desorganização” “por todos os pais de família, por todas as professoras”. Jornal ainda comenta o fato do Ministro da Guerra ter impedido que fossem tiradas as fotografias “da infância que tombava no campo como que fulminada”, o que caracterizava como “um atentado a liberdade de imprensa”, mas “com ou sem fotografias”, deve-se “evitar a reprodução dessa estúpida festa” (*A Noite*, 15 de outubro de 1920).

Para o jornal, tornou-se então mister evitar a reprodução de festas como a da Quinta:

Os pais, levados pelo entusiasmo das crianças e, talvez, mais do que isso, pelas ordens das professoras, que as recebem por sua vez da Diretoria de Instrução e esta do prefeito, consentem facilmente que seus filhos vão figurar nessas formaturas, absolutamente impróprias com o nosso clima, e que quase sempre se realizam em tempo de calor. A de ontem foi a maior, a mais cruel, a mais ignóbil, mas outras se têm efetuado, em menor escala. (...) Não será arriscando a vida ou pelo menos a saúde de seus filhos que hão de inculcar-lhes noções de civismo e de patriotismo. Recusem firmemente, se não quiserem ter na consciência o peso de uma tremenda responsabilidade (*A Noite*, 15 de outubro de 1920).

O interessante pedido do jornal aos pais revelou um fato importante apontado por Lambert em seu trabalho. Tais cerimônias, festas cívicas, paradas ou desfiles necessitam da participação voluntária da sociedade, sendo que tal adesão não se faz de forma alienada (LAMBERT, 1994: 128), aspectos interessantes podem demonstrar esse ponto, como o fato de algumas escolas terem deixado o evento antes da chegada do rei devido ao estado de saúde de alunos. Voltando para o artigo do jornal *A Noite*, cerimônias desorganizadas como a da Quinta da Boa Vista não estimularia nas crianças valores como “civismo” ou “patriotismo”, assim, seria aconselhável que os pais não permitissem mais a participação de seus filhos em tais eventos.

O jornal *Correio da Manhã* também ressaltou a festa como “um verdadeiro suplício para as crianças que nela tomaram parte”, e ainda destacou uma nota que segundo o jornal “convém registrar”. A Cruz Vermelha teria oferecido 60 enfermeiras para o serviço de assistência que teria sido rejeitado pelos organizadores do evento “resultado foi o que se viu: a insuficiência dos serviços de assistência o que originou cenas deploráveis” (*Correio da Manhã*, 15 de outubro de 1920). Para o *Jornal do Brasil*, a festa que poderia ter sido “grandiosa, única mesmo”, com um programa “bem escolhido”, se tornou um martírio para as crianças (*Jornal do Brasil*, 15 de outubro de 1920). O tom de crítica à festa é bem ameno no jornal *O Paiz*, que apontou apenas alguns aspectos negativos na organização, como o policiamento deficiente para o controle do público, no mais, para o jornal a festa “pelo cunho popular, deve ter calado profundamente ao espírito de suas majestades” (*O Paiz*, 15 de outubro de 1920).

Enfim, malfadada a tão esperada Festa da Quinta da Boa Vista, restava a Festa Veneziana. Além do desfile das embarcações decoradas, a festa contaria também, com uma orquestra proposta pelo maestro Mario Cardoso que se apresentaria em uma das varandas do Pavilhão de Regatas da Praia de Botafogo, de onde os reis apreciariam a festa. Do repertório constavam composições de Alberto Neponuceno, Carlos Gomes, Francisco Braga, Leopoldo Miguez e Henrique de Mesquita.

As referências dos jornais à festa pintaram um cenário espetaculoso. No programa anunciado pelo *O Paiz*, a festa seria marcada desde seu início por múltiplos fogos de artifício que explodiriam no céu da enseada, acompanhando o cortejo marítimo com seus especialmente decorados para a ocasião (*O Paiz*, 14 de outubro de 1920). Vulcões luminosos alocados nos morros da Urca, Viúva e Pasmado complementariam o espetáculo pirotécnico. A iluminação da enseada de Botafogo também mereceu atenção dos organizadores sendo incrementada com mais “20.000 mil lâmpadas, além dos 30 refletores coloridos, modernos, de grande efeito” (*A Noite*, 14 de outubro de 1920).

No mar, as embarcações da Marinha “Deodoro” e “República”, iluminadas em seus contornos, projetariam “seus refletores elétricos sobre as montanhas que circundam a baía” (*O Paiz*, 14 de outubro de 1920), acompanhadas por várias outras embarcações que obtiveram licença para ancorar na baía. Além da orquestra no Pavilhão de Regatas, também seriam instaladas na Avenida Beira Mar oito bandas de música.

Constituiu-se a descrição de um espetáculo imperdível, ou como ressaltou o *Jornal do Brasil* “a julgar pelos preparativos, promete ser a nota mais elegante e atraente de todas as festas que se vem efetuando nesta Capital em homenagem aos augustos visitantes” (*Jornal do Brasil*, 14 de outubro de 1920).

A impressão de que a Festa Veneziana seria um evento muito especial também aparece no jornal *Correio da Manhã*:

Vai ser de certo um espetáculo único; a praia de Botafogo já é uma das jóias mais lindas do Rio. Imagina-se agora o que não vai ser logo mais Botafogo coroado de luzes. Raramente nesta capital se tem anunciado uma festa que prometa mais encantos que a de hoje. Rio com a maravilha das suas praias bordadas de palácios dá-se ares de uma cidade amada pelas águas. Se não tem os canais de Veneza, tem da velha cidade italiana o mesmo mar banhan-

do-se de espumas. E tem, sobretudo esse perfume voluptuoso, que arrasta, como na flor do Adriático, todos os ares de felicidade. Ao Rio bem poderia ser aplicado o verso delicioso com que (...) celebrava Veneza – onde todos os seres sucumbem ao amor, todas as tardes... Os reis da Bélgica vão ter assim, ocasião de conhecer a capital do Brasil sob um aspecto novo, de intensa alegria e extraordinária beleza. Festa organizada pelo Conselho a fim de dar a enseada um aspecto de sugestiva imponência, além da luz que ali foi distribuída fartamente também haverá inúmeros painéis de varias cores. A idéia desse divertimento não podia deixar de provocar, como realmente provocou, entusiasmos e alegria (*Correio da Manhã*, 15 de outubro de 1920).

Além das embarcações decoradas pelos cenógrafos cariocas também participariam do desfile marítimo embarcações das Sociedades de Regatas.

Assim, às vésperas da partida do rei para Bélgica, no dia 15 de outubro, se realizava na praia de Botafogo, a última festa do programa oficial em sua homenagem. Os bondes que se dirigiam para o bairro “iam apinhados de gente (...) nas plataformas, nos estribos, nos anteparos, e, até nos telhados!”, observou o *Correio da Manhã* que “O povo não cabia mais nos bondes que a Light providentemente fazia correr, um sobre os outros, para o local da festa” (*Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1920).

A descrição do *Jornal do Brasil* é ainda mais enfática:

Todo o Rio acorreu a Botafogo, por terra e mar...morros que margeiam litoral ficaram atapetados de gente. (...) A praia apresentava aspecto deslumbrante, destacando-se pela originalidade a belíssima iluminação dos canteiros que orlam as alamedas da Avenida Beira-Mar (...) a profusão de luzes em toda aquela zona davam ao conjunto um realce estranho, parecendo que era a própria alma do povo que se iluminava para que os nossos régios visitantes através dessa intensa claridade, vissem bem nítida gravadas no seu coração as suas imagens para nós tão caras (...). Às 21 horas, a multidão era numerosa e ninguém conseguia sequer mover-se. Cremos nunca ter visto nestes últimos tempos festa mais concorrida (*Jornal do Brasil*, 16 de outubro de 1920).

Com a chegada dos reis iniciou-se a festa, a primeira parte do cortejo marítimo, que estava reservado as Sociedades de Regatas, seria, no entanto, prejudicado por um temporal com ventos fortes que deixou agitado o mar. Muitas das embarcações foram prejudicadas, tendo como conseqüências enormes intervalos entre os desfiles. Segundo o jornal *A Noite*, o vendaval chegou a prejudicar também o desfile dos cortejos dos artistas, que desorganizado e diminuto só pôde se verificar quase de meia noite em diante quando reis e povo em geral estavam já cansados (*A Noite*, 16 de outubro de 1920). Para o *Jornal do Brasil* o vendaval não teria prejudicado totalmente os desfiles programados pelos cenógrafos sendo este de “grande êxito” (*Jornal do Brasil*, 16 de outubro de 1920).

Os cortejos apresentados não variavam muito em seus temas. O primeiro cortejo, de autoria de Jayme Silva, apresentou alegorias que representavam passagens históricas da guerra européia, evocando os feitos da Bélgica, principalmente os do rei Alberto e os do Brasil. O desfile organizado por José Fiúza Guimarães apresentou homenagens à rainha e as Nações aliadas e o terceiro desfile executado por Ângelo Lazzary se destacou por um número de sucesso, um enorme coração abrindo-se apontando o retrato dos soberanos belgas, seguida por embarcações com

temas marinhos representando sereias, cavalos-marinhos, peixes, conchas, perolas, gaivotas, etc.

Para o jornal *O Paiz* a festa “teve, inegavelmente, um grande realce”, a multidão que assista ao evento “deu-lhe o calor e o entusiasmo que são imprescindíveis para o êxito dos festejos de caráter popular” (*O Paiz*, 16 de outubro de 1920). A feição popular do evento também foi ressaltada pelo jornal *A Noite*, caracterizando a festa como “o número mais popular do programa”, apresentando aquele ponto da cidade um aspecto inédito: “Em terra muita gente, muitos veículos, muita luz, muita animação; no mar, embarcações miúdas e navios lindamente iluminados, fogos cambiantes, tudo, enfim, congregado para mais efeito do conjunto” (*A Noite*, 16 de outubro de 1920).

O registro mais interessante sobre a Festa Veneziana está no jornal *Correio da Manhã*, em uma pequena nota intitulada “Aspectos Carnavalescos”. Segundo o jornal, durante a Festa Veneziana, o povo carioca, que “descobre carnaval em tudo”, “teve a oportunidade de fazer de conta que estava na mais querida de suas festas”, pois, a multidão, tanto nos bondes “apinhados” que se dirigiam ao bairro, quanto nas embarcações e lanchas familiares ancoradas na baía, desandava a cantar as letras de maxixes populares como *Pé de Anjo* e *Papagaio Louro*. As músicas eram cantadas em voz alta por todos, para o jornal tinha-se a impressão de estar “em pleno delírio de uma terça feira gorda...” (*Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1920).

As impressões apologéticas da festa não unânimes. Em artigo para o jornal *A Noite*, Augusto Lima ressaltou que esta poderia ter sido brilhante, se não fossem os longos intervalos entre os números e o desconforto dos convidados “que não tiveram onde sentar-se, e em grande parte preferiram retirar-se ou assistir ao fogo de artifício de fora dos palanques”. No entanto, ao fazer uma observação da visita como um todo, o autor acrescentou que o Brasil poderia “ufanar-se ao haver correspondido com hospitalidade regia a gentilíssima e cavalheiresca visita do grande rei Alberto e da sua graciosa consorte, a rainha Elisabeth”. Experiências desagradáveis, como Festa da Quinta da Boa Vista não passariam de “sombras efêmeras” que seriam apagadas pela união das duas pátrias, Brasil e Bélgica, “indissolúvelmente unidas depois da visita dos soberanos belgas” (*A Noite*, 16 de outubro de 1920).

4. Considerações finais

Após a partida do rei, continuaram os comentários sobre o fracasso da Festa Infantil da Quinta da Boa Vista e a própria Festa Veneziana foi alvo de acusações de desvio de verbas para sua organização. Elas não seriam “sombras efêmeras” como apregoou Augusto Lima, seus “ecos”⁵ ainda seriam ‘ouvidos’ durante algum tempo.

5. Em seu trabalho sobre o carnaval carioca, Maria Clementina Pereira Cunha, ressaltou que mesmo passadas as folias carnavalescas, estas ainda continuavam sendo comentadas pelos jornais em crônicas ou colunas que utilizavam a palavra ecos principalmente em seus títulos, o que demonstra segundo a autora o fascínio que cercava a festa de Momo, ou seja, “algo capaz de manter no ar, mesmo nos dias seguinte, sua sonoridade original, digna de ser lembrada”. CUNHA, M. C. P. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 13.

Nos dias seguintes à Festa Infantil da Quinta da Boa Vista, por exemplo, jornais como *A Noite* e *Correio da Manhã* publicaram matérias sobre as inúmeras crianças que ainda estavam perdidas, apontando também para outras muitas que se encontravam doentes, devido ao excesso de calor. As notícias levou o prefeito a publicar nota apontando que apenas três meninas teriam adoecido, se encontrando já “em caminho de franco restabelecimento” (*Correio da Manhã*, 18 de outubro de 1920). O prefeito também publicou outra nota negando o boato de que seriam punidas as crianças que deixaram de comparecer ao evento, comentado enfaticamente pelo jornal *A Noite*:

Depois que se consumou a brutalidade prussiana irrisoriamente dita em homenagem aos soberanos da heróica Bética, francamente, era isso que faltava, para a obra ficar completa, bem acabada, sem nada lhe faltar, para que o aspecto prussiano fique bem caracterizado: castigar os que escaparam ao suplicio! (*A Noite*, 20 de outubro de 1920)

A nota sobre o boato publicada pelo gabinete do prefeito esclareceu que só compareceram à festa os alunos “devidamente autorizados por suas famílias”, assim tal boato “não tem o menor fundamento” (*Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1920).

Os comentários do jornal *O País* sobre a festa infantil se destacam dentre os outros, pois, dão pouco enfoque a sua desorganização ou à experiência descrita como desagradável, devido ao calor, pela qual teriam passado as crianças. Segundo o jornal, as crianças “sofreram um pouco”, mas isso passou, “não houve males maiores”. Sobre as críticas ao evento que foram publicadas nos outros jornais, observou que se trata da “tendência para fazer de um arqueiro um cavalheiro”, ou seja, estava-se exagerando os aspectos desastrosos do evento. Para o jornal, o culpado do calor excessivo que “atormentou” as criancinhas era o inspetor de matas e jardins do município pela poda excessiva das árvores do parque, transformando-o em “um matadouro, não só para as crianças, mas de quantas pessoas por ali se arrisquem à pé nos dias de grande sol” (*O País*, 18 de outubro de 1920).

Já os “ecos” da Festa Veneziana apontariam para os gastos excessivos com sua organização, indicados primeiramente, na carta do cenógrafo Públio Marroia, publicada tanto no *Jornal do Brasil* como no *Correio da Manhã*. Segundo o cenógrafo, que não havia tomado parte na organização da Festa Veneziana, esta não passou de um negócio ilícito “cujo assalto aos cofres públicos era, a principio, de 600 contos, para ornamentação de 60 barquinhos...”, explicou o cenógrafo que apenas com a intervenção do presidente da República “a coisa ficou por 300 contos!”⁶

As denúncias do cenógrafo dão margem a polêmicas. O *Jornal do Brasil* publicou artigo colocando que tanto o público que compareceu a festa, quanto o próprio presidente “tem o direito de pedir contas do dinheiro” utilizado para sua organização (*Jornal do Brasil*, 20 de outubro de 1920). Para apurar as denúncias o presidente nomeou então uma comissão do Ministério da Justiça para examinar e sindicatar das contas e contratos feitos por ordem da Mesa do Conselho Municipal com relação Festa Veneziana (*Jornal do Brasil*, 22 de outubro de 1920).

É interessante observar que tanto a Festa Infantil quanto a Festa Veneziana deixaram os seus

6. A carta do cenógrafo foi publicada no dia 18 de outubro de 1920 pelos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*.

“ecos”, e não foram “lidas” da mesma forma pela imprensa. O jornal *A Noite* desferiu as críticas mais aguadas à Festa Infantil, enquanto para jornal *O Paiz* havia ocorrido certo exagero com relação aos aspectos catastróficos da festa. Já o suposto “carnaval” que iria se apresentar na enseada de Botafogo, despertou um artigo radiante do *Correio da Manhã*, que posteriormente iria apontar “alguns aspectos carnavalescos” na própria festa. Já o *Jornal do Brasil* não deixou de acompanhar o escândalo dos negócios ilícitos que teriam ocorrido na organização da Festa Veneziana. No entanto, ambas as festas receberam constantemente por parte destes jornais o adjetivo de “populares”, com várias referências ao grande número de pessoas que compareceram ao evento.

Nesse sentido, a Festa Infantil, além de popular era caracterizada como uma festa democrática, por conta da participação de alunos pobres e ricos, em um claro sentido de passar aos reais visitantes e ao público, uma imagem de sociedade igualitária e justa. Mas, falta organização à festa. Quando isso acontece o público passa dos seus “limites”, rompendo o cordão de isolamento ou atacando os poucos lanches servidos no evento, em um espetáculo nada elegante. Um ponto interessante que a Festa da Infantil ressaltou está nas críticas à desorganização, sinal de que se exigia que a apresentação de uma sociedade mais civilizada, mais organizada aos grandes visitantes, e não crianças caindo desmaiadas e um público descontrolado.

A outra também popular Festa Veneziana, que não tinha um ritual tão marcado como a Festa Infantil, acaba se colocando como a festa que mais se identificou com a cidade do Rio de Janeiro, que mais ressaltou suas belezas. Talvez nesta festa fosse possível observar o “espectador deliciado”, caracterizado por Oscar Lopes, maravilhado, principalmente, com o espetáculo luminoso que se desenrolava em sua baía; ou poderíamos ver também um público cantando seus maxixes populares, atribuindo outro significado, outra característica àquela festa pensada para celebrar não apenas os nobres visitantes, mas a arte nacional materializada nos trabalhos dos cenógrafos dos clubes carnavalescos. A festa foi também aclamada por sua originalidade, por seu caráter inédito, que mesmo os ventos que afligiram a baía naquela noite poderiam levar.

Por fim, foi possível visualizar que o dito fracasso da Festa Infantil levantou dúvidas sobre a própria legitimidade do evento, ao compor uma imagem negativa e cruel da sociedade, já a Festa Veneziana, com seus ‘ares’ carnavalescos, apresentou-se mais alegre, mais colorida, encerrando ‘com chave de ouro’ a visita dos soberanos belgas ao Brasil.

BIBLIOGRAFIA

Periódicos:

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1920.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1920.

A Noite. Rio de Janeiro, 1920.

O Paiz. Rio de Janeiro, 1920.

Livros e artigos:

CAUFIELD, S. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CUNHA, M.C.P. *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano).

GABAGILIA, L.P.R. *Epitácio Pessoa (1865-1942)*. São Paulo: José Olympio, s./d.

GARAMBONE, S. *A Primeira Guerra Mundial e a imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

JANCSÓ, I. e KANTOR, I. (org.). *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001.

LAMBERT, H. M. F. C. “Festa e participação popular: São Paulo – início do século XX”. *In: História*, n.º.13, 1994, p. 121-29.

LOPES, A. H. (org.). *Entre Europa e África: a invasão do carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Topbooks, 2000.

MACHADO, M. C. T. (org.); PACHECO, Cardoso Heloisa Helena (org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. 1ª. ed. Uberlândia: Edufu, 2005.

MOTA, M. S. A. *Nação faz 100 anos. A questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 1992.

NEDELL, J. *Belle époque tropical*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

OCTAVIO, R. *Minhas memórias dos outros*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1935.

OLIVEIRA, L. L. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º.4, 1989, p.172-189.

_____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PARADA, M. B. A. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e praticas disciplinares no Estado Novo*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro. 2003.

PESSOA, E. *Pela verdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

PINTO, S. C. S. *Elites políticas e o jogo de poder na cidade do Rio de Janeiro (1909-1922)*. Rio de Janeiro: Tese Doutorado UFRJ/IFCS, 2002.

REIS, L. V. S. “O que o rei não viu: música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da Primeira República”. *Estudos Afro-asiáticos*, 2003-01-01.

SEVCENCKO, N. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 4.ª edição, 1995.

SODRE, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SUSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras. Literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VELLOSO, M. P. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

VISCARDI, C. M. R. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do ‘café com leite’*. Belo Horizonte: C/A, 2001.

WANDERLEY, M. R. *JUBILEU NACIONAL: A comemoração do quadricentenário do descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional (1900)*. UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Departamento de História (dissertação de Mestrado). 1998.

Marcelo Souza Oliveira

História, literatura e mercado literário na Bahia oitocentista: o projeto de Anna Ribeiro Góes Bittencourt

Resumo

Graduado em História e
Mestrando em Estudo de
Linguagens pela UNEB.
historiadormarcelo@bol.com.br
professormarcelo@yahoo.com.br

A Bahia nos fins do século XIX enfrentou várias transformações sociais e econômicas que provocaram o declínio da elite agrária do Recôncavo, composta por senhores de engenho. Nesse período Anna Ribeiro, uma senhora de engenho, pertencente a uma das famílias mais tradicionais e poderosas da Bahia, ousou a colocar em execução um projeto literário com fins de combater as "novidades vindas fora" e, não apenas isso, também de reafirmar a identidade da elite a qual pertencia. Para isso, Anna Ribeiro soube se utilizar do mercado editorial baiano de então, além de transitar de maneira hábil no seio do cânon literário dominante. Esse artigo se propõe a fazer uma análise da atuação dessa escritora dentro desse contexto. Para isso são analisados prólogos, prefácios e dedicatórias de seus romances, além de manuscritos e críticas de literatos da época, pontuando sua atuação em vários periódicos do período.

Palavras-chave: História. Literatura. Mercado literário.

Abstract

Bahia in the ends of the century XIX faced several social and economical transformations that they provoked the decline of the agrarian elite of the Bay area, composed by plantation owners. In that period Anna Ribeiro, a mill lady, belonging to one of the most traditional and powerful families of Bahia, dared to put in execution a literary project with ends of combatting the "innovations arrivals out" and, not just that, also of reaffirming the identity of the elite which belonged. For that, Anna Ribeiro knew how to use of the market editorial from Bahia of then, besides in a skilled way in the breast of the dominant literary canon. That article intends to do an analysis of that writer's performance inside of that context. For that prologues, forewords and dedications of their romances are analyzed, besides manuscripts and you criticize of writers of the

time, punctuating her performance in several newspapers of the period.

Key-words: History. Literature. Literary market.

O cânone literário sempre se manteve alheio à produção que não se enquadrasse nos projetos hegemônicos impostos pela cultura dominante. Eurídice Figueredo (2005) reitera que, no Brasil, um projeto de nação fomentado ainda no século XIX, instituiu um cânon que se sobrepôs as várias expressões das literaturas regionais e locais, além de tentar excluir os autores que não se enquadrassem dentro dos padrões estabelecidos. Um cânon que surgiu em função da ideologia dominante, para garantir um projeto de nação nos moldes europeus, centrado nos estados brasileiros do centro-sul e voltado para os seus interesses.

Para Nancy Vieira Fontes (1999), a Bahia do século XIX, não entrou no projeto de nação brasileira, principalmente no início da República. O cânon literário brasileiro que passou para a história pertencia ao eixo localizado no centro-sul do país, deixando para trás inúmeros autores também brasileiros das diversas regiões e localidades. Na Bahia, o grupo a que pertencia Afrânio Peixoto, Almanachio Diniz, Fabio Lopes e Xavier Marques, se deteve a escrever uma prosa regionalista de influência realista ou, por vezes, a assumir o estilo romântico que predominou no decorrer dos oitocentos e que era bastante difundido dentro do estado, mas, que por se diferenciar dos padrões do centro hegemônico permaneceu no ostracismo literário.

Também nesse período, buscando o seu espaço, algumas mulheres transpuseram essas barreiras, lançando-se no mundo das letras, arriscando-se a publicar textos romanescos e poéticos. Esse grupo se atreveu a entrar no mercado literário de então, ousando-se também a tentar constituir um público alvo e uma literatura distinta das demais produzidas na região, embora também influenciada pela literatura européia. Foi o caso de Amélia Rodrigues, Adelaide de Castro Alves e Anna Ribeiro (ALVES, 1997). Esta última foi considerada pela crítica como a primeira romancista baiana, produzindo e publicando uma vasta obra. Mostrar sua atuação no cenário literário baiano nos fins dos oitocentos é o objetivo desse artigo.

Anna Ribeiro de Araújo Góes nasceu em 1843, na vila baiana de Itapicuru, mudando-se com os pais para a freguesia de Sant'anna do Catu no Recôncavo baiano ainda menina. Pertencente a uma das mais conceituadas e antigas famílias da província baiana, que era considerada nas palavras da própria Anna Ribeiro como “uma espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era segunda nobreza do país, como era na França a magistratura” (BITTENCOURT, 1992: 1).

A realidade de Anna Ribeiro foi bem típica de uma sociedade patriarcal e agrária: escravos, engenhos, barões (era sobrinha e prima de três dos mais poderosos e abastados da região), igreja... Esposa dedicada do médico e senhor de engenho Sócrates Bittencourt, primeiro Intendente de Santana do Catu, empenhou-se em cuidar de seus três filhos, de seu pai e dos serviços domésticos juntos aos dos escravos. Anna Ribeiro pode ser considerada uma típica representante da elite feminina do recôncavo baiano no século XIX. Escritora hábil e detalhista se dedicava a

produzir textos para as jovens “sinhazinhas” de seu tempo.

Anna Ribeiro pode ser considerada uma típica representante da elite do recôncavo baiano no século XIX. Foi a primeira romancista baiana, num período em que o cânone literário baiano e brasileiro era dominado por homens. Essa escritora se propôs a produzir textos literários com o intuito de orientar suas conterrâneas nos caminhos da “moral” e dos “bons costumes”. Escreveu artigos para vários periódicos da época destacando-se o *Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro* e a *Paladina do Lar*. A obra de Anna Ribeiro é vasta e diversificada. Nancy Rita Vieira Fontes classifica sua produção literária da seguinte forma: romances sagrados - *A Filha de Jephthé* (1882) e *Abigail* (1921) – e romances profanos – *O anjo do perdão* (1885), *Helena* (1901), *Lúcia* (1903), *Leticia* (1908) e *Suzana* (Inédito) Ribeiro também produziu um livro de memórias intitulado *Longos Serões do Campo* (1992). Produziu ainda aproximadamente seis contos, dezessete poemas, três hinos religiosos e dezessete artigos. Além de quatro manuscritos na área da crítica literária.

Vários literatos destacaram a importância de Anna Ribeiro para a literatura, como é o caso de Almanachio de Diniz, Augusto Machado, Thales de Azevedo, Carlos Eduardo da Rocha, em ocasião do cinquentenário da morte da escritora. Alguns pesquisadores se detiveram à análise da produção literária feminina no Brasil oitocentista, citando D. Anna como exemplo. Nos anais da Academia de Letras da Bahia estão registrados alguns discursos onde esses e outros imortais não pouparam deferências em relação ao Anna Ribeiro e destacando sua importância no cenário da prosa baiana dos fins dos oitocentos e início dos novecentos, além de destacar sua atuação dentro da produção voltada para defesa da moral e na luta contra as “inovações”. No entanto, a pesquisa mais completa sobre a autora foi realizada por Nancy Rita Vieira Fontes em sua dissertação de mestrado *A Bela esquecida das Letras Baianas: a obra de Anna Ribeiro* onde a pesquisadora faz o levantamento e classificação da produção literária da obra da autora. Para Fontes, os romances de Anna Ribeiro têm um valor pedagógico onde as histórias têm a função de mostrar às jovens a necessidade de conservar os “valores e os bons costumes” através de lições de moral explicitamente evocadas em seus escritos. Entretanto, uma análise mais detalhada desses textos revela que mais do que um projeto literário de fins meramente educativos, a literatura de Anna Ribeiro buscava uma afirmação identitária frente, as mudanças sociais e econômicas que a Bahia estava passando nos fins do século XIX.

A província baiana nesse momento passou por um processo social e político que permeou uma mudança de comportamento na elite feminina sendo que a literatura para moças teve um papel preponderante nessa questão. Segundo Gilberto Freire, (2004) a segunda metade do século XIX é marcada pela decadência do patriarcado rural¹ que se consolidara nas casas grandes e fazendas. A crise econômica das atividades agro-exportadoras, sobretudo a canavieira, levou vários membros da elite a cursarem um curso superior nas capitais, a exemplo dos cursos de medicina, engenharia, farmácia e direito. As idas a capital se tornaram cada vez mais frequentes

1. O conceito aqui expresso se remete a estrutura família centrada onde o senhor de engenho reside permanentemente em suas terras, cercado pela mulher, filhos, grupo frequentemente ampliado pela presença não só de parentes, mais ou menos, próximos – pai, mãe, irmãos, primos – como de afilhados e até de filhos bastardos. Além de agregados e escravos. MATTOSO. Kátia M. de Queirós. Bahia século XIX: Uma Província no império. 2ª Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1992. p.188-192, p.592.

estabelecendo contatos crescentes com os ambientes urbanos. As transformações políticas e sociais desse período foram marcadas por acontecimentos como a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Tal processo foi acompanhado pelo desejo das elites baianas de aderirem ao projeto de “civilidade” européia para a fomentação do projeto de nação brasileira ao passo em que as mesmas perdiam força no cenário nacional e mesmo regional.

Além das dificuldades no cenário econômico e social, a sociedade baiana dos fins do século XIX, teve que lidar com as idéias e doutrinas vindas da Europa e dos EUA. Doutrinas como o liberalismo, o positivismo, o protestantismo, o espiritismo e outras tantas começaram a ser difundidas nos meios de comunicação baianos, o que gerou protestos da elite baiana, sobretudo da elite feminina, a quem a igreja atribuía o papel de baluarte da “moral e dos bons costumes”, restituindo o mês de Maria e o culto mariano com o intuito de formalizar às mulheres as funções de protetoras do lar, da família e da sociedade². Católica fervorosa, Anna Ribeiro inscreveu os valores marianistas em vários de suas personagens, a exemplo da jovem Letícia, protagonista do romance de mesmo nome publicado em Salvador em 1908. Letícia é um exemplo de um estilo de vida, onde a mulher é inscrita como guardiã do lar e da sociedade. Admirada por todos Letícia é caracterizada como uma mulher de caráter irretocável e de uma santidade divinal que lembra em muito a própria Virgem Maria. Ela é encarregada de socorrer o pai – o senhor de engenho senhor Travassos - no leito de morte, mesmo com a incompreensão do marido e também de cuidar do mesmo quando adoece e é abandonado pela amante por quem abandonou a nobre esposa. Tratando-o com todo o respeito que se deve a um marido Letícia sempre recebe em sua casa mesmo sabendo que ele vive uma “paixão infame” com a devassa atriz Edelvira. No final da trama, Eurico se arrepende e volta ao seio do lar implorando o perdão da esposa, ao afirmar: “- Letícia, tens razão em não me acreditar, conheço a profundidade do abismo onde cai e do qual tua mão redentora me tirou” (BITENCOURT, 1908: 204). Mesmo sem perdoar de início por pensar que o rapaz apenas queria retribuir os cuidados dispensados por ela. Letícia por fim o perdoa. A própria narradora se encarrega de anunciar o desfecho, onde o “Mancebo, louco de jubilo lançou-se aos pés da esposa beijando-lhe as mãos, não com amor, mas com a adoração que o verdadeiro crente consagra a uma divindade” (Idem: 206).

Roger Chartier, (1994) afirma que o livro procura instaurar uma ordem, mesmo que caiba ao leitor atribuir-lhe significados. A intenção de convencer suas jovens leitoras desse papel levou Anna Ribeiro a “missão” de educá-las através da literatura. No prólogo de Letícia os termos utilizados por ela ao referir-se aos objetivos do livro são bem alusivos: “Neste romance procuro demonstrar...”, “finalmente procuro provar...”. Em sua missão Anna Ribeiro propõe a instituição de modelos expressos em suas histórias que levassem as moças um referencial de comportamento. Dentro das mudanças que a elite rural baiana enfrentava no final do século XIX, ela irá representar o papel da mulher para a manutenção de determinados padrões mínimos dentro desse contexto. Tendo contraditoriamente que sair do âmbito privado ao público para a militância de defesa das mulheres e homens de “bem”.

2. A esse respeito ver REIS, Adriana Dantas. *Corã: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador; Centro de Estudos baianos da UFBA, 2000.

O momento de instabilidade identitária vivida pela elite, levou a classe dominante a se utilizar de todos os instrumentos possíveis para defender a sua posição na hierarquia social. Michael Pollak (1992) afirma que a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com os outros. Na busca pela defesa da moral e dos bons costumes Anna Ribeiro, põe em prática um projeto literário que tem por objetivos não só orientar as moças pertencentes ao seu grupo social, mas, reafirmar a identidade desse grupo que durante todo o século XIX se deteve na hegemonia no cenário baiano impondo uma ideologia paternalista que reafirmava uma posição de destaque perante a sociedade baiana a classe senhorial do Recôncavo. Os artigos publicados nas revistas femininas da capital fazem apologia contrária a todos os discursos que vieram de frente ao ideal de sociedade senhorial. Em um artigo intitulado *A propaganda do protestantismo*, a autora critica as seitas protestantes e atribui o seu crescimento a falta de assistência que os pais – principalmente as mães – estavam dando aos filhos na sua educação.

O projeto literário de Anna Ribeiro, ao contrário do que possa pensar, foi muito bem articulado e executado, sempre de acordo com as regras do mercado editorial vigentes na Bahia no último quartel do século XIX. A autora, durante toda sua trajetória literária, que durou até meados do século XX, acompanhou as tendências editoriais baianas de seu tempo. O seu primeiro romance – *o Anjo do Pedrão* (1882) – foi prefaciado pelo Visconde de Taunay, a pedido do primo da autora, o barão de Araújo Góis, fato que evidencia a necessidade de um “padrinho” literário para validar a produção de uma mulher nessa época. Interessante observar que em nota ao o barão de Araújo Góes ele declara “ser o primeiro romance de Anna Ribeiro muito complexo para o seu público alvo”, ou seja, as mulheres e sugere que “ela escreva sobre temas mais fáceis que fale ao coração do povo”. As palavras de Taunay parecem ser um conselho para que a nova autora explorasse o regionalismo como estratégia de identificação com o leitor, conseguindo assim se manter na carreira literária. O autor de *Inocência* estava também fornecendo um meio de inserção da nova escritora no cenário literário. Ciente de como executar seu projeto, ela tanto se utilizou dessa como de outras estratégias de aceitação. Algumas hoje, pouco compreendidas, por obedecerem à outra lógica de vida e de atuação social.

Roger Chartier (2001) assevera que cada livro tem uma vontade de divulgação, dirige-se a um mercado, a um público, e deve circular e ganhar extensão. Para isso ele conta de um lado com o autor, e por vezes com o editor, que visa impor explicitamente maneiras de ler, códigos de leitura. Esses códigos de leituras se apresentam das mais diversas formas e buscam identificar o leitor com a leitura fazendo com que esse ascenda àquela. Eles vão desde a estruturação da publicação (em forma de volume ou folhetim, por exemplo), passando por formas de orientar a leitura dos textos (prefácios, prólogos e epílogos, notas de rodapé, autógrafos e dedicatórias) até estratégias ideológicas de inserção no meio literário. Anna Ribeiro soube se utilizar de todas elas.

Não obstante, a primeira romancista baiana a ter, aparentemente, ouvido o conselho do seu padrinho literário, publicando em seguida *Anjos do Perdão*, folhetim ambientado no cotidiano do

Recôncavo baiano dos oitocentos, outra estratégia da escritora das sinhazinhas era de não definir seu “estilo literário” buscando com isso fugir das críticas direcionadas e adotando ao mesmo tempo apenas aspectos das correntes literárias românticas e realistas conforme a necessidade do cumprimento de seus objetivos. Ao indicar as suas “as suas patrícias” “conselhos” que suscitem a “moral” e os “bons costumes” a autora busca uma identificação com as mesmas, Na dedicatória da *Letícia*, Anna Ribeiro oferece a sua prima Maria Joana de Araújo Góes e no prólogo do mesmo romance:

Oferencendo-te e a teu esposo meu humilde trabalho dirijo-me em particular a ti. Não esperes encontrar nele grande mérito literário (...). Acharás, porém princípios de sã moral, bons exemplos tirados de fatos, nem todos imaginários e sim colhidos na experiência e observação (BITTENCOURT, 1908: I).

Não me dirijo aos homens repletos de conhecimentos científicos e literários (...). Falo a vós, minhas patrícias que, dotadas de inteligência e gosto não vos contentais com fúteis passatempos, e procurais a leitura amena e agradável diversão ao espírito, colhendo lições e preceitos (...). Não tenho pretensões a criar uma escola, o que seria incrível ousadia em vista da posição que ocupo no mundo das letras. Também, intencionalmente, jamais me filiei à escola alguma, porque isso é contrário a minha índole e gosto (Idem: V-VI).

A sua estratégia constituía-se numa opção por ocupar um mercado literário ainda não explorado pelos escritores baianos naquele período: o romance de formação para mulheres. Anna Ribeiro era uma mulher informada, que lia livros e revistas da Europa, Portugal e Brasil, e por isso tinha consciência das lacunas deixadas pelo mercado. A aparente despretenção em se “enquadrar” numa escola literária, como ela mesma afirmava, era uma opção de não invadir um mercado literário já definido e ocupado, por escritores do gênero masculino, que como se sabe, dominavam o cenário público naquele momento. Nada mais perspicaz e prudente do que criar o seu próprio público, - a elite feminina - quando o público já estabelecido - homens da elite - por questões do discurso dominante já tem um cânon literário definido. É preciso lembrar que a referida autora é uma mulher da elite típica do século XIX e que em sua visão, à mulher competia o papel de auxiliadora do homem, cabendo ao último o “cetro” da sociedade. Não se pode, no entanto, pensar em suas ações e forma de pensar a partir dos valores contemporâneos. Ainda assim, mulheres como Anna Ribeiro conheciam bem o mundo paternalista e patriarcal em que viviam, e por vezes, tracejavam dentro do mesmo para conseguir seus intentos, sem que para isso fossem ao encontro da ideologia dominante. No caso das mulheres da elite, é válido lembrar que elas não eram tão submissas quanto se pensava e que as mesmas sabiam como conseguir seus objetivos utilizando para isso o próprio discurso do dominador. A estratégia “humilde” de Anna Ribeiro para consolidar-se no cenário literário baiano é uma evidência disso. Seus romances “despretensiosos” foram sucesso de crítica. Tratava-se de uma mulher astuta e perspicaz que sabia no mundo em que se introduzia e sabia também como permear por ele. Almanachio Diniz, um dos maiores escritores da Bahia no século XIX, referindo-se a romancista do Recôncavo baiano tece comentários esclarecedores para o tema em questão:

Na Bahia, nesta terra estagnada e moritusa, ainda há quem cultive a literatura sem escândalos, modestamente, mas com superioridade de vistas.

Esta neste caso D. Anna Ribeiro de Góis Bittencourt, autora de várias novelas publicadas em folhetins de jornais desta capital e do bem mencionado romance “Letícia” com que abro essa série de ponderações críticas.

Num meio como o nosso de intrujices vindas nos porões dos navios de norte as sul do país, um romance aparecido com o fruto da terra é um acontecimento. E a crítica por mais vigorosa que entenda de certo, aponta defeitos em um livro que não tem similar para termo de comparação. Qual o romance de escritora baiana para entrar em comparação com “Letícia”? Louvado seja, portanto, quem trabalha em tempos como estes os meus aplausos a desinteressada constância nas letras que tem acentuadamente recomendado a Ins^a. D. Anna Bittencourt (DINIZ, Almachio. *Comentários sobre o romance Letícia*. Material manuscrito).

A crítica de Diniz, não obstante ser uma referência a “pratas da casa”, e a valorização os escritores locais em detrimento dos de fora, é também uma alusão crítica da literatura realista e naturalista, ou mesmo romântica e um manifesto em favor da literatura de fins moralistas, campo em que segundo ele Anna Ribeiro atuava muito bem, sobre isso também se pronunciou Gilberto Freire, em Sobrados e Mucambos:

Bem dizia em 1885 Da. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, ilustre colaboradora baiana do Almanaque de lembranças luso-brasileiro, alarmada com as tendências românticas das novas gerações – principalmente com as meninas fugindo de casa com os namorados – que convinha aos pais evitar as más influências junto às pobres mocinhas. O mau teatro. Os maus romances. As más literaturas. Os romances de José de Alencar, por exemplo, com “certas cenas um pouco desnudas” e certos “perfis de mulheres altivas e caprichosas (...) que podem seduzir a uma jovem inexperiente, levando-a a querer imitar esses tipos inconvenientes na vida real (FREIRE, 2004; 249).

Ao mesmo tempo em que cumpria sua missão de preparar as senhorinhas de engenho para as mudanças processadas na Bahia no final dos oitocentos, Anna Ribeiro também explorava a demanda advinda da falta desse tipo de produção por parte dos escritores da Bahia naquele momento.

Outra estratégia de inserção de Anna Ribeiro no cenário literário baiano se percebe já na sua segunda publicação, quando utilizou outro artifício para alcançar seu público alvo: os folhetins, publicados nos rodapés de vários jornais da capital e do interior baiano. D. Anna provavelmente sabia que o mercado literário voltado para as mulheres era muito restrito, e por isso, voltou-se para as publicações folhetinescas em jornais, a princípio, voltados para o público masculino³. Entretanto, um jornal de grande circulação ao ser comprado, tem, em voga o alcance de vários leitores, sendo uma tática dos editores para aumentar as vendas. Trata-se de uma articulação de interesses mercadológicos bem delimitados e voltados para o consumo. Esses moldes seguiam tendências do mercado editorial Francês, que naquele período servia de modelo civilizacional para o Brasil, sobretudo a Bahia. Ainda no início da carreira literária da autora Augusto Blake fez um alusivo comentário sobre a entrada de D. Anna no mercado literário:

3. A historiadora Adriana Reis relata que em função das mudanças de comportamento na elite baiana que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, as mulheres da elite passaram por um processo de socialização, sendo que para isso surgiu um mercado editorial que publicava sugestões da moda e comportamento em sociedade (Idem).

(Anna Ribeiro) Deu-se desde jovem á literatura, não só de seu país como a francesa; cultivava a poesia, e achando um certo encanto na decifração de charadas e logogrifos, tem composto uma grande numero deles, e publicado alguns no Almanaque luso-brasileiro de 1880 a 1882, no Almanaque da Gazeta de Noticias da Bahia de 1883 (...). O anjo do perdão: escreveu a pedido de Antonio Lopes Cardoso e acaba de ser-lhe entregue para ser publicado na gazeta de Noticias da Bahia, em folhetins, e depois talvez seja impresso em volume (BLAKE, 1883: 94).

O romance *Anjos do Perdão* une ao mesmo tempo o toque regionalista a que fora orientada por Taunay e a sugestão editorial do representante do jornal, o senhor Antonio Lopes Cardoso, o que evidencia a concatenação do projeto literário de Anna Ribeiro às possibilidades impostas pelo mercado literário, não só em relação aos romances mais facilmente “aceitáveis” pelo público, mas pelo meio de comunicação mais recomendado para alcançá-lo, nesse caso a publicação em forma de folhetim. Com isso, a autora consegue alcançar suas leitoras, sem comprometer a essência de sua mensagem: o ideal de comportamento e de ação da mulher para manutenção ou mesmo adaptação do seu grupo social frente às mudanças que a Bahia vivia no final do século XIX. Alguns anos depois a tática da autora foi se utilizar de meios de comunicação especializados assumidamente voltado para um público feminino através das revistas *A voz* e a *Paladino do lar*, ambas as publicações da Liga Baiana das senhoras Católicas.

A última estratégia utilizada pela romancista baiana, foi o tom realista das tramas dos seus romances, influência das leituras dos romances europeus do século XVIII. Ribeiro lia freqüentemente esses romances desde a sua mocidade quando um monge amigo da família lhe emprestava. Os formatos dos romances que ela seguia em seus escritos corroboram com a visão enunciada pelo crítico literário Ian Watt, tanto na “reconstituição” do ambiente vivido quanto na nomeação quando se buscava a individualização e identificação dos personagens⁴. Seu intuito era buscar uma identificação da leitora com a leitura, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, o cumprimento da função de “testemunho histórico” dos seus romances. O cruzamento das histórias contadas em seus folhetins com as memórias por ela escrita esclarece bem essa opção. Muitos sujeitos históricos que ela menciona em seu livro de memórias são nitidamente recriados nos enredos romanescos como é o caso de seu pai Mathias de Araújo Góes e sua correlação com o senhor Travassos pai da protagonista de *Letícia*, para citar um dos inúmeros exemplos. O comportamento, a personalidade, o tratamento com os escravos são idênticos e até a suas mortes são parecidas: enquanto o pai de Anna Ribeiro morreu doente por se negar a ir fazer tratamento na capital, o pai da personagem toma a mesma decisão. A expressão dos dois – sujeito histórico e personagem – frente aos escravos libertos após da abolição expressa o sentimento da elite frente à posição do governo, da qual se queixavam não terem sido devidamente ressarcidos. O tom realista de Anna Ribeiro em seus textos romanescos é uma oportuna fonte para entender as representações que elite fez sobre a experiência do final dos oitocentos. Sobre a forma realista

4. Ian Watt faz um estudo sobre os romances ingleses no século XVIII, utilizando como estudos de casos os escritores Defoe, Richardson e Fielding. Nesse estudo, esse teórico da literatura, faz uma apanhado sobre o romance enquanto gênero literário na Europa naquele período, em seus perfis e caracterizações básicas (WATT. Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo. Companhia das letras, 1990).

expressa Ribeiro certa vez afirmou:

O romance não é mais uma fantasia de imaginação para o divertimento das damas, porém sim uma obra séria, cujos detalhes são documentados e na qual os investigadores do século próximo irão encontrar escrita, dia a dia a história do nosso século (BITTENCOURT, 1911: 91).

Observa-se que para autora, o romance teria que oferecer uma leitura a qual seus apreciadores deveriam se identificar. Ele necessitaria ter também funções bem definidas, deveria focalizar a vida como ela era ou pelo menos como os autores a representavam. Deveria também mostrar a realidade e os problemas que essa apresentava, e deveria conter noções e posturas para superar as dificuldades que a classe senhorial enfrentava na Bahia dos fins do século XIX. Uma análise da produção dessa autora oferece uma fácil identificação de como ela se utilizava do realismo, no que tange a representação da realidade. Isso fica claro na composição do ambiente de suas tramas, pois suas histórias sempre se passam no Recôncavo Baiano. Seus romances registram por vezes acontecimentos históricos presenciados pela autora e a mais importante de tudo seus personagens são criação de sujeitos históricos que conviveram com ela. Pesavento (2004) reitera que tanto a história quanto a literatura são formas de explicar o presente, inventar o passado e imaginar o futuro. Ela também afirma que se a intenção for utilizar tais textos nos moldes “oficiais” à literatura não terá muito a contribuir. Se por outro lado a intenção do historiador for o resgate das representações passadas, as significações e formas de enxergar o mundo em um dado período, a literatura é uma das fontes privilegiadas. Por certo a função da escritora baiana não era se remeter às representações de seu tempo e sim documentá-las da forma mais positivista, segundo as leituras que fazia na Faculdade de Medicina da Bahia, porém isso só fez enriquecer sua literatura enquanto fonte para os historiadores do nosso tempo, os chamados historiadores da cultura.

A atuação de Anna Ribeiro no cenário literário dominante não foi passiva, nem débil. Muito pelo contrário, ela soube transitar dentro das limitações impostas pelo cânon dominante e soube também se aproveitar da sua posição social para conseguir construir sua trajetória literária. Outras mulheres também se aventuraram diante do difícil, mas não impossível desafio de transitar num mundo dominado pelos homens, como a escritora Amélia Rodrigues, a quem Anna Ribeiro considerava como uma de suas mestras. Essas e outras mulheres formaram nesse período o que a historiadora Márcia Barreiros chamou de “rede de solidariedades femininas” em sua tese de doutorado em História *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*, publicado em forma de livro pela editora Quarteto em 2004. Essa “rede de solidariedades” ajudou a compor uma “frente de batalha” contra as “inovações vindas de fora” e a “depravação moral da sociedade”. Na década de 1910, esse mesmo grupo publicaria as primeiras revistas femininas publicadas e editadas predominante por mulheres *A voz* e a *A paladina do Lar*.

As críticas e os comentários dos principais autores baianos da época sobre autoras como Anna Ribeiro, dão a impressão de que as mulheres que se inseriram no mundo das letras naquele período e que buscaram uma não concorrência com o mercado literário hegemônico, tiveram

bons resultados e não foram “silenciadas” como sugere Nancy Vieira Fontes em sua dissertação sobre Anna Ribeiro. Fontes sugere que a autora oitocentista teria sido “esquecida” da literatura baiana por ser a primeira mulher a escrever em prosa naquele estado, sofrendo assim com o preconceito em mundo dominado pelos homens e que as autoras femininas teriam sido “silenciadas” pelo cânon dominante eminentemente preconceituoso e machista.

Um olhar atento sobre a trajetória de escritoras como Anna Ribeiro, mostra que ela esteve no cenário literário por várias décadas, publicando em vários meios de comunicação, inclusive livros encadernados em editoras de Salvador. Se ela foi “silenciada” como conseguiu produzir por tanto tempo? Como conseguiu publicar tantos trabalhos? Como já foi apontado anteriormente, pelo menos durante o período de sua atuação no cenário literário ela se manteve dentro do mercado literário, em seguimento que não comprometia o mercado hegemônico, e talvez por isso pode se desenvolver. Anna Ribeiro soube permear esse mercado, tinha consciência do domínio masculino naquele mundo e não o negava, mas sabia como transitar por ele, conseguindo aquilo que julgava necessário para cumprir sua “missão literária”.

Enquanto ao tal “silenciamento” do cânon literário, basta lembrar que se as autoras baianas oitocentistas não estão nos livros de literatura da atualidade, os autores baianos também não estão. Se as mulheres escritoras do período referido foram segregadas do cânon brasileiro, os escritores que não pertenciam ao eixo do centro-sul, ou não se enquadravam nos moldes estabelecidos também foram da mesma forma excluídos.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. “A leitura: uma prática cultural”. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BURKE, Peter. *Variiedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CHALHOUB, S. e PEREIRA, L. (org.). *História Contada*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, S. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

CULLER, Jonathan. “Leitores e leituras”. In: CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Tradução: Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa, Deferiu, 1990.

_____. *A ordem dos livros*. Tradução de Mary Del Fiori. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

CALMON, Pedro. *História da literatura baiana*. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador, 1949.

COSTA, Afonso. *Poetas de outro sexo*. Rio de Janeiro: IGHba., 1930.

DARNTON, Robert. “História da leitura”. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspec-*

tivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. 15ª ed. São Paulo: Global, 2004.

FONTES, Nancy Rita Vieira. *A bela esquecida das letras baianas: a obra de Anna Ribeiro*. Orientador: Profa. Dra. Ívia Iracema Duarte Alves. Salvador, 1995. Mestrado em Letras (UFBA), 1999.

FIGUEIREDO, Eurídice e NORONHA, Jovita. "Identidade nacional e identidade cultural". In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de identidade e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

GEERTZ, Cliofford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEITE, Márcia Maria Berreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: uma província no Império*. 2ª ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, nº 10, Teoria e História. Rio de Janeiro, FGV, 1992.

ROCHA, Carlos Eduardo da. "Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, a primeira romancista baiana". *Revista do Conselho Estadual de Cultura*, Salvador. 1981.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador; Centro de Estudos baianos da UFBA, 2000.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ª ed. Persar Abramo. São Paulo. 2004

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira". In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHUMAHER, Shuma e BRASIL, Érico Vital (org.) *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

WATT. Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo. Cia. das letras, 1990.

Arte: um vestígio singular. As obras de arte e as fontes dos historiadores

Resumo

Bacharel em História pela
Universidade Federal de
Ouro Preto.
suianni@hotmail.com

A História e a História da Arte procuram desde o século XIX propor metodologias capazes de dizer sobre o significado das obras de arte e a sua relevância para o conhecimento histórico. Enquanto partes do passado as obras de arte compõem sem dúvida as fontes necessárias ao método historiográfico. A especificidade de sua linguagem, entretanto, fez muitos historiadores recuarem. A partir das proposições sobre história e cultura do historiador Jacob Burckhardt buscamos traçar um inventário dos problemas e das soluções apontadas por ele para as fontes imagéticas. A alternância circular entre o particular e o universal reabilita as fontes artísticas a informarem sobre o passado. Essa relação perpassa os estudos de muitos historiadores da arte do século XX e vem ao encontro das variações de escalas da historiografia contemporânea, principalmente a micro-história representada em Carlo Ginzburg.

Palavras-chave: História da arte. Paradigma indiciário. Particular/universal.

Résumé

Depuis le XIX^{ème} siècle, l'histoire et l'histoire de l'art ont cherché des méthodologies capables de dire sur la signification des oeuvres d'art, aussi bien que de son importance par rapport la formation de la pensée historique. Tandis qu'elles sont une partie du passé doivent être des sources pour l'historiografie. Neanmoins la particularité du leur langage, ont fait reculer plusieurs historiens. Ayant comme point de départ les études de Jacob Burckhardt sur l'histoire et la culture nous avons essayé de récupérer les questions et les solutions proposés par cet historien. Le mouvement presque circulaire entre ce qui est particulier et ce qui est universel permetent que les œuvres artistiques soient des souces historiques. Cette forme de penser est presente dans l'oeuvre des plusiers historiens du XX^{ème} siècle et rencontre les changements de échèles de l'historiografie contemporaine, surtout la micro-histoire de Carlo

Ginzburg.

Mots-clés: histoire de l'art. "Paradigma indiciário". Détail/universel.

[...] Nem tudo se pode saber ou dizer, como nos querem fazer acreditar. Quase tudo o que se sucede é inexprimível e decorre num espaço que a palavra jamais alcançou. E nada mais difícil de definir do que as obras de arte — seres misteriosos cuja vida imperecível acompanha nossa vida efêmera [...] (RILKE, 1997: 41).

A sombria afirmação de Rainer Maria Rilke acerca de nossa impossibilidade de exprimir o significado das obras de arte continua rondando os historiadores. A História da Arte almeja exatamente a possibilidade de compreender os significados contidos na arte e, principalmente, compreender o passado ao qual ela encontra-se eternamente interligada. Como historiadores da arte, não podemos nos resignar a aceitar que a mesma abrigue-se em um domínio no qual nossa palavra não possa alcançar. O que este texto se propõe é exatamente uma reflexão sobre alguns dos paradigmas que desde o século XIX vêm tentando atribuir sentidos à relação inevitável entre a arte e o passado, relação esta tantas vezes distante de ser desvelada.

As imagens sem dúvida compõem uma parte do conjunto de vestígios do passado. Enquanto vestígios aglomeram informações, nem sempre explícitas, e aguardam uma organização capaz de lhes atribuir sentido. Sentido ininterruptamente buscado para alcançar o passado. Recolhamos vestígios, fragmentos, imagéticos ou não, que possam validar o que inferimos sobre o passado.

Ao afirmarmos, contudo, o destaque de vestígios na formação do discurso histórico desponta um problema historiográfico mais profundo. A História, ao longo de mais de um século, almejou construir parâmetros consensuais a respeito da importância do documento para a consolidação de um argumento cientificamente válido.

Numa disciplina voltada essencialmente para o passado, a fonte, sua identidade e sua validade, encarrega-se de aportar ao presente alguma compreensão. Os documentos por si próprios não são suficientes para aferirmos definitivamente o passado. Além disso, uma segunda questão se impõe: a capacidade das fontes não escritas informarem sobre uma outra época e uma outra sociedade, e as dificuldades inevitáveis ante a especificidade de sua linguagem.

Durante o século XIX a historiografia pouco se dedicou ao objeto artístico. Além dos trabalhos de Jacob Burckhardt, poucos são aqueles que poderíamos citar em abordagens realmente dedicadas às artes (BURCKHARDT, 1973, *passim*). O que encontramos frequentemente são estudos de arte dedicados ao domínio da estética ou ainda estudos que se interessam pelos aspectos formais das obras de arte compondo trabalhos que muito se dedicam a técnica e a biografia dos autores e muito pouco abordam a história. São trabalhos realizados por estudiosos que poderíamos dizer mais atrelados a atividades de críticos de arte ou de *connaisseurs* que a atividades historiográficas propriamente.

Em grande parte do século passado, as imagens, na maioria das vezes, representaram fontes para a história social. As obras de arte funcionavam como ilustrações dos gostos, hábitos e costumes, não sendo tratadas como partes integrantes de uma época e, portanto, como fonte historiográfica. Apenas a História da Arte mergulhou nas interpretações dos objetos artísticos. Ao mesmo tempo, encarregou-se de buscar soluções teóricas fundamentais que alcançassem as muitas especificidades desses objetos. Evidentemente também não se trata de uma disciplina homogênea comportando divergências fundamentais nas suas postulações.

Discutir os elementos definidores das fontes e a necessidade de interpretá-las é colocar para a disciplina histórica uma questão metodológica de suma importância. Apesar da crítica a uma suposta estagnação teórica da História da Arte, a preocupação de Panofsky em transformar a iconografia em documento para o estudo da história é bem expressiva. Principalmente quando considerada a discussão da historiografia francesa da década de 1930 e seus continuadores sobre uso de fontes diversificadas para o trabalho do historiador.

Os documentos e monumentos estão sujeitos à determinação do contexto. Mas, por outro lado, a composição do que Panofsky denominou de “quadro de referência” só se sustenta sobre a interpretação coerente dos documentos e monumentos, ou seja, dos registros do passado:

[...] É verdade que os monumentos e documentos individuais só podem ser examinados, interpretados e classificados à luz de um conceito histórico geral, ao mesmo tempo que só se pode erigir esse conceito histórico geral com base em monumentos e documentos individuais (PANOFSKY 1979: 28-29).

Os documentos, entretanto, além de estarem sujeitos a uma interpretação, são partes da conformação histórica. A partir desta base – os elementos significativos de uma época – o conhecimento se constrói. A circularidade pode, aparentemente, representar um caminho inviável, um círculo vicioso, mas na perspectiva de Panofsky, é esse mecanismo o criador das possibilidades de estabelecer conclusões relevantes. O que conhecemos a partir desse mecanismo abre ao historiador duas alternativas: de um lado, corroborar com as idéias já consolidadas — a “concepção geral predominante” (PANOFSKY, 1979: 29) —, por outro, transformar significativamente o que se conhece sobre uma época e um lugar.

A dinâmica inerente ao suposto problema possibilita uma relação de suma importância para a construção do conhecimento histórico. A possibilidade de se estabelecer uma relação construtiva entre o particular e o geral, ou entre o singular e o universal, ou ainda, entre a parte e o todo: “[...] em ambos os casos, o ‘sistema que faz sentido’ opera como um organismo coerente, porém elástico, comparável a um animal vivo quando contraposto a seus membros individuais [...]” (PANOFSKY, 1979: 29).

O que é singular apresenta uma manifestação das intenções gerais e por isso pode trazer as informações para o conhecimento do passado. O documento, mais que uma testemunha do passado, é um elemento formador do passado e um sistema complexo e completo que se integra a um conjunto mais abrangente. A dedicação ao particular abre caminho para alcançarmos as intenções expressas nas mais diversas manifestações humanas. Evidentemente esta noção, reforçada por Panofsky, representa uma tradição historiográfica anterior, desenvolvida nas pes-

quisas de Warburg:

[...] o objetivo da pesquisa de Warburg era duplo: por um lado, era preciso considerar as obras de arte à luz de testemunhos históricos, de qualquer tipo e nível, em condições de esclarecer a gênese e o seu significado; por outro lado, a própria obra de arte e as figurações de modo geral deveriam ser interpretadas como uma fonte *sui generis* para a reconstrução histórica (GINZBURG, 2002: 56).

As reflexões sobre a História de Jacob Burckhardt, entretanto, já anunciavam a importância da relação entre o particular e o universal e postulavam o documento enquanto testemunho do passado, mas ao mesmo tempo, como um objeto consolidado neste passado e, portanto significativo por si mesmo.

[...] Tudo o que nos seja transmitido de um modo ou de outro pela tradição guarda alguma relação com o espírito e suas mudanças e é testemunha e expressão delas [...] para quem deseja realmente aprender, quer dizer, enriquecer-se espiritualmente, uma só fonte bem escolhida pode suprir de certo modo o infinitamente múltiplo, permitindo-lhe encontrar e assimilar o geral no particular por meio de uma simples função do seu espírito.¹

Warburg, sem dúvida, a fim de estabelecer sua concepção de história e seu conceito de cultura apóia-se nas afirmações de Burckhardt². Para o último, a cultura representa um grande conjunto dentro do qual muitos elementos distintos haviam de ser somados na duração do processo histórico. A relação entre as manifestações específicas de uma época e de um lugar, então, deveriam ser entendidas como partes significativas do processo histórico e não apenas um resultado ou consequência. Para o historiador, não se poderia resumir a História a uma relação de causa e efeito, da mesma forma que não se poderia pensá-la como um processo evolutivo do qual se buscam as origens.

A noção de espírito defendido por Burckhardt se difere em um ponto sensível da concepção hegeliana de “espírito de época”, pois para este a história universal compreende um caminho do espírito em direção ao bem e, portanto, à liberdade. Dessa forma, agrega-se um sentido para a história, uma linha reta, que a humanidade deveria percorrer. O sentido da história concebido por Hegel é, por definição, o progresso — diferentemente do que procura fixar Burckhardt. O próprio Burckhardt se encarrega de traçar os fundamentos da distinção e da crítica a Hegel: “[...] porém não nos disse, nem nós o conhecemos, quais são os fins da eterna sabedoria. Isto de antecipar audazmente um plano universal induz a erros, porque parte de premissas errôneas [...]”.³ Para Burckhardt, mesmo buscando alcançar o conhecimento das *intenções do espírito* não nos é possível estabelecer formulações que definam as etapas, tampouco a finalidade do desenvolvimento humano.

1. “[...] Todo lo que nos sea transmitido de un modo o de otro por la tradición guarda alguna relación com el espíritu y sus mudanzas y es testimonio y expresión de ellas. [...] Para quien desee realmente aprender, es decir, enriquecerse espiritualmente, una sola fuente bien elegida puede suplir en cierto modo lo infinitamente múltiple, permitiéndole encontrar y asimilar lo general en lo particular por medio de una simples función de su espíritu”. Cf: Jacob BURCKHARDT. *Reflexiones sobre la historia universal*, p. 62-63.

2. “Numa passagem programática, Warburg invocara, como vimos, o exemplo de Burckhardt, em nome de uma história da arte com um alcance mais amplo e dilatado do que a história acadêmica tradicional – uma história da arte que

Mas exatamente em que consiste esta intencionalidade? A história enquanto manifestação de um espírito tem, nas intenções, a expressão, na maior parte das vezes inconscientes, dos estados desse espírito. As ações humanas são, portanto, manifestações do espírito. E as intenções tornam as ações coerentes com as características fundamentais do seu espírito formador. O espírito, entretanto, não é, na concepção de Burckhardt, algo estático. Também está em constante movimento e mutação, pois a história, assim como entende o autor, é movimento e aceleração, ao contrário das ciências naturais, que tendem a um caráter estático e imutável.

A cultura, expressão privilegiada do espírito é o espaço dedicado à liberdade, uma liberdade distinta da hegeliana, entendida como o espaço da criação e da transformação. As ações do Estado e da religião não são capazes de controlar a cultura, no máximo algumas manifestações culturais. Mesmo em governos autoritários, por exemplo, que manipulam as estruturas criativas e as tornam capazes de definir elementos da cultura, essa situação revela-se sempre momentânea, transitória.⁴

É na cultura que residem os parâmetros definidores tanto do Estado quanto da religião. A cultura impera sobre estas potências uma influência tão definitiva que cabe a ela a capacidade de transformá-las definitivamente. A sua força criadora é de tal forma avassaladora que configura “a vida histórica” propriamente dita, o espaço da liberdade:

A ação do fenômeno fundamental é a vida histórica tal qual flui e reflui sob mil formas complexas, sob todos os disfarces possíveis, livre ou não livre, falando tanto através da massa quanto através dos indivíduos, algumas vezes em tom otimista e outras em tom pessimista, fundando e destruindo estados, religiões e culturas, ora constituindo um obscuro enigma ante si mesma, guiada mais por confusos sentimentos transmitidos pela fantasia que por verdadeiras reflexões, ora dirigida pela pura reflexão e mesclada, por sua vez, com certos pressentimentos do que somente muito mais tarde haverá de ocorrer.⁵

As manifestações da cultura nas ações humanas representam a liberdade e as intenções do espírito, tanto aquelas já consolidadas quanto as que ainda estão em transformação. Assim, conhecer as intencionalidades é alçar ao conhecimento das minúcias do espírito.

As formas culturais são, portanto, antes manifestações das intencionalidades do que conseqüências ou efeitos, provocadas por causas consolidadas em um contexto. E por serem manifestações do espírito humano carregam a própria história da humanidade ao longo do tempo. En-

desemboca na kulturwissenschaft [teoria da cultura]. Recusava-se qualquer leitura ‘impressionista’, estetizante (e também puramente estética) das obras de arte”. Cf. Carlo GINZBURG. *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história*, p. 56.

3. “Pero no se nos dice, ni nosotros lo conocemos, cuáles son los fines de la eterna sabiduría. Esto de anticipar audazmente un plan universal induce a errores, porque parte de premisas erróneas.” Cf. Jacob BURCKHARDT. *Reflexiones sobre la historia universal*, p. 45.

4. “Ainda que a história tenha muito que aprender com a ciência da natureza — a observação, a comprovação e o acatamento dos fatos — também se distingue desta quanto se distinguem entre si o fenômeno natural e o histórico. A natureza tende à organização e à conservação dos tipos. A história é uma constante mutação cujo princípio é o bastardo, onde opera sempre o princípio da liberdade. A natureza é lentidão, a história aceleração”. Cf. Alfonso REYES. “Prólogo”. *In: Jacob Burckhardt*, p. 32-33. Ou o próprio Burckhardt nas páginas 66 a 69. “Aunque la historia tiene que aprender mucho de la ciencia de la naturaleza — la observación, la comprobación el acatamiento de los hechos — también se distingue de ésta cuanto se distinguen entre sí el fenómeno natural y el histórico. La naturaleza tiende a la organización y a la conservación de los tipos. La historia es una constante mutación cuyo principio es el bastardeo, donde opera siempre el fermento de libertad. La naturaleza es lentitud; la historia aceleración”.

contramos nas manifestações da cultura, e principalmente nas artes, uma espécie de continuidade, mas que sempre comportam as inovações empreendidas na cultura a partir das transformações desencadeadas no espírito:

[...] a base do mundo, do tempo e da natureza, a arte e a poesia formam imagens válidas para todos e compreensíveis por todos, que são o único terrenalmente, uma segunda criação ideal, subtraída a temporalidade determinada e concreta em que surge, terrenalmente imortal, uma língua para todas as nações. Deste modo as artes são o maior expoente da época, semelhante à filosofia.

Suas obras acham-se expostas exteriormente à sorte de todo o terrenal e do todo transmitido pela tradição, porém segue vivendo o bastante delas para liberar, exaltar e unir os séculos posteriores.⁶

A cultura, na análise de Burckhardt, representa uma dimensão fundamental que abriga em suas entranhas os elementos da sociedade: “A cultura requer um equilíbrio indeciso e delicado, levíssima vibração coloidal que sustenta o edifício humano”.⁷ E as artes, entendidas como manifestações diretas desse meio, são especialmente significativas para a reconstrução das etapas do espírito, pois representam um objeto privilegiado para a compreensão das intencionalidades: “As artes descansam nestas misteriosas vibrações pelas quais atravessam a alma. O fruto destas vibrações não é algo individual e temporal, sim algo simbolicamente importante e imperecível”.⁸

A relação de continuidade dos elementos da cultura e ao mesmo tempo sua conseqüente transformação, afirmativas que aparentemente produzem contradição ou ambigüidade, consolidam-se, na verdade, como uma chave de compreensão da própria cultura. A constatação de uma continuidade da cultura no tempo é o que nos permite no presente a compreensão de algo afastado na temporalidade, do universo do passado.⁹ Por outro lado, há na cultura possibilidades de modificação da sociedade, movimento e aceleração.

Mas, lembrando que as manifestações da cultura pertencem ao espaço da liberdade, desfaz-se a possível contradição. A cultura abriga simultaneamente as permanências e as mudanças. Toda a possibilidade de compreensão advém da relação inevitável que o presente adquire com o passado; as continuidades abrem as portas para compreendermos a cultura que nos foi legada e, ao mesmo tempo, as transformações que nela realizamos.

Se analisarmos em conjunto os três autores (Burckhardt, Warburg, Panofsky) do ponto de vista do problema da relação entre o particular e o universal, não é difícil perceber sua conexão

5. “La acción del fenómeno fundamental es la vida histórica tal y como fluye y refluye bajo mil formas complejas, bajo todos los disfraces posibles, libre e no libre, hablando tan pronto a través de la masa como a través de los individuos, unas veces en tono optimista y otras en tono pesimista, fundando y destruyendo estados, religiones y culturas, ora constituyendo un oscuro enigma ante sí misma, guiada más por confusos sentimientos transmitidos por la fantasía que por verdaderas reflexiones; ora dirigida por la pura reflexión y mezclada, a su vez, con ciertos presentimientos de lo que sólo mucho más tarde habrá de ocurrir”. Cf: Jacob BURCKHARDT, *Reflexiones sobre la historia universal*, p. 50.

6. “[...] A base del mundo, del tiempo y de la naturaleza, el arte y la poesía forman imágenes valederas para todos y comprensibles para todos, que son lo único terrenalmente, una segunda creación ideal, sustraída a la temporalidad determinada y concreta en que surge, terrenalmente inmortal, una lengua para todas las naciones. Deste modo las artes son el mayor exponente de la época, al igual que la filosofía.

Sus obras se hallan expuestas exteriormente a la suerte de todo o terrenal y de todo lo transmitido por la tradición, pero siegue viviendo lo bastante de ellas para liberar, apasionar y unir espiritualmente a los siglos posteriores [...]”. Cf: Jacob BURCKHARDT. *Reflexiones sobre la historia universal*, p. 107.

com estudo dos objetos artísticos. Pensar o universo do específico como capacitado a informar e formar idéias do passado abre espaço para a iconografia deixar os campos de conhecimentos da estética ou da simples ilustração nos trabalhos de história.

Os objetos artísticos, enquanto elementos singulares da cultura são elevados à possibilidade de elucidar questões sobre o passado, lembrando a circularidade inerente a produção de conhecimento histórico. Um documento deve ser encarado em um contexto, mas também como um elemento formador deste próprio contexto. Uma obra de arte é, por definição, um elemento herdado do passado, e, enquanto tal, parte dele. Ao mesmo tempo, a obra é um documento capaz de nos aportar informações que corroboram ou destituem “as concepções gerais predominantes”. Daí a afirmação de Panofsky de que todos os registros humanos são signos, pois representam partes importantes da humanidade, dizem sobre uma época, uma sociedade, uma cultura e um lugar:

Os signos e estruturas do homem são registros porque, ou antes na medida em que, expressam idéias separadas dos, no entanto, realizadas pelos, processos de assinalamento e construção. Estes registros têm, portanto a qualidade de emergir da corrente do tempo, e é precisamente neste sentido que são estudados pelo humanista. Este é, fundamentalmente, um historiador (PANOFSKY, 1979: 24).

O processo intelectual do pesquisador, “fundamentalmente um historiador”, deve encaminhar à construção de sentido. Panofsky, ao declarar todos os registros do homem no tempo enquanto signos, ocupa-se em compor uma metodologia de interpretação, de decodificação e de organização dos mesmos. Mas os registros devem ser considerados individualmente e segundo os objetivos e a função de sua existência.

Para o autor, estudar os registros é procurar sempre as intenções dos sujeitos históricos, que definem o uso dos objetos, dos signos. Na produção de registros humanos existem dois tipos de objetos, aqueles que pertencem à esfera da utilidade, da prática, e aqueles que são do domínio da apreciação e da fruição estética. O que difere e delimita o domínio de cada um dos conjuntos de objetos é a intencionalidade do ator humano que o concebeu:

Assim, a esfera em que o campo dos objetos práticos termina e o da arte começa, depende da ‘intenção’ de seus criadores. Essa ‘intenção’ não pode ser absolutamente determinada. Em primeiro lugar, é impossível definir ‘intenções’, *per se*, com precisão científica. Em segundo, as ‘intenções’ daqueles que produzem os objetos são condicionadas pelos padrões da época e o meio ambiente em que vivem. [...] Enfim, nossa avaliação dessas ‘intenções’ é, inevitavelmente, influenciada por nossa própria atitude, que, por sua vez, depende de nossas experiências individuais, bem como de nossa situação histórica (PANOFSKY, 1979: 32-33).

A intencionalidade, contudo, não é entendida como um ato individual. Por isso, quando o

7. “La Cultura requiere um equilibrio indeciso y delicado, levísima vibración coloidal que sostiene el edificio humano”. Cf. Alfonso REYES. “Prólogo”. In: Jacob Burckhardt. *Reflexiones sobre la historia universal*, p. 30.

8. “Las artes descansan en esas misteriosas vibraciones por las que atraviesa el alma. El fruto de estas vibraciones no es ya algo individual y temporal, sino algo simbólicamente importante e imperecedero”. Cf: Jacob BURCKHARDT. *Reflexiones sobre la historia universal*, p.106.

historiador, através das ações interpretativas, formar o quadro das intencionalidades, não é apenas a intencionalidade do indivíduo/artista que é recuperada, mas a de toda uma época.¹⁰ Na concepção de Panofsky, a intencionalidade é o que podemos conhecer do passado:

Os objetos da história da arte, portanto, só podem ser caracterizados numa terminologia que é tão reconstrutiva quanto a experiência do historiador de arte é recreativa: precisa descrever as peculiaridades estilísticas, não como estímulos de reações subjetivas, mas como aquilo que presta testemunho das ‘intenções’ artísticas (PANOFSKY, 1979: 40).

E se a intencionalidade é o meio como o espírito manifesta-se nas ações humanas, identificar as possíveis características deste espírito é, em alguma medida, tentar traçar as intenções de uma época e de um lugar. Intenções que se manifestam nas ações, na construção e manipulação de objetos, e exprimem a constituição ou desconstrução de uma cultura.

Alcançar a intencionalidade impõe três problemas por definição insolúveis. Em primeiro lugar, não é possível delimitar de modo definitivo as intencionalidades de um ator do passado e, provavelmente, nem do presente. Em segundo lugar, as intencionalidades são expressões mutáveis de acordo com as épocas e os lugares, são estruturas espaço-temporais. E, por fim, o presente do historiador exerce uma influência inevitável; as intenções de sua própria época e cultura irremediavelmente transformam o olhar sobre o objeto pesquisado e a nossa possibilidade de compreender as intenções do passado. Encarar estes problemas não é negar a existência concreta de uma intencionalidade que, dentro das possibilidades, deve ser buscada. Cabe ao historiador contorná-los e encará-los enquanto uma limitação inerente à tarefa de sua disciplina sem, contudo, torná-los um impedimento para a construção do conhecimento.

A defesa de Burckhardt de uma continuidade da transmissão cultural que aproxima o passado do presente deixa muitos ecos nos trabalhos de Panofsky, o que fica evidente na seguinte passagem:

O que é mortal em si mesmo consegue a imortalidade através da história; o que é ausente torna-se presente; velhas coisas rejuvenescem. [...] Pois, na verdade, pode-se dizer que um homem *viveu* tantos milênios quantos os abarcados pelo alcance de seu conhecimento de história (PANOFSKY, 1979: 45-46).

É interessante que essa forma de pensamento ultrapassa os limites da obra de Panofsky e até mesmo a de Burckhardt, representando uma proposição filosófica mais ampla da qual encontramos manifestações significativas de igual sentido em Dilthey:

[...] Para pôr a questão numa maneira geral: o homem, determinado e manietado pela realidade da vida, é posto em liberdade, não só pela arte – o que tem sido dito mais frequentemente – mas também pela compreensão da história. E esta ação da história, que seus detratores mais modernos não viram, alarga-se e aprofunda-se à medida que a consciência histórica atinge graus mais evoluídos (DILTHEY, 1995: 270).

Entender a história enquanto um fio contínuo, mas não linear, funda os elementos guias ne-

9. “[...] um fundamento último sobre o qual [Burckhardt] refletiu consistia em que o passado não é simplesmente passado, mas possui uma certa continuidade com o presente [...]”. Peter GAY. *O estilo na história*, p. 148-149.

cessários para concebermos a possibilidade de conhecimento das intenções de outras épocas e de outros povos. Burckhardt, assim como Panofsky, sempre afirmaram claramente suas críticas à concepção de uma historiografia ligada à noção de progresso. A intencionalidade defendida por Burckhardt assume alguns aspectos definidores distintos daqueles posteriormente adotados por Panofsky, mas esta configura ainda um ponto fundamental no entendimento das obras de arte e dos múltiplos elementos que elas comportam.

Panofsky divide em três instâncias os elementos formadores do significado de uma obra de arte: forma, tema e conteúdo (PANOFSKY, 1979: 36). Na esfera do conteúdo está a abertura para se alcançar as intenções expressas e que trazem, ao menos, traços do “espírito”, ou da cultura que representam.

Panofsky procura estabelecer um conceito de intencionalidade não mais nos termos genéricos adotados por Burckhardt (intencionalidade enquanto ação do espírito sobre os homens), mas sim circunscrito, uma intencionalidade artística. O que, sem dúvida, não nega a concepção de Burckhardt. A distinção é na verdade muito sutil, mas fundamenta os apontamentos metodológicos de Panofsky. Seu ponto de vista delimita o foco mais para o artista e sua obra, pensando na atuação do “espírito de época” na construção da arte:

Uma coisa, entretanto, é certa: quanto mais a proporção de ênfase na ‘idéia’ e ‘forma’ se aproxima de um estado de equilíbrio, mais eloqüentemente a obra revelará o que se chama ‘conteúdo’. Conteúdo, em oposição a tema, pode ser descrito nas palavras de Peirce como aquilo que a obra denuncia, mas não ostenta. É a atitude básica de uma nação, período, classe, crença filosófica ou religiosa — tudo isso qualificado, inconscientemente, por uma personalidade e condensado numa obra. É óbvio que essa revelação involuntária será empanada na medida em que um desses elementos, idéia ou forma, for voluntariamente enfatizado ou suprimido (PANOFSKY, 1979: 33) [Grifo meu].

A intencionalidade deveria ser despida de toda e qualquer consideração psicológica individualizante, tornando-se assim uma formulação coletiva. A intencionalidade, entretanto, também não se enquadraria em uma definição psicológica social. É muito mais, na visão do autor, os elementos identificáveis, no presente, pelo historiador. A forma, tema e o conteúdo de uma obra de arte dizem sobre a época e o lugar de sua produção na medida em que o pesquisador alcança os vestígios do “espírito” que a concebeu e não os elementos psicológicos sejam eles de um indivíduo ou de uma cultura:

O *kunstwollen* não se refere a uma realidade psicológica individual (as intenções do artista, quando nos são conhecidas, não explicam a obra de arte, mas constituem um ‘fenômeno paralelo’ a ela), nem à psicologia de uma determinada época: ele ‘não pode ser nada além daquilo que fica (para nós, mas objetivamente) como um sentido último e definitivo do fenômeno artístico. Com base nele, as características formais e de conteúdo da obra de arte podem encontrar não tanto unificação conceitual, mas uma explicação na ordem da história do sentido’ (GINZBURG, 2002: 67) [Grifo meu].

O autor, entretanto, posteriormente pareceu hesitar a respeito do caráter inconsciente da

10. “[...] não podemos analisar o que não compreendemos, nosso exame pressupõe descodificação e interpretação”. Erwin PANOFSKY. *Significado nas artes visuais*, p. 28.

intencionalidade expressa no ‘conteúdo’, “aquilo que a obra denuncia, mas não ostenta”, do objeto artístico. A necessidade de se consultar outros documentos, a fim de traçar o conteúdo da obra de arte, guiada pela intuição do historiador, acaba por criar um impasse estrutural na proposição do método iconológico.

Panofsky, em suas defesas específicas da iconologia, faz questão de afirmar a importância do uso de outras fontes para se traçar os pontos fundamentais de uma época. Segundo ele, outros documentos seriam fundamentais a fim de alcançar o conhecimento das intenções apenas “denunciadas”:

Estudará os princípios formais que controlam a representação do mundo visível ou, em arquitetura, o manejo do que se pode chamar de características estruturais, e assim construir a história dos ‘motivos’. Observará a interligação entre as influências das fontes literárias e os efeitos de dependência mútua das tradições representacionais, a fim de estabelecer a história das formulas iconográficas ou ‘tipos’. E fará o máximo possível para se familiarizar com atitudes religiosas, sociais e filosóficas de outras épocas e países, de modo a corrigir sua própria apreciação subjetiva do conteúdo (PANOFSKY, 1979: 37).

Tal afirmação, todavia, abre espaço para inferências, para conclusões, sobre uma dada época e cultura, muitas vezes verossímeis, mas, que, no entanto, não possuem a obra de arte analisada como veículo.

Esse obstáculo metodológico criou em Panofsky certa descrença na iconologia e, sobretudo no ato inconsciente da intencionalidade. Se não produziu um abalo decisivo na idéia de uma a intencionalidade, por definição, alheia à consciência dos autores sociais, definiu, ao menos, uma relativização da ação inconsciente. Ressaltando este aspecto, Ginzburg tece um comentário relevante em relação à mesma passagem:

[Panofsky] vê os perigos desse apelo à intuição e postula um controle sobre ela a partir de ‘documentos que iluminam as tendências políticas, poéticas, religiosas, filosóficas e sociais da personalidade, do período, do país em estudo’. É evidente que uma tal formulação permite, pelo menos em princípio, fugir ao risco, exemplificado a propósito de Saxl, de ler nos testemunhos figurativos aquilo que se aprendeu por outras vias. Porém, não é de todo arriscado supor que nas últimas décadas tenha penetrado em Panofsky uma leve desconfiança em relação ao método propriamente iconológico. Um sintoma eloquente, ao lado da inclinação sempre mais visível, verificável também em alguns estudos mais recentes, para as pesquisas puramente iconográficas, é-nos oferecido por uma correção feita por Panofsky na reedição (1955) do ensaio introdutório a *Studies in iconology*. O objeto da iconologia, escreveu ele, é representado por aqueles ‘princípios de fundo que revelam a atitude fundamental de uma nação, um período, uma classe, uma concepção religiosa ou filosófica, inconscientemente classificada por uma personalidade e condensada numa obra’; na reedição, foi suprimida a palavra ‘inconscientemente’. Isso, sem dúvida, faz parte da recente revalorização a que de fato procedeu Panofsky quanto a intervenção de ‘programas’ racionais e conscientes na atividade artística (GINZBURG, 2002: 69).

A fé na relevância do estudo, do desvelar, da obra de arte a partir da sua materialidade, consolida uma experiência metodológica fundamentalmente embasada na busca por aquilo de fato condensado na sua forma. Enfim, para compreendermos as obras de arte, não bastam

relacioná-las a textos e fatos referentes à conjuntura. Há sempre a necessidade de atingir os elementos efetivamente apresentados, e não, ao contrário, o que admitiríamos estar representado.

Daí a definitiva recusa de Panofsky em aceitar análises de objetos artísticos formulados com base nos parâmetros da psicologia. As análises psicológicas das artes, segundo o autor, estão sujeitas a um erro grave, independente se sustentadas por uma noção psicológica individual ou coletiva. Ao inferir significados para as obras de arte não expressos efetivamente em seu veículo, um quadro ou uma escultura, por exemplo, distanciam as afirmações da compreensão possível do objeto. São afirmações sustentadas por elementos do campo da abstração, por aquilo que se pode supor conhecer da mente humana, mas que nada nos dizem sobre o passado, daquilo que o artista e sua cultura nos legaram.

Esta metodologia, entretanto, vê-se abalada por um lado, pelo perigo que ronda os historiadores da arte de inferir aspectos sobre uma época e uma cultura que não foram concretamente representados no objeto. Por outro lado, afirmar a intencionalidade artística como alheia ao autor revela-se como uma opção nem sempre verificável definitivamente. O recuo de Panofsky não representa uma descrença do autor na importância da concretude apresentada no objeto analisado, mas antes uma relativização do total desconhecimento, por parte dos artistas, do processo de materialização das idéias e a enorme dificuldade de elencar os elementos concretos de uma obra e traçar seus significados, sem se entregar aos perigos de conclusões influenciadas por sentidos externos ao objeto.

A necessária busca pelo concreto — as dificuldades de interpretá-lo e de se ater a ele no discurso historiográfico — que aparentemente desanimou Panofsky, abre, todavia, as portas para a composição de um método historiográfico mais empírico. Pensar a relevância da representação material é definir para a historiografia limites das inferências e das afirmações. A micro-história definida por Carlo Ginzburg representa, de modo muito significativo, uma historiografia sustentada primordialmente na observação empírica, na busca por vestígios culturais.

A historiografia de Carlo Ginzburg está especialmente atenta à relevância das singularidades para o conhecimento histórico. Considerado, por muitos estudiosos, o texto fundador da micro-história, *Sinais. Raízes de um paradigma indiciário* (1979) define os parâmetros daquilo que Ginzburg chamou de Paradigma Indiciário, um dos pilares teóricos fundamentais da micro-história. Em grande medida, este paradigma é a defesa do valor das singularidades na construção de um conhecimento sólido, capaz de abarcar aspectos que outras perspectivas historiográficas mais generalizantes não tematizaram.

O paradigma indiciário é representativo nesse sentido, pois ao definir os elementos aparentemente negligenciáveis como fonte, como mecanismo de conhecimento do passado, eleva ao ponto culminante da produção historiográfica as particularidades que até então seriam desprezadas. Os indícios, as pistas, de que nos fala o historiador italiano, são particularidades, pertencem ao domínio da singularidade. Entretanto, Ginzburg vai além de uma defesa da importância do singular e da dinâmica entre o particular e o geral. Ele procede à defesa do empirismo, da relevância para a pesquisa histórica das provas materiais, concretas, dos objetos.

As inferências e conclusões do historiador necessitam ser sempre sustentadas por elementos destacados no próprio objeto. Os elementos que identificamos como parte de um contexto podem nos dizer algo a respeito do objeto, mas nem sempre essa relação é identificável e, sobretudo, não nos é informada apenas pelo objeto. O elemento estudado possui uma existência concreta e traz informações relevantes, portanto, a investigação do passado deve pressupor o elemento estudado como componente desse passado que almejamos reencontrar. Nas palavras de Ginzburg, reencontrar esse passado nos objetos é buscar “zonas privilegiadas”: “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas — sinais, indícios — que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 2002: 177). Somente assim, o particular pode verdadeiramente construir o conhecimento do passado, pois ele enquanto parte do passado não é somente um documento, mas também, constituinte do contexto, um elemento concreto e significativo enquanto tal, e, portanto, capaz de transformar a nossa compreensão do mesmo.

O singular, incessantemente buscado por Ginzburg, são os indícios, as provas concretas do passado, assim como o próprio paradigma indiciário nos foram legados pelo passado. O autor define diversas formas de conhecimento pautadas neste paradigma, mas ressaltando, sobretudo que:

[...] um sutil parentesco as unia: todas nasciam da experiência, da concretude da experiência. Nessa concretude estava a força desse tipo de saber, e o seu limite? a incapacidade de servir-se do poderoso e terrível instrumento da abstração (GINZBURG, 2002: 166-167).

A micro-história não se compõe evidentemente por um grupo homogêneo de pesquisadores, mas os historiadores por ela interligados possuem em comum os parâmetro de valorização do particular. A totalidade não perde importância face ao estudo do específico, mas as partes, as singularidades da cultura do homem passam a ser valorizadas como elementos significativos e que pelas informações que abrigam devem constituir-se como foco privilegiado para a compreensão das sociedades humanas no decorrer da sua história:

A análise micro-histórica é, portanto, bifronte. Por um lado movendo-se numa escala reduzida permite em muitos casos uma reconstituição do vivido impensável noutra tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se a indagar as estruturas dentro das quais aquele vivido se articula (GINZBURG, 1991: 178).

Buscar o vivido em outras épocas e lugares é buscar um passado de existência real e não abstrações generalizantes. É quase tocar o que ficou perdido no tempo, tornar palpável aquilo de que somente possuímos pistas, vestígios. Os registros da cultura são os indícios que nos levam a compreender, ao menos um pouco, os objetos e os processos de sua criação. Lançar nosso olhar sobre eles é permitir que o seu sentido e o seu significado sejam de alguma forma ativos novamente:

“[...] as humanidades [...] não se defrontam com a tarefa de prender o que de outro modo fugiria, mas de avivar o que, de outro modo, estaria morto. Em vez de tratarem de fenômenos temporais e fazerem o tempo parar, penetram numa área em que o tempo parou, de moto próprio, e tentam reativá-lo. Fitando esses registros, congelados, estacionários, que segundo disse ‘emergem de uma corrente do tempo’, as humanidades tentam capturar

os processos em cujo decurso esses registros foram produzidos e se tornaram o que são” (PANOFSKY, 1979: 44).

A materialidade dos registros humanos estudados pelo historiador permite a recomposição das muitas partes que integram o momento e as necessidades que o conceberam. Nesse sentido, cabe ao historiador conceber as obras de artes enquanto registro e vestígio do passado. Sua forma específica de expressão é significativa ao nos dizer das necessidades estéticas de uma época. Compõem uma história dos estilos, das formas de composição e do gosto. Mas, além disso, como Burckhardt, Panofsky e Ginzburg procuram demonstrar, uma obra de arte, ou outro vestígio do passado informa mais que seus aspectos formais e dizem muito de uma época e de um lugar. Até mesmo as suas formas e o gosto que exprimem podem ajudar a pensar esse passado.

Os efeitos da relação entre o singular e a totalidade na história e a possível materialização das intencionalidades dos agentes históricos são fundamentais para a formação da história da arte. A disciplina, como evidencia Panofsky, deve enquadrar as obras de arte dentro de uma perspectiva que ressalte seu valor enquanto vestígio ou “signo” do passado e, portanto, sintoma das intencionalidades. Panofsky, ao propor as artes como indícios das manifestações humanas, define um método, a iconologia. Os parâmetros e as conseqüências metodológicas dos estudos do autor conformam seus objetivos de romper os limites da compreensão dos objetos artísticos.

Os problemas apresentados marcam a estrutura de qualquer tentativa de estudo das obras de arte. Tais problemas, como procuramos ressaltar anteriormente, são fundamentais na composição de metodologias para o trabalho do historiador da arte. A solução apontada por Panofsky — que nos interessa aqui diretamente — procura encarar as questões e limitações da compreensão dos objetos artísticos, profundamente estudados por ele, buscando a composição de um método mais seguro de análise, o método da iconologia.

Num texto bastante conhecido, Panofsky expõe a formulação de seu método partindo de um exemplo do universo do cotidiano, numa passagem muito citada: um homem cumprimenta o autor na rua, o primeiro acena-lhe com o sutil levantar de seu chapéu. O ato cotidiano, descrito pelo autor, serve para traçar os componentes do significado e os possíveis níveis de compreensão que se pode estabelecer em uma mensagem. Em um primeiro momento podemos perceber, a partir desta saudação, a relação de amizade entre os personagens e os sentimentos daquele que realiza a ação. A partir de então passamos a compreensão que tal gesto é um modo de cumprimento ocidental. Finalmente, que o ato cortês condiciona esse homem ao seu modo pessoal e ao mesmo tempo cultural de relacionar-se com o mundo.

Aparentemente o exemplo não possui nenhuma relação com a história da arte e os problemas suscitados em explanações teóricas realizadas pelo autor em outros trabalhos, mas a construção metodológica almejada pelo autor torna urgente delimitar as instâncias que compõem o significado. Assim, através de um exemplo prático, o autor procura mostrar aos seus leitores que a significação pode e deve ser decomposta em camadas para a profunda compreensão do objeto e sua mensagem.

Na definição de Panofsky, o significado divide-se em três estágios. O primeiro seria percebido a partir dos sentidos, é o que chama de significado *natural*, diretamente relacionado a elemen-

sensíveis, identificaria as ações e as expressões. Um segundo estágio permitiria a construção de um significado a partir de uma experiência consciente. O significado *convencional* é sempre atribuído de modo inteligível e fornecido com base nas ações práticas. Por fim, no terceiro estágio toda mensagem possui um *conteúdo* que diz a seu intérprete sua essência. Este conteúdo “[...] não se manifesta claramente, porém sintomaticamente [...]” (PANOFSKY, 1979: 49). O significado *intrínseco* ou *conteúdo* manifesta a expressão geral de uma época e uma cultura. O conteúdo aponta, como vimos, traços culturais fundamentais qualificantes:

[...] todas essas qualidades [atribuídas à mensagem pelo conteúdo] que o retrato mental explicitamente mostraria são implicitamente inerentes a cada função isolada; de modo que, inversamente, cada ação pode ser interpretada à luz dessas qualidades (PANOFSKY, 1979: 49).

As qualidades, ou fragmentos culturais, manifestos nas obras são evidentemente representantes da circularidade do conhecimento histórico expostos por Panofsky. A circularidade determina que um fragmento, no caso mais especificamente uma obra de arte, seja parte do passado e simultaneamente documento.

A compreensão do conteúdo de uma mensagem depende, portanto, da relação que estabelece seu intérprete com a cultura a qual pertence o objeto. Entretanto, o contrário é igualmente válido, ou seja, o objeto, ou mensagem, traz ao intérprete informações relevantes sobre a cultura a qual se liga. Devido a essa capacidade de informar atribuída ao conteúdo, o autor estabelece esta instância do significado como um elemento aglutinador.

O conteúdo de uma mensagem expõe os eventos e, mais do que isso, expressa o lugar por ele ocupado na sociedade que o consolidou: “é possível defini-lo como um princípio unificador que sublinha e explica os acontecimentos visíveis e sua significação inteligível e que **determina até a forma** sob a qual o acontecimento visível se manifesta” (PANOFSKY, 1979: 50). Os traços da cultura identificáveis nas mensagens artísticas são as manifestações que Panofsky definiu, em um primeiro momento, como inconscientes aos autores das obras e que, posteriormente, reformulou esta posição, relativizando o caráter definitivo dessa afirmação. Importa-nos aqui a possibilidade do conteúdo, expressão direta da cultura e do tempo, marcar a composição da experiência inteligível e, ainda, “determinar até a forma”, a materialização dos fenômenos humanos.

Cada camada de significação identificada por Panofsky (natural, convencional e conteúdo) possui uma correspondência nas etapas de interpretação dos objetos artísticos, as quais o autor formalmente denomina de etapa pré-iconográfica, iconográfica e iconológica respectivamente. No primeiro contato com a mensagem artística cabe ao historiador traçar em relação à obra o *tema primário ou natural*, basicamente composto por elementos fáticos, como as ações, elementos expressivos, como os sentimentos. Em um segundo momento deve-se definir o *tema secundário ou convencional*, combinação dos elementos identificados na etapa anterior com assuntos e conceitos. O autor ressalta as manifestações literárias como um recurso fundamental para a composição do tema convencional por serem os assuntos e conceitos, em grande parte, transmitidos por essas fontes.

Finalmente, alcança-se o *significado intrínseco ou conteúdo* da obra de arte. Panofsky detém-se mais detalhadamente na iconologia, e procura tratá-la de modo privilegiado por caber a este estágio da interpretação a compreensão do passado e do objeto enquanto manifestação concreta do vivido:

[...] tratamos a obra de arte como um sintoma de algo mais que se expressa numa variedade incontável de outros sintomas e interpretamos suas características composicionais e iconográficas como evidência mais particularizada desse algo mais (PANOFSKY, 1979: 53).

O conteúdo a partir da sua característica primordial de aglutinação reúne, na materialidade das artes, as expressões diretas da intencionalidade artística. A iconologia denota uma postura interpretativa do historiador, que na sua busca pelo conteúdo unifica as múltiplas partes, os muitos fragmentos da cultura, representados concretamente em seu objeto. Daí a afirmação fundamental da iconologia enquanto um “princípio unificador” em oposição à iconografia. Esta, por sua qualidade descritiva, classifica o fenômeno principalmente através da decomposição em diversos elementos, sem, contudo, produzir sua significação completa. Na definição de Panofsky a “iconologia, portanto, é um método de interpretação que advém da síntese mais que da análise” (PANOFSKY, 1979: 54).

A interpretação produzida pelo historiador para cada nível de significação da mensagem artística pressupõe o conhecimento abrangente das formas, dos temas e conceitos, assim como das essências. Esse conhecimento advém da prática e da experiência do historiador da arte. Contudo, como Panofsky procura enfaticamente ressaltar, a experiência e intuição do estudioso não são suficientes, “não garantem a exatidão”, (PANOFSKY, 1979: 55, 59) são inferências que possivelmente não correspondem a uma precisa compreensão do objeto artístico.

O método de trabalho do historiador da arte deve prever, então, ante esse problema que pode comprometer gravemente a construção de suas afirmações, mecanismos que permitam a correção dos desvios. Assim como, evidentemente, aproximar ao máximo a interpretação da mensagem veiculada pela obra de arte. A correção das distorções e digressões analíticas e sintéticas na formulação interpretativa das obras torna necessário o minucioso estudo das manifestações artísticas em seu conjunto. Em cada nível de significação deve-se buscar a historicidade dos seus componentes. O primeiro nível de significação, atrelado aos elementos fatuais, a correção das distorções analíticas faz necessária a composição da trajetória da representação formal dos fatos e sentimentos, ou seja, dos motivos artísticos. Ou ainda, nos termos do autor, a *história dos estilos*. O segundo nível pautado na relação do objeto artístico com temas e conceitos requer a construção da história destes e suas manifestações nas obras. Processo que Panofsky denomina como a *história dos tipos*. E, por fim,

[...] nossa intuição sintética deve ser corrigida por uma compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, as tendências gerais e essenciais da mente humana foram expressas por temas específicos e conceitos. Isso significa o que se pode chamar de *história dos sintomas culturais — ou símbolos*, no sentido de Ernest Cassirer — em geral (PANOFSKY, 1979: 63) [Grifo meu].

Os sintomas culturais são a unidade cultural e temporal que liga a obra de arte a seu passado.

O passado, no entanto, não é a unidade que interliga todos os sintomas culturais, ele próprio é uma parte desses sintomas. Por isso, o autor relaciona os sintomas que propõe serem buscados com a noção de símbolo de Ernest Cassirer. Para este, as diversas atividades humanas se interligariam definindo “o círculo de humanidade” (CASSIRER, 1992: 116).

As atividades humanas se aglomeram. E mais que isso, manifestam princípios e uma organização em comum. Segundo Cassirer, as manifestações do homem: “a linguagem, o mito, a arte, e a religião são partes deste universo. São os vários fios que tecem a rede simbólica, a teia emaranhada da experiência humana” (CASSIRER, 1992: 50). Esse emaranhado é, na concepção do autor, o universo simbólico. Os símbolos fixam as estruturas que organizam a ‘humanidade’ e estendem-se a uma amplitude tal que mesmo

[...] a realidade física parece retroceder proporcionalmente, à medida que avança a atividade simbólica do homem. Em lugar de lidar com as próprias coisas, o homem, em certo sentido, está constantemente conversando consigo mesmo. Envolveu-se por tal maneira em formas lingüísticas, em imagens artísticas, em símbolos míticos ou em ritos religiosos, que não pode ver nem conhecer coisa alguma senão pela interposição desse artificial (CASSIRER, 1992: 50).

Os símbolos na definição de Cassirer, nas palavras do autor, a sustentação, a estrutura das atividades humanas. Podemos, então, concebê-los como a cultura do homem. Daí a relação direta estabelecida por Panofsky de sua noção de sintomas culturais com o conceito de símbolo de Cassirer. O universo simbólico ou a cultura são os elementos capazes de aglomerar, definir e criar as manifestações humanas. As atividades diversas realizadas pelo homem, sejam do meio prático e cotidiano ou do meio teórico e conceitual, estão completamente permeadas por esse universo, ou melhor, pela cultura. As artes, a linguagem, a religião, qualquer outra atividade que se queira pensar dizem respeito à cultura, ou, se preferirmos a definição de Panofsky, são seus sintomas.

A divisão da mensagem artística em três níveis como nos propõe Panofsky é, na verdade, um recurso metodológico. A mensagem deve ser pensada enquanto unidade. A decomposição dos elementos do significado determina instâncias de diferentes graus de complexidade. Esses graus de complexificação resultam imediatamente na observação da compleição das informações abarcadas numa imagem. Os níveis de significação ou as:

[...] categorias nitidamente diferenciadas, que [...] parecem indicar três esferas independentes de significado, na realidade se referem a aspectos de um mesmo fenômeno, ou seja, à obra de arte como um todo. Assim sendo, no trabalho real, os métodos de abordagem que aqui parecem como três operações de pesquisa irrelacionadas entre si, fundem-se num mesmo processo orgânico e indivisível (PANOFSKY, 1979: 64).

Somente o encadeamento das categorias metodológicas, ou seja, da pré-iconografia, da iconografia e da iconologia, aliadas aos seus respectivos mecanismos corretivos — a história dos estilos, a história dos tipos, e a história dos sintomas culturais — podem produzir a compreensão da obra de arte e de sua historicidade. A mensagem do objeto é sempre uma unidade e a sua decomposição deve ser encarada sempre enquanto um recurso formal do historiador.

A capacidade sintética atribuída por Panofsky à iconologia, última etapa metodológica, revela definitivamente a necessidade de inter-relação das etapas e marca o valor da obra enquanto objeto de dedicação do historiador. A unidade metodológica é também a unidade das informações colhidas: uma imagem, como já explanamos em outros momentos, é documento e componente do passado a que se relaciona, e principalmente nos diz daquilo que é unidade, a cultura e a época a qual está atrelada.

A partir dos apontamentos metodológicos de Panofsky o processo de interpretação de um objeto artístico pressupõe duas etapas: uma analítica — pré-iconografia e a iconografia — e uma sintética — a iconologia. Visto desse modo, o método de Panofsky muito se assemelha àquele de Carlo Ginzburg ao associar análise e síntese como paradigma para o conhecimento histórico. Assim cabe ao objeto artístico ser fonte para a pesquisa histórica podendo ser desvendado como aqueles outros vestígios particulares buscado por Ginzburg. A arte relacionando-se, de modo indissociável, a uma época e a uma cultura pode ser então considerada como parte integrante do trabalho do historiador e enquanto vestígio singular é a fixação no tempo da relação entre a parte e o todo, entre aquilo que é particular e o universal.

BIBLIOGRAFIA

BLOCH, Marc. *Apologia da história*. Ou ofício de historiador. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BURCKHARDT, Jacob. *Reflexiones sobre la historia universal*. Tradução Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. (Colección popular).

_____. *O renascimento italiano*. Tradução Antonio Borges Coelho. Lisboa: Editorial Presença, 1973. (Biblioteca de textos universitários).

CASSIRER, Ernst. *Antropologia filosófica*. Introducción a una filosofía de la cultura. Tradução Eugenio Ímaz. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. (Colección popular).

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 3ª. ed. Tradução Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. (Coleção pensamento humano).

GAY, Peter. *O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

DILTHEY, Wilhelm. “A natureza do conhecimento histórico”. In: GARDINER, Patrick. *Teorias da história*. 4ª ed. Tradução Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1991.

_____. *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e História. 2ª ed. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *A modernização dos sentidos*. Tradução Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Editora 34, 1998. (Coleção teoria).

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*, 1999. Dissertação (Doutorado em História) Unicamp. Campinas.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. Tradução Maria Clara F. Kees & J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1979.

RILKE, Rainer Maria. *Alguns poemas e cartas a um jovem poeta*. Tradução Geir Campos, Fernando Jorge e outros. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997. (Clássicos de ouro).

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais de história da arte; o problema da evolução na arte mais recente*. Tradução João Azanha Jr. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

**Artista romeno, arte francesa, patrimônio brasileiro:
o lugar de Victor Brauner no movimento surrealista francês¹**

Resumo

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito.

Este trabalho busca indicar o lugar que o pintor romeno Victor Brauner possuía dentro do grupo surrealista francês sob o comando de André Breton. Nesse sentido, foram estudadas publicações, folhetos e exposições de 1930 a 1946, ano em que o pintor produz *Arquitetura Pentacular* e *Taça da Dúvida*. Duas obras em cera pigmentada adquiridas pelo Museu de Arte de São Paulo (MASP) em 1947. O objetivo é compreender a visibilidade de Brauner a partir do grupo até a confecção das referidas obras.

Palavras-chave: História da arte. Victor Brauner. Arte surrealista.

Abstract

Our project sought to indicate the place the Romanian painter Victor Brauner possessed within the French surrealist group under the command of André Breton. For this undertaking, we studied publications, literature and exhibitions from 1930 to 1946, the year in which the painter produces *Arquitetura Pentacular* and *Taça da Dúvida*. Two works in pigmented wax, acquired by the São Paulo Art Museum (MASP) in 1947. The object is to understand the visibility of Brauner from the grouping until the confection of the referred to works.

Key words: History of art. Victor Brauner. Surrealist art.

1. Os resultados desse trabalho é fruto do meu mestrado em História da Arte e da Cultura no programa de pós-Graduação da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Jorge Coli. Aproveito para agradecer as informações cedidas pela pesquisadora e curadora Margaret Bermann.

Um sonho

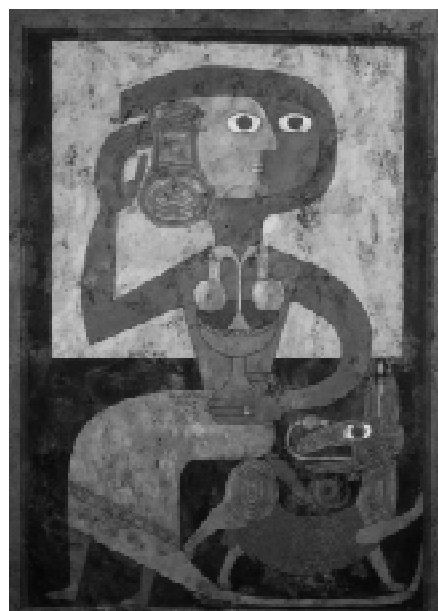
“Apenas um sonho”. Era assim que o pintor romeno Victor Brauner compreendia a existência. Considerado um místico dentro do restrito círculo surrealista francês, o espaço dedicado ao artista de Pietra-Neamtz (Romênia) ainda é subestimado. Nosso movimento de pesquisa visa compreender o papel que o pintor exerceu naquele círculo que, de modo articulado, tenso e paradoxal, marcou a história das vanguardas do século XX (JOUFFROY, 1995: 18).

Procuramos trabalhar com documentos, nexos e significados até o limite temporal de 1947. Pois este artigo faz parte de uma pesquisa que visou estudar duas obras do artista romeno, produzidas em 1946, e adquiridas um ano depois pelo Museu de Arte de São Paulo: *Taça da dúvida* e *Arquitetura pentacular*². Tais obras configuram o único legado museico de Brauner no Brasil e são, ao mesmo tempo, obras fundamentais para compreender a trajetória desse artista internacional.

Antes de entrar nas questões da participação do artista romeno no grupo francês, convém descrever, rapidamente alguns contornos de sua carreira. Brauner nasceu romeno, em 1903, filho de pais judeus, que logo se entregaram aos mais variados grupos místicos de forte cunho espiritualista: uma moda bastante disseminada nos grandes centros da Europa Central e Oriental no final do século XIX. Essa incursão religiosa de sua família foi a mais importante influência de sua infância para sua arte. As investidas religiosas, principalmente do pai, tiveram uma séria projeção sobre a personalidade de Victor. Vidência e comunicação com o reino do além-túmulo deram-no uma forte impressão das dimensões da vida depois da morte, além de um profundo sentido de “destino”.

Em Viena, onde a família estabeleceu-se em 1912, Victor Brauner foi identificado como um médium de grande valor em sessões espíritas para crianças. Tal revelação acentuou sua busca de experiências com o “não-real” (GAUNT, 1973: 244). Não podemos nos esquecer que Brauner sempre teve uma supersensibilidade para com os fenômenos que não podiam ser explicados pela simples lógica; seus trabalhos apresentam uma obsessão pela magia, esquizofrenia (lida por ele não como uma *pathos*) e fenômenos para-normais, todos estimulados por experiências vividas na primeira infância e na juventude. Veremos mais adiante como esses fatores foram decisivos para sua ruptura com o grupo surrealista.

A escolha pela carreira artística concretizou-se em 1919,



Taça da dúvida, 1946, cera e pigmento sobre madeira, 64 x 49 cm. Museu de Arte de São Paulo.

2. *Arquitetura Pentacular* está datada de 21 de abril de 1946, enquanto seu par contém a data de 2 de maio do mesmo ano. Ambas entraram no MASP em 3 de outubro de 1947, compradas por intermédio de Assis Chateaubriand, com capital da empresa Alto Madeira S.A., quando expostas em abril de 1947, na galeria Julian Levy, em Nova York. As informações que possuímos sobre a aquisição e os detalhes constitutivos das obras estão documentadas na pasta n.º 163 do arquivo do MASP.

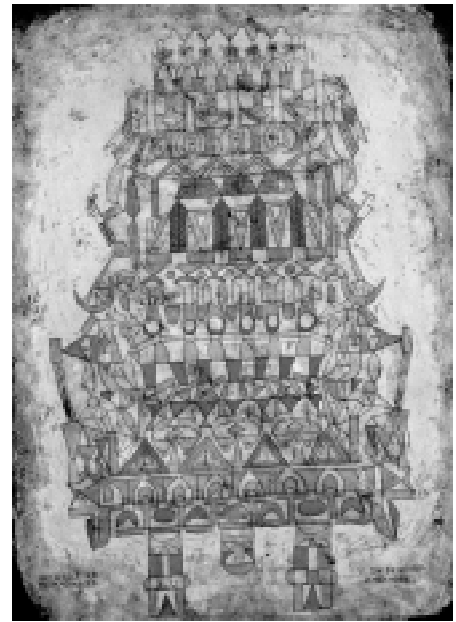
quando ingressa na Escola de Belas Artes de Bucareste, onde permanece até 1922, expulso por mau comportamento. Eufemismo para definir a forte militância política de esquerda do estudante, que naqueles anos estava engajado contra grupos políticos da extrema direita romena, como os *National Christian Defense League* (DAVIDSON, 2002: 150).

A carreira desse singular pintor pode ser dividida em três momentos distintos: de 1919 ao final dos anos 20, incluindo a primeira estadia na França, entre 1925 e 1927³; os anos 30, até aproximadamente 1938; e deste período até a sua morte, em 1966. Irregular, essa divisão obedece a marcos fundamentais na vida e na obra do artista e serve-nos para mapear as conseqüências da proximidade de Brauner com outros surrealistas, e também para localizá-lo junto ao heterogêneo grupo de artistas que receberam o genérico nome de Escola de Paris.⁴

Na primeira fase temos como ponto crucial o contato com as vanguardas artísticas romenas em Bucareste, onde realizou contatos com os poetas Ion Vinea, Claude Sernet (Mihail Cosma) e Stephan Roll e o pintor M.H. Maxy. Nesse momento sua arte está voltada a retratos e colagens com forte sotaque cubista e obras de forte teor social, como a tela perdida *Cristo no Cabaré* (*idem*, 151).

Outro ponto fundamental desse primeiro momento foi a viagem que o pintor realizou à Paris, onde manteve contato com a produção artística da primeira fase do surrealismo e uma série de outras vertentes que faziam da cidade um ponto obrigatório para jovens talentos interessados na linguagem das vanguardas. Segundo Vanci-Perahim, no período de quase três anos, ele trabalhou com Robert Delaunay e Marc Chagal e formou "uma espécie de cenáculo" em companhia de Ilarie Voronca, Benjamin Fondane e Sernet. A esse grupo, ainda, se juntaram outros militantes modernistas como Man Ray e Rassak (VANCI-PERAHIM, 1995: 47).

Em Paris Brauner descobriu, em 1924, Giorgio de Chirico, artista que marcou toda a primeira e a segunda fase da carreira de Brauner, principalmente no que diz respeito a representação espacial. Mesmo anos depois, podemos vê-la nitidamente em obras fundamentais como *Conspiration*, *Prestige de l'air*, *Le simulacre*, *L'autre version*, *Sans titre*, todas de 1934, e *La mode* de 1937. Nessas telas as composições possuem um tom irônico e por vezes, erótico. É o caso de



Arquitetura Pentacular, 1946, cera e pigmento sobre madeira, 65 x 40 cm. Museu de Arte de São Paulo.

3. É difícil precisar em que data Victor Brauner regressou para a Romênia em sua primeira estada em Paris. Alguns autores como Didier Semin assinalam seu retorno no final de 1926, cf. SEMIN, D. *Victor Brauner*. Paris: Réunion des Musées Nationaux-Édition Filipacchi, 1996, p. 9. A maioria, como é caso de Susan Davidson e Marina Vanci-Perahim, datam sua volta de fevereiro de 1927; cf. DAVIDSON, S. *Victor Brauner: surrealist hieroglyphs*. Houston, Texas: The Menil Collection, 2002, p.152 ; cf. VANCI-PERAHIM, M. "Victor Brauner na Roumanie" In: *Victor Brauner, 1903-1966*, Milão: Galleria Schwarz, 1995, p. 45. Optamos pela indicação das autoras.

4. Dorléac expõe a dificuldade de definir a Escola de Paris, contudo o historiador francês inclui o romeno nesse grupo de tão frágil delimitação; cf. DORLÉAC, L.B. "L'Ecole de Paris, un problème de définition". In: *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n.º 2, Campinas: IFCH/Unicamp, 1995-1996, p. 249 - 270.

Prestige de l'air e *Conspiration*, onde encontramos manequins-personagens no estilo de De Chirico, com suas régulas, seus compassos e mecanismos geométricos típicos (BALDACCI, 1998). No entanto, ao contrário do pintor italiano, os personagens de Brauner não se limitam às dimensões anatômicas do corpo humano. Eles assaltam com tentáculos e manivelas o espaço, fundem-se uns aos outros por meio de uma "conspiração" anarquicamente calculada, dilatam-se rompendo o cálculo da perspectiva geométrica. Basta compará-las com *Heitor e Andrômaca*, tela pintada por De Chirico em 1917, para descobrir que os personagens do italiano repousam num espaço harmônico, apaziguador, enquanto as de Brauner apenas aparentam harmonizar-se, pois, pelo contrário, ocupam-se de construir um emaranhado caótico.

No que se refere a espacialidade, a influência de De Chirico é determinante nesse momento, como foram as artes primitivas da Oceania e das Américas para seu vocabulário nos anos 40. As formas geométricas e as arquiteturas monumentais, por exemplo de *La mode*, formam um sistema

onde as personagens, as figuras e as estruturas dialogam com um espaço unitário, solene. Embora subverta esta unidade Brauner vai até a obra de De Chirico para apreender a manejar um espaço que se confunde com as coisas. Certamente De Chirico é mais épico que Brauner, mas em ambos o espaço é uma resolução ilógica criado através de sistemas lógicos. Nas telas que citamos, Brauner também emprega a luz intensa e estática, além das cores quentes do italiano.

Muito embora Brauner venha abandonar essa visão espacial ao longo dos anos 40, uma lição parece persistir: o pintor romeno apreende com o artista de Volos⁵ a representar suas visões com uma clareza clínica objetivamente absurda. Mesmo tendo em conta que a intenção e a postura de ambos não se conciliam. Se para De Chirico negar a relação entre signo e significado de modo a "fotografar" a conversão entre realidade e mistério é crucial, para Brauner, pelo contrário, existe a necessidade de significar o mistério, algo que lhe diz algo, mesmo que não se saiba como decifrar. Brauner viu em De Chirico aquilo que muitos outros surrealistas (René Magritte, Oscar Dominguez e Max Ernest) viram: uma arte estática, literária e misteriosa, que de modo algum é apenas silenciosa. Como Brauner diz "algo que por si mesmo diz tudo" (JOUFFREY, 1996: 17).

A importância dessa influência é direta nas questões estéticas e, sobretudo, prepara a obra de Brauner para ser assimilada pelo grupo surrealista, uma vez que seu vocabulário estilístico torna-se familiar aos chefiados por Breton, que em 1924, tipifica De Chirico como a face "de uma verdadeira mitologia moderna", aquilo que voltava "em fixar eternamente a lembrança", aquele disposto "por excelência a revisar os dados sensíveis do espaço e do tempo" (BRETON, 1988: 251).

Nossa questão, entretanto, mira já na segunda viagem a Paris, momento que marcou o início



Conspiration, 1934, óleo sobre tela, 79 x 50 cm, Musée National d'Art Moderne - Centre Georges Pompidou, Paris.

5. Embora tenha nascido em Volos na Grécia, o pintor sempre conservou a cidadania italiana herdada dos pais.

da segunda fase de sua trajetória. Brauner chega à cidade em 1930 com sua primeira mulher, a pintora Marget Kosch. No ano seguinte, estabeleceu-se na rua do Moulin Vert, onde encontra o pintor Yves Tanguy, seu vizinho, que logo se transformou no mais importante amigo do artista e que o conduziu ao núcleo do grupo surrealista.

Três pontos são fundamentais na obra de Brauner a partir dos anos 30: a invenção de uma técnica de pintura a cera; a intensificação da pesquisa junto a arte primitiva com a formação de uma pequena coleção de obras e uma nova aproximação da poética de Picasso e Klee, de modo diverso daquela patrocinada pelo vocabulário cubista e gráfico que tanto havia encantado o jovem romeno em Bucareste. Outro aspecto que não podemos deixar de notar é o seu envolvimento com a literatura, acentuado em seu convívio com os círculos artísticos de Paris. Esse ponto merece uma atenção especial, porque o artista romeno distancia-se do projeto dito surrealista e, sobretudo, de outros artistas identificados com a poética de Breton.

Para Brauner a literatura é uma referência quase obrigatória. Sua relação para com ela é demasiada romântica para passar despercebida de Breton. O pintor em toda a sua carreira fez referência a obras, personagens e personalidades literárias. Nada de anormal para quem teve sua percepção fundada num ambiente literário rico como aquele que despertara no início do século XX em todo o leste europeu. Nesse tocante, a personalidade artística de Brauner seguiu de perto a de outros romenos, intimamente ligados às letras ou fortemente influenciados por elas. Neste grupo estavam incluídos: o escultor Constantin Brancusi, que chegou a França em 1904; o poeta Tristan Tzara, que ao lado de Marcel Jancó fundaram em Zurique o movimento Dada; o também pintor surrealista Jacques Herold e o jovem Eugênio Ionesco, que logo se tornou referência obrigatória do teatro do absurdo. Todos esses homens (talvez com a exceção de Brancusi) foram influenciados pelo poeta vanguardista Ion Urmutz, personalidade que com seu gosto pelo absurdo fascinou toda uma geração de romenos. Como Brauner, os demais artistas possuíam, de um modo ou de outro, uma inclinação muito pronunciada pelas misturas ou associações destoaantes e ilógicas. Todos de certa forma devedores da poética de Urmutz (JOUFFROY, 1995: 14).

O Grupo

Mesmo diante dessas referências todas. Bebendo nos cálices da arte do absurdo, colecionado referências como a De Chirico e as artes primitivas, engajando-se na confecção de publicações como 75HP - revista visual e literária dos exilados húngaros e romenos em Paris, publicada em outubro de 1924, com forte inclinação esquerdista - e se relacionado com o círculo surrealista, porque Victor Brauner não é uma personalidade visível dentro da bibliografia clássica do movimento como outros artistas estrangeiros?

Se operarmos de modo convencional, faz-se necessária a leitura de títulos consagrados como os mais importantes do movimento surrealista, tais como os Manifestos escritos por Breton (1985), assim como os principais comunicados coletivos do grupo. Igualmente importante é considerar as obras confeccionadas por estudiosos que outrora tiveram um envolvimento com os grupos surrealistas constituídos na Europa. Entre os mais importantes estão os trabalhos de

M. Nadeau (1985), de M. Jean (1967) e de S. Alexandrian (1976). Em todos, o aspecto constatado é a “invisibilidade” artística ou política de Victor Brauner.

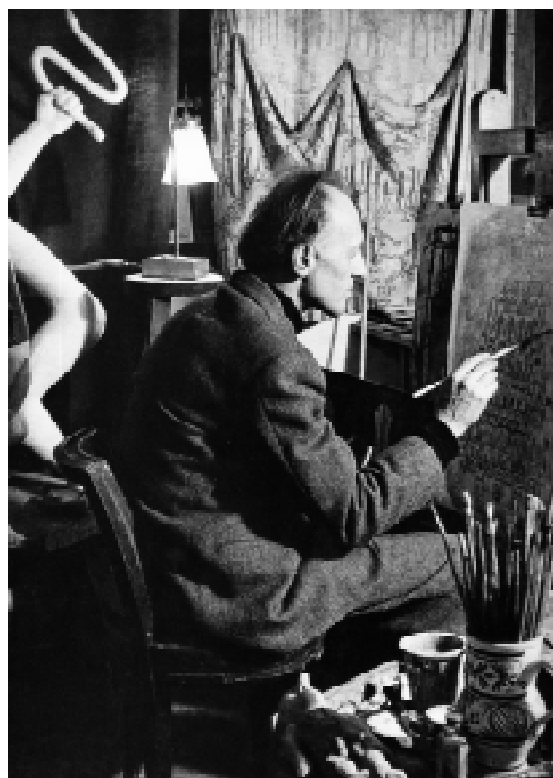
Na obra fundamental do editor e crítico literário Maurice de Nadeau, *História do surrealismo*, o pintor romeno não é citado. O livro foi escrito durante a ocupação nazista na França, em plena II Guerra Mundial. Mesmo tendo o cuidado de entrevistar personalidades como Raymond Queneau, Michel Leiris, Pierre Naville (esse último um dos fundadores do grupo), não é surpreendente a ausência de Brauner, justamente porque esta importante obra não pretendeu destacar o universo surrealista das artes plásticas, mas sim, desenhar uma cronologia dos fatos políticos e mesmo estéticos mais importantes do movimento na França, dando ênfase à literatura. Todavia, o livro de Nadeau enumera um pequeno e seletivo grupo de pintores e escritores que, com o passar dos anos, acabaram tornando-se ícones do movimento. Algo absolutamente normal, se tal elite dentro do movimento não tivesse eclipsado outros artistas igualmente importantes, entre eles, Brauner.⁶

Nas obras de Sarane e de Jean, respectivamente *O surrealismo* e *Histoire de la peinture surréaliste*, a arte de Brauner é mencionada. Contudo, não se pode dizer que a invisibilidade fora suprimida. Isto porque o caráter dessas produções é muito diferente daquela de Nadeau. Tanto na obra de Sarane quanto na obra de Jean, o movimento artístico - particularmente as artes plásticas - sobrepõe-se à discussão do surrealismo como um movimento político ou social. Dessa forma, apenas a inclusão e a menção do nome de Brauner é, igualmente, um indício de seu esquecimento.

Em outros casos, como nas obras de Martinez (1973: 56), Sam e Jacobus (1992: 118), Pitman (1948: 103) e Gaunthier (1976: 78), as menções são restritas e, geralmente, o nome do pintor limita-se a ser mais um nome-exemplo ao lado de outros. Há uma exceção importante em *Los surrealistas* de Gaunt (1973: 244). Trata-se de uma obra didática que traz a boa surpresa de comentar a infância e as primeiras mostras do artista ainda na Romênia.

Em momento algum, os autores citados mencionam como ocorreu o ingresso de Brauner no movimento francês, nem fazem referência à relação deste com o grupo. Tal fator nos adverte sobre o primeiro grande problema de uma pesquisa sobre o artista: a ausência de documentos vinculadores entre o artista e o núcleo do movimento nos anos 30.

Para entender essa questão, nos afastamos das



Victor Brauner, fotografado executando *Arquitetura Pentacular* em seu ateliê na Suíça. Obra que desde 1947 pertence ao MASP.

6. Numa entrevista a Leneide Duarte-Plon, Nadeau esclarece que o livro não foi muito bem aceito por Breton, que se encontrava nos Estados Unidos e não tinha participado da pesquisa do autor, cf. “Maurice Nadeau: o mito da edição”, *Revista Trópico*, versão eletrônica, 25 de novembro de 2005, acesso em 17 de abril de 2007, disponível em <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2688,1.shl>.

publicações que falam sobre o movimento e partimos para as principais produções documentais surrealistas. Nesse caminho, o primeiro indício é o fato de que o contato definitivo de Brauner com o movimento surrealista, sob a mão forte de André Breton, ocorreu apenas entre 1930 e 1932⁷. Isso significa que o artista romeno é um elemento do movimento pós-manifestos, ou seja, ele adere ao grupo e às suas propostas políticas no momento em que as bases do movimento já haviam sido fixadas nas publicações de 1924 e 1930, ambas de Breton, e por publicações como *Une vague de rêves* de 1924, escrita por Aragon, e a revista *Littérature*, o instrumento mais importante do movimento nos anos iniciais. Sendo assim, Brauner não participa do movimento inicial, ao contrário de outros pintores e mesmo de outros romenos, como Tristan Tzara, Marcel Jancó ou Eugene Ionesco, artistas oriundos do dadaísmo e eminentes personagens do movimento surrealista desde os anos 20.

Embora tal constatação seja importante para começarmos a compreender o lugar do pintor dentro no movimento, não podemos acreditar que ela, isoladamente, possa elucidar a questão, pois outros artistas também entraram no movimento na mesma época, ou posteriormente, e não ocupam o mesmo *status* do pintor romeno⁸. Dessa forma, passamos a consultar panfletos e declarações coletivas relativas ao período de setembro de 1930 até maio de 1946.

As principais declarações e os panfletos centrais singularizaram a capacidade do movimento de se mobilizar contra ou a favor de uma determinada questão, ao mesmo tempo em que eram considerados os instrumentos de divulgação mais rápidos e eficazes. Dos panfletos produzidos entre 1930 e 1934, não encontramos nenhuma menção à obra de Brauner. Da mesma forma, não encontramos sua assinatura em qualquer documento relevante. Isso é particularmente atípico, pois, em junho de 1933, o pintor ilustrou um convite para o *VI Salon des surindépendants*, intitulado como *Il faut visiter l'Exposition Surréaliste terrain vague*. E, no ano seguinte, ocorreu sua primeira exposição individual na França, mostra prefaciada e elogiada por Breton.

Entre 1935 e 1938, momento em que Brauner retorna a Bucareste, na Romênia⁹, também não existe, entre as principais declarações, a chancela do romeno. Isso num tempo em que muitos artistas assinavam em nome dos colegas estrangeiros que residiam fora da França, no intuito de aumentar a amplitude política do movimento¹⁰.

Há apenas uma exceção. Enquanto estava em solo romeno há uma diferença, Brauner foi citado na carta-protesto escrita em 17 de outubro de 1937, enviada ao Presidente do Conselho dos Ministros, Camille Chautemps, ao Ministro da Educação e Belas Artes, Jean Zay e ao Diretor Geral de Belas Artes, Georges Huisman. Tal carta teve por finalidade protestar contra a exclusão de artistas estrangeiros considerados pelos surrealistas como fundamentais para a compreensão da arte contemporânea dos principais eventos oficiais. Entre os artistas citados, listados

7. Semin indica, na biografia do artista, que a adesão ao grupo ocorreu verdadeiramente em 1932 para os preparativos de sua participação no VI Salão Surindépendants, no ano seguinte; cf. SEMIN, op.cit., p. 275. Já Davidson data tal engajamento dos primeiros meses de 1931, destacando sua participação no III Salão Surindépendants; cf. DAVIDSON, op. cit., p. 152.

8. Um exemplo disso é a trajetória de René Magritte. Sua produção artística e sua militância política estavam muito mais ligadas ao movimento surrealista belga do que à esfera de Paris. No entanto, seu nome é representado como um dos mais significativos surrealistas que atuaram no movimento de Breton; cf. MEURIS, J. *Magritte*. Lisboa: Editora Benedikt Taschen, 1993.

país por país, encontramos o nome de Brauner ao lado do também romeno Janco (PIERRE, 1988: 311-12).

Mesmo com a citação nessa ocasião, é importante mencionar que, no mesmo ano, os surrealistas publicaram uma declaração de admiração ao escritor e teatrólogo Alfred Jarry, em especial a obra *Ubu Rei* de 1896, que incluía os principais trabalhos de pintores e poetas surrealistas sobre o tema “Ubu”¹¹. Justamente no ano anterior, uma tela de Brauner, denominada *Ubu*, fez grande sucesso entre os surrealistas em Paris. Obra ignorada nessa publicação temática.

Só voltamos a encontrar uma declaração assinada por Brauner no ano de 1943, momento que consideramos a terceira e mais longa fase da carreira do artista. Seu nome estava num prefácio coletivo da tradução para a língua inglesa do livro de Benjamin Péret intitulado *La parole*:

L'importance du texte ci-après - destiné en traduction anglaise à introduire un recueil de mythes, légendes et contes populaires d'Amérique - a paru aux amis de l'auteur assez grande pour justifier par leurs soins sa publication isolée et anticipée dans la langue originale. Pénétrés de sa rigueur et de son ardeur, dont le jeu combiné l'apparente à un très petit nombre d'œuvres théoriques les plus agissantes et lui prête une résonance presque unique dans les temps que nous traversons, ils déclarent faire leurs toutes ses conclusions. En hommage, ici, à Benjamin Péret, ils croient pouvoir joindre à leurs noms ceux d'absents dont l'attitude antérieure implique la même solidarité actuelle que la leur à l'égard d'un esprit d'une liberté inaltérable, que n'a cessé de cautionner une vie singulièrement pure de concessions. J.-B. Brunius, Valentine Penrose (Angleterre), René Magritte, Paul Nougé, Raoul Ubac (Belgique), Braulio Arenas, Jorge Cacerès (Chili), Wilfredo Lam (Cuba), Georges Henein (Egypte), Victor Brauner, Oscar Dominguez, Heróld (France), Pierre Mabile (Haïti), Aimé Césaire, Suzanne Césaire, René Ménil (Martinique), Leonora Carrington, Esteban Francès (Mexique), Andre Breton, Marcel Duchamp, Charles Duits, Max Ernst, Matta, Yves Tanguy (New York), le 28 mai 1943 (*idem*, 12; grifo nosso).¹²

Brauner assinou esse documento exilado na Suíça, durante a II Guerra Mundial. A guerra transformou a vida do artista num amontoado de temores e problemas. Judeu, romeno, ligado às esquerdas e artista surrealista, suas credenciais, durante a ocupação alemã na França, o transformaram num alvo fácil da perseguição nazista. No início, ele se refugiou em Marselha ao lado de muitos outros artistas. Ao contrário de muitos surrealistas como Breton e Tanguy, ele não obteve o visto de entrada nos Estados Unidos. Apesar das incessantes tentativas, Brauner não conseguiu sair da Europa. Dancer afirma que não se pode negar o fato de que o romeno não era um

9. Decepcionado com a receptividade do público com a sua primeira exposição individual e com problemas financeiros, Brauner retorna à Romênia para reencontrar parte de suas raízes; cf. VANJI-PERAHIM, op. cit., p.14.

10. Um dos artistas que mais assinava pelos amigos que estavam fora de Paris foi Yves Tanguy, coincidentemente, o artista que apresentou Victor Brauner ao movimento surrealista francês.

11. Publicada em setembro de 1937, essa declaração possuía desenhos de Jean Effel, Pablo Picasso, Wolfgang Paalen, Yves Tanguy, Lord Loris, Marcel Jean, Lucien Coulaud, Man Ray, Roger Blin, Maurice Henry, Joan Miró e René Magritte.

12. “A importância deste texto - destinado em tradução inglesa a introdução da coleção de mitos, lendas e contos populares da América - parece aos amigos do autor muito grande para justificar sua publicação isolada e exclusiva na língua original. Penetradas de seu rigor e seu ardor, cujo jogo combina o notável a um pequeno numero de obras teóricas aos mais ativos e lhe presta uma ressonância porque única nos tempos que atravessamos, declaram-se fazer todas as suas conclusões. Em homenagem, aqui, a Benjamin Péret, ele crêem poder unir a seus nomes aqueles ausentes cuja atitude anterior implica a mesma solidariedade atual que o seu olhar de um espírito de uma literatura inalterável, que não cessa de afiançar uma vida singularmente pura de concessões”. Tradução livre.

artista conhecido no início dos anos 40 nos Estados Unidos, e que sua obra só saiu da Europa para incorporar exposições coletivas em Tóquio, em 1937, e no México, em 1940. Sua *invisibilidade* artística contribuiu muito para a negativa do visto. De qualquer modo, o pintor acabou dividindo uma casa com seu amigo, o escultor Michel Herz, em um vilarejo alpino suíço, em 1942 (DANCER, 1996: 11).

Durante o exílio na Suíça, em 1944, o romeno foi excluído do movimento Surrealista. A causa oficial teria sido o fato de que o artista não queria aderir à expulsão de Roberto Matta do movimento. Contudo, acreditamos que a “profissão de fé” que a arte havia se tornado para Brauner estava desagradando seus pares mais radicais, cujo sentido estético do movimento era apenas uma consequência do movimento político.

Brauner considerava-se um enviado do “grande mistério”, restituindo a sua arte a forte carga espiritualista de sua infância - um tanto apagada durante os anos de militância política. Essa postura não pode ser atribuída apenas ao mergulho que o pintor fez no mundo dos símbolos místicos ou à crise suscitada pela II Guerra Mundial. Sua mudança (ou volta) dá-se, principalmente, pelo fato de ter perdido, em 1938, acidentalmente um olho. O artista interpretou o incidente como uma confirmação de suas premonições e um aviso de que deveria abrir uma nova perspectiva em sua vida. Breton denominou essa atitude como sendo uma atitude divisionista. Todavia, a expulsão foi, sobretudo, uma atitude burocrática, mais que factual.

A saída do grupo não significou alterações no âmbito de sua produção artística muito menos no seu relacionamento com a maioria dos surrealistas. Pelo contrário, após seu rompimento, Brauner chegou a participar de exposições conjuntas e, agora sim, assinar declarações importantes como *Rupture inaugurale*, publicada em 1947 (*idem*, 30), que teve como fim redefinir a postura política do movimento frente aos problemas da política partidária do pós-guerra. Com isso, podemos ver com muitas ressalvas o que ele e Breton denominam de rompimento a partir de 1944. Justamente porque os fatos e as palavras, no que se refere à história dos surrealistas, nem sempre caminham juntos.

Com o final da Guerra, Brauner deixa, gradativamente, de ser um artista conhecido apenas por um pequeno grupo de artistas europeus. Sua exposição individual em 1946, na Galeria Pierre Loeb, em Paris, é o primeiro passo para uma carreira internacional. No mesmo ano, Breton publica o artigo *Entre chie net loup* e, finalmente, consagra o talento de Brauner. Em 1947, uma exposição individual leva as obras do romeno para a galeria Julian Levy, em Nova York. Desta mostra surge o artigo *Review of na Exhibiton of Victor Brauner*, escrito pelo mítico crítico norte-americano Clement Greenberg.

O olho

Embora o seu nome venha figurar nas grandes sínteses sobre o movimento surrealista, a ênfase e os exemplos recaem sobre outros artistas. Do mesmo modo, não houve um grande número de obras dedicadas a ele nas últimas décadas. Mesmo essa presença é marcada, geralmente, pela emotividade do acidente de 1938.

Digno de nota, o acidente é o *fato narrado* da vida do artista romeno, uma vez que ajuda a fundar a idéia de artista-mítico. Um auto-retrato pintado em 1931, uma pequena tela a óleo sobre madeira, onde no lugar do olho esquerdo existe uma sombra, um tumor que se expande diante do espectador. Em 1938, no mês de agosto, Brauner pinta uma outra tela a qual chama de *Autoportrait à oeil énucléé*. O motivo deste último quadro é o mesmo de 1931. Esses quadros colocaram o nome de Victor Brauner em algumas importantes obras biográficas do movimento surrealista francês. Eles não representam nenhuma inovação na estética do pintor, nem provavelmente seriam consideradas obras importantes caso o pintor, sete anos após tê-las executado, não viesse a perder o olho esquerdo.

Dias depois de terminar *Autoportrait à oeil énucléé*, Brauner tenta separar uma briga entre os artistas Oscar Dominguez e Esteban Francès. No meio da discussão, Dominguez acabou atingindo o olho esquerdo do pintor romeno com uma garrafa. O incidente custou a perda total de sua visão esquerda e disseminou no mundo das artes o mito do pintor vidente que, anos antes, havia previsto a fatalidade. O acontecimento marcou definitivamente o papel que o surrealismo concedeu ao pintor. Sua experiência premonitória, que para ele não era novidade, confirmava-se diante dos artistas que respeitavam, sobretudo, a eminência do mistério e da magia.

Menino de uma região central da Europa, muito impregnada de mitos ancestrais. Herdeiro de uma família apaixonada pelo esoterismo, ele encarna, mas que qualquer outro do grupo surrealista, o artista vidente. Contudo, sua postura está inserida no rasto de grande tutelares do romantismo místico alemão. É o caso de Novalis, que Brauner prezava especialmente e a quem “O verdadeiro pensamento está no ao mesmo tempo pensado e não pensado” (*apud* DANCER, *op. cit.*, p.14).

Pierre Mabille, em 1939, escreve um artigo denominado *L'oeil du peintre* publicado na revista *Minotaure* n.ºs 12-13, em que defende que as principais mudanças na carreira de Brauner, consequências imediatas de duas perdas, segundo ele, irrevogáveis: a saída definitiva de seu país natal e a perda do olho esquerdo. Mabille escreve que “(...) L'homme que je connaissais avant l'accident était effacé, timide, pessimiste, démoralisé par son dernier séjour en Roumanie, il est aujourd'hui délivré, affirmant avec clarté et autorité ses idées, il travaille avec une vigueur nouvelle et atteint davantage son but” (*idem*, 13)¹³. É evidente que perder um dos olhos para quem, desde criança, acreditava ter o dom da terceira visão não foi absorvido como “casual”. O reflexo em sua obra não foi imediato, mas alterou os rumos de suas investigações poéticas, acentuando



Auto-retrato, 1931, óleo sobre madeira, 22 x 16,2 cm, Musée National d'Art Moderne - Centre Georges Pompidou, Paris.

umas e suprimindo outras. O primeiro impacto foi a modificação do espaço tido como muito clássico por críticos como Mabile (influência do classicismo de De Chirico) . Numa outra óptica, as palavras do crítico podem nos dizer muito sobre a mudança de posição de Brauner frente ao surrealismo. Suas ideais espirituais eram até então disfarçadas pelo vocabulário emprestado da ortodoxia surrealista, com o acidente ele passa a expor suas convicções mais explicitamente, o que não agradou a todos (SEMIN, 2002: 29).

A idéia do olho como centro místico e canal para o espírito é, sem dúvida, de inspiração romântica, e sempre perseguiu Brauner. Como as lendárias bruxas-videntes dos Cárpatos, Brauner via-se como um homem com um só olho, com uma visão precária da realidade física, mas um ser privilegiado diante dos mistérios do mundo. Nos dois anos anteriores ao acidente e, principalmente, depois deste, suas pesquisas junto aos mistérios gnósticos tomam um impulso vertiginoso. A saída do grupo surrealista, anos depois, terminava por libertá-lo de posturas políticas que eram obstáculo para uma visão mais religiosa de sua obra.

Parece-nos importante compreender que, de certo modo, o grupo surrealista lhe garantiu a possibilidade de explorar um gosto pelo primitivo e pelo místico, ao passo que tentava disciplinar o modo como esses fatores eram consumidos. Não por acaso, que justamente os desenhos e as pinturas da terceira fase, pós-38, deram a Brauner o reconhecimento do mercado de arte e proporcionaram a maioria das publicações, que, de fato, resumem-se a catálogos de exposições, principalmente depois de sua morte, em 1966.

Há muito que estudar sobre esse artista. O catálogo organizado por Susan Davidson, para uma grande mostra americana e reuniu textos de diferentes curadores, foi muito bem recebido nos últimos anos porque trouxe obras pouco divulgadas, obras de colecionadores privados e deu um destaque impar as peças do MASP. Mas faltam-nos elementos cruciais. Só nos últimos anos é que a correspondência de Brauner começou a ser organizada e publicada pela pesquisadora Marina Vanci-Perahim. Devemos lembrar que não se trata de tarefa fácil, visto que Brauner manipulava sua correspondência como um falsário: muitas cartas eram enviadas a si mesmo, outras foram postadas e nunca saíram de seu atelier e há aquelas onde ele escreve respostas a cartas imaginárias. Aguardemos por mais publicações e traduções que possam nos ajudar a compreender uma obra tão enigmática. Esperamos que mais pesquisas, mostras e publicações possam inserir as obras pertencentes ao MASP, um rico patrimônio brasileiro, no circuito de divulgação internacional, dando-nos mais chances de expor outras obras do artista no país.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRIAN, S. *O surrealismo*. São Paulo: Verbo - USP, 1976.

BALDACCI, P. *Giorgio de Chirico: la metaphysique*. Paris: Flammarion, 1998.

BRETON, A. *Manifestos do surrealismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Les pas perdus*. edição La Pléiade , Paris, 1988.

- DANCER, M. "Victor Brauner... Ici, ou j'ai tant désiré Être". In: *Viktor Brauner*. Musée d'Art Moderne Saint-Etienne. Galerie HL. Mesta Prah, 1996.
- DAVIDSON, S. *Victor Brauner: surrealist hieroglyphs*. Houston - Texas: The Menil Collection, 2002.
- DORLÉAC, L.B. "L'Ecole de Paris, un problème de définition". In : *Revista de História da Arte e Arqueologia*, n.º 2, Campinas: IFCH/Unicamp, 1995-1996, p.249 - 270.
- GAUNT, W. *Los surrealistas*. Barcelona: Labor, 1973.
- GAUTHIER, X. *Surrealismo y sexualidad*. Paris: Gallimard, 1976.
- JEAN, M. *Histoire de la peinture surréaliste*. Paris: Le Seuil, 1967.
- JOUFFROY, A. *Victor Brauner: le tropisme totémique*. Paris: Dumerchez, 1995.
- _____. *Victor Brauner*. Paris: Fall Edition, 1996.
- MARTÍNEZ, J. A. *Arte, psicoanálisis y surrealismo*. Buenos Aires: Née, 1973.
- MEURIS, J. *Magritte*. Lisboa: Editora Benedikt Taschen, 1993.
- NADEAU, M. *História do surrealismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- PIERRE, J. *Tracts surréalistes et déclarations collectives 1922-1969*. Tome I. Paris, Gallimard, 1988.
- PITMAN, J. *Understanding pictures: from primitive art to Surrealism*. London: Dunlop, 1948.
- SAM, H. e JACOBUS, J. *Surrealism: the resolution of dream and reality*. New York, 1992.
- SEMIN, Didier. *Victor Brauner*. Paris: Réunion des Musées Nationaux-Édition Filipacchi, 1996.
- _____. "Victor Brauner and the surrealist movement". In: DAVIDSON, S. *Victor Brauner: surrealist hieroglyphs*. Houston / Texas: The Menil Collection, 2002.
- VANCI-PERAHIM, M. "Victor Brauner na Roumanie". In: *Victor Brauner, 1903-1966*, Milão: Galleria Schwarz, 1995.

**Cidade e memória: os azulejos do Palácio Capanema como
construção de um espaço simbólico**

Resumo

Mestre em Cultura Visual
pela Universidade Federal
de Goiás.
rapjr_arq@yahoo.com.br

Este trabalho procura compreender o recurso da azulejaria como elemento visual da arquitetura modernista brasileira – especialmente o Palácio Capanema – enquanto elemento inserido na cidade e referente à matriz imagética que se pretendia construir. Entendida como um recurso legitimador do discurso inaugural da arquitetura modernista brasileira, a azulejaria produziu um olhar sobre o Brasil numa circunstância histórica que foi na verdade uma necessidade concomitante à vários países periféricos em encontrar uma autonomia cultural na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Imagem. Imagética. Arquitetura modernista brasileira.

Abstract

This work tries to understand the resource of the it would tile as visual element of the Brazilian modernist architecture - especially the Capanema's Palace - while element inserted in the city and regarding the head office imagetic that she intended to build. As being considered a legit resource of Brazilian Architecture discourse, Azulejaria has it has attracted a glance towards Brazil in a historical circumstance, which it was, actually, a concomitant necessity to the peripheric countries of finding a cultural identity at the first half of the XXth century.

Key-words: Image. Imagetic. Modernist brazilian architecture.

Voltar o olhar para a produção da arquitetura realizada no Brasil entre 1930-40 significa ter a oportunidade de rever um modo de concepção atemporal, cuja retomada pode permitir a reflexão e a produção de uma arquitetura própria, forte o suficiente para absorver as influências externas sem se deixar dominar por elas. Neste trabalho, o objeto de estudo é a azulejaria, utilizada como recurso de composição visual no piloti¹ do Palácio Capanema² no Rio de Janeiro. O entendimento da azulejaria como um recurso de legitimação visual permite compreender não somente a espacialidade modernista brasileira vista à luz de uma abordagem interdisciplinar como esclarecer as conseqüências deste procedimento na arquitetura subsequente ao recorte delimitado.

Como elementos lastreantes do conceito espacial modernista brasileiro na década de 1930, os conceitos de modernidade e tradição não se configuram sistemas contraditórios entre si, mas antes alternativas diferentes para um mesmo problema. Neste cenário, a criação do Palácio Capanema parece ser o episódio mais emblemático da disputa pelo poder simbólico travada dentro de um regime político que não apresenta uma imagem unívoca.

Na Europa, importava ao modernismo se colocar como ruptura e como marco onde a iconoclastia dos elementos do passado era essencial. No Brasil, as coisas se deram de um modo diferente. Explicando o modernismo, Colquhoun coloca que:

A principal questão do modernismo, tanto em arte quanto em arquitetura, era que ele representava uma mudança na relação entre o presente e o passado, em vez de ser a continuação de uma relação existente. Sem dúvida, essa mudança “ruptura epistemológica” poderia ser “explicada” por mudanças na sociologia, tecnologia e economia da arquitetura, conferindo, assim, à “novidade” a aparência de ser o resultado de uma causalidade histórica (2004: 17-18).

Ao modernismo no Brasil importava recorrer a uma tradição, ou ao passado colonial como elemento legitimador desta produção. De todos os elementos advindos da arquitetura colonial selecionados por Costa, o emprego decorativo proporcionado pela azulejaria³ parece ter sido o recurso que mais profundamente marcou a produção arquitetônica da década de 1930 e 40, ou ao menos o que caiu mais no gosto popular. O emprego da azulejaria representou a idéia de uma ornamentação – diferentemente do purismo do modernismo europeu - inserida numa ótica essencialmente moderna.

Diferentemente dos demais aspectos que fundamentavam a concepção espacial de Lúcio Costa, a azulejaria era o único elemento não exclusivamente presente no vocabulário técnico da arquitetura. A disposição das plantas, os processos construtivos, as especificidades das coberturas, as necessidades de ventilação dos treliçados de madeira das gelosias não estavam acessíveis ao público leigo. Com os azulejos se dava o contrário. Enquanto elemento de revestimento, o azulejo era um material exclusivamente técnico e construtivo, com finalidades climáticas e de impermeabilidade; mas enquanto elemento simbólico, sua presença ultrapassava sua necessida-

1. Cada uma das colunas estruturais formadoras de um conjunto que sustenta uma construção, deixando livre, ou quase livre, o pavimento térreo.

2. Edifício projetado para ser a sede do Ministério da Educação e Saúde em 1936, sob a gestão do então ministro Gustavo Capanema.

de material. O lastro histórico que a azulejaria representava (e que Lúcio Costa naturalmente não somente conhecia, mas recorria conscientemente como elemento formal) embasa este ponto de vista.

1 – A posição de Lúcio Costa: entre o modernismo e a tradição

Uma compreensão do conceito espacial construído por Lúcio Costa só pode ser correta se vista no quadro geral de sua inserção no movimento moderno europeu. Em qualquer de seus estágios do desenvolvimento da obra teórica construída por Costa, podemos ver a proposição de um rompimento não apenas com a arte tradicional, mas também com a cultura historicista oposta à natureza de vanguarda do início do século XX. Neste sentido, faz-se necessário esclarecer o porquê da adoção do termo modernista como delimitador deste trabalho, considerando as dificuldades de uma unanimidade de conceituação.

Como o próprio nome coloca, os movimentos de vanguarda se constituíram na linha de frente do modernismo. Devido ao seu posicionamento, as vanguardas se afirmaram naturalmente como contrárias ao momento histórico de seu passado, no que ela representava de estabilidade e tradição. Entretanto, quando a vanguarda deixa de ser um corpo estranho, temos o estabelecimento de um conceito bem mais amplo: o modernismo. A palavra *modernidade* sugere uma condição estática correspondente ao fim alcançado; vanguarda e modernismo entretanto representam movimento, um processo e, por isso, inconcluso. Este é, precisamente, o objetivo da adoção deste termo neste trabalho: procurar entender o modernismo na arquitetura e na arte brasileira como uma obra ainda em aberto, sabendo que ao entender uma obra de arte como exemplo do modernismo significa entendê-la numa especificidade da cultura ocidental do período moderno.

Lúcio Costa, notadamente, exerceu uma influência decisiva não somente na conceituação e na afirmação do modernismo brasileiro, mas também nos seus rumos e desdobramentos. Sua presença se impôs no cenário arquitetônico nacional em pelo menos três ocasiões decisivas: quando diretor da Escola de Belas-Artes, quando convidado para o projeto do Ministério da Educação e quando vencedor do Concurso Internacional do Plano Piloto de Brasília. Além disso, homem de vasta cultura humanista dedicou-se às reflexões que não somente legitimaram o conceito brasileiro de modernismo, mas se constituíram num modelo historiográfico, ainda hoje vigente.

Filho de um engenheiro naval baiano e mãe amazonense, Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima e Costa nasceu na França, em Toulon em 1902. Com poucos meses vem ao Brasil e retorna à Europa aos oito anos para cursar a escola básica em Newcastle-on-Tyne na Grã-Bretanha e depois em Montreux na Suíça. Lúcio Costa somente voltaria ao Brasil em 1917 para estudar na Escola Nacional de Belas-Artes no Rio de Janeiro, matriculado por seu pai que estranhamente queria ter um filho artista (COSTA, 2003: 153). Formado em 1924, teve sua formação absolutamente imersa no cenário eclético do início do século e do movimento neocolonial, patrocina-

3. O contato dos brasileiros com os azulejos data do século XVII usados pela primeira vez na decoração do Convento de Santo Amaro de Água-Fria, em Engenho Frágoso em Olinda.

do por José Mariano Filho no Rio de Janeiro. Mesmo antes de concluir sua graduação, teve em 22 seu primeiro escritório com Fernando Valentim, importante arquiteto carioca e defensor ardoroso do neocolonial e dos “verdadeiros” valores da arte e da arquitetura nacional.

Voltando de uma viagem de passeio à Europa em 1927, Lúcio nem cogita a atuação dos movimentos intelectuais de vanguarda que já ocorriam, inclusive na arquitetura. Enquanto Warchavchik dedicava-se a propagandar sua obra nos jornais de São Paulo em 1928, Lúcio Costa não se sentia satisfeito com a arquitetura que fazia, vendo-a como dissociada do que entendia como “verdade construtiva”, ao contrário do que viu e constatou em Diamantina.

A viagem às cidades históricas mineiras feita quatro anos antes lhe deixou marcas indelévels e está na raiz da ambivalência de seu conceito espacial: uma ligação entre tradição e modernidade que define o raciocínio moderno a partir de um embasamento vernacular⁴ como instrumento de projeto e historiografia. Referindo ao episódio no resumo biográfico intitulado *O Percorso*, organizado por sua filha Maria Elisa Costa, ele próprio fala que: “Lá chegando, caí em cheio no passado, no seu sentido mais despojado; um passado de verdade, que era novo em folha para mim” (COSTA, 2003: 154).

Retornando ao Rio, ele não mais esconde suas insatisfações com o neocolonial. Ele próprio conta que, por acaso, numa revista não especializada (não fala qual) viu em 1929 a fotografia da casa modernista de Warchavchik sendo para ele a primeira revelação da potencialidade de uma obra coerente com as tecnologias construtivas⁵. O ano de 1930 seria o *anno mirabilis*⁶, afirmador de uma ruptura profissional na construção da casa de E. Fontes vista como a última manifestação de sentido eclético acadêmico.

Para ele, os verdadeiros problemas arquitetônicos, a justa conciliação entre arte e técnica, haviam sido enfrentados e resolvidos adequadamente pela arquitetura colonial. O espaço moderno brasileiro não poderia, portanto, se constituir numa ruptura com o passado, à maneira pregada pelas vanguardas européias. De uma maneira similar, como veremos, Portinari estruturaria seu espaço pictórico.

O espaço moderno concebido por Costa estruturou-se a partir do pensamento de Le Corbusier, mas não se constitui na proposição de uma espacialidade inédita como a do mestre suíço. Seu modelo teórico se fundamentaria, como veremos adiante, no conceito de intenção plástica, que não somente fundamenta o espaço arquitetônico modernista brasileiro, como legitima teoricamente sua noção de brasilidade, sendo eixo de união dos pólos da práxis da arte e da técnica.

2 – A contribuição de Le Corbusier

De todos os arquitetos do movimento moderno, Le Corbusier foi o que construiu uma teoria

4. Colquhoun esclarece que a palavra *vernáculo* origina-se igualmente de conceitos sociais e econômicos. *Verna* significava escravo e *vernáculo* significava uma pessoa que residia na casa de seu senhor. Daí o significado aplicado posteriormente – primeiro à língua e então às artes – de formas locais, nativas e menores (2004: 41).

5. Costa, op. cit., p. 154.

6. Naturalmente que, sendo ao mesmo tempo protagonista e historiador de uma arquitetura que procurava se afirmar, ele construiu o discurso da arquitetura brasileira e se empenhou em perpetuá-lo. Emblemáticos deste seu discurso são seus adjetivos de “milagre”, “ruptura e reformulação” e “nova arquitetura” em seus diversos escritos teóricos.

mais elaborada e que teria uma abrangência mundial. Ele entendia que à teoria cabia um papel justificativo e não instrumental. Mais do que qualquer outro arquiteto de sua época ele insistia que a arquitetura era produto de uma inteligência criativa individual, criando uma ordem ideal não pragmática. Justamente este raciocínio encontraria campo fértil em Lúcio Costa e na arquitetura brasileira da década de 1930 e 40.

Imerso nos debates das vanguardas européias, o pensamento de Le Corbusier partiu dos problemas técnicos e sociais então ausentes no cenário brasileiro. As soluções propostas pelos europeus para os problemas advindos da industrialização eram aqui absolutamente estranhas. A posição de Lúcio Costa desta maneira se construiria em duas frentes: por um encontra lastro no modelo racionalista europeu e atua no sentido a divulgar seus princípios no Brasil; por outro procura seguir uma reflexão pessoal e afirmar seu conceito de uma brasilidade modernista, produto de seu contato colonial.

Como Gropius, Le Corbusier também se propôs a superar o contraste entre o avanço tecnológico e a produção artística, entre resultados qualitativos e quantitativos. Quando publica *Vers une architecture* em 1923, propõe uma síntese dos princípios que nortearão a arquitetura moderna como um movimento internacional. Surgem os novos conceitos formais que traduzem essa nova concepção do espaço arquitetônico, fundamentando-se na planta como princípio gerador da forma, na volumetria simples e nas superfícies definidas mediante as linhas diretrizes dos volumes.

Estes conceitos formais conceituais para o modernismo internacional serão o ponto de partida do raciocínio de Costa e a eles ele agregará os elementos selecionados de nosso passado colonial e responsáveis, segundo ele, pelo conceito de algo que podemos entender como uma brasilidade espacial e que encontrará sua expressão na intenção plástica como elemento fundante do espaço arquitetônico.

A influência de Corbusier seria marcante na ocasião do projeto do Edifício do Ministério da Educação e sua rápida estadia – de julho a agosto de 1936 – foi decisiva no tocante a fazer com que os princípios que ele defendia não permanecessem no terreno da abstração. Sua influência poderia ser resumida basicamente em três pontos. Primeiro, no que se refere ao método de trabalho, em que cada reflexão gerava uma graficação, um desenho, que produzia uma nova reflexão. Este método fundamentava-se numa premissa puramente intelectual, a qual partia de um raciocínio objetivo que passava a uma fase puramente manual, de desenho, procurando dar forma às conclusões advindas da reflexão intelectual. Este método seria uma constante tanto no trabalho de Costa quanto de Niemeyer.

Em segundo lugar, sua contribuição foi decisiva para concretizar uma maior preocupação com os elementos formais do espaço construído. Essa postura de valorização dos elementos formais e o seu papel no espaço construído vai se explicitar na ambiência destes espaços bem como nos recursos utilizados como elementos responsáveis por se animar estes ambientes através da inserção do espaço da obra de arte, como é fácil verificar nos edifícios que compõe o *corpus* desta pesquisa. Esses estímulos todos definem a forma arquitetônica como uma espécie de “atmosfera” que envolve e condiciona a atividade psicológica das pessoas, como define Graeff

(1986: 24).

Imerso na questão da identidade nacional desencadeada pelo pensamento de Gilberto Freyre, Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, Costa não hesita em recorrer à Le Corbusier, sugerindo a Capanema:

V. Exa. poderia chamar Le Corbusier, que é o maior arquiteto do nosso tempo, o grande mestre, o grande inovador, o grande revolucionário, uma figura muito combatida e que não tem uma grande realização no terreno prático, mas que pelo que se lê nos seus livros e na sua doutrina, é o líder da arquitetura nova do mundo.

“Pois não” – respondi-lhes – “vou chamá-lo”. Tratei de me por em contato com Le Corbusier, a fim de que ele viesse ao Brasil para essas duas coisas, ou melhor, como dizia Lúcio Costa: Para ajudar-nos e orientar-nos na construção do edifício do Ministério da Educação. Queremos fazer uma coisa nova, mas não queremos nos arriscar a um tão grandioso empreendimento, a uma realização tão monumental, que seria a primeira do mundo, sem primeiro ouvir o conselho do grande mestre no momento da nova arquitetura. Além do mais, ele vem também ajudar a fazer a cidade universitária (CAPANEMA, Gustavo. “Depoimento sobre o edifício do Ministério da Educação”. In: XAVIER, 2003: 125).

Este depoimento de um dos protagonistas deste episódio não poderia ser mais elucidativo. Cômico da importância da realização que o edifício do Ministério representaria – “a primeira do mundo” – a Comissão não titubeia em buscar respaldo na pessoa de Corbusier e sua vinda representou a chance de materializar a “universalidade” de suas soluções, sobretudo, diante do quadro sombrio de uma Europa às ameaças de uma grande guerra.

O terceiro e último ponto a ser destacado da influência de Corbusier sobre Lúcio Costa é a importância dada por ele à valorização dos elementos locais, como a adoção das palmeiras imperiais nos jardins do edifício, o emprego de pedras abundantes no Rio (granitos cinza e rosa), contrariamente à importação de materiais de revestimentos e, finalmente, a recomendação ao emprego parietal dos azulejos.

Durante sua estadia no Rio, Corbusier se entusiasmara com os painéis de azulejos da igreja de *Nossa Senhora da Glória do Outeiro*⁷ e com a arquitetura carioca neoclássica⁸ e seu apoio à azulejaria se explica por estabelecer a referência com a tradição portuguesa, tão cara para Lúcio Costa; por estabelecer uma certa leveza aos muros; por estabelecer uma imagem visualmente mais rica para a obra, superando códigos puristas europeus e por associar o edifício à paisagem através dos temas marinhos a serem empregados.

A posição de Corbusier desta maneira, legitimou a posição de Lúcio Costa, ao conciliar o que lhes parecia contraditório: que o espaço moderno do século XX era internacional, mas que isso não determinava a exclusão das especificidades regionais que garantissem sua expressão original, cuja valorização integrava-se perfeitamente ao contexto nacionalista.

7. Certamente Le Corbusier percebeu a função dos panos de azulejos, suavizando o muro branco em relação à linearidade da estrutura de pedra.

8. Lúcio Costa demonstra o entusiasmo de Le Corbusier tanto pelos marcos de pedra “gnaiss” das residências neoclássicas, como pelo refinamento dos revestimentos em azulejos. Afirma Costa: “Um prédio de linhas neoclássicas, mas com esses revestimentos, adquiriria uma certa graça e se entrosava na paisagem” (COSTA, 1995: 146).

Sobre a influência da estada de Corbusier, Lúcio Costa explicita que:

A participação de Le Corbusier se prolongou, tanto que, mais que nos sucessivos encontros em Paris, passou a me conhecer melhor e logo compreendeu que o empenho de todos nós fora unicamente contribuir para a consolidação de sua obra e fazer, tanto quanto possível, na sua ausência, o que fosse do seu agrado. Assim, acatamos as suas recomendações no sentido do emprego de “azulejôs” nas vedações térreas e do gnaisses, nos enquadramentos e nas empenas. (...) Seja como for, porém, a verdade é que depois daquelas quatro semanas de 1936 não houve mais qualquer interferência de Le Corbusier, que só veio a conhecer o edifício já pronto poucos anos antes da sua morte, quando aqui retornou para projetar a embaixada da França em Brasília (COSTA, 1989: 92).

Interessa-nos o fato de que o edifício foi concluído e constatamos que nele foram materializados os princípios que norteavam a proposta modernista de Le Corbusier, materializados pela primeira vez numa edificação de grande porte e de destinação pública. Como veremos mais adiante, as conseqüências de sua realização seriam definitivas para os rumos da arquitetura brasileira.

3 – Os azulejos no Palácio Capanema como matrizes da memória: recorrer ao passado para legilimar o presente

Portinari executa dois painéis de azulejos para o Palácio Capanema: Conchas e Hipocampos e Estrelas-do-mar e Peixes. Encomendados pelo ministro Capanema em 1941 e executados entre 1941 e 1945 por Paulo Rossi Osir (1890-1959), medem 9,90 x 15,10 m (aproximadamente



Igreja de N. S. da Glória do Outeiro
Rio de Janeiro (1714-38)*

150,00 m²) e se localizam interna (pilotis) e externamente ao bloco lateral de frente para a Avenida Graça Aranha. Ambos se constituem em composições em azul e branco utilizando a temática marinha: no externo prevalecem os cavalos marinhos e conchas enquanto que, no painel interno, as estrelas-do-mar e os peixes.

A composição dos painéis se diferem do programa iconográfico do Ministério da Educação estabelecido em duas vertentes principais: a clássica no caso da escultura e a realista no grande painel dos ciclos econômicos. Ambas as composições se estruturam numa trama de linhas curvas envolvendo as figuras como uma rede disposta num espelho d'água que ao movimentar-se, gerasse ondulações discretas de áreas transparentes.

A composição se estrutura a partir do amebóide, numa biomorfização que influenciará a produção de diversos outros artistas, como na obra pictórica de Burle Marx e Paulo Rossi Osir e que praticamente caracteriza um *estilo* da produção da

*. Disponível na World Wide Web: <http://www.ceramicanorio.com.br>. Acesso em 28 de agosto de 2006.

azulejaria dos anos de 1930 e 40, escapando aos rigores formais do plano cartesiano através de uma pura geometrização, mas não se perdendo na gratuidade fácil do informalismo ou da representação realista.

Poderíamos identificar, a título de análise da imagem e dos componentes visuais e formais na composição dos painéis de Portinari, alguns elementos importantes para uma visão simbólica. Os painéis de azulejos pertencem obviamente ao mundo do simbólico, e apesar da dificuldade de classificação e da composição plena de seus elementos formais, estes não se encontram desorganizados ou colocados de maneira anárquica. A análise de uma obra como esta nos sugere o domínio



Painel de azulejos
Igreja de N. S. da Glória do Outeiro
Rio de Janeiro (1714-38)**

de leis internas que podem nos levar à não racionalidade cartesiana, ao simbolismo manifestado pela atividade subconsciente. A relação simbólica independe da lógica conceitual e não cabe nem nos limites nem nos horizontes de um conceito. Sua lógica se fundamenta na relação entre os elementos visuais e na afirmação das forças coesas entre os elementos. Dos elementos usados na composição dos azulejos, Portinari seleciona alguns, usados quase como módulos que se alternam e se repetem de maneira a evidenciar sua simbologia.



Painel de azulejos
Igreja de N. S. da Glória do Outeiro
Rio de Janeiro (1714-38)**

Constata-se também, como se constituirá mais tarde numa presença constante nos demais painéis de azulejos de Portinari, a presença de uma longa linha sinuosa destacada envolvendo a composição, sugerindo um amebóide, de maneira a fechar e aglutinar o conjunto. Esta linha sinuosa sugere uma raiz na *rocaille*⁹ e no decorativismo de inspiração Rococó. A linha sinuosa contínua, que introduzida primeiramente no desenho do mobiliário, acabaria por se transformar em um *leitmotiv* ornamental da arte do período tardo-barroco, como afirma Oliveira (2003: 28).¹⁰

Ao estruturar a composição, estabelecer uma linha de referência visual e estabelecer um limite às figuras modulares do conjunto, a presença desta linha sinuosa desempenha na composição dos painéis de Portinari a mesma função que a *rocaille* tardo-barroca. Naturalmente que este raciocínio conduz inevitavelmente à dedução dos valores do Rococó que, ultrapassando o campo das artes decorativas, se constituiu numa espécie de denominador comum da cultura e das artes do século XVIII. Não existem provas documentais no acervo de Portinari, entretanto é um fato que a *rocaille*, ou a linha sinuosa está presente nos dois painéis de azulejos do Palácio Capanema, como é facilmente verificável. A ausência de prova documental não exclui esta possibilidade, considerando os mecanismos não conscientes de transferência presentes na *práxis* da arte.



Painel de azulejos
Igreja de N. S. da Glória do Outeiro
Rio de Janeiro (1714-38)**

No pilotis do edifício, os azulejos estão dispostos de maneira frontal ao acesso pela Avenida Rio Branco que passa a duzentos metros a oeste do quarteirão do Ministério. Espaço de transi-

9. Definida por Germain Bazin como “uma espécie de concha abaulada ou recurvada, com silhueta de contorno irregular e recortado” a rocalha presta-se a infinitas combinações de formas, alternando perfis curvos e sinuosos, concavidades e convexidades, vazados e cheios. Associados às rocalhas, os traçados curvilíneos em C ou S atuam frequentemente como elementos de contenção à expansão desordenada de suas formas (OLIVEIRA, 2003: 29).

10. A pesquisadora coloca que já em meados do século XVIII a linha sinuosa era conceituada como linha da beleza – “the line of beauty” – por Willian Hogarth em seu conhecido texto crítico “The Analysis of Beauty”, publicado em Londres, em 1753 (OLIVEIRA, 2003: 228).

** Disponível na World Wide Web: <http://www.ceramicanorio.com.br>. Acesso em 28 de agosto de 2006.

ção, o ambiente do pilotis se caracteriza por uma praça visualmente aberta mas limitada pelo perfil do prisma vertical. Neste ambiente, os azulejos desempenham o papel para o qual foram concebidos.



Painel de Azulejos no Pilotis
Estrelas-do-mar e peixes***

O ambiente formado pela praça, reinterpreta, em termos contemporâneos, as idéias tradicionais de rua, quarteirão, praça e a oposição entre espaço aberto e fechado. Neste contexto, a azulejaria procura obviamente evocar o oceano aos transeuntes do pilotis, se constituindo num elemento de referência visual no contexto formal do edifício, se constituindo num contraste de material, cor e textura às colunas de aproximadamente dez metros de altura. É a esse ambiente que a referência patrimonial do edifício se instaura, e é através dele que se explicita – numa primeira instância – a resolução da equação brasileira entre a modernidade e o papel da tradição.

Respondendo à polêmica levantada por Max Bill¹¹ (1908-1994), importante arquiteto suíço

***. Disponível na World Wide Web: <http://www.ceramicanorio.com/conhecernorio/portinarigcapanema/portinari>. Acesso em 12 de abril de 2007.

11. O arquiteto suíço proferiu uma palestra em 09.06.1953 no recinto da FAU- USP onde atacou duramente o edifício do Ministério da Educação. Falando sobre o partido do edifício ele coloca que: nasceram de um espírito desprovido de qualquer decência e de qualquer responsabilidade com as necessidades humanas. É o espírito decorativo, algo diametralmente oposto ao espírito que anima a arquitetura, que é a arte da construção, arte social por excelência (BILL, Max. *In*: XAVIER, 2003: 159).

em visita ao Brasil em 1953, Lúcio Costa¹² explica claramente a relação que a azulejaria desempenha no edifício:

Acha também inúteis e prejudiciais os azulejos. Ora, o revestimento de azulejos no pavimento térreo e o sentido fluido adotado na composição dos grandes painéis tem a função muito clara de amortecer a densidade das paredes a fim de tirar-lhes qualquer impressão de suporte, pois o bloco superior não se apóia nelas, mas nas colunas. Sendo o azulejo um dos elementos tradicionais da arquitetura portuguesa, que era a nossa, pareceu-nos oportuno renovar-lhe a aplicação (COSTA, Lúcio. *In*: XAVIER, 2003: 183).

Na justificativa de Lúcio Costa encontramos explicitado seu desejo de, através da azulejaria, remeter ao passado colonial. Como elemento de legitimação desta tradição, os painéis de azulejos se destacam por se constituir o primeiro elemento de destaque visual ao que o pedestre entra em contato, quer como usuário do edifício quer como transeunte.

Este raciocínio conduz inevitavelmente à dedução dos valores do Rococó que, ultrapassando o campo das artes decorativas, se constituiu numa espécie de denominador comum da cultura e das artes do século XVIII. A preocupação com o lastro cultural da arquitetura colonial que Lúcio Costa reforça ao empregar a azulejaria como elemento de animação do espaço arquitetônico, demonstra a idéia de que tinha em mente os valores estéticos da arquitetura tardo-barroca que encontrara em Minas em sua viagem em 1924.

A importância primordial das decorações que transfiguram os espaços arquitetônicos na arquitetura rococó determina a ambiência do espaço. Nos edifícios rococós a ornamentação desempenha um papel que ultrapassa a função meramente decorativa. Como elemento fundamental de ambiência do espaço arquitetônico, a decoração rompe visualmente com a rigidez do plano das paredes e recriam ambientes que integram valores simbólicos e formais diversos expressos através do espaço pictórico de Portinari.

Apesar desta análise ser aplicada aos espaços arquitetônicos do século XVIII, os dados nos permitem identificar o mesmo papel desempenhado pela decoração no espaço modernista brasileiro concebido por Lúcio Costa, papel este que alcançará o seu ápice na Igreja da Pampulha.

O emprego dos azulejos se constituíram assim num elemento de persuasão no nível da imagem do conjunto, que em arquitetura significa a mudança de um sistema formal fechado em um sistema formal aberto, equivalendo no plano do discurso à passagem do enunciado à anunciação.

O edifício instaura-se numa monumentalidade enquanto produto de sua inserção no tecido urbano e neste sentido está numa zona organizada em função de seus valores formais. Monumentalidade por excelência, ao que se refere Argan (2004: 78), resultando numa complexa relação entre duas exigências fundamentais: uma plena representatividade simbólica e uma funcionalidade que é ainda definitivamente, representativa, porque o ritual espetacular, com a sua cena, seu referente imagético, não é somente um meio, mas a substância mesma da representação.

Não se trata de estabelecer um monumento *per se*, mas sim de estabelecer uma monumentalidade, barroca também na intenção. Na intenção de ser a ilimitada extensão da re-

12. A resposta de Lúcio Costa foi publicada no número 60 da Revista Manchete em 13.06.1953.

apresentação em um espaço ao mesmo tempo presente, passado e futuro, onde participam tanto a natureza quanto a história.

Entendida como um recurso legitimador do discurso inaugural da arquitetura modernista brasileira, a azulejaria produziu um olhar sobre o Brasil numa circunstância histórica que foi na verdade uma necessidade concomitante à vários países periféricos em encontrar uma autonomia cultural na primeira metade do século XX.

BIBLIOGRAFIA

- ALCÂNTARA, Dora. *Azulejos na cultura luso-brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1997.
- AMARAL, Aracy A. *Arte para quê?* São Paulo: Studio Nobel, 2003.
- ARGAN, Giulio Carlo. *El concepto del espacio arquitectónico desde el barroco a nuestro días*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1977.
- _____. *Imagem e persuasão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Projeto e destino*. São Paulo: Atica, 2004.
- BACZO, Branislav. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1980.
- BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em história*. São Paulo: Vozes, 2005.
- BRANDÃO, Carlos A. L. *A formação do homem moderno vista através da arquitetura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- BRUAND, Yves. *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Quando o Brasil era moderno*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2001.
- CAVALCANTI, Sylvia Tigre de Hollanda. *O azulejo na arquitetura civil de Pernambuco (séc. XIX)*. São Paulo: Metalivros, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 2002.
- COLQUHOUN, Alan. *Modernidade e tradição clássica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- COMAS, Carlos Eduardo. *A máquina para recordar: Ministério da Educação no Rio de Janeiro, 1936/45*. Arqtextos. Vitruvius. Disponível na World Wide Web: <http://www.vitruvius.com.br>. Acesso em 13 de agosto de 2005.

- COSTA, Lucio. *Arquitetura*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 2003.
- _____. *Arquitetura: idéias e conceitos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1989.
- _____. *Lúcio Costa: registro de uma vivência*. São Paulo, Empresa das Artes, 1995.
- _____. *Lúcio Costa: sobre arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962.
- FABRIS, Annateresa. *Cândido Portinari*. São Paulo: Edusp, 1996.
- _____. (org.). *Fragments urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- HALBACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- MORAIS, Frederico. *Azulejaria contemporânea no Brasil*. São Paulo: Ed. Public. e Comunic. , 1988.
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro. *O rococó religioso no Brasil*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- PUPPI, Marcelo. *Por uma história não moderna da arquitetura brasileira*. Campinas: Pontes, 1998.
- SÁ, Marcos Moraes de. *Ornamento e modernismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
- XAVIER, Alberto (org.). *Depoimento de uma geração*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- WISNIK, Guilherme. *Lúcio Costa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- ZILIO, Carlos. *A querela do Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2ª ed., 1997.

Propaganda e cotidiano: aspectos do Recife estadonovista em 1938

Resumo

Karl Leão: Mestrando em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e professor substituto da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Paulo Raphael Feldhues: Graduado em História pela Universidade de Pernambuco.

Este artigo tem como objetivo estudar as práticas de consumo através da propaganda no Recife em dezembro de 1938. O trabalho parte da análise de propagandas Estatais, que direcionaram o consumo dos cidadãos, e de produtos utilizados pela população em seu cotidiano: lâmina de barbear, biscoito, sabonete, perfume, energéticos, remédios, etc... Para tal intento, utilizamos como base teórica Michel De Certeau, que nos mostra a invenção de um cotidiano através das práticas sociais, e Jean-Marie Domenach, em seu livro Propaganda Política, que nos ajuda a desconstruir a visão de que a propaganda é apenas uma “violação psicológica”, situando assim o indivíduo em relação à máquina propagandística.

Palavras-chave: Propaganda. Estado Novo. Cotidiano. Consumo.

Résumé

Cet article a comme objectif étudier les pratiques de consommation à travers la propagande dans le Recife en décembre 1938. Le travail part de l'analyse de propagandes D'état, qui ont dirigé la consommation des citoyens, et des produits utilisés par la population dans leur quotidien : lame de deraser, biscuit, savonnette, ont parfumé, énergétiques, remèdes, etc... Pour telle intention, nous utilisons comme base théorique Michel De Certeau, que dans l'échantillon l'invention d'un quotidien à travers les pratiques sociales, et Jean-Marie Domenach, dans son livre Propagande Politique, que dans l'aide desconstruir la vision dont la propagande est seulement un “violations psychologiques”, plaçant ainsi la personne concernant la machine propagandiste.

Mots clé: Propagande. État Nouveau. Quotidien. Consommation.

Introdução

Em dezembro de 1938, comemorou-se o primeiro aniversário de governo do então Interventor do Estado de Pernambuco, Agamenon Magalhães. Além de comemorações em referência ao governo, aquele ano marca uma fase de acentuada preocupação com turbulências internacionais e prosseguimento de incentivo ao crescimento da indústria nacional, este último, projeto político do Estado Novo. O Recife, que nesta época era administrado pelo prefeito Novaes Filho, passava por transformações, tanto em sua esfera física – é neste mês que Agamenon lança o projeto de aterro dos mangues – como cultural – a modernização dos hábitos diários foi projeto da política cultural do novo Interventor. Embora se verifique a construção de “novos valores”, a forte presença da tradição limitou os espaços de apropriação do novo. A cidade, em sua autoconstrução, expõe ao observador uma verdadeira síntese dos tempos (REZENDE, 1997: 22).

O estudo da propaganda e do consumo no Recife de 38 é uma tentativa de entender as práticas sociais, a partir dos discursos contidos em campanhas publicitárias estatais e privadas. Os valores burgueses – consagração do individual, do mérito próprio, do talento e do capital cultural (SCHAPOCHNIK, *In*: SEVCENKO, 2004: 440) –, assim como a modernidade e o consumo conspícuo, foram absorvidos de forma desigual pelas distintas localidades e grupos sociais (MALUF, *In*: SEVCENKO, 2004: 400).

O único trabalho que encontramos em Pernambuco¹ sobre os aspectos da propaganda estadonovista é o do professor José Maria Gomes de Souza que procurou entender as estratégias de propaganda e o emprego do entretenimento como fator de persuasão popular. Para tal, o autor dividiu a propaganda estadonovista em Pernambuco em duas etapas: a primeira esta relacionada ao que intitulou de veranico que pode ser definido como a parte da propaganda do governo Agamenon Magalhães que objetivava lograr alegria e entretenimento a população para atingir seus objetivos; e a segunda trata-se da desestruturação do veranico pelo que Souza Neto chamou de inverno de descontentamento que é definido pelo autor como o arranjo feito pelo Estado brasileiro, dando maior ênfase a Pernambuco, para ajustar-se a conjuntura da Segunda Guerra Mundial (SOUZA NETO, 2005: 257).

A propaganda, muitas vezes dirigida a um público específico, trazia a tona elementos de uma conjuntura contemporânea. Compreender seus meandros abre caminho para melhor entendermos os anseios e as contradições da sociedade recifense daquele período. As histórias que as décadas de 30 e 40 nos deixaram por escrito na memória de seus sobreviventes estão, como todas as épocas, marcadas por medos e desejos (GOMINHO, 2007: 77).

A cidade e o mundo

1. Trabalhos como *A construção da verdade autoritária* da professora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, e o da professora Zélia Gominho, *Veneza Americana X Mucambópolis*, trazem em seu conteúdo aspectos da imprensa pernambucana, mas o primeiro retrata o anti-semitismo e como o Estado o propaga através da imprensa e o segundo retrata como o Estado propagava através do Jornal *Folha da Manhã* a Liga Social contra o Mucambo, não especificando assim a propaganda privada e seus entremeios com a propaganda estatal que é o objetivo deste trabalho.

O posicionamento, como referencial, do padrão de vida estrangeira, notadamente europeu e norte-americano, atribuiu acréscimo de valor ao produto de qualificação internacional. O “estrangeirismo”, como influência de consumo, é demonstrado por uma vasta quantidade de anúncios nos principais jornais do Recife: *O preparado PEROLAS TITUS [é] resultado do progresso da medicina alemã.*² A campanha publicitária da *Norge* explicita bem quem possui bom gosto: *Norge [...] o refrigerador do público americano.*³ *Segue idêntico caminho a Loção Brilhante [...] recomendada pelos principais institutos sanitários do estrangeiro.*⁴

A modernidade brasileira não deve ser limitada aos momentos de impulso da indústria nos anos pós-1930 (REZENDE, 1997: 52). As duas primeiras décadas do século XX mudaram significativamente a fisionomia do Recife. É na modernidade onde se dá a emergência de um mercado mundial absorvendo e destruindo os velhos mercados regionais, que se tornam incapazes de atender aos novos desejos humanos (BERMAN, 1984: 104).

O direcionamento do consumo, a partir do padrão estrangeiro, por vezes levou à bajulação gratuita. Um leitor do *Diário da Tarde* escreve à redação alertando sobre o comércio de frutas no cais em dias que transatlânticos aqui escalam. O teor de sua crítica é bastante revelador. Sugere o leitor uma inspeção do comércio, a fim de que os produtos “possam dar ao estrangeiro uma impressão exata das qualidades das nossas frutas”, e chega à conclusão que “frutas para inglês ver devem ser boas e bonitas”.⁵

O padrão parisiense de moda certamente norteou o consumo das senhoras e senhoritas da elite recifense. Os jornais acompanharam as tendências internacionais de perto, como publica o *Diário de Pernambuco*: “não houve mudanças na moda desta primavera segundo revista parisiense”.⁶ Um outro jornal da cidade destaca página inteira à visita do embaixador norte-americano a Londres, onde o título do artigo anuncia que “Um ‘yankee’ dita as regras sobre a indumentária feminina, na côrte britânica” e mais abaixo, “proibidos os decotes e outros trajos pouco cerimoniais”.⁷

Contraditoriamente, a tentativa de alinhamento aos valores culturais europeu e norte-americano conviveu com enfática campanha de afirmação da indústria nacional. *Succo de maracujá POMAR, ousada criação da nossa industria.*⁸ Mais sugestiva é a propaganda da *Perfumaria Niemeyer*, sob o “slogan”, *honrando a industria da nossa pátria.*⁹ Valendo-se do nacionalismo mercantil, a G.E. inicia a campanha *Prefira o radio construído especialmente para o Brasil.*¹⁰ Sem qualquer cerimônia, anunciava os *Pneumáticos Brasil: [...] fabricado com a borracha do Amazonas que é a melhor do mundo.*¹¹

2. Anuncio: “O SEGREDO DA LENGEVIDADE”. *Diário de Pernambuco* (01/12/1938), p. 5.

3. Anuncio: “NORGE”. *Diário de Pernambuco* (04/12/1938), p. 12.

4. Anuncio: “CABELLOS uma descoberta de 200 contos de réis”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), p. 2.

5. N./A. “Diário da Tarde” In. “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (15/12/1939), p. 2.

6. N./A. “Moda”. *Diário de Pernambuco* (04/12/1938), Segunda Secção, p. 6.

7. N./A. “Um ‘Yankee’ dita as regras sobre a indumentaria feminina, na Côrte Britânica”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), Segunda Secção (capa).

8. Anuncio: “Ousada criação da nossa industria”. *Jornal do Commercio* (10/12/1938), p. 11.

9. Anuncio: “A riquíssima flora do Brasil”. *Jornal do Commercio* (11/12/1938), p. 8.

10. Anuncio: “General Electric”. *Jornal do Commercio* (30/12/1938), p. 4.

11. Anuncio: “Pneumáticos câmaras de ar Brasil”. *Folha da Manhã*, Edição Matutina (01/12/1938), p. 13.

No calor da evidência do sentimento nacional, a *Tramways Power Co. LTD* não escaparia aos redatores do *Jornal Pequeno*, pela abusiva cobrança de energia. Adverte, então, o jornal sobre o “golpe inexplicável da empresa estrangeira”¹², artigo posteriormente republicado pelo *Jornal do Commercio*.

O Recife de 1938 assimilava o mundo dentro das suas possibilidades. Aos grupos mais abatidos não foi privado o consumo local de uma cultura cosmopolita. *Grill Room do Gran-hotel, cassino de Boa Viagem: balet Sass de Buenos Aires; Creusa de Barros, canções, frevos e musica negra; Aymond, canções e typos de varias raízes*.¹³ O caráter moderno com que se vestiu as práticas de consumo no Recife, propiciou a ênfase no exótico. Embora bem menos acentuado que nas grandes metrópoles européias, o exotismo foi parte do universo cosmopolita (SEVCENKO, 1998: 217). O seguinte anúncio, de conhecida marca de tapetes orientais, dá bom exemplo de captação deste elemento pela publicidade: *Pense na graça que trará, ao seu lar, um toque da arte chinesa*.¹⁴ Em outra edição do mesmo jornal as qualificações são mais incisivas: *O Levante é, tradicionalmente, a terra dos tapetes maravilhosos... coloridos... exóticos e caríssimos*.¹⁵

Ciência, Energia e Potência

As primeiras décadas do século XX perseguiram os progressos das ciências médicas.¹⁶ O positivismo, doutrina acolhida pela República, veio dar singular valorização à técnica. O discurso científico, assim, endossou de veracidade os mais variados produtos da indústria moderna. Ciência e técnica aliam-se as ambições do capital (REZENDE, 1997: 62). *LEITE MALTADO NESTLÉ [...] pratico e scientificamente dosado nos seus elementos*.¹⁷ Em outro anúncio, [...] resultado de muitos annos de investigações scientificas.¹⁸ O destaque na propaganda da *Machina Érika* recai sobre seu perfil de invenção: *a última criação da engenharia moderna*.¹⁹ Similar apelo encontra-se no *Automóvel Ford [...] carroceria de desenho científico*.²⁰

Muitas vezes a propaganda posicionou o leitor em seu tempo e, ao adjetivá-lo como homem moderno, exigiu a tomada, por este, das características implícitas naquele sujeito. *A irritação permanente em que vivem os homens de negocios é um mal da época. Phosphato Acido Horsford*. Em tenta-

12. “A proposito dos preços de luz e energia electrica da Pernambuco Tramwyas”. *Jornal Pequeno* (16/12/1938), p. 3.

13. “Grill Romm do Gran-Hotel”. *Diario de Pernambuco* (04/12/1938), p. 5.

14. Anuncio: “O mysticismo da arte chinesa”. *Jornal do Commercio* (18/12/1938), p. 9.

15. Anuncio: “Natal é festa do lar”. *Jornal do Commercio* (25/12/1938), p. 7.

16. Foi ainda na década de 1920 que os suspeitos de alienação mental passaram a receber tratamento dentro dos métodos psiquiátricos. Ulysses Pernambucano ganhará maior destaque pela revolução feita na medicina psiquiátrica de Pernambuco, a partir da introdução de modernos métodos. Ver: Rezende, 1997, p. 54-55.

17. Anuncio: “Não é cansaço é fome...”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), p. 5.

18. *Idem* (18/12/1938), p. 5.

19. Anuncio: “As machinas de escrever ‘IDEAL’ representam a ultima criação da engenharia moderna”. *Jornal do Commercio* (18/12/1938), p. 5.

20. Anuncio: “O problema: capacidade, velocidade e economia. A solução: Ford V8”. *Jornal do Commercio* (06/12/1938), p. 7.

21. Anuncio: “Acabou-se a insomnia, foi-se o cansaço cerebral. Sinto-me bem disposto e feliz!”. *Jornal do Commercio* (20/12/1938), p. 8.

tiva de ampliar seus leitores, conclui o *Jornal do Commercio* que *na vida moderna o jornal é uma necessidade inadiável*.²² A precisão dos novos tempos é bem lembrada no anúncio: *Hoje, diferenças de minutos valem mais que valiam horas, ha 50 anos [...] 1938 pede um relógio moderno, relógio Omega Watch*.²³

Ainda no primeiro ano do governo Agamenon Magalhães é possível observar a afinização entre a propaganda comercial e a ideologia estadonovista. O novo cidadão deveria ser forte e saudável, capaz de contribuir física e intelectualmente com o “progresso” dos novos tempos: *trabalho requer saúde. Oleo Saúde*.²⁴ A preocupação com higiene e pureza aponta para a construção do homem asséptico. Já em 1923, o governo Sergio Loreto destacava o Departamento de Saúde e Assistência como o mais eficiente do Brasil (REZENDE, 1997: 41). Na implantação deste órgão fica evidente a intenção em reestruturar o Estado com outras finalidades, no rumo de uma modernidade que se intensificaria no governo Getúlio Vargas (Idem: 52). O discurso midiático bem soube captar o momento. *Esse nervosismo é DOENÇA!* [grifo do original] *Para os rins pílulas Ursi*.²⁵ Diagnóstico rápido e enfático: caso patológico. A publicidade não hesitou em apelar aos medos daquela sociedade. *CREME DE LEITE NESTLÉ [...] fresco, puro e garantido*.²⁶ Mas, que garantias poderia fornecer ao consumidor tal produto? A resposta vem em outra edição do mesmo jornal, *[...] isento de fraudes e contaminações*.²⁷ Sobre a *Goiabda Peixe* garante o anúncio que, *se submetido a analyse de laboratório, demonstrará a sua pureza absoluta*.²⁸ Quanto ao extrato de tomate da mesma marca: *aconselhável aos coalescentes e creanças débeis*.²⁹ E de forma mais sintética tem-se: *Gillete, a única rigorosamente aseptica*³⁰, *Assucar Crystal, absolutamente puro*³¹, e ainda, *Pilar [...] é impossível fabricar um alimento mais puro*.³² As propagandas que recorrem a este recurso foram abundantes, apoiando-se na limpeza, remetiam à idéia de saúde, a qual dominou o pensamento cotidiano na capital pernambucana de 1938.

O acolhimento de novos valores viria questionar antigas práticas. Um cronista anônimo do *Diário da Tarde*, em sua coluna, “A Vida da Cidade”, evidencia um caso onde o comércio ambulante de alimentos é alvo de suas críticas, pois:

[...] enchendo as ruas com seus pregões estridentes, vivem eles em busca da freguesia para o bolo de goma, o pão-de-lot, a empada e toda numerosa variedade de bolos que os mestres cucas inventam e fabricam”. E conclui que a “higiene, nesse particular, o commercio ambulante de gêneros alimentícios claudica lamentavelmente e está a merce as visitas do Departamento de Saúde Publica”.³³

22. Anúncio: “Aos leitores do JORNAL DO COMMERCIO”. *Jornal do Commercio* (27/12/1938), p. 7.

23. Anúncio: “1938 pede um relógio moderno”. *Jornal do Commercio* (18/12/1938), p. 5.

24. Anúncio: “Trabalho requer saúde”. *Diário de Pernambuco* (11/12/1938), p. 3.

25. Anúncio: “Esse nervosismo é DOENÇA!”. *Diário de Pernambuco* (08/12/1938), p. 12.

26. Anúncio: “CREME DE LEITE NESTLÉ”. *Jornal do Commercio* (01/12/1938), p. 4.

27. *Idem* (06/12/1938), p. 4.

28. Anúncio: “Na sua casa não falta o que é bom!”. *Jornal do Commercio* (25/12/1938), p. 3.

29. Anúncio: “AS GRANDES INDUSTRIA PEIXE”. *Folha da Manhã*, Edição Matutina (03/12/1938), p. 9.

30. Anúncio: “Higiene”. *Folha da Manhã*, Edição Matutina (11/12/1938), p. 7.

31. Anúncio: “ASSUCAR CRYSTAL”. *Jornal Pequeno* (22/12/1938), p. 6.

32. Anúncio: “É impossível fabricar alimento mais puro”. *Jornal Pequeno* (16/12/1938), p. 4.

Os principais jornais do Recife mantiveram a população informada da dinâmica do quadro internacional conflituoso. As preparações da defesa nacional e do desenvolvimento econômico do país exigiram a potencialização do cidadão. Energia, esporte, vitalidade e potência foram elementos de consumo ideológico maciçamente presentes no marketing comercial. Os incentivos oferecidos pelo capital ao autodesenvolvimento foram ao mesmo tempo distorcidos e limitados. As propagandas são contundentes. *Trabalhos mentaes e phisicos muito exhaustivos – um grande dispêndio de energias. Essas energias precisam ser renovadas sempre [...] Maysena Duryea*³⁴, ou *LEITE MALTADO NESTLÉ [...] capaz de manter e restaurar suas forças phisicas e intellectuaes*.³⁵ Recorrendo a símbolos pré-estabelecidamente conceituados, um composto revigorante retoma a imagem clássica dos gregos e anuncia: *[...] os gregos que cuidavam com especial carinho e robustezça do corpo [...] Nutril, o remédio que nutre!*³⁶ Utilizando igual recurso, o concorrente toma a imagem de Mussoline ao fundo e reedita as palavras do ditador italiano: – *Si avanço, sigam-me! – Si recuo, matem-me! – Si tombo, vinguem-me! – Si o sangue torna-se impuro, Galenogal!*³⁷

O Departamento de Propaganda e Educação Sanitária divulgou sistematicamente “conselhos de saúde” nos principais jornais da cidade. O exercício do poder não fugiu a operacionalidade tradicional limitada às fronteiras do direito de soberania e mecanismo de disciplina (FOUCAULT, 2003: 189). No Estado Novo, a disciplinarização seguiu, também, do norteamento dos hábitos da população (*CONSELHO DE SAUDE passar os vegetaes em água fervida por meio minuto*)³⁸ ao direcionamento do consumo, em estímulo à produção nacional: *COMBATA A FADIGA, CONSUMINDO ASSUCAR*³⁹, anunciava o *Diário de Pernambuco*.

A maior presença governamental, com a representação do Executivo Federal pelos Interventores, não impediu que as jogatinas e os “vícios elegantes” acompanhassem o crescimento das principais cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, a polícia movia, em dezembro de 1938, acirrada briga contra os entorpecentes, enquanto que em São Paulo, o “jogo do bicho” foi o maior alvo do combate. Em Recife, divulgava o *Jornal do Commercio*: “É cada vez mais intensa a repressão ao jogo. Foi preso um dos viciados e apreendido baralhos e fichas. [...] à Av. Norte todas as noites funcionava uma casa de jogos”.⁴⁰ A tentativa de norteamento e controle do consumo foi preocupação no primeiro ano de governo do Interventor Agamenon Magalhães, embora seja explícita a falta de planificação da repressão policial, cedendo, ao capital ilegal organizado, espaço suficiente para publicação diária do resultado do “jogo do bicho” num dos jornais da capital.⁴¹

33. N./A. “Diario da Tarde” In. “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (01/12/1938), p. 2.

34. Anuncio: “Que exigem de seus filhos as escolas?”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), p. 4.

35. Anuncio: “Não é cansaço é fome...”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), p. 5.

36. Anuncio: “Os milagres da energia!”. *Diario de Pernambuco* (07/12/1938), p. 6.

37. Anuncio: “– Si avanço, sigam-me! – si recuo, matem-me! – Si tombo, vinguem-me!”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), p. 9.

38. Anuncio: “Conselhos de Saude”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), p. 4.

39. Anuncio: “Combara a fadiga, consumindo assucar”. *Diario de Pernambuco* (08/12/1938), p. 12. Aqui, o que se tem é um pequeno artigo do editorial do jornal, e não um CONSELHO DE SAÛDE do Estado Novo. No entanto, faz parte de uma campanha para aumento do consumo do açúcar.

40. “Cada vez mais intensa a repressão ao jogo” In: “Na polica e nas ruas”. *Jornal do Commercio* (15/12/1938), p. 7.

O incremento do corpo e da capacidade técnica, dentro da disciplinarização do Estado, acompanhou a ênfase no sentimento nacional, forjando uma consciência de contribuição social e colaboração com o crescimento da nação. A vida, no Recife de 1938, não escapou à *praxis utilitária: seus colonos podem produzir mais!*⁴², anunciava um fortificante. A redução do homem ao formato sumário de produção colaborou para sua “coisificação”. O homem-objeto necessitava, tal qual os modernos maquinários, de boa regulagem. A indústria alimentícia, com seu *hall* expressivo de energéticos, dominou parte importante da publicidade do período. Os valores suscitados nas campanhas são ainda mais evidentes no seguinte artigo anônimo, publicado no *Diário de Pernambuco*:

[os problemas do tráfego decorrem] porque a cidade expandiu sem “engenharia”, sem “urbanismo”. [E o cronista insiste num] trabalho de reeducação. [Assim como reclama maior atenção dos motoristas, pois] tomando como ponto de partida que a vida humana é um valor em dinheiro, cada um deve calcular quanto é que estamos perdendo na nossa economia com os desastres, que a toda hora estamos assistindo.⁴³

Homem dos novos tempos, o recifense de 1938 constituiu-se como elemento da economia, como força de produção e próprio produto, calculando seu valor em dinheiro, de acordo com sua utilidade na dinâmica da economia social. Os valores transmutam-se em valores de troca, a burguesia não eliminou as velhas estruturas de valor, mas as mudou. A honra e a dignidade não foram extintas, incorporaram-se ao mercado como mercadoria, ganharam preço. Toda conduta é permissível no momento em que se coloca como economicamente viável (BERMAN, 2005: 127).

Mercado e Consumo no Recife

Embora o Recife possuísse a terceira alfândega do país e sendo uma das principais cidades, naquele ano, encontrava-se, como bem definiu o cronista “Z”, como uma “cidade de baixo ‘standard’ de vida”.⁴⁴ Com uma população de cerca de 500 mil habitantes⁴⁵, o mercado consumidor não possuía grande capacidade de absorção de mercadorias, se comparado à dinâmica mercadológica dos grandes centros como Rio e São Paulo. *BICLETAS PARA CRIANÇAS. Acaba de receber completo sortimento afirma G. Lucchesi a CIA.*⁴⁶ Anúncios de aquisições de novos produtos para venda demonstram a baixa rotatividade e inexistência de amplo estoque de mercadorias, reflexo das limitações do mercado local.

Um jornal local noticiou o que seria um critério de elevação da qualidade de vida: “Aumentou o consumo de açúcar nos últimos 5 meses [...] graças a maior capacidade de absorção dos pró-

41. Sob o título *A Sorte*, o resultado do “bicho” era publicado diariamente no *Jornal Pequeno*, sempre na última página.

42. Anúncio: “Seus Colonos Podem Produzir Mais!” *Diário de Pernambuco* (01/12/1938), p. 3.

43. N/A. “Diário de Pernambuco”. In: “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (02/12/1938), p. 2.

44. Crônica: “Z”. “Cousas da Cidade”. *Diário de Pernambuco* (03/12/1938), p. 4.

45. MELLO, Mario. “Jornal Pequeno”. In: “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (29/12/1938), p. 2.

46. Anúncio: “BICILCETAS PARA CRIANÇAS”. *Jornal do Commercio* (20/12/1938), p. 5.

prios habitantes, accrescendo a média de consumo ‘per capita’ como índice de elevação do seu ‘standard’ de vida”.⁴⁷ E em outro artigo da mesma edição, conclui que o sucesso da campanha para o aumento do consumo do produto, através do órgão de publicidade “mostra a força de penetração da grande cadeia jornalística, a maior organização do genero na América do Sul”.⁴⁸ Ironicamente, os jornais do Recife viram reduzir seu número de vendas, sendo compensados pela maior procura nos interiores e outros estados. Com olhar arguto, “Z” aponta como causa a “facilidade do jornal emprestado ao vizinho ou da leitura no escriptorio, na repartição ou mesmo no engraxate”. E incita, ainda o cronista, a uma “campanha systematicas contra esse habito provinciano”.⁴⁹

Embora se observe diminuição na tiragem dos periódicos, em fins de 38, este meio de comunicação aparece como dos mais populares no Recife, possuindo notória importância pela indústria da publicidade. Segundo Mario Mello, os jornais são “a arma da propaganda”, onde “hoje se acrescenta ao jornal o radio. Sem que o jornal publique ou sem que o radio divulgue, nada se obtem”. O cronista chega a tal conclusão após partida de futebol realizada entre pernambucanos e baianos, reunindo publico de dez mil pessoas, numa cidade com população em torno de quinhentas mil. Pergunta então o jornalista: “como foi possível consegui-la? Pela propaganda continuada e, por assim dizer, irritante dos jornaes”.⁵⁰

A capacidade de mobilização popular pela propaganda em jornais demonstra a amplitude da influência deste veículo sobre o cidadão desta capital. O crescimento das cidades com sua maior complexidade organizacional, assim como surgimento de novas oportunidades, trouxe consigo o aumento das práticas de exploração financeira. O encanto das propagandas comerciais cobriu muitas vezes o produto no invólucro mágico das promessas mais diversas, alimentando anseios e desejos do consumidor e produzindo extraordinário lucro aos comerciantes e empresários. O Estado novo, numa tentativa de inibir a usura, emitiu, em dezembro de 38, Decreto que regulamenta as vendas à prestação, pretendendo evitar “o absurdo tantas vezes verificado, da devolução de radios, automoveis, geladeiras, consultorios de dentistas, terrenos e até casa, pela falta de pagamento de algumas prestações do contrato”.⁵¹ Sobre o Decreto, comenta Agamenon Magalhães.

O Decreto Lei do Governo Nacional que define os crimes contra a economia popular é mais uma attitude do Estado Novo, que vae supprimindo todas as formas de exploração. [...] todo esforço ilícito para enriquecer à custa do trabalho alheio vae terminar diante das sancções do Estado.⁵²

A Folha da Manhã viria destacar a importância da lei brasileira de combate à usura, colocan-

47. N./A. “Aumentou de 160 mil saccos o consumo do assucar, nos últimos 5 meses, em comparação á média de todo triennio anterior”. *Diario de Pernambuco* (04/12/1938), p. 3.

48. “A Campanha do Assucar”. *Diario de Pernambuco* (04/12/1938), p. 4.

49. “Diario da Manhã”. In: “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (21/12/1938), p. 2.

50. MELLO, Mario. “Jornal Pequeno” In: “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (29/12/1938), p. 2.

51. “Sobre o decreto que regulamentou o negocio de vendas a prestação”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), p. 18.

52. MAGALHÃES, Agamegnon. “Defesa e economia popular”. *Folha da Manhã*, Edição Matutina (01/12/1938), p. 1.

do o brasileiro entre “os povos mais avançados na repressão à usura”.⁵³ O descontrole financeiro acompanhou o cenário comercial do Recife e, neste aspecto, as faltas com os compromissos parecem não ter sido raras. Uma empresa de cobranças anuncia, *Amigo, o ‘calote’ é pior do que a peste!*⁵⁴, e mais adiante, O ‘calote’ é como a Syphilis.⁵⁵

Chegou o natal

As festas de final de ano, em 1938, trouxeram eufórico calor consumista ao comércio local. Ao final de seu primeiro ano de governo, as homenagens concedidas ao Interventor – paralisação das atividades comerciais em 08/12/1938 – são, por Agamegnon Magalhães, suspensas. Também em colaboração, o prefeito Novaes Filho baixa decreto autorizando abertura do comércio até às 22h, do dia 17 ao 31 daquele mês.

O natal certamente produziu fenômeno diferenciado à dinâmica de consumo da cidade. Com perspicaz observação, um cronista anônimo descreve movimento e força motriz daquele “comércio lotado”.

[...] todo obedecendo ao velho costume de exhibir uma roupa nova e bonita na noite de ruidosa alegria em que se comemora o nascimento de Jesus. [E revela, como se alheio estivesse aos impulsos natalinos, que] mesmo os pobres [...] fazem mais um sacrifício para comprar o chapéu, o sapato, a camisa, a gravata ou roupa, com que na véspera da festa se exibem, ingenuamente pelas ruas [...] aproveitam-se, disso, os commerciantes que encontram nesta semana do natal talvez a sua melhor epoca de negócios.⁵⁶

O culto à aparência transvasou as distintas categorias sociais. Como escreve o cronista, “mesmo os pobres fazem mais um sacrificio”, e mais uma vez, a propaganda entrará em sintonia com as aspirações do consumidor, fazendo do produto um elemento de distinção social. *Parker Vacumatic. Esta caneta-tinteiro aristocratica é uma tentação. Pena de ouro 18k com ponta de osmiridio*⁵⁷, ou ainda, *Club de Jóias e Relógios do Regulador da Marinha*.⁵⁸ Além das jóias, o piano, que desde meados do século XIX fez-se presente nos domicílios mais nobres da Côrte, manteve-se como artigo de luxo, dividindo com o automóvel o pequeno “classificado” do *Diário de Pernambuco*.⁵⁹

Embora o nome familiar pudesse consagrar prestígio ao individuo, a possibilidade de elevação do “status quo” a partir da construção da imagem exterior, isto é, posses de distintivos sociais, demonstra maior permeabilidade aos círculos aristocráticos.

O Imaginário, o “Outro” e a Erotização

53. N./A. “Folha da Manhã”. In: “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (18/12/1938), p. 2.

54. Anuncio: “Amigo, o ‘CALOTE’ é pior do que a peste!”. *Folha da Manhã, Edição Matutina* (06/12/1938), p. 15.

55. Anuncio: “O ‘CALOTE’ é como a syphilis”. *Folha da Manhã, Edição Vespertina* (01/12/1938), p. 5.

56. N./A. “Diario da Tarde”. In: “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (21/12/1938), p. 2.

57. Anuncio: “A Maravilha do Seculo”. *Diario de Pernambuco* (04/12/1938), p. 3.

58. Anuncio: “Club de joias e relógios do Regulador da Marinha”. *Diario de Pernambuco* (01/12/1938), p. 9.

59. Em 01/12/1938, por exemplo, a quantidade é de 5 pianos para 3 automóveis.

O desejo de ser visto e o culto à aparência exterior contribuíram para a importância da visão do “outro”. Foi notável a quantidade de propagandas apelando à “boa aparência”. Revelam estes anúncios mais que vaidade contida no seio social, demonstram a existência de um padrão firmado no “bom aspecto” e que, na plástica das relações desta sociedade, este elemento fez-se presente na mensura do trato. A indústria de cosméticos, apoiada fortemente no discurso científico, assegurou, por meio da propaganda maciça, a perpetuidade deste juízo de valor. *A atração pessoal tem influência decisiva no êxito da vida, tanto comercial, como social [...] os cabelos concorrem para realçar os atrativos.*⁶⁰ Um colírio baseou sua chamada expressamente na opinião do “outro”: *olhos congestionados impressionam mal!*⁶¹ (grifo do original). Ainda não foge à idéia a propaganda: *Há alguma coisa no baton Michel que agrada aos homens.*⁶² O destaque na chamada abaixo recai sobre uma palavra de forte peso publicitário: *[para] fazer que seus cabelos influam favoravelmente sobre sua aparência: Loção Royal Briar.*⁶³

A necessidade de afirmação mediante a opinião do “outro” aponta para uma sociedade tradicionalista, onde o imaginário de opulência barroco não deixara de existir. Mas o que trazia temor ao cidadão de 38 numa cidade “provinciana” e “de baixo *standard* de vida”? As incertezas da vida cotidiana de certo fustigaram o sujeito comum. Se a vida o chama, é preciso ter cautela: *goze a vida!... mas previna-se contra as possíveis conseqüências.*⁶⁴ Os riscos da vida também tomam forma no cinema, como aponta a síntese da *Novella Mannequin, história de uma jovem pobre, que conseguiu vencer, lutando em meio da falsidade do mundo.*⁶⁵

O controle do tempo, através da precisão máxima da nova tecnologia, ou o domínio do corpo, com o progresso da ciência, não foram suficientes para dar segurança necessária à vida cotidiana na cidade. O desconhecido permaneceu fora da autoridade do homem. *O seguro de vida é um mundo de certezas ridentes para os anseios de um pae, como o sr. que vive num mundo de dúvidas.*⁶⁶ Nesse “mundo de dúvidas” reproduz-se o cidadão angustiado, inserido mediante seu engajamento no universo social, e dependente dele (KOSIK, 1976: 59-68). A individualização galvanizou-se sobremaneira que obter um interlocutor capaz de ouvir as fantasias e ansiedades do homem moderno tornou-se uma questão de mercado (SEVCENKO, In: SEVCENKO, 2004: 608). A atmosfera da capital pernambucana propiciou de efeito soluções não menos incertas que o futuro daquela população:

Um amor criminoso ou um grande desgosto, que faz a tortura da vossa vida? [...] escrevei já ao grande occultista e medium clarividente, professor OMAR KHIVA caixa postal 3.407 e mandai UM MIL RÉIS em selos, que ele tem conselhos uteis e efficazes par vos dar.⁶⁷

60. Anuncio: “A ATTRACÇÃO PESSOAL”. Diário de Pernambuco (06/12/1938), p. 12.

61. Anuncio: “Olhos congestionados impressionam mal”. Jornal do Commercio (01/12/1938), p. 4.

62. Anuncio: “Ha alguma coisa no Batton Michel que agrada aos homens”. Jornal do Commercio (04/12/1938), p. 5.

63. Anuncio: “Loção Royal Briar Atkinsons”. Jornal do Commercio (17/12/1938), p. 4.

64. Anuncio: “Goze a vida”. Diário de Pernambuco (22/12/1938), p. 5.

65. Caderno: “Cinematografia”. Jornal do Commercio (18/12/1938), p. 7.

66. Anuncio: “Sulamerica”. Diário de Pernambuco (10/12/1938), p. 5.

67. Anuncio: “Tendes no Coração”. Jornal do Commercio (04/12/1938), p. 4.

O recatamento domiciliar cedeu espaço ainda nas primeiras décadas do século XX aos encantos da fama. *Suas toilettes são um verdadeiro triunfo! [...] admirada por todos... em seu redor circulam homenagens...*⁶⁸. Acompanhar a fama significou também não perder se vista a elite social, perseguir e imitar seus gostos e costumes. *As senhoras e senhorinhas da elite pernambucana usam finos tecidos das Lojas Paulistas*⁶⁹, ou mesmo, *A Loção Brilhante é usada pela alta sociedade de São Paulo e Rio*.⁷⁰ O sair para ser visto incorporou-se aos hábitos do recifense ganhando maior efervescência com a difusão do cinema, ainda nas primeiras décadas do novo século. Os astros do cinema estrangeiro já eram conhecidos nas principais capitais do país em 1938, e a notável atenção despendida pelos jornais do Recife favoreceu novos incrementos na prática publicitária. *Receptores Philips, astros de primeira grandeza [...] da linha Estrellas 1939*⁷¹, e ainda, *Telefunken [...] procure conhecer os afamados [grifo do original] productos*.⁷²

Insatisfeito com a publicidade dada às estrelas do cinema, Mario Mello, mais uma vez, dá retrato dos acontecimentos.

Não compreendem que tudo isso é reclamo do americano, pretexto de publicidade em torno dos nomes dos artistas, para mais tarde – esperem que não tardará – nos impingirem uma fita com muitos beijos, ou sopapos. [...] o que é lastimável é que para essa baixa publicidade explorem tão desairosamente o caráter da mulher brasileira, amesquinhando-a, aviltando-a, poluindo-a. [Para por fim desabafar] que ao menos se saiba ter havido um jornalista provinciano, que não engoliu em seco, e lançou o seu protesto contra esse gênero de reclamo.⁷³

É importante observar que, mesmo para o cronista manifestar sua crítica ao mecanismo utilizado pelo capital, foi necessário que o jornalista estivesse enquadrado nos meios do mercado. A sociedade burguesa gera um mercado às idéias radicais, onde os impulsos de destruição e desenvolvimento desta sociedade produzem idéias radicais que desejam destruí-la. Mas, por sua própria força de desenvolvimento, supera tais pressões e crises, transformando detratores em colaboradores involuntários. Ela se nutre daquilo que a nega (BERMAN, 2005: 135).

O culto exacerbado aos astros do cinema, com a ajuda dos jornais, também foi aproveitado pelos grupos desvinculados à indústria do cinema. A associação de produtos à “estrelas da sétima arte” deu ao objeto poder de igual culto fetichista, consumindo, assim, uma prática voyeurista. O consumo absorveu forte energia erótica (SEVCENKO, In: SEVCENKO, 2004: 603).

O novo modelo controle-estímulo obedece à chamada: “mostre o corpo, mas seja esbelto!” (FOUCAULT, 2003: 189). Propagandas de alimentos, energéticos e cosméticos exploraram intensamente o erotismo em seus anúncios. *5 adoráveis letras* [cada uma representada por uma jovem em trajes limitados] *que formam unidas o melhor dos sabonetes*.⁷⁴

68. Anúncio: “Lojas Paulistas”. *Jornal Pequeno* (13/12/1938), p. 4.

69. Anúncio: “Lojas Paulistas”. *Folha da Manhã*, Edição Matutina (03/12/1938), p. 18.

70. Anúncio: “CABELLOS uma descoberta cujo segredo custou 200 contos de réis”. *Jornal do Commercio* (04/12/1938), p. 2.

71. Anúncio: “Eis o Momento Auspicioso!”. *Jornal do Commercio* (25/12/1938), p. 7.

72. Anúncio: “Telefunken”. *Diário de Pernambuco* (01/12/1938), p. 6.

73. MELLO, Mario. “Jornal Pequeno” In: “Revista da Imprensa”. *Jornal do Commercio* (08/12/1938), p. 2.

Considerações

A propaganda, como foi visto, apropriou-se dos discursos contidos na sociedade, reformulando-os e mesmo criando novos, de acordo com sua conveniência. O deslocamento do cidadão através do meio social foi acompanhado pelos discursos onipresentes, insistentemente divulgados pelos jornais. O juízo produzido a partir da interpretação destes discursos pelo sujeito reconfigurou seu modo de viver. Embora vida e morte posicionem-se em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 2003: 180), não se pode consagrar o determinismo nas operações diárias, pois mesmo as iniciativas do discurso do capital tiveram que se modelar aos limites de manobra cedidos pelo sujeito. Ainda que considerando o “êxito do consumo cultural”, as práticas individuais, em seu micro-espço, conservaram aspectos próprios, particulares, que se localizaram além do domínio do poder institucional, operando silenciosamente uma resistência.

O efeito, relativamente satisfatório, da campanha publicitária exigiu que o produto anunciado respondesse às necessidades do seu potencial consumidor. Dado que o “sentido” obedece a uma relação determinada do sujeito, atingido pela língua, com a História, a interpretação sofre desigual distribuição na formação social (ORLANDI, 2005: 47), necessitando que o anúncio capte o formato de leitura da realidade do estrato social que pretende atingir. Assim, a propaganda dirigida revelou anseios específicos de determinados grupos.

As práticas de propaganda e consumo na cidade demonstraram o alinhamento do Recife aos padrões culturais ocidentais. No entanto, a real universalização operada nos países ditos periféricos não se deu no campo da nova tecnologia industrial, mas apenas no que trata dos padrões de consumo dos países que lideraram o processo industrial (FURTADO, 1998: 62). Embora fosse o modelo cultural ocidental desigualmente distribuído entre grupos e regiões, a América Latina assumiu, como observou Hobsbawm, a “forma burguesa e liberal com grande zelo e ocasionalmente grande brutalidade, de uma forma mais virtual que qualquer outra região, exceção do Japão” (Apud SEVCENKO, In: SEVCENKO, 2004: 541). Essas contradições, esses (des)caminhos, que nos mostra a prática cotidiana dos cidadãos recifenses são aspectos de fundamental importância para melhor compreendermos o cotidiano do Estado Novo pernambucano.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. *A construção da verdade autoritária*. São Paulo. Humanitas-Usp. 2003.

ANDRADE, Manuel Correia. *Pernambuco - Cinco Séculos De Colonização*. Recife Grafset.. 2005.

BERMAN, Marshall. *Tudo Que É Sólido Desmancha No Ar*, São Paulo. Companhia das Letras, 2º. Edição, 2005.

74. Anuncio: “5 adoráveis letras que formam juntas o melhor dos sabonetes”. *Diário de Pernambuco* (09/12/1938)

- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo*. São Paulo. FAPESP/PAPIRUS. 1998.
- CASTRO, Hebe. “História Social”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Dominios da História – Ensaios de Teorias e Metodologia*. Rio de Janeiro. Ed. Campus. 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. Petrópolis. Ed. Vozes. 2002.
- DIAS, Manuel Nunes e MOTTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo Ed. Diefel. 1981.
- DOMENACH, Jean-Marie. *A propaganda política*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1955.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Ed. Graal. 2003.
- FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1998.
- GOMINHO, Zélia de Oliveira. *Veneza Americana X Mucambopolis: o Estado Novo na cidade do Recife nas décadas de 30 e 40*. Olinda. Livro Rápido. 2007.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.
- KOSÍK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1976.
- MORAGAS, M. de. (org). *Sociologia de la comunicación de massas: Propaganda Política y opinión pública*. 3ª edição. Cidade do México. GG MassMedia. 1993.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. São Paulo. Ed. Pontes. 2005.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife. Editora Massangana. Fundação Joaquim Nabuco. 1984.
- REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos*. História da Cidade do Recife na Década de Vinte. Recife. FUNDARPE/CEPE. 1997.
- ROZITCHNER, León. *Freud e o problema do poder*. São Paulo. Ed. Escuta. 1989.
- SEVCENKO, Nicolau (Org). *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3: República: da belle époque à era do rádio. São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 2004.
- _____. *Orfeu extático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes Anos 20*. São Paulo. Ed. Companhia das Letras. 1998.
- _____. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1985.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil – de Getulio a Castelo (1930 – 1964)*. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1996.

SOUZA NETO, José Maria Gomes. *Sonhos de Nabucodonosor*: aspectos da propaganda do estado novo em Pernambuco. Recife. Tese-Doutorado. UFPE-CFCH, 2005.

FONTES / PERIÓDICOS

Diário de Pernambuco, dezembro de 1938. Local: Fundação Joaquim Nabuco – Fundaj.

Folha da Manhã (edição matutina), dezembro de 1938. Local: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. APEJE.

Folha da Manhã (edição vespertina), dezembro de 1938. Local: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. APEJE.

Jornal do Commercio, dezembro de 1938. Local: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. APEJE.

Jornal Pequeno, dezembro de 1938. Local: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano. APEJE.

**Mudanças de perspectivas: a maçonaria sob
Francisco Adolfo de Varnhagen e José Honório Rodrigues**

Resumo

Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

A historiografia brasileira representou a independência de diversas formas, das quais se destaca o pensamento pioneiro de Varnhagen, que procurava dar uma razão que unisse a nação sob a causa do Príncipe D. Pedro, e o pensamento revisionista de José Honório Rodrigues, que levanta uma nova discussão sobre a temática dada por Varnhagen, ao interpretar a Independência como uma revolução contida. Os dois autores ao investigar o processo de independência relevam a maçonaria como espaço de sociabilidade que articula os protagonistas da emancipação brasileira em um mesmo palco, reservando em suas obras um lugar de respeito à Sociedade dos Pedreiros Livres. Esse artigo compreenderá em um debate teórico historiográfico que busca analisar como a maçonaria foi percebida por Varnhagen e José Honório Rodrigues, e também lançar luz às especificidades e às ações da maçonaria no processo de independência.

Palavras-chave: Iluminismo. Historiografia. Independência.

Abstract

The Brazilian historiography represented the independence in many ways, such as the pioneering thought of Varnhagen, who searched for a reason that could gather the nation under the justification of the Prince Dom Pedro, and the revisionist thought of José Honório Rodrigues, who raises a discussion about the themes proposed by Varnhagen, when interpreting the independence as a moderate revolution. Investigating the independence process, both authors reveal the freemasonry as a place of sociability which articulates the main characters of the Brazilian emancipation at the same scenery, reserving a considered place in their works to the freemasonry. This article aims at having a theoretical and historiographic debate that analyses how the freemasonry has been perceived by Varnhagen and José Honório Rodrigues, as well as

making the particularities and the freemasonry actions clear in the independence process.

Key-words: Enlightenment. Historiography. Independence.

O processo da independência do Brasil foi um singular momento da história nacional, no qual, pela primeira vez, os setores da elite política da América Portuguesa uniram-se sob a bandeira da independência. Ao abordar o processo de independência, principalmente sob as perspectivas de José Honório Rodrigues e de Varnhagen, fica clara a importância da maçonaria como centro de sociabilidade que agremiou em um mesmo palco atores políticos que articularam a emancipação do Brasil.

Para a melhor compreensão da maçonaria, procederei em um primeiro momento com uma reflexão sobre as especificidades da instituição maçônica, visando esclarecer sua inserção e seu papel na crise do Antigo Regime. O segundo passo corresponde a um debate teórico-historiográfico de Varnhagen e José Honório Rodrigues circunscrito à temática da maçonaria.

1.

As lojas maçônicas representaram a consciência histórica durante o Antigo Regime. Ao compor o primeiro Grande Oriente em Londres, as lojas maçônicas estabeleceram um centro nervoso que iria difundir um fundo simbólico e teórico, que mesmo após as futuras dissidências, manteria os maçons unidos ideologicamente. As virtudes maçônicas correspondem a esse fundo composto por idéias, que por sua vez, condicionam a moral. A moral por sua vez, regida por símbolos das Luzes, entrava em processo de crítica permanente ao Antigo Regime.

As maçonarias, organizadas pelo segredo, iam para além dos limites da hierarquia social, os burgueses se encontravam em situação de igualdade com os nobres: socialmente reconhecidos, mas politicamente desprovidos de influência.

A política do segredo, na época do Iluminismo, típica das lojas maçônicas, mas também difundida entre outras ligas e associações, é de caráter dialético ao assumir uma posição enquanto pública. Jürgen Habermas sintetiza esse paradoxo ao afirmar:

A razão que deve concretizar-se na comunicação racional de um público do entendimento, por ameaçar uma relação qualquer de poder, ela mesma necessita da proteção de não se tornar pública (HABERMAS, 1984: 50).

A esfera pública ainda é obrigada a observar a prática do segredo, o seu público, mesmo enquanto público, ainda continua obrigado a ser interno, difundido e restrito aos maçons. Hipólito José da Costa dá seu testemunho sobre a prática do segredo maçom, e diz: “*é tão manifesta a necessidade do segredo em todos os negócios do mundo, que até um pai de família se abstém de tratar das suas disposições domésticas perante estranhos, o que todos reputam não só prudência, mas até civilidade*” (COSTA, 2001: 67).

Reinhart Koselleck retrata bem o foro interior espiritual, no qual cercava a maçonaria, e distinguia essa sociedade das outras comunidades religiosas. Neste sentido, Koselleck afirma:

Desde o início, os maçons cercaram de segredo o foro interior espiritual, exterior ao Estado, que compartilhavam com as outras comunidades burguesas, e o elevaram a mistério. Por este ato e pela insistente ênfase que lhe conferiam, diferenciavam-se – embora também fossem animados por um *pátos* quase religioso e impregnados por um rigor de culto – das outras inúmeras comunidades religiosas [...] (KOSELLECK, 1999: 63).

De acordo com as doutrinas ritualísticas, diferenciavam-se notavelmente as determinações do conteúdo do mistério maçônico, ou seja, os conteúdos concretos do trabalho secreto. De um sistema a outro, o segredo tomava, para os próprios irmãos, outra consistência. A maçonaria ganhava expressões totalmente distintas conforme a época, as circunstâncias sociais e as particularidades nacionais. Dessa forma a maçonaria rompe com sua imagem monolítica, pois ela se mostrou inevitavelmente volátil, e não assumiu uma forma a-histórica.

Utilizando de todos os caminhos ao seu alcance, os maçons esforçavam-se em alcançar o objetivo geral da sua instituição: “polir” o homem rude, uma “pedra bruta”, e elevar os irmãos, imergidos nas sombras, às regiões da luz. A maçonaria se torna uma escola de virtudes, na qual o esclarecimento levaria a uma condição moral incontestável. Dessa forma, simplificando o fundo teórico da franco maçonaria, seu intuito seria, primeiramente, levar as virtudes aos irmãos, e concomitantemente, estender o esclarecimento a todos, permitindo que o Estado fosse superado. Neste sentido baseavam as ações de ajuda mútua e da beneficência social como instância prática de seu fundo teórico.

No processo da independência a maçonaria atuava como o principal meio de sociabilidade que reunia grandes personalidades políticas. Ao reunir os atores no palco da Independência, a maçonaria conseguiu expandir uma consciência burguesa que fomentava o fim do Antigo Regime. A emancipação política do Brasil foi o resultado final de um processo que envolveu personagens ilustrados, os quais refletiram nas diversas formas de soberania do Brasil, e envolveram em seus pensamentos as virtudes e as causas maçônicas, que, por várias vezes, foram abertamente debatidas em jornais e periódicos de época, sendo o *Correio Brasileiro* um destes importantes veículos de informação.

A maçonaria insere-se no Brasil já no começo do século XIX, com a loja Reunião, situada no Rio de Janeiro, no ano de 1801 (BARATA, 2005: 667). No decorrer das duas primeiras décadas, as lojas maçônicas expandem-se nas principais cidades do Brasil, tendo grande aceitação em centros urbanos no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. Nesse período, é notável a grande adesão das lideranças políticas à maçonaria, nomes de prestígio como o ministro José Bonifácio e o próprio imperador D. Pedro. Nesse sentido Alexandre Mansur Barata afirma:

Assim o pertencimento maçônico de algumas lideranças políticas aparece quase que como um dado natural. Perspectiva que gera duas reações: ou uma certa indiferença com relação a este pertencimento ou, num outro extremo, uma padronização do comportamento dos maçons vistos sempre como defensores da causa da Independência, o que elimina a possibilidade de cisões e projetos políticos divergentes entre os maçons (BARATA, 2005: 667).

Propagando idéias que colocavam o Antigo Regime em xeque, a maçonaria brasileira, em seu momento inicial, esteve vinculada à várias ações de cunho conspiratório, tais como a revolução da capitania de Pernambuco em 1817, e o advento das revoluções do Porto em 1820. A partir destas ações, a maçonaria foi colocada na ilegalidade. No início da década de 20, os trabalhos maçônicos são retomados, e a maçonaria se reorganiza no Brasil (BARATA, 2005: 687). Assim, é fundada uma obediência própria, o Grande Oriente Brasileiro, tendo José Bonifácio como seu Grão Mestre. Essa ruptura, reconhecida internacionalmente pelos Grandes Orientes da Inglaterra e da França, foi a primeira marca de cisão com Portugal. A criação do Grande Oriente Brasileiro fez com que o Brasil, ainda Reino Unido a Portugal, tivesse sua soberania enquanto nação reconhecida simbolicamente pelos maçons de todo o mundo.

2.

Varnhagen, ao escrever a *História da Independência do Brasil*, problematizou a maçonaria no contexto da Independência, dando a ela um caráter de importância singular, no qual até mesmo o futuro Imperador dedicava-lhe atenção e respeito (VARNHAGEN, [19--]: 123). José Honório Rodrigues tematizou a problematização de Varnhagen, porém adotou um olhar revisionista em sua análise, colocando em xeque a compreensão que Varnhagen teve sobre a independência. Assim, esse trabalho tem como objeto as interpretações sobre o papel da maçonaria no contexto da independência, especificamente analisarei os olhares diferenciados de Varnhagen e José Honório Rodrigues, buscando perceber como esses autores interpretam a independência e o papel da maçonaria nesse processo.

Varnhagem é o grande proponente de fatos na historiografia brasileira. Sua visão privilegiada dos grandes eventos da primeira metade do século XIX, dada pela proximidade temporal, e principalmente pela metodologia de exegese documental, permitiu que ele reunisse em sua obra os principais fatos, com uma riqueza de detalhes, que inquestionavelmente refletiu de alguma forma em toda a historiografia posterior.

Varnhagem é a perfeita representação de um historiador do século XIX, com todo o ar aristocrático de um fiel súdito da casa de Bragança, evidenciando em sua escrita um olhar branco, católico e português. Os fatos de relevância na escrita de Varnhagem estão circunscritos na figura do príncipe D. Pedro. A maçonaria, sob sua ótica, é apenas um palco para o qual convergem os atores que irão trabalhar para a independência. Assim, a maçonaria é percebida por Varnhagen como uma instituição monolítica, cujas contradições começam a ser desnudadas, sendo sua finalidade o trabalho para um Brasil soberano. José Honório Rodrigues ao refletir sobre a Independência do Brasil, já na década de 70 do século XX, opta por uma perspectiva revisionista, o que coloca em xeque várias das proposições de Varnhagen. José Honório também aborda a história do Brasil sob um olhar político levantando novos questionamentos que o contexto do século XX permitiu pensar, e tem como tese que a independência foi um processo tortuoso, marcado por guerras e hostilidades, e que, com ou sem o consentimento da família real, culminaria pela força dos brasileiros. A maçonaria já não é vista como um espaço monolítico,

mas sim um espaço complexo, com divergências internas, que propunha em seu interior vários projetos para o futuro do Brasil.

José Honório Rodrigues, em sua obra *Independência: Revolução e Contra-Revolução. A Evolução Política*, demonstra o processo político que levou à emancipação política do Brasil. Dessa forma, o autor analisa os fatos e as grandes lideranças, que, articuladas no espaço de sociabilidade da maçonaria, paulatinamente constroem o processo da Independência. José Honório relewa o insurgimento da nação contra Portugal, um posicionamento em seus trabalhos condizentes com sua postura política e militante, ressaltando assim, o Brasil frente Portugal e à Europa.

A Maçonaria, como espaço que permite a sociabilidade, agremia os atores do cenário político das mais variadas tendências, articulando esse corpo político na causa da Independência. O corpo político que permeia a maçonaria no período tratado, entre 1801 a 1822, é um corpo heterogêneo, passando por ilustrados conservadores, como José Bonifácio e D. Pedro I, até por libertários republicanos como Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barboza.

Em seu interior a maçonaria apresenta sua própria dialética, no momento em que está se traçando o futuro do Brasil. Republicanos e monarquistas travam um penoso embate que, *a posteriori*, irá condenar a maçonaria à fragmentação. A crise interna, gerada pela sua dialética, é apresentada pelas vertentes políticas diametralmente opostas. Assim, constituem em seu interior facções, que irão adotar visões de futuro diferentes, sendo o primeiro grupo, liderado por Ledo, que adota uma perspectiva republicana para a futura nação. Bonifácio articula um segundo grupo, que defendia uma visão da monarquia centralizada como opção para o futuro do Brasil.

José Honório Rodrigues evidencia a evolução das lojas maçônicas na conjuntura da Independência até seu ápice com a instalação do Grande Oriente do Brasil. Na conjuntura do período da Independência, a maçonaria articula vários personagens que irão atuar na emancipação política, sendo que os revolucionários (em suas mais diferentes vertentes), a opinião pública, e posteriormente, até a própria família real irão compor esse quadro heterogêneo. A ação política desses homens é manifestada nos mais diferentes lugares. No Rio de Janeiro, sob as pressões da presença da Corte, os maçons permanecem em uma ação política indireta, arquitetando e estabelecendo alianças nas mais diferentes frentes: na opinião pública, na administração Estatal, nas forças armadas e na própria Corte. Ao norte do país a ação política se deu de forma direta com a Revolução de 1817, que colocou a maçonaria, assim como todas as sociedades secretas, na ilegalidade.

José Honório Rodrigues sempre associa as sociedades secretas, particularmente a maçonaria, com as ideologias liberais e revolucionárias. Ao reconstruir a trajetória das principais lojas do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, o autor sempre estabeleceu uma associação direta com as ações pró-independência. A tese de José Honório Rodrigues estabelece nitidamente esse argumento, quando afirma, já na introdução de seu livro: “*a independência não foi um movimento, mas uma revolução, contida por D. Pedro, no meio do caminho, com a demissão e o banimento de José Bonifácio*”. E ainda:

[...] sustenta que também não foi um desquite amigável, mas uma guerra, maior que a de

muitas independências da América, na durabilidade e na mobilização de forças. Quando não houve luta, houve exibição de força que continha e afastava o inimigo (RODRIGUES, 1975: 7).

A maçonaria no contexto da independência reuniu um impressionante número de personagens políticos, militares e economicamente ativos, conquistando pontos estratégicos da realidade brasileira. Utilizou também, de forma ampla, a opinião pública, levando a ideologia revolucionária a outras camadas da sociedade. Assim, o autor remete a associação à maçonaria pessoas como: “*Grão Mestre José Bonifácio, o lugar-tenente Grão Mestre adjunto Marechal Joaquim de Oliveira Álvares; Joaquim Gonçalves Ledo, Grande Orador, o Padre Januário da Cunha Barbosa, e o promotor fiscal, o Coronel Luís Pereira da Nóbrega*” (RODRIGUES, 1975: 27). O quadro de grandes personalidades políticas evolui ainda mais em 1822, quando:

A maçonaria contava com José Bonifácio, com Oliveira Álvares e, depois, Luiz Nóbrega, ambos os ministros sucessivos de guerra, José Clemente que na ocasião era o presidente do Senado da Câmara, afora os procuradores do conselho Ledo e Obes (RODRIGUES, 1975: 27).

Aos 2 de agosto de 1822 D. Pedro, o príncipe regente, é iniciado na ordem, e a 4 de outubro assume como Grão-Mestre. De tal modo, e segundo afirma José Honório, que em 1822 “*a colaboração de figuras destacadas ou a se destacarem*” (RODRIGUES, 1975: 28) fez criar novas lojas para o trabalho maçônico e logo depois, constituir uma nova obediência.

A causa da independência foi a finalidade que uniu tantos personagens que compunham a elite política, administrativa e militar e, concomitantemente, compunham a elite social. Em nome desse objetivo Joaquim Gonçalves Ledo, em 1822, propõe em trabalho maçônico “*que se desse impulso à opinião pública, e se adiantassem e pusessem em execução todos os meios para se conseguir e firmar a Independência*” (RODRIGUES, 1975: 27).

José Honório Rodrigues foi um historiador que revisou a historiografia política do Brasil. Ele buscou rever “*os mitos e falácias da Historiografia oficial*” (RODRIGUES, 1994: 149) a começar pela Independência. A Independência não é vista como a ruptura amigável, mas sim, como um tortuoso processo que permeia 1789, 1794, 1798, 1801, 1817 e culmina em 1822.

Varnhagen representa o pensamento brasileiro dominante durante século XIX, e ele o expõe com clareza, com fartura de dados e datas, nomes e fatos. Ele representa, assim, a interpretação do Brasil mais elaborada e historicamente eficaz do século XIX. O pensamento alemão, possivelmente influenciado por seu pai, era forte, e se aproximava de Ranke no que toca a exegese documental.

Com um perpétuo defensor da coroa, a Independência também foi vista como fruto dos Grandes de Bragança. Assim como nas revoltas anteriores, Varnhagem levanta várias questões que colocam a causa da independência em xeque, quando comparada à visão revisionista de José Honório Rodrigues. Segundo José Carlos Reis:

O pensamento de Varnhagem é a nítida representação do século XIX. Estava não só atualizado com o que se fazia na Europa como foi um dos pioneiros da pesquisa arquivística e do método crítico que o século XIX redescobriu e aprimorou. Tanto quanto Ranke o foi,

Varnhagem é um historiador típico do século XIX (REIS, 1999: 26).

Enquanto um aristocrata paulista, o visconde sempre deixou nítido o sentimento patriótico como também sua fidelidade à Família Real Portuguesa. Sua reflexão histórica sobre o Brasil é confundida com um Brasil Português, tal como o Imperador o compreendia e pretendia a ser, e nesse sentido Varnhagen buscou escrever o processo de independência centralizado na figura de D. Pedro I. Enquanto Varnhagen retratou a evolução política pró-independência ele discorreu sobre a crescente articulação das grandes personalidades sob o véu da maçonaria, atingindo a ascensão com a iniciação de D. Pedro I na ordem dos pedreiros-livres.

Ao problematizar a história do Brasil, Varnhagen dá relevância aos atores políticos que mobilizaram a América Portuguesa no processo da Independência. Os fatos políticos são exaltados em sua obra, e a maçonaria, juntamente com os maçons, possuem um destaque singular nos eventos da esfera pública que permearam o Brasil entre os anos de 1820-22. Os atores políticos do processo de independência do Brasil confundem-se em muito com os personagens maçons que atuavam no palco da Independência. Varnhagen destaca esses personagens em sua obra *“História da Independência do Brasil”*, sendo que os principais nomes eram: o procurador Gonçalves Ledo, o cônego Januário da Cunha, o ministro José Bonifácio e o príncipe regente D. Pedro.

O capítulo V intitulado *“Desde a partida de Avilez até a profissão maçônica do Príncipe, depois dos seus dois manifestos”* destaca como a maçonaria, que a princípio é uma sociedade secreta de viés filantrópico, se confunde com um clube político. Em Varnhagen a maçonaria, apesar de ser apresentada com uma conotação de instituição, transparece suas divergências internas, quando criam-se dois grandes grupos que defendem visões diferentes para o futuro do Brasil. Ledo e Bonifácio lideram grupos opostos no interior da maçonaria. Segundo Varnhagen:

José Bonifácio havia chegado ao auge de seu prestígio no Brasil”. Em assembléia geral do novo “Grande Oriente Maçônico”, aos 28 de maio precedente, havia sido eleito grão-mestre tendo por delegado o Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Álvares, primeiro vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, orador o Padre Januário de Cunha Barbosa e promotor fiscal o Coronel Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho (VARNHAGEN, [19--]: 121).

Porém Ledo, por ser mais presente no Grande Oriente que Bonifácio (em virtude de seu cargo de ministro), articulou um grupo maior dos maçons. Em resposta a esta situação desvantajosa, Bonifácio criou uma outra sociedade secreta, chamada de Apostolado, e entre seus membros estava o próprio Príncipe D. Pedro (que ainda não havia sido iniciado na maçonaria). Com a criação do Apostolado, Varnhagen identifica aí *“o princípio de um cisma”*, e vai além, ao afirmar que a finalidade do Apostolado seria unicamente a de rivalizar com a maçonaria *“que veio a ocasionar tantos desgostos e chegou quase até já a pôr em risco a paz interna do Brasil, nos momentos solenes da proclamação da Independência e do Império”* (VARNHAGEN, [19--]: 123).

A maçonaria, ao concentrar tantas personalidades com recursos políticos, militares e econômicos tornou-se, sob o olhar de Varnhagen, uma instituição detentora de um poder capaz de determinar o futuro do Brasil. A visão da maçonaria como instituição atuante no processo da independência leva o autor a relatar as barganhas e articulações que o príncipe regente fez para acalmar uma possível oposição dos maçons. Segundo Varnhagen:

Para não levantar com este escândalo grande oposição na maçonaria propusera primeiro para o Ministério da Guerra ao promotor-fiscal do Grande Oriente Maçônico, Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho. [...] Apesar desta julgada concessão feita à maçonaria, não deixou ela de alarmar-se com a entrada imediata de Martim Francisco, levando muitos dos irmãos bastante a mal esta nomeação [...] (VARNHAGEN, [19--]: 123).

Também Varnhagen afirma que: “[...] *Em tôdas estas decisões tinha já grande parte a maçonaria, de cujo Grande Oriente o Ministro José Bonifácio era ainda grão-mestre*” (VARNHAGEN, [19--]: 123).

Varnhagen releva a maçonaria uma congregação de poderes, que rivaliza com o próprio príncipe. D. Pedro era sábio disso e utilizava de cautela e de boa estratégia para o seu trato com ela, a fim de não levantar sua oposição.

Possivelmente, para controlar o trabalho maçônico, D. Pedro inicia-se na ordem dos pedreiros-livres. Anteriormente a esse acontecimento, D. Pedro já havia se associado ao Apostolado, sociedade secreta criada por José Bonifácio, e presidida pelo Príncipe Regente. Porém as causas que levaram D. Pedro a iniciar-se nos segredos maçons são mais amplas que essas. Varnhagen também destaca o fato da comparação externa com outras monarquias. Nesse sentido, Varnhagen afirma que:

Foi nestes momentos de apuros, em que o príncipe, informado dos serviços que à sua causa e do Brasil havia já prestado e estava prestando a maçonaria, trabalhando ativamente com o seu grão-mestre e o primeiro vigilante, movido porventura da curiosidade tão natural na sua idade e não menos dos argumentos dos seus catequizadores, que lhe citariam casos de outros reis na Europa, que por fins políticos haviam igualmente professado, se deixou converter e quis “ver a luz” maçônica (VARNHAGEN, [19--]: 129).

A maçonaria, sob a interpretação de Varnhagen, ainda é uma instituição homogênea, na qual começam a evidenciar facções rivais. Suas vertentes, representadas pelas facções dominantes que compunham a ordem, apesar de serem citadas, não tinham relevância em sua reflexão, o que gera em seu discurso um possível entendimento paradoxal na representação da ordem, ao apresentá-la como um todo monolítico. Ao mesmo tempo em que Varnhagen demonstra a maçonaria como uma instituição coesa, ele observa o começo de um cisma interno que irá culminar na fragmentação da ordem, sobretudo com a oposição do Apostolado à maçonaria.

A independência, sob Varnhagen, foi um processo pacífico e conduzido sabiamente pela família real. Defende que não houve conflito, pois a Independência não foi feita contra a Casa Real dos Bragança, mas pela própria Família Real Portuguesa.

3.

A historiografia brasileira representou a independência de diversas formas, entre as quais se destaca o pensamento pioneiro de Varnhagen, que procurava dar uma razão que unisse a nação sob a causa e liderança do Príncipe D. Pedro, e o pensamento revisionista de José Honório, que levanta uma nova discussão sobre a temática dada por Varnhagen, ao interpretar a Independência como uma revolução contida.

Assim como ocorreu com a independência, os questionamentos sobre a maçonaria também se renovaram, levando uma nova perspectiva sobre sua atuação, enquanto espaço de sociabilidade que uniu, pela primeira vez, setores da elite brasileira em uma causa comum, dando a eles uma identidade moderna.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “O nascimento do pensamento econômico brasileiro”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BARATA, Alexandre Mansur. “Sociabilidade Maçônica e Independência do Brasil”. In: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: editora Hucitec, 2005.

_____. *Luzes e sombras: a ação da Maçonaria brasileira (1870–1910)*. Campinas: editora da Unicamp, 2002.

BARRETO, Célia de Barros. “Ação das Sociedades Secreta”. In: *História geral da civilização brasileira*. Direção Sérgio Buarque de Holanda. Vol. II: O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976.

BASTOS, Lúcia Maria. “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da perseguição*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2001.

COSTA, João Cruz. “As idéias novas”. In: *História geral da civilização brasileira*. Direção Sérgio Buarque de Holanda. Vol. II: O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976.

CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. “A fundação de um império liberal”. In: *História geral da civilização brasileira*. Direção Sérgio Buarque de Holanda. Vol. II: O Brasil Monárquico. O processo de Emancipação. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976.

DIAS, João José Alves. “A maçonaria em Portugal de 1727 a 1802”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. São Paulo: Edição Fac-similar. Imprensa Oficial do Estado, 2001.

DINES, Alberto. “Luz e trevas, estrangeirados e inquisição”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, João Pedro Rosa. “Jornalismo e pensamento político”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FILHO, Ivan Alves. “Cronologia geral”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. “A construção de um público”. *Correio Braziliense ou Armazém*

Literário. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*: Investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984

HESPANHA, António Manuel e Xavier, Ângela Barreto. *As redes clientelares*. Arquitetura dos poderes. Lisboa, 1986.

HESPANHA, António Manuel e Xavier, Ângela Barreto. *A representação da sociedade e do poder*. Arquitetura dos poderes. Lisboa, 1986.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Da maçonaria ao positivismo”. In: *História geral da civilização brasileira*. Direção Sérgio Buarque de Holanda. Vol. V: O Brasil Monárquico. São Paulo / Rio de Janeiro: Editora Difel, 1976.

JANCSÓ, István e SLEMIAN, Andréa. “Um caso de patriotismo imperial”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

KOSSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Tradução Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1999.

LAJOLO, Marisa. “Leitores brazilienses: um público rarefeito?” *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

LIMA, Oliveira. *O movimento da Independência*. O Império brasileiro (1821-1889). 4ª Edição. São Paulo: Edição Melhoramentos, 1962.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*: paradoxo do Iluminismo. 2ª edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

MOREL, Marco. “Sociabilidade entre Luzes e Sombras: apontamentos para o estudo histórico das maçonarias da primeira metade do século XIX”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n.º 28, ano 2001/2.

_____. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades nas cidade Imperial (1820- 1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. “Entre estrela e satélite”. *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. Edição Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

PESSOA, Fernando. *As origens e essência da maçonaria*. São Paulo: Landy Editora, 2006.

PIATIGORSKY, Alexander. *Freemasonry*. London: Harvill Press Editions, 1997.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RODRIGUES, José Honório. *Independência*: Revolução e Contra-Revolução. A evolução política. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1975.

RODRIGUES, Leda Boechat e MELO, José Octávio de Arruda. *José Honório Rodrigues: um historiador na trincheira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O império luso-brasileiro e os Brasis (1789-1808)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. (Tese de Doutorado apresentado à FFLCH-USP), 1999

VARNHAGEN. *História da Independência do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, [19--].

Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães
um debate interpretativo sobre a questão agrária nos anos 1960

Resumo

Graduado em História pela UFSM; Mestrando em História pela UFRGS.
ricardorussell@gmail.com,
ricardo.russell@ibest.com.br

O presente trabalho tem como propósito expor algumas idéias referentes ao tema da questão agrária encontradas nas obras de intelectuais pertencentes ao PCB. Os autores escolhidos para este trabalho foram Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior. A escolha destes autores foi realizada levando em consideração a importância da participação dos mesmos no debate político e intelectual da década de 1960, comprovado através das obras publicadas no período. Deste modo, tentaremos apreender a contribuição destes autores no debate político sobre a questão agrária através das especificidades e singularidades de suas idéias.

Palavras-chave: Questão agrária. Intelectuais. Debate político.

Abstract

This paper discusses some ideas related to agrarian question found in some works of PCB (Brazilian Communist Party) intellectuals. The paper focuses on the following authors: Alberto Passos Guimarães and Caio Prado Júnior. The selection of these authors was based on their importance for the political and intellectual debate in the 60's, which can be demonstrated by the publications of the period. Henceforth this article aims to present the legacy of these authors in the political debate on agrarian question, showing the singularities of their ideas.

Key-words: Agrarian question. Intellectuals. Political debate.

As transformações que ocorreram no Brasil a partir da década de 1930, com a gradual modificação de uma economia primário-exportadora para uma economia industrial assentada nos setores urbanos, ajudaram a configurar uma nova realidade socioeconômica baseada na crença de que o desenvolvimento industrial seria a porta de entrada para a modernização e a superação do secular atraso do país.

A partir do governo Juscelino Kubitschek (1955-1960), acentuou-se a industrialização brasileira através da entrada de capital externo no fomento a chamada indústria de base. A situação no campo, no entanto, continuou a ser marcada pelo baixo índice de mecanização assim como a acentuada utilização de técnicas rotineiras. Quando no final dos anos 1950 diminuiu o ritmo de industrialização, as características da estrutura agrária do país tornaram-se componente sistemático do debate político que procurava soluções para os impasses econômico.¹ Nesse momento a constatação do descompasso da realidade agrária em comparação com a situação urbano/industrial, contribuiu para a elaboração de um determinado tipo de análise.

A análise dual, tradicional e moderna, nas suas variantes distintas, ganhou corpo para dar conta de uma realidade de contradições latentes em movimento. A eliminação dessa “dualidade” trazia como necessidade o desenvolvimento capitalista (o que unificava as preocupações), o qual deveria impulsionar a modernidade em todo o espaço geográfico e em diferentes segmentos sociais (GONÇALVES, 1999: 35).

Devido à relevância histórica da grande propriedade fundiária na constituição da estrutura agrária do país a questão agrária passou a ser associada com muita ênfase a concentração da propriedade fundiária e com a possibilidade de sua eliminação a partir de um processo de redistribuição das grandes propriedades rurais que pudesse dinamizar a economia do país com a conseqüente expansão do mercado interno para o campo e o aumento da produção de matérias-primas para os centros urbanos e para as indústrias.²

Um dos principais participantes do debate em torno da questão agrária nessa época foi o PCB. A partir de seu projeto de desenvolvimento esse partido procurou compreender os problemas que envolviam o campo. Segundo seu projeto político o Brasil era um país dependente, subdesenvolvido, mas com potencialidades para ser autônomo no momento em que adotasse um conjunto de medidas que pudesse erradicar os entraves ao seu desenvolvimento. Esses entraves estavam identificados na burguesia comercial, cujos interesses estavam articulados com o comércio exterior, e nos latifundiários. Esses últimos seriam responsáveis pela manutenção de arcaicas relações sociais de produção no campo, dificultando o florescimento das potencialidades econômicas do país. A superação desta estrutura sócio-econômica para o PCB seria possível somente através de um regime político que impulsionasse as transformações necessárias, rompendo com a dependência externa e extirpando pretéritas relações sociais de produção existentes.

1. Neste momento passam a ser caracterizados os problemas agrários enquanto uma questão agrária. Esta questão se reveste de uma amplitude nacional, tendo em vista que a sua solução era vista como essencial para o país como um todo. Silva, JOSÉ GRAZIANO DA. *O que é questão agrária*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

2. Os movimentos sociais que surgiram neste período como as Ligas Camponesas, no Nordeste, em 1955, e o MASTER (Movimento dos Agricultores sem Terra), no Rio Grande do Sul, em 1961, questionando a estrutura agrária do país, também contribuíram para a ascensão da questão agrária nos debates políticos. Mais detalhes In: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

tes no campo. Para isso acontecer seria fundamental uma aliança dos trabalhadores rurais e urbanos com a chamada burguesia nacional, segmento social que teria interesses voltados ao nacional e ao desenvolvimento independente do país (ALMEIDA, 2003).

O projeto político desse partido, denominado como democrático-burguês, tinha a percepção da existência de um setor econômico atrasado no país, o agrário, em oposição ao setor que se modernizava rapidamente, o industrial. Entretanto, essa interpretação sobre a realidade social do país não encontrou consenso no interior do PCB. Sintomático foi o caso da questão agrária. Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior, membros do partido, polemizaram esse projeto a partir dos estudos que desenvolveram sobre o campo. Para melhor compreendermos a posição desses dois intelectuais no debate político, nos deteremos nas próximas páginas nos trabalhos que desenvolveram sobre a questão agrária no início da década de 1960.

A matriz histórica da questão agrária brasileira:

1. Alberto Passos Guimarães (1908-1993)

Alberto Passos Guimarães, nascido em 1908 na cidade de Maceió, foi um economista e historiador atento ao debate político do início da década de 1960 sobre a questão agrária. Em 1963 publicou seu livro *Quatro Séculos de Latifúndio*, no qual procurou elucidar alguns aspectos desse tema a partir de uma interpretação histórica sobre o campo brasileiro. Procurando valorizar essa perspectiva histórica, nossa análise procurou tomar como base quatro eixos: caráter da colonização; características da grande propriedade fundiária; relações sociais de produção; medidas para a solução da questão agrária. Esse procedimento também foi utilizado na análise da obra de Caio Prado Júnior.

a) caráter da colonização:

Para compreender a estrutura fundiária do país, Alberto Passos Guimarães partiu da gênese colonial brasileira, uma vez que viu nesse princípio as raízes explicativas do caráter da estrutura agrária. Para esse autor, a colonização do Brasil foi fruto da expansão marítimo-comercial europeia e da desagregação do regime feudal naquele continente. No entanto, o processo colonizatório foi marcado pelo predomínio dos interesses de uma fidalguia próxima a Coroa portuguesa e sedenta em recuperar um poder que estava sendo minado.

A despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, êle não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente, ou mesmo dominante, que havia assumido na metrópole; não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América Portuguesa (GUIMARÃES, 1968: 22).

A submissão do empreendimento da colonização a uma estrutura nobiliárquica demonstrou

a força dos fidalgos sem fortuna sobre os plebeus enriquecidos pela mercancia e pela usura. Um sintoma claro dessa situação foi a divisão dos territórios coloniais em imensas propriedades, manifestação do interesse da metrópole portuguesa em lançar na América os fundamentos econômicos de uma produção feudal, o qual foi efetivado através da distribuição da terra mediante o regime de sesmaria.

b) características da grande propriedade fundiária:

A colonização brasileira, como afirmada anteriormente, ocorreu através da divisão do território conquistado em imensas extensões de terras doadas a indivíduos com condições de produzir e mantê-las. O autor denominou essas grandes extensões de terra como latifúndios:

Como latifúndios, temos conceituado, neste trabalho, as unidades agropecuárias por demais extensas para serem exploradas exclusiva ou predominantemente pelo trabalho do núcleo familiar, como a propriedade camponesa, ou exclusiva ou predominantemente pelo trabalho assalariado, como a propriedade do tipo capitalista (GUIMARÃES, 1968: 223-224).

A propriedade fundiária oriunda dessa divisão desenvolveu uma feição ao mesmo tempo feudal e colonial, presente tanto no regime de sesmaria, quanto nos engenhos, nas fazendas de gado ou nas fazendas de café. A grande propriedade fundiária tornou-se o principal meio de produção no campo, impondo a outros setores econômicos seus interesses e objetivos, principalmente a manutenção de uma estrutura agrária desigual.

c) relações sociais de produção:

No que diz respeito às relações sociais de produção no campo, Alberto Passos afirmou que o monopólio da terra nas condições pré-capitalistas em que a agricultura foi submetida assegurou a classe latifundiária um poder que se perpetuou ao longo do tempo: o poder extra-econômico. Esse poder representou o domínio dos latifundiários sobre as coisas e as pessoas, exercido dentro ou em torno das grandes propriedades fundiárias.

Tôdas essas e outras relações extra-econômicas derivam do monopólio feudal da terra e correspondem a um tipo de exploração pré-capitalista que consiste em coagir os trabalhadores a lavrarem a terra que não lhes pertence, por processos primitivos ou rotineiros e mediante uma ínfima participação no produto de seu trabalho (GUIMARÃES, 1968: 36).

Essa dinâmica social perpetuou os fatores regressivos e atrasados existentes na estrutura fundiária do país, reforçando as interligações com formas primitivas de capital comercial e, a partir do século XIX, a dependência a trustes internacionais, os novos compradores da produção latifundiária.

d) medidas para a solução da questão agrária:

Após a análise de algumas características da estrutura agrária brasileira, Alberto Passos Guimarães apresentou algumas medidas que considerou adequadas para solução da questão agrária a partir de sua interpretação sobre o campo. Um aspecto importante dessa interpretação foi reconhecer a existência de feudalismo no país.

A simples eliminação em nossa História da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a conseqüente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, considerar uma excrescência, tachar de supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária (GUIMARÃES, 1968: 33).

Para Alberto Passos Guimarães o não reconhecimento de um passado feudal tinha como conseqüência a defesa de um passado capitalista³, politicamente não-reformista e não-revolucionária para a solução dos problemas do campo, e sim evolucionista: desenvolvimento gradual e sem reformas. Desse modo negar o feudalismo significava retirar da reforma agrária seu conteúdo dinâmico e revolucionário.

Êsse conteúdo dinâmico e revolucionário, na presente etapa da vida brasileira, expressa-se pelo objetivo principal do movimento pela reforma agrária, que é o de extirpar e destruir, em nossa agricultura, as relações de produção de tipo feudal e não as relações de produção do tipo capitalista (GUIMARÃES, 1968: 34).

Assim a reforma agrária seria medida indispensável para a solução da questão agrária em face dos efeitos a que viria proporcionar para a agricultura, aos trabalhadores rurais e ao país de um modo geral.

Romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e "jurídico" da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país (GUIMARÃES, 1968: 38).

A abordagem de Alberto Passos Guimarães sobre a questão agrária, não foi específica de sua pessoa, mas compartilhada por boa parte dos membros do seu partido no início da década de 1960. Se levarmos em consideração que o PCB foi uma das principais referências para a esquerda brasileira no começo dessa década, reconheceremos que as idéias de Alberto Passos sobre a questão agrária foram importantes no seu momento histórico, tendo sido parte de uma geração que trouxe importante questionamento sobre nossa realidade social, sendo que algumas dessas indagações ainda hoje permanecem não resolvidas.

Caio Prado Júnior (1907-1990)

Caio Prado Júnior nasceu na cidade de São Paulo em 1907. Membro do PCB desde o início da

3. Em relação à tese de um suposto capitalismo brasileiro Alberto Passos Guimarães debateu principalmente com Roberto Simonsen, o qual citou várias vezes em seu trabalho. Simonsen em 1937 publicou o livro *História Econômica do Brasil*, no qual defendeu a existência do capitalismo na sociedade brasileira desde o início da colonização.

década de 1930, esse historiador se caracterizou tanto pela militância política quanto pela produção intelectual, geralmente voltada para a realidade brasileira. A partir de meados dos anos 1950 seus trabalhos sobre aspectos da vida social, econômica e política do país começaram a aparecer na Revista Brasileira (LIMONGI, 1987). Nas páginas dessa revista foram publicadas as principais reflexões desse autor sobre a questão agrária. Segundo Astor Diehl a tese central de Caio Prado residiu na tentativa de fazer historicamente a genealogia das raízes do Brasil contemporâneo e os desafios da revolução brasileira (DIEHL, 2004). Neste sentido, a questão agrária ocupou papel fundamental para a concretização da revolução. O texto de Caio Prado Júnior sobre a questão agrária que vamos analisar foi publicado originalmente na Revista Brasileira, nº 28, de março/abril de 1960 com o título de *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*, tendo sido posteriormente publicada em uma coletânea denominada *A questão agrária*.

a) caráter da colonização:

A intenção em compreender os problemas do campo levou esse autor, semelhantemente ao caso de Alberto Passos, a estudar as origens da formação social brasileira. Segundo sua análise o acentuado grau de concentração da propriedade fundiária no Brasil era reflexo da forma como a estrutura agrária havia sido constituída no período colonial. Sua existência em meados do século XX denotava a permanência dessa estrutura cujas raízes se encontravam nesse passado tão distante, mas ao mesmo tempo tão próximo.

O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus (PRADO JR., 1979: 48).

O autor reconhecia que importantes mudanças haviam acontecido do Brasil colônia ao Brasil Republicano do século XX. Houve, por exemplo, a ocupação e integração do território em um todo unificado. Um crescimento e adensamento demográfico, com um fluxo imigratório significativo. A diversificação das atividades econômicas com a inserção de um setor industrial, assim como uma progressiva urbanização e constituição de um mercado interno, com a formação no país de uma nacionalidade autônoma, com existência e aspirações próprias. Porém:

Mas essa nova e tão mais complexa estrutura social brasileira, apesar das consideráveis diferenças que a separam do passado, não logrou ainda superar inteiramente esse passado, e ainda assenta, em última instância, nos velhos quadros econômicos da colônia, com seu elemento fundamental que essencialmente persiste, e que vem a ser a obsoleta forma de utilização da terra e organização agrária que daí resulta (PRADO JR., 1979: 49).

Outra característica resultante dessa dinâmica agrária foi o desenvolvimento de uma dualidade nas atividades rurais onde surgiu por um lado uma atividade voltada para a obtenção de um produto de alta expressão comercial e, por outro lado, atividades subsidiárias voltadas para a

produção de gêneros de subsistência para uma população local.

b) características da grande propriedade fundiária:

O sucesso da grande propriedade fundiária para esse autor esteve assentado em dois fatores: a disponibilidade relativamente abundante de terras para essa propriedade se constituir e a disponibilidade de força de trabalho. Essas circunstâncias foram os principais fatores que historicamente determinaram os baixos padrões de vida da população rural, a qual sem muitas possibilidades de acesso a terra se viu na situação de se sujeitar ao trabalho nas grandes propriedades, pelo preço determinado pelo grande proprietário de terra, de um modo geral um preço baixo.

A grande propriedade, baseada em uma exploração comercial em larga escala, conseqüentemente foi responsável tanto pelos obstáculos opostos ao progresso quantitativo da pequena propriedade, ao constranger as possibilidades de seu crescimento, assim como por desviar para si e em seu benefício às forças propulsoras de que dispunha o organismo econômico do país.

c) relações sociais de produção:

As relações sociais de produção no campo foram vistas dentro de uma lógica agromercantil, uma vez que historicamente a principal finalidade da existência da grande propriedade fundiária tinha sido o mercado e o lucro. Em relação à remuneração dos trabalhadores rurais, Caio Prado Júnior afirmou que:

Podem-se distinguir nessa remuneração três formas diferentes que se combinam conforme o lugar e o momento, de maneira variável. São essas formas: o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado (PRADO JR., 1979: 60).

Essas formas de remuneração tinham um caráter de locação de serviços, sendo essa a essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira. O caráter de locação de serviços foi visto por Caio Prado como uma forma assimilável ao assalariado uma vez que sua principal finalidade era a prestação de serviços.

A caracterização das relações de trabalho no campo colocou esse historiador na linha de frente de combate a uma das principais posições defendidas por grande parte das esquerdas no início dos anos 1960, principalmente o seu partido, o PCB. Essa posição era a defesa da existência de um passado feudal cujos resquícios ainda eram presentes no campo. Para esse autor a caracterização das relações de trabalho no campo como "feudais", ou "semifeudais", poderia ser usada como carga pejorativa ou emocional para formas extremamente brutais de exploração do trabalho. Seria simples questão de conveniência e convenção lingüística. No entanto, essas expressões eram utilizadas contendo o entendimento de relações de trabalho no campo implantadas, se não no direito positivo e na legislação, no direito consuetudinário e em relações jurídicas institucionais não escritas.

Certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a instituições que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar a designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro - mas sempre motivo de ordem circunstancial - o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza (PRADO JR., 1979: 66).

As relações de trabalho estavam circunscritas a lógica da exploração efetuada na grande propriedade fundiária, ou seja, obtenção de lucro por parte do grande proprietário de terra, também sobre os seus trabalhadores.

d) medidas para a solução da questão agrária:

A questão agrária em Caio Prado Júnior foi vista na relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária cujo traço essencial consistia na acentuada concentração da propriedade fundiária e na riqueza de seus proprietários. Assim, a solução da questão agrária foi proposta compreendendo os grandes proprietários e fazendeiros enquanto homens de negócios, sendo a terra sua principal fonte de lucro, enquanto para os trabalhadores rurais seria a principal fonte de subsistência. Para modificar essa dinâmica socioeconômica do campo Prado Júnior afirmou:

Não é assim de esperar que a evolução da economia agrária se oriente para a transformação de seu tipo e estrutura, sem o concurso de fatores estranhos e que imprimam a essa evolução um sentido predeterminado. Numa palavra, sem a reforma agrária. Para que a utilização da terra deixe de ser o grande negócio de uma reduzida minoria, e se faça em benefício da população trabalhadora rural que tira dessa terra o seu sustento, é preciso que se favoreça e fomenta por medidas adequadas o acesso da mesma população trabalhadora à propriedade fundiária (PRADO JR., 1979: 82-83).

Em novo artigo publicado na Revista Brasiliense, n.º43, de setembro-outubro de 1962, Caio Prado continuou defendendo a reforma agrária enquanto medida necessária para a solução da questão agrária, mas passou a ressaltar também a importância de uma legislação trabalhista para os trabalhadores rurais enquanto um instrumento de mudança social no campo.

Algumas considerações sobre a questão agrária em Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior

No início da década de 1960 a questão agrária esteve presente nos principais debates políticos do país. Permeando as discussões político-partidárias ou os debates acadêmicos, os problemas do campo buscaram ser apreendidos em projetos de desenvolvimento e modernização das estruturas sociais do país.

A alta concentração fundiária, a heterogeneidade do sistema produtivo e das relações de trabalho no campo, com a presença de formas "pré-capitalistas" como os foreiros, moradores, parceiros e agregados, e as baixas condições de vida dos empregados rurais eram os

principais componentes que configuravam uma questão agrária naquele momento (KAGEYAMA, 1993).

Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior marcaram presença nesse debate. A análise de Alberto Passos sobre a questão agrária, como vimos, ressaltou o surgimento da estrutura fundiária do país baseada em relações sociais de matiz feudal. A partir desse ponto de vista sua perspectiva para a superação da questão agrária pressupôs a eliminação dos obstáculos feudais para possibilitar o desenvolvimento das forças produtivas e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais e dos camponeses. Caio Prado, por sua vez, compreendeu a questão agrária dentro da lógica do desenvolvimento capitalista, sendo seus problemas típicos desse modo de produção social. Assim, nesse autor o grande problema da questão agrária era a miséria material e a falta de amparo legal a que estavam submetidas às massas rurais. Ao invés de resquícios feudais, a miséria dos trabalhadores rurais era fruto do aprofundamento do próprio caráter capitalista existente no campo brasileiro, sendo necessário mudar essa relação.

O golpe civil-militar de 1964 significou uma derrota em termos políticos ao partido que esses dois intelectuais pertenciam, o PCB. A partir desse momento as novas forças políticas que assumiram o controle do Estado deram outra configuração a questão agrária, intensificando a mecanização do campo e a miséria da população rural sem acesso a terra (MARTINS, 1984). No entanto, mesmo que as idéias, não apenas do PCB, mas desses dois intelectuais, não tenham se cristalizado na realidade social, devemos compreender o estudo de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães em seu momento histórico, no interior do ambiente político em que debateram e nas perspectivas que defenderam. Isto torna mais fecundo o estudo de suas obras, nos permite refletir nossa realidade social assim como perceber a riqueza e contribuição de ambos os autores para o ambiente cultural e historiográfico brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. “Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64”. In: MAZZEO, Antônio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

DIEHL, Astor Antônio. “Caio Prado Júnior: as idéias de futuro que se tinha no passado e o pêndulo da razão”. In: AXT, Gunter e SCHÜLLER, Fernando Luís (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

GONÇALVES, José Sidnei. *Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira*. São Paulo: CSPA/SAA, 1999.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. RJ: Paz e Terra, 1968.

KAGEYAMA, Angela. “A questão agrária brasileira: interpretações clássicas”. In: *Reforma agrária*. Campinas, SP: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Vol 23, nº 03, set/dez 1993.

LIMONGI, Fernando Papaterra. “Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Revista dos Tribunais, LTDA, Vol. 2, nº 5, outubro de 1987.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

_____. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

PRADO JR., Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979,

_____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *História econômica do Brasil*. 36ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. 14ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

A revolução cubana nos escritos da esquerda brasileira: 1960-1970

Resumo

Aluno de Pós-Graduação
em História da UFRGS.
duarte_frederico@hotmail.com

A revolução cubana de 1959 foi um acontecimento muito importante para os grupos de esquerda da América Latina, pois era a primeira vez que o socialismo era implantado em um país do continente. No Brasil a revolução cubana despertou interesse para a esquerda ainda no tempo em que se pensava sobre a revolução burguesa, antes de 1964. Mas foi no período da ditadura militar que a revolução cubana teve mais influência entre os revolucionários do país, muitos tendo Ernesto Che Guevara e Fidel Castro como modelos para tomar o poder e derrubar a ditadura. Este estudo analisará como os diferentes grupos e autores de esquerda pensaram a revolução cubana, antes e depois de 1964, tentando assim avançar na compreensão de seu impacto no Brasil.

Palavras-chave: Revolução Cubana. Esquerda brasileira. Ditadura militar.

Resumée

La révolution cubaine de 1959 a été un événement très important pour les groupes gauchistes de l'Amérique Latine, car il était la première fois que le socialisme était implanté dans un pays de lui continent. Au Brésil la révolution cubaine a réveillé intéresse a la gauche encore dans le temps où on pensait sur la révolution bourgeoise, avant 1964. Mais a été dans la période de la dictature militaire que la révolution cubaine a plus influence parmi les révolutionnaires du pays, beaucoup tends Ernesto Che Guevara et Fidel Castro comme modèles pour celle prise du pouvoir et pour mettre en échec la dictature. Cette étude analysera comme les différents groupes et les auteurs de gauche penseraient la révolution cubaine vers les livres e programmes revolutionaires, avant et après 64, en touchant ainsi avancer dans la compréhension de son impact au Brésil.

Mots-clés: Revolution Cubaine. Gauche brasilien. Dictature militaire.

As revoluções sociais ocorridas no século XIX e no século XX tiveram diferentes impactos sobre os grupos políticos brasileiros de esquerda. As vagas revolucionárias, como a de 1848 na Europa, que deu armas ao liberalismo radical, ou os acontecimentos desencadeados pela revolução russa em 1917, animando militantes operários, ajudaram a pensar novas formas de ação para aplicar nos movimentos sociais. Assim também foi a revolução cubana de 1959, que teve um impacto especial, pois ocorreu em um país subdesenvolvido como o Brasil, que neste período vivia um processo rápido de radicalização política.

Muitas vezes os historiadores trataram a propagação da influência das revoluções sociais como se fossem apenas turbilhões políticos, como movimentos históricos irresistíveis que varreriam partes do globo ao fagulhar de uma chama, que bastaria ser acesa em um país, para despertar o fogo potencial que existiriam em outras terras. Esta imagem não é de toda gratuita, seu fundamento vem de acontecimentos como os de 1848 e 1917 que citei acima, onde parecia haver um mar de revoltas que se espalhavam, tomando imensos e variados territórios, para conformar uma nova ordem nos territórios onde suas ondas chegassem. Uma forma interessante de desnaturalizar esta propagação quase mecânica é observar como este processo se dá na realidade, vendo como os grupos e os militantes referem-se às revoluções nesses momentos de convulsão internacional, em que remeter-se aos acontecimentos de outras partes do mundo se torna quase obrigatório. Darei dois exemplos: o primeiro do Príncipe Mikhail Alexandrovitch Bakunin, falando de Paris, centro da revolução européia, em 1848, sobre as notícias que recebia sobre as convulsões sociais ocorridas em outras partes do continente.

Essa febre geral não era mantida mediocrementemente e era reforçada por notícias chegadas de outras partes da Europa; ouviam-se apenas palavras como estas: Luta-se em Berlim, o rei fugiu depois de ter pronunciado um discurso! Lutou-se em Viena, Matternich fugiu, a república foi proclamada! Levante em toda a Alemanha; os italianos triunfaram em Milão e Veneza; os austríacos sofreram uma vergonhosa derrota! A república foi proclamada; toda a Europa torna-se República. Viva a República! (BAKUNIN, 2002: 10)

Em um contexto bem diferente, na cidade de Porto Alegre, em 1919, a União Maximalista, associação fundada por um barbeiro sírio-libanês chamado Abílio de Nequete, que se declarava como seguidora dos princípios bolchevistas lançava um panfleto comentando os efeitos da revolução russa para o operariado mundial.

As últimas notícias sobre a Alemanha deixam compreender que o maximalismo¹ está em vias de completo triunfo. Talvez que ao circular este nosso boletim estará tremulando por toda a Alemanha a bandeira vermelha. Daí será transportada para a França, Itália, Grã-Bretanha... Em suma, para todo o mundo!²

1. Tradução de bolchevismo.

2. Ao Povo. O programa maximalista. Porto Alegre, jan, 1919.

Percebe-se nestes dois extratos, escritos sob condições e por pessoas tão diferentes, um mesmo eco. Apesar da visão de uma onda irresistível estar de certa forma presente nas duas passagens, são revolucionários reais que percebem as revoluções, e com base em suas experiências tornam aquilo um movimento com sentido para si e para o seu grupo social. Tanto vista do centro revolucionário quanto da periferia, as declarações são indícios da existência de um jogo de forças atuantes em diversos locais e que, nas concepções destes revolucionários, poderiam se alimentar influenciando-se mutuamente. Além do mais mostram uma condição de opressão sofrida em diferentes pontos do mundo, com características que se aproximariam permitindo a criação desta "vaga de revoluções" produtora de exemplos, esperanças e incentivos.

Contra essas declarações, pode-se argumentar que seja somente o desejo vivido em meio às barricadas ou nascido sob o calor das greves, a vontade de ver o mundo todo subvertendo a velha ordem e fazendo surgir de suas ruínas um novo tempo; um entusiasmo que faz pulsar o coração de todo revolucionário, mas sem ser necessariamente condicionado por um programa ou por diretrizes que levam em conta os fundamentos das outras revoluções. Além do mais, outro argumento que se pode utilizar contra a importância real destes impactos revolucionários externos é o de que as referências às experiências de outros povos são apenas formas de aproveitar o prestígio que estes movimentos tinham, filiando-se a eles e buscando neles apoio. Referindo-se a Nova Esquerda surgida no Brasil nos anos 60 e sua relação com os novos modelos do comunismo internacional, Daniel Aarão Reis Filho afirma existir uma assimilação seletiva, que teria em vista mais as necessidades locais dos revolucionários brasileiros do que uma inspiração das teorias produzidas fora do país.

Assim, não é por ler Mao Zedong, Guevara e Debray que a Nova esquerda chega à conclusão da necessidade de luta armada. Verifica-se exatamente o inverso: a Nova Esquerda vai buscar em Mao, Guevara e Debray a legitimidade teórica de que precisava para lançar-se à luta armada (REIS; SÁ, 2005: 29).

Este é um problema difícil de resolver. Podemos desnaturalizar a propagação das revoluções, mas corremos o risco de cair na hipótese do mero entusiasmo ou no simples anseio de legitimação. Por isso penso ser necessário estudar o que foi produzido pelos atores reais, que carregavam consigo uma experiência social que poderia tornar a revolução dotada de sentido. Ao analisar as referências à revolução cubana nos escritos dos grupos ou autores da esquerda brasileira dos anos 60, pretendo observar como se expressava o entusiasmo por um exemplo revolucionário e como se tentou buscar em Cuba uma legitimidade para suas ações. Mas, além disso, desejo pensar até que ponto a existência de uma revolução socialista em Cuba permitiu aos brasileiros pensarem coisas que sem a experiência cubana não seria possível.

Apesar de utilizar documentos que tinham como referencial a revolução cubana, esta propriamente dita não será objeto de análise, mesmo sabendo que a estrutura interna da República de Cuba modificou-se bastante no decorrer dos anos analisados; tampouco será analisada a intervenção direta de representantes do governo cubano nos grupos esquerdistas brasileiros. Vou me ater apenas à maneira como foi vista a revolução e de que forma ela representou uma esperança ou um modelo para modificações revolucionárias em nosso país.

Antes do 1º de Abril

Antes do Golpe de 1º de Abril de 1964, que derrubou o governo do trabalhista João Goulart e levou ao poder o General Castelo Branco, as esquerdas brasileiras viviam em um período de grande euforia. Quando da demissão do presidente Jânio Quadros, que era apoiado pelas forças conservadoras do país, em 1961, subiu ao cargo "Jango", antigo ministro do trabalho de Getúlio Vargas. Os militares direitistas tentaram impedir sua posse, que foi possível apenas sob a forma de um estado de compromisso, em que o poder real estaria com o presidente de um Conselho de Ministros. A fórmula parlamentar fracassou e a volta de João Goulart ao exercício normal de suas funções provocou uma crise de legitimidade, cuja solução o presidente tentou buscar, quando a situação estava se estertorando, na mobilização popular.

Durante seu governo formou-se a Frente de Mobilização Nacional, constituída por socialistas, trabalhistas, comunistas, nacionalistas, cristãos radicais, sindicalistas, estudantes; uma gama de grupos que passou a pressionar o governo por reformas sociais urgentes. Para muitos, o que se realizava naquele momento era a Revolução Brasileira, que tinha por objetivo mudar profundamente a estrutura arcaica do país, dando condições ao capitalismo nacional para que ele se desenvolvesse, permitindo assim uma vida mais digna às massas excluídas da vida política e econômica do Brasil.³

O PCB apoiou o governo trabalhista sem ressalvas, mudando a linha política crítica aos governos e aos partidos burgueses, que seguira até o fim dos anos 50. Essa mudança de postura e a mobilização nacional provocaram o surgimento de outros grupos dentro da esquerda radical, em um campo de hegemonia até aquele momento pelo Partido Comunista Brasileiro. Estes grupos da Nova Esquerda eram: a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária surgida em 1961, o Partido Comunista do Brasil (dissidência do PCB) de 1962 e a Ação Popular de 1963. Em alguns destes grupos da Nova Esquerda encontraremos uma forma bastante particular de se remeter à revolução cubana.

A Ação Popular, fundada em fevereiro de 1963, no seu Documento Base dedica um bom espaço para tratar da revolução no país caribenho. Neste documento a revolução cubana aparece, juntamente com a revolução chinesa, como o mais importante acontecimento revolucionário depois da tomada do poder pelos bolchevistas na Rússia e da instauração no leste europeu das repúblicas populares. Mas a revolução cubana é um exemplo de um caminho diferente para seguir o socialismo, demonstrando a variedade de experiências políticas do comunismo mundial.

Os exemplos desse desenvolvimento mostram a complexidade do mundo socialista em gestação, que não se confunde com o bloco político-militar soviético e que poderá comportar experiências as mais diversas e com orientações mais distintas [...] A revolução chinesa, ao contrário da revolução russa, tinha na vanguarda a força camponesa. A revolução cubana teve um princípio empírico e não ideológico. O caráter marxista-leninista da revolução seria

3. Sobre este período, ver os já clássicos trabalhos de TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo João Goulart e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1989, e de MONIZ BANDEIRA, Luís Alberto. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.

firmado a posteriori, apenas em 1961, devido à conjuntura internacional (REIS; SÁ, 2005: 51).

Ou seja, para a AP a revolução cubana era mais um exemplo de um caminho diferente para chegar ao socialismo, um socialismo que aparece multifacetado, sem uma orientação hegemônica por parte de uma potência. A Ação Popular era oriunda da JUC, a Juventude Universitária Católica, e neste manifesto a AP afirmava seguir os princípios socialistas. A relação do catolicismo radical com o socialismo merecia uma explicação já que tradicionalmente o marxismo se posicionou como crítico da religião. Além do que, a AP não era um partido político, sua participação no caminho para o socialismo deveria ser problematizado frente ao modelo de tomada de poder soviético. Isto explica porque o início do programa, onde se faz as considerações sobre Cuba, tenha sido uma explanação sobre a evolução do socialismo e a construção de um mundo socialista diversificado.

A posição da revolução cubana para a AP é devedora da sua condição no campo da esquerda. Veremos uma posição diametralmente oposta, por exemplo, nos trabalhistas. Celso Furtado em seu livro, *A pré-revolução brasileira*, de 1962, expõe a necessidade de mudança das estruturas do Brasil, mas a revolução cubana estava longe de ser um modelo para o país. Mesmo admirando a técnica que foi forjada pelo marxismo-leninismo para construir o poder, o autor contrapõe-se ao modelo de mudança ditado por estes, que proporia uma revolução violenta, um partido de militantes profissionais e um regime ditatorial.

A experiência histórica dos últimos decênios tem demonstrado que, aplicada contra outras estruturas rígidas-como a China nacionalista e da ocupação japonesa, a Cuba de Batista, que são exemplos conspícuos, - essa técnica revolucionária, que exige disciplina espartana na base e a audácia de liderança de um Alexandre, pode ser de elevada eficácia (FURTADO, 1962: 25).

Mas tais condições não se aplicariam ao Brasil, que seria uma sociedade aberta, onde não havia uma ditadura da burguesia. Assim, se Cuba foi um exemplo de combate a uma ditadura, o Brasil não viveria condição igual e a revolução aqui seguiria outras diretrizes, que no momento eram executadas exatamente pelos trabalhistas. Muitos trabalhistas devem ter seguido um raciocínio parecido e depois do golpe, vendo que sua revolução fracassara, resolveram seguir os métodos cubanos e pegar em armas. O Brasil, a esta altura, já não era mais uma “sociedade aberta”.

O Partido Comunista Brasileiro, o PCB, compartilhava da idéia de uma revolução pacífica para o Brasil, através de reformas que iriam jogar a sociedade brasileira em um novo patamar de desenvolvimento. Dessa forma em março de 1961, na revista *Novos Rumos*, em um artigo que definia a política comunista frente ao governo Jânio Quadros, dizia-se que:

Na América Latina já se inicia também uma nova etapa histórica: a gloriosa revolução cubana repercute profundamente em todo o continente, desperta o entusiasmo revolucionário no povo brasileiro, indica-nos o caminho da liberdade, da independência nacional e do progresso social (CARONE, 1982: 235).

Ou seja, importava ressaltar o exemplo de progresso e de independência que a revolução cubana inspirava, já que o caráter do PCB tornava necessário o reconhecimento do valor de luta daquele povo; mas o partido não toma o movimento cubano como modelo de revolução, apenas como um exemplo ou incentivo para as lutas brasileiras, que requeriam um método bem diferente.

A revolução cubana e a relação das especificidades daquele país com as do Brasil apareceram de forma mais problematizada na obra do militante da ORM/POLOP Luiz Alberto Moniz Bandeira. Em seu trabalho, *O caminho da revolução brasileira*, de 1962, o processo cubano é colocado em um patamar dos mais significativos para o desenvolvimento histórico latino-americano, como possibilidade real de uma revolução antiimperialista. Neste sentido as condições cubanas são estudadas para se estabelecer um parâmetro factível com um caminho brasileiro da revolução socialista. As três contribuições que os cubanos deram aos movimentos sociais do continente são, segundo Guevara: mostraram a possibilidade das forças populares vencerem um exército profissional; que nem sempre é preciso que se dêem todas as condições econômicas para haver uma revolução; que na América subdesenvolvida o terreno da luta armada deve ser o campo; Estas contribuições são colocadas sob a perspectiva nacional e assim, diante destes pontos, é considerado o fato de Cuba ser um país essencialmente baseado na monocultura do açúcar, enquanto que no Brasil havia grandes centros industriais que dificultariam o desdobramento da guerrilha. A guerrilha poderia funcionar em regiões como o Nordeste, mas "num país como o Brasil, não conseguirão afetar a espinha dorsal das classes dominantes, se não vierem acompanhadas pela ação das cidades, como a greve geral, que resulte no estrangulamento dos pontos vitais e nevrálgicos da máquina do estado" (BANDEIRA, 1979: 177). Mas a greve geral não resolveria a questão, sendo crucial a estruturação de um poder alternativo ao burguês, não somente a tomada deste poder.

É necessário destacar também, para este período, a relação das Ligas Camponesas com a revolução cubana, pois foram elas que mais se identificaram com a revolução no país caribenho antes de 1964. Partindo da defesa dos moradores e parceiros contra os donos de terra no interior de Pernambuco, as Ligas se expandiram no início dos anos 60 e passaram a lutar por uma reforma agrária radical e pela mobilização revolucionária da população rural, para a qual Cuba oferecia um modelo muito atrativo. As Ligas chegaram a formar campos de treinamento para guerrilheiros e seu principal líder, Francisco Julião, foi um dos principais organizadores do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em 1962. Desta forma, o exemplo cubano vai estar presente nos textos produzidos pelas lideranças do movimento, como um caminho que devia ser seguido para a solução dos problemas do campesinato e do próprio Brasil. No manifesto de fundação do MRT, por exemplo, Julião foi enfático ao afirmar que:

Defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo companheiro e compatriota, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana, proclamada a 4 de fevereiro deste ano, naquela cidade livre, perante um milhão e quinhentas mil pessoas. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como um seio materno. É a constituição dos povos latino-americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica (AZÊVEDO, 1982: 94).

Os campos de treinamento seriam destruídos pelo exército e o MRT se dissolveria por disputas internas no fim de 1962, mesmo assim as Ligas continuariam ativas até 1964, quando a exemplo de outros grupos de mobilização popular, seriam dilaceradas. No burburinho de esperanças da primeira metade dos anos 60 a mobilização rural e a coletivização da terra, que foram tão marcantes no processo cubano, diziam respeito ao quinhão camponês da "revolução brasileira". Para os moradores pobres dos engenhos, para os pequenos arrendatários e para quem lutava pela sua causa, a revolução de Fidel talvez tivesse um significado mais forte do que a "revolução nacional democrática" defendida pelo PCB poderia ter.

De qualquer forma, a revolução cubana como modelo só seria um problema urgente para a maior parte da esquerda brasileira quando esta se deparasse com novas condições históricas e se colocasse novas tarefas a cumprir. Isto se deu quando ela teve seus canais de ascensão política interrompidos e as portas das reformas sociais foram fechadas pela ditadura militar.

Depois do 1º de Abril

O golpe de 1º de Abril de 1964 caiu como uma bomba na cabeça de todas as organizações de esquerda. O episódio determinava o fim da experiência democrática de 20 anos e condenava as associações de esquerda ao desaparecimento sob a repressão militar, obrigando os militantes ao afastamento das atividades políticas legais. Muito diferente dos anos anteriores, em plena "Revolução Brasileira", em que se discutia a validade do regime parlamentar, a necessidade de uma nova constituição e a urgência de alguma forma de poder popular; o novo regime havia feito baixar a mais estrita censura e proibia o proselitismo das idéias contrárias ao governo. O Estado fez uma verdadeira caça nas fileiras dos grupos de esquerda, prendendo, torturando e assassinando.

Estas novas condições propunham novos problemas. Os grupos de esquerda, agora clandestinos, sofriam um duplo golpe: além de serem perseguidos, deviam arcar com as conseqüências de não terem impedido o golpe de ser consumado. Impunham-se algumas perguntas: Como tomar o poder? Como tratar com uma ditadura? É necessário usar a violência contra a violência do opressor? Logo começaram a surgir cizânias nas organizações e apareceram novos grupos, como a Dissidência do PCB, a Ala Vermelha do PC do B, o Partido Comunista Revolucionário, os Comandos de Libertação Nacional, a Ação Libertadora Nacional, a Vanguarda Popular Revolucionária etc. Grupos políticos que exigiam uma nova forma de ação, mais eficaz, menos burocrática, o que se consubstanciou na luta armada. Mesmo grupos já existentes tiveram que adotar uma postura mais agressiva, como é o caso do Pcdob e da ORM-PolOp. Para estes a revolução cubana passou a significar um ponto de referência fundamental, pois mostrava o caminho da tomada do poder em condições muito adversas, que eles identificavam com as do Brasil.

A ORM/PoLop, que existia desde 1961, surgida da junção de setores da juventude do Partido Socialista com marxistas seguidores do pensamento de Rosa Luxemburgo, no seu *Programa Socialista para o Brasil*, de abril de 1967, apontava a enorme importância da revolução cubana para a América Latina, a ponto de dividir a história do continente em antes e depois da revolu

ção. A revolução cubana foi singular, depois da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos estabeleceram seu domínio absoluto na região expulsando os concorrentes europeus, os cubanos conseguiram quebrar esta hegemonia mostrando que uma revolução socialista aqui era possível.

Com isso toda a luta de classe no continente foi colocada num nível mais alto. Um retorno não é possível. Não o é para os imperialistas, que defendem seu domínio à base de intervenções militares como em São Domingos. Também não é para a nova geração de revolucionários, impossível ignorar as mudanças que a revolução cubana trouxe. A revolução socialista em Cuba assustou a burguesia e superou de vez as lideranças pequeno-burguesas. A revolução cubana naturalizou o marxismo-leninismo no continente (REIS; SÁ, 2005: 124).

A revolução cubana havia sido um exemplo e um convite a cada país da região, aos que sofriam os mesmos problemas da herança colonial, porém sob condições diversas, para construir a revolução socialista da maneira que mais lhe conviesse. Mas apesar da necessidade de adaptação, a PolOp apontava como caminho da revolução a guerra de guerrilha, como forma básica de luta de classes no continente latino americano, com um foco de luta rural que catalisaria o movimento em todo país. Ou seja, mesmo repisando a necessidade de considerar as especificidades locais, em larga escala copiava um modelo.

Observando este exemplo, uma das coisas que mais chama a atenção é a atitude iconoclasta com algumas características particulares da ação dos comunistas e dos trabalhistas antes de 1964. Ao pensarmos no que ocorrera antes da ditadura, a revolução cubana como forma de superação das lideranças pequeno-burguesas se torna uma referência evidente. Neste documento o papel da União Soviética e sua tática de coexistência pacífica do socialismo com o capitalismo são muito criticados, já que a convivência de campos antagônicos da luta de classes seria impossível entre países dominantes e dominados, como EUA e Cuba, ou entre classes do mesmo país. O PC do B vai mais longe contra o comunismo tradicional no seu documento *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*, de 1966. Neste é afirmado que a tática soviética de greves políticas e insurreição nas cidades era completamente inadequada para países como o Brasil, onde somente a guerra popular no campo poderia levar a revolução (REIS; SÁ, 2005: 94-95).

Os Comandos de Libertação Nacional foram uma das associações que mais se inspiraram na revolução cubana no período estudado. Surgida de uma dissidência da ORM-PolOp em Minas Gerais o grupo chegou a lançar, clandestinamente, uma revista chamada *América Latina* em que publicou textos traduzidos de Guevara e Debray. Aqui também aparece uma contraposição clara entre a prática da esquerda antes e depois da ditadura. No primeiro parágrafo do seu manifesto, *Concepção da luta revolucionária*, afirma-se que "a defesa da violência é um dos aspectos da luta ideológica que os marxistas leninistas travam com os reformistas" (REIS; SÁ, 2005: 172).

A revolução no Brasil seria agrária e teria como base o foco guerrilheiro, este foco é o fundamento de um novo poder e o guerrilheiro é um reformador social. A revolução social era uma

necessidade diante do impasse das estruturas sócio-econômicas do país, que só conseguiam se sustentar tendo como base o regime ditatorial. Na construção de seus argumentos, o manifesto da COLINA se remete todo o tempo ao exemplo cubano, tendo citações abundantes de Guevara. Aqui Cuba não é só o exemplo de uma forma vitoriosa de assalto ao poder, mas a guerrilha é também a base para a construção de um homem novo e de uma sociedade nova.

Para os cubanos a revolução não significava apenas um regime de liberdade, pelo qual também lutavam, mas uma nova forma de vida, a construção de uma nova sociedade liberta da exploração, dirigida por homens que só tinham compromisso com a luta do povo. E isso era uma realidade candente e não só um programa no papel (REIS; SÁ, 2005: 194).

O interessante é que a revolução cubana passou a chamar atenção e ser um paradigma para a maior parte da esquerda revolucionária apenas depois da ditadura. Antes a questão da tomada de poder de forma violenta não estava colocada de imediato, mas no momento em que os canais de ação política se fecharam, a derrubada do poder constituído passou a ter todo o sentido. Mesmo que um documento como da ORM/PolOp afirme que a revolução cubana tenha sido um divisor de águas para os revolucionários do continente, no Brasil este "divisor" obedeceu a uma "topografia" estritamente nacional. Aqui o divisor de águas foi 1964.

O Partido Comunista Brasileiro também teve de se posicionar ante os acontecimentos de Cuba. Ele era um dos principais focos de crítica quanto a sua atuação anterior a 64 e o partido havia se posicionado contra a luta armada, o que tornava necessária uma explicação. Assim no VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro, de dezembro de 1967, apresenta-se uma crítica à guerrilha brasileira, mostrada como exemplo de blanquismo, mas a desvincula da revolução cubana, que estava no auge do seu prestígio.

Há os que procuram justificar essa volta ao blanquismo com a experiência da revolução cubana. Mas para tanto reduzem a análise dos acontecimentos históricos, em Cuba, à criação das guerrilhas na Sierra Maestra por Fidel castro. Silenciam a respeito da frente única contra a tirania de Batista. Não leva em conta o acerto de orientação prática de cerrar fogo contra a ditadura. Escamoteiam a evolução do quadro econômico e político de Cuba, o qual, sob a tirania, marchava para a situação revolucionária que levou à greve geral, cuja importância, segundo o próprio Fidel Castro, foi decisiva nos acontecimentos, e que teve a participação ativa dos dirigentes comunistas (CARONE, 1982: 61).

Para o PCB não se tratava de uma incorreção do processo cubano, mas da concepção distorcida e voluntarista que se tinha dele. Os grupos guerrilheiros, ao se remeterem ao exemplo cubano, não levavam em conta a situação específica de Cuba, nem a agitação de massas, muito menos o papel dos dirigentes comunistas. Na prática, se criticava o fato de muitos militantes terem simplesmente voltado as costas a orientação do partido, que vinha perdendo cada vez mais representatividade dentro da esquerda.

Na verdade é de um membro do PCB uma das referências mais interessantes à revolução cubana no período pós-golpe. Caio Prado Junior, no seu livro *A Revolução Brasileira*, de 1966, discorda das diretrizes do seu partido que apontavam o caráter do atraso brasileiro como vindo

dos resquícios feudais do país, o que tornava urgente a revolução burguesa. Em vez disso, a revolução deveria ser dirigida para a melhoria das condições de vida dos brasileiros, e para a resolução dos problemas específicos que o Brasil apresentava. "A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente- mas não simplisticamente- a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico" (PRADO JÚNIOR, 1967: 15). O processo cubano é assim tomado não como exemplo de insurreição, mas de revolução que ia se propondo novos projetos a medida que avançava, passando do constitucionalismo liberal à revolução agrária, e desta ao socialismo, pelas necessidades que iam se impondo ao longo da revolução. O que devia ser tomado como exemplo contra a imposição de um programa pré-fabricado e irreal, como o do PCB.

Como solução alternativa para uma reforma agrária que não se adaptaria as nossas condições, Caio Prado aponta o caso cubano, cujo modelo cooperativista fracassou devido ao caráter monocultor da agricultura. Em Cuba se teriam formado então as *Haciendas del pueblo*, que não dispersariam os trabalhadores e aproveitaria a tradição agrícola do país. Esta evocação é muito interessante, e possivelmente é uma exceção em um momento no qual todos se voltavam para ilha questionando-se como lá os revolucionários haviam tomado o poder, mostrando o leque de possibilidades que uma experiência revolucionária cria para servir de inspiração para a reflexão política de outros povos.

Conclusão

Pode se observar, pela análise dos documentos produzidos pelas esquerdas brasileiras nos anos 60, que a revolução cubana não foi o repositório de um único tipo de exemplo, nem tampouco foi vista de forma unânime durante este período. Podemos dividir estas formas de percepção tanto pelo período estudado, quanto pela corrente política de onde partia a análise.

Primeiramente, é muito diferente a maneira como a revolução cubana foi vista antes e depois do golpe de estado de 1º de abril. Se antes o exemplo cubano era um convite à reflexão em um país onde se quebravam estruturas arcaicas, mas ainda sob a égide da democracia burguesa, que permitia certa liberdade de expressão e esperança na ação política legal, depois do golpe a coisa foi diferente. Tratou-se de enfrentar a luta contra um regime violento e que era necessário derrubar a força, pois já não havia mais a margem de manobra do período anterior. A guerra de guerrilha passou a ser referência necessária, tanto para os apoiadores quanto para os críticos.

Um outro fator de diferenciação é a linha política de cada organização. Se os trabalhistas durante a "revolução brasileira" e os comunistas no período ditatorial negavam o modelo cubano, ou a forma como ele era visto; a Ação Popular e a COLINA tomavam-no como exemplo de um caminho alternativo ao socialismo ou como modelo para a formação de um novo poder. O que se pode notar nestas apreciações é que elas estão diretamente relacionadas com as experiências políticas dos grupos que as tomam como referência e as tarefas que as organizações se propõem no momento em que produzem os documentos.

O significado da revolução está na experiência de luta dos diferentes grupos políticos, não

está dado somente pelo que foi feito em Cuba. A experiência cubana ganha relevo, mesmo em um caso bastante original como a interpretação de Caio Prado, sob o prisma da realidade brasileira. É o contexto específico das lutas sociais no Brasil que permitiu aos grupos de esquerda mirar-se na revolução cubana e a ela se reportarem, tanto para criticá-la, quanto para ver nela um exemplo.

BIBLIOGRAFIA

- Ao Povo. *O programa maximalista*. Porto Alegre, jan, 1919.
- AZEVÊDO, Fernando Antonio. *As ligas camponesas*. Paz e Terra: Rio de Janeiro.
- BAKUNIN, Mikhail Alexandrovitch. *Textos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM. Porto Alegre, 2002.
- CARONE, Edgar. (org.) *O PCB: 1943 a 1964*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: DIFEL. 1982.
- CARONE, Edgar. (org.) *O PCB: 1964 a 1982*. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo: DIFEL. 1982.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura. 1962.
- MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1979.
- _____. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1977.
- PRADO JR. Caio Prado. *A revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1967.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (org.) *Imagens da Revolução*. Documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2005.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo João Goulart e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense. 1989.

Apontamentos em torno de uma racionalidade em Nietzsche

Resumo

Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorando em História pela USP.
diaeticamente@yahoo.com.br

O autor destaca uma vertente pouco explorada no filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900): suas considerações positivas em relação à razão, à ciência e ao trabalho objetivo (porém estético) do historiador. Isso nos permitirá promover um questionamento do lugar ocupado pelo filósofo nos debates historiográficos, propondo, desta forma, uma revisão no chamado paradigma pós-moderno da história, do qual ele não é só vinculado, como considerado a figura exponencial. A racionalidade que encontramos em Nietzsche não é aquela que quer representar o mundo em si mesmo, mas aquela que tem como pressuposto uma ilusão e um erro.

Palavras-chave: Historia Intelectual. Iluminismo. Nietzsche.

Abstract

The author emphasize a slope little explored in the German philosopher Friedrich Nietzsche (1844-1900): its positive consideration in relation to the reason, the science and the work objective (however aesthetic) of the historian. This will allow to promote a questioning of the busy place for the philosopher in the historiography debates, proposing, in this way, a revision in the call paradigm postmodern of the history, as considered the exponential figure. The rationality that we find in Nietzsche is not that one who wants to represent the world herself, but that one that has as estimated an illusion and an error.

Key-words: Intellectual History. Enlightenment. Nietzsche.

Introdução

Pretendemos apresentar um Nietzsche bem diferente do qual os historiadores estão acostumados a conhecer ou conceber; trata-se de um Nietzsche que sustenta a inacessibilidade do mundo e ao mesmo tempo se volta para o lugar positivo que a razão e a ciência ocupam nele. A idéia do trabalho é apresentar a noção nietzschiana da necessidade da ilusão para a razão e o conhecimento humano, assim como articular o que o filósofo entende e quer demonstrar ao falar da objetividade no trabalho do historiador. A partir de tais constatações, Nietzsche adquire um outro vulto para a teoria da história.

Da recepção de Nietzsche na historiografia, criou-se um consenso sobre o caráter irracionalista de seus escritos. Tal consenso provavelmente se justificou a partir de frases do filósofo como: “contra o positivismo que fica preso ao fenômeno 'só há fatos', eu diria: não, justamente fatos é o que não há, e sim interpretações”. Parece que os historiadores não levaram em consideração o que Nietzsche disse nesse mesmo fragmento (após cinco linhas): “Na medida em que a palavra ‘conhecimento’ ainda tem qualquer sentido, o mundo é cognoscível: mas ele é interpretável de outro modo, ele não tem nenhum sentido subjacente, porém inúmeros sentidos, ‘perspectivismo’” (NIETZSCHE, 2002: 164-165).

O perspectivismo nietzschiano aponta para a possibilidade em se proferir valores e sentidos, o que não implica em referendá-los como absolutos, tampouco como verdades definitivas. Em nome de um conhecimento perspectivado, o mundo é interpretável. Essa assertiva permite um primeiro deslocamento diante da classificação em torno de um Nietzsche irracionalista. Classificação esta também justificada através da noção, no filósofo alemão, de que a linguagem não representa a realidade. No entanto, para Nietzsche, a razão se desenvolveu justamente a partir da crença na possibilidade de tal representação, quer dizer, a verdade da razão é ter um erro como fundamento, mas um erro necessário e útil para o homem.

Nosso estudo será conduzido para um objetivo determinado: uma releitura no interior de um daqueles dois paradigmas polares da disciplina da história (o paradigma “iluminista” e o paradigma “pós-moderno”) expostos por Ciro Flamarion Cardoso num ensaio quase paradigmático (CARDOSO, 1997: 3). Diante desse quadro (que consideramos exemplar na historiografia) em que Nietzsche é vinculado como o precursor do paradigma pós-moderno da história, pretendemos, num movimento novo, promover e demonstrar uma outra leitura. De uma maneira geral, Nietzsche sempre apareceu de forma previsível nos debates historiográficos, nacionais ou não, e decerto que ocupando o mesmo espaço epistêmico. François Dosse defende categoricamente que Nietzsche é o “precursor da pós-modernidade que triunfará mais tarde, em meados do século XX” (DOSSE, 1993: 403-404). É justamente esse espaço, por ele previamente habitado, que se faz necessário uma intervenção. Esta é, acreditamos, a contribuição original de nosso trabalho.

A ilusão como pressuposto para a racionalidade

Sabe-se que Nietzsche é visto, por grande parte dos comentadores de sua obra, como o filósofo

do corpo, das paixões, dos instintos; o que é verdadeiro. O que defendemos, baseados em autores contemporâneos importantes, como o filósofo francês Luc Ferry e o filósofo alemão Rüdiger Safranski, é que ao lado desse mesmo Nietzsche existe um outro Nietzsche, tão importante quanto o primeiro, o mais visitado pela crítica; um Nietzsche que, para a surpresa de muitos, reconhece a importância da razão para o conhecimento, para a arte e para a vida. Nietzsche identifica em si mesmo uma postura clássica, que provém dos gregos, segundo a qual se poderia definir a grandeza no homem a partir de um domínio de si que, por sua vez, consistiria num lance de profunda racionalidade, posto que tal domínio se daria através de uma hierarquização das paixões. É nesse sentido que Nietzsche não só fala em uma “espiritualização das paixões” (NIETZSCHE, 1976: V, §1), como aponta para a idéia de que devemos nos apoderar e manejar de nossos impulsos assim como um jardineiro ornamenta a natureza (NIETZSCHE, 2004: §560). Para Luc Ferry, “a apologia do rigor ‘matemático’, o culto da razão clara e rigorosa também encontram seu lugar no seio das forças múltiplas da vida” (FERRY, 2004: 109). Para Rüdiger Safranski, “em *Humano, Demasiado Humano* Nietzsche tenta fortalecer o senso pelas verdades práticas contra o canto de sereias do Inaudito, e contra os sentimentos trágicos. Ele entoia um louvor à ciência útil [...]” (SAFRANSKI, 2001: 150).

Segundo Nietzsche, o mundo que conhecemos através da moral, que estabelece verdades universais, é um mundo de erros e fantasias, no entanto, são justamente essas ilusões o que de mais valioso e útil tem a humanidade. Segundo o filósofo, muitos juízos, ainda que errôneos e morais, são necessários para a manutenção da existência e o desenvolvimento da espécie-homem; falsos valores e ficções indispensáveis para a regulação da vida: é a verdade da não-verdade (NIETZSCHE, 2003: §4).

Nesse sentido, Nietzsche aponta para a diferença entre o homem do conhecimento (de espírito científico) e o homem da convicção (movido pela fé), porém, ao mesmo tempo em que exalta o primeiro, o filósofo diz que “milênios inteiros, no entanto, viveram com essas pressuposições pueris, e delas brotaram as mais poderosas fontes de energia da humanidade” (NIETZSCHE, 2000: §630). No aforismo seguinte, prossegue: “tal inclinação [para uma convicção] é perfeitamente compreensível, e suas conseqüências não nos dão direito a censuras violentas ao desenvolvimento da razão humana” (NIETZSCHE, 2000: §631). A razão aparece em Nietzsche como fruto de um erro, mas de um erro necessário. Só o homem convicto se acha da posse da verdade. Razão e verdade, portanto, encontram-se dentro da mesma lógica na filosofia nietzschiana, a saber, a lógica do erro que impulsiona a própria razão e a própria verdade, logo, à lógica da verdade do erro.

O erro tornou o homem profundo, delicado e inventivo a ponto de fazer brotar as religiões e as artes. O puro conhecimento teria sido incapaz disso. Quem nos desvendasse a essência do mundo, nos causaria a todos a mais incômoda desilusão. Não é o mundo como coisa em si, mas o mundo como representação (como erro) que é tão rico em significado, tão profundo, maravilhoso, portador de felicidade e infelicidade (NIETZSCHE, 2000: §29, grifo do autor).

Nietzsche sabe que uma essência do mundo a ser desvelada pela ciência ou pela razão não existe, que essa essência é tão-somente um ponto vazio: “não há escapatória, não há trilhas ou ata-

lhos para o mundo *real*! Estamos em nossa teia, nós, aranhas, e, o que quer que nela apanhemos, não podemos apanhar senão justamente o que se deixa apanhar em *nossa* teia” (NIETZSCHE, 2004: §117, grifo do autor). Não é a verdade em si que Nietzsche destaca, mas a crença depositada nela. A aposta de sua existência (de uma verdade a ser descoberta) é o postulado lógico de todo o conhecimento. Nietzsche entende a própria convicção da linguagem (como um instrumento capaz de apreender as coisas no mundo) como uma crença necessária, pois é ela que deu sustentação para o desenvolvimento da ciência e da razão.

A importância da linguagem para o desenvolvimento da cultura está em que nela o homem estabeleceu um mundo próprio ao lado do outro, um lugar que se considerou firme o bastante para, a partir dele, tirar dos eixos o mundo restante e se tornar seu senhor. Na medida em que por muito tempo acreditou nos conceitos e nomes das coisas com em *aeternae veritates* [verdades eternas], o homem adquiriu esse orgulho com que se ergueu acima do animal: pensou ter realmente na linguagem o conhecimento do mundo. O criador da linguagem não foi modesto a ponto de crer que dava às coisas apenas denominações, ele imaginou, isto sim, exprimir com as palavras o supremo saber sobre as coisas; de fato, a linguagem é a primeira etapa no esforço da ciência. Da *crença na verdade encontrada*, fluíram, aqui também, as mais poderosas fontes de energia. Muito depois - somente agora - os homens começam a ver que, em sua crença na linguagem, propagaram um erro monstruoso. Felizmente é tarde demais para que isso faça recuar o desenvolvimento da razão, que repousa nessa crença (NIETZSCHE, 2000: §11, grifo do autor).

“Felizmente é tarde demais” quer dizer: viver da crença na linguagem é positivo e necessário. Nesse sentido, é importante ressaltar que Carlo Ginzburg, ao interpretar a noção de linguagem em Nietzsche e vinculá-la ao ceticismo (2002: 25-26), parece ter lido o mesmo pela metade. O filósofo, não só com Ginzburg, sempre foi entendido como alguém que, justamente pela idéia da ilusão da representação do mundo através da linguagem, pretendia assim aniquilar com os discursos que tinham a realidade como matéria. Como podemos ver no fragmento acima, é justamente essa ilusão que Nietzsche reconhece para o próprio estabelecimento do conhecimento humano. O assenhorear-se do mundo é uma tentativa fundamental para que o mesmo passe a fazer sentido ao homem. A grande contribuição de Nietzsche, a nosso ver, é esse versar sobre a necessidade da crença para que a vida não só seja vivida, como concebida através da razão.

Pelo que vimos até aqui, não soa estranho Nietzsche desejar “levar adiante a bandeira do iluminismo” (NIETZSCHE, 2000: §26). Em um aforismo chamado “A hostilidade alemã ao Iluminismo”, Nietzsche diz que, em detrimento da razão, filósofos, historiadores e cientistas alemães instauraram o culto ao sentimento. Na filosofia, através da especulação metafísica no lugar da explicação, estabelecendo uma época pré-científica; na historiografia, através do romantismo, com a volta de temas medievais e dos sentimentos ascéticos; na ciência, através de uma natureza divinizada e simbólica, e não mais natural. Isso tudo, segundo Nietzsche, contra os ideais da razão iluminista, que teríamos, repete, então de levar adiante (NIETZSCHE, 2004: §197). Se em Voltaire, como sabemos, o homem alcança sua liberdade e independência através da razão, Nietzsche parece não pensar diferente, já que para ele “quem alcançou em alguma medida a liberdade da razão, não pode se sentir mais que um andarilho sobre a terra” (NIETZSCHE, 2000: §638).

Segundo José Carlos Reis, os iluministas tecem uma história baseada no otimismo, esperança e “fé na razão”. Para Reis, a concepção de história iluminista faz parte de um projeto moderno; “governada pela Razão, a história só pode produzir a moralidade, a liberdade, a justiça, a igualdade [...]” (REIS, 2000: 165). Não é este iluminismo, acreditamos, que Nietzsche tem em consideração. O filósofo está longe de um projeto para a história calcada nesses ideais utópicos identificados por Reis. A própria noção de progresso e otimismo no iluminismo já foi revista e relativizada. Por exemplo, segundo Souza, Voltaire não fornece nenhuma garantia de que a trajetória da razão se realize de maneira regular ou até mesmo que seus fins necessariamente se realizem na história (SOUZA, 2001: 114). Por um outro lado, a recepção da ideia de progresso (sua impossibilidade) em Nietzsche nos parece tão problemática quanto o foi a de razão. Nietzsche se volta criticamente para a noção de progresso enquanto uma inevitabilidade, porém, ele a concebe, sim, enquanto uma possibilidade: “[...] é precipitado e quase absurdo acreditar que o progresso deva *necessariamente* ocorrer; mas como se poderia negar que ele seja possível?” (NIETZSCHE, 2000: §24, grifo do autor). Portanto, razão e progresso têm o mesmo tratamento conceitual tanto em Nietzsche quanto em Voltaire. São chances, não verdades.

Desta forma, contestamos a noção anti-iluminista de Nietzsche defendida por François Dosse. Apesar da sua alusão sobre a ligação entre Nietzsche e Voltaire, Dosse não a considera, pois apesar de se fazer “o defensor dos Iluminismos moderados [...], em seus pontos essenciais, a obra de Nietzsche, tal como a de Heidegger, edifica-se numa crítica radical do Iluminismo” (DOSSE, 1993: 402).

A Europa frequentou a escola do pensar coerente e crítico, enquanto a Ásia ainda não sabe distinguir entre poesia e realidade e não está consciente de onde vêm suas convicções, se da sua própria observação e pensamento correto ou de fantasias. - A razão na escola fez da Europa a Europa: na Idade Média ela estava a caminho de se tornar novamente um pedaço e apêndice da Ásia - isto é, de perder o senso científico que devia aos gregos (NIETZSCHE, 2000: §265).

O que ressaltamos na passagem acima, de caráter voltairiano e tom iluminista, é a crítica que Nietzsche promove aos asiáticos, já que os mesmos ainda não sabiam diferenciar o que é realidade e o que é fantasia e poesia. Percebe-se aqui um Nietzsche em defesa da razão, mas de uma razão enquanto conquista histórica. É exatamente esse o valor que Voltaire conferia para a razão na história, isto é, não como uma verdade, mas algo que pudesse se conquistar. Para ele, recaídas na barbárie sempre são possíveis, o que também desloca o autor francês daquela visão clássica de o “profeta do progresso” (SOUZA, 2001: 114). E assim foi, para ele e para Nietzsche, o que ocorreu com a razão durante a Idade Média, uma época em que a civilização perdeu em técnica, em arte e em ciência.

Uma outra entrada nos permite a vinculação intelectual entre Nietzsche e Voltaire. Segundo Cassirer, Voltaire pensou o trabalho do historiador em bases científicas, em que “historiador e físico têm a mesma tarefa, a de descobrir a lei escondida no fluxo e na confusão dos fenômenos” (CASSIRER, 1992: 294). A história filosófica de Voltaire aponta, para além das barulhentas façanhas e conquistas heróicas, para uma permanência da natureza humana na história: “[...] tudo o que

corresponde intimamente com a natureza humana assemelha-se de um extremo ao outro do universo [...]” (VOLTAIRE, 1967: 445). O conceito nietzschiano de “vontade de potência” nos parece adequado para pensar também isso que atravessa todos os homens em todos os tempos, o que moveria as próprias paixões humanas no palco do mundo, já que para ele, a partir da vontade de potência demonstra-se “a absoluta homogeneidade de todos os eventos” (NIETZSCHE, 1981: §270), sendo ela, a “essência mais íntima do ser”. A vontade de potência é esse impulso que gera o movimento e a diferença do devir; as variedades da multiplicidade do mundo, com barulhentas façanhas e conquistas heróicas, são possibilidades da vontade de potência, essa “lei escondida”.

Por uma objetividade estética

Há uma virada crítica de Nietzsche sobre si mesmo a partir de *Humano, Demasiado Humano*. Diz ele um ano antes de publicá-lo: “A leitores de meus textos mais antigos quero declarar expressamente que renunciei aos pontos de vista artístico-metafísicos que dominaram aqueles no mais essencial: são agradáveis mas insustentáveis” (*Apud* SAFRANSKI, 2001: 122). Esta virada é relevante para a nosso trabalho. No entanto, faz-se necessário apontar o tipo de arte que o filósofo tinha em mente ao promover tal renúncia. Trata-se de uma concepção de arte romântica ligada ao encontro metafísico com a essência do mundo, com o êxtase dionisíaco, concepção que exalta, no fazer artístico, a desmedida, a ausência de regras, logo, ao culto do gênio criador, visão esta então exposta em *O Nascimento da Tragédia*.

Assim posto, vejamos o olhar que o filósofo possui para as questões da arte a partir de *Humano, Demasiado Humano*, com isso buscaremos entender e articular o tipo de objetividade que o mesmo imagina para a história. Segundo ele, a irregularidade e anarquia formal na arte romântica nos deram vantagens, como a poesia de todos os estilos e de todos os povos, porém, a mesma rejeitou a noção de medida, coação e contenção clássicas (NIETZSCHE, 2000: §221). Criticando o sentimentalismo romântico exagerado de seu tempo, Nietzsche fala da necessidade, tal como nos gregos, de uma sobriedade dos sentimentos: “reflexão severa, concisão, frieza, simplicidade deliberadamente levada ao extremo; em suma, restrição do sentimento e laconismo - só isso pode ajudar” (NIETZSCHE, 2000: §195).

Ao pensar em boa arte, Nietzsche pensa em ponderação, equilíbrio, limite, objetividade, lógica, proporção, - todos esses, atributos artísticos considerados clássicos. Segundo ele, “para ser um clássico, é preciso ter todos os dons, todos os desejos violentos e contraditórios em aparência, mas de tal maneira que eles caminhem juntos sob o mesmo jugo, [de modo que neles] tenhamos necessidade de uma quantidade de frieza, de lucidez, de rigidez da lógica antes de tudo” (*Apud* Ferry, 2004: 114).

Nietzsche não só ressalta, no processo criativo, o pensamento diante da emoção, como valoriza a noção de trabalho frente à inspiração e a liberdade de criação do gênio: “[...] a improvisação artística se encontra muito abaixo do pensamento artístico selecionado com seriedade e empenho. Todos os grandes [artistas] foram grandes trabalhadores, incansáveis não apenas no inventar, mas também no rejeitar, eleger, remodelar e ordenar” (NIETZSCHE, 2000: §155). Desta forma, a

grande arte está ligada mais à razão do que à emoção, a beleza da segunda dependeria da atuação da primeira; a arte, portanto, é mais um trabalho racional do que um extravasamento emotivo. Nesse sentido, é perfeita a asserção de Schiller: há uma arte das paixões, mas não deveria haver uma arte apaixonada (SCHILLER, 1990: carta XXII).

Nietzsche tem um aforismo em que discorre sobre a impossibilidade das mulheres em se dedicarem à ciência. O que nos interessa nesse fragmento, longe das questões de gênero, é a relação que o filósofo estabelece entre ciência e paixão, entre história e paixão, entre juízo e emoção, para então ressaltar o perigo dos afetos diante dos tramites da análise e da pesquisa histórica, vista aqui como uma ciência.

Podem as mulheres ser justas, se estão tão acostumadas a amar, a imediatamente simpatizar ou antipatizar? Em virtude disso não têm tanto interesse por causas como têm por pessoas: mas, sendo a favor de uma causa, tornam-se de imediato suas partidárias, e assim corrompem sua pura, inocente influência. Há então um perigo nada pequeno, quando lhes são confiados a política e certos ramos da ciência (a História, por exemplo) (NIETZSCHE, 2000: §416).

Nietzsche também vislumbra uma “racionalidade” para a história [um comentador chegou a dizer que a história, para Nietzsche, “não configuraria um fluxo ou movimento desordenado” (ARALDI, 2004: 228)], mas ela, no entanto, tem mais a ver com a arte do que com a verdade. A objetividade que Nietzsche confere à história não é propriamente a objetividade imparcial tradicionalmente conferida ao cientista diante do seu objeto, mas a objetividade de um pintor e o interesse deste último em querer “revelar” e desnudar um objeto. Ao falar da objetividade do historiador, Nietzsche está falando de um distanciamento artístico. Todavia, a arte vive da ilusão, sabe que é ilusão. Assim Nietzsche dá entendimento à pesquisa histórica, que seria então o lugar da objetividade como um fenômeno estético do desprendimento da subjetividade, mas de um desprendimento que, nem por isso, fosse capaz de restituir a essência das coisas; o lugar, portanto, da ilusão necessária, como acontece na arte e no conhecimento de uma maneira geral, como vimos aqui na primeira parte.

E mesmo uma ilusão não poderia imiscuir-se na interpretação mais elevada da palavra objetividade? Compreende-se então com esta palavra uma condição do historiador, na qual ele contempla um acontecimento em todas as motivações e conseqüências de modo tão puro que este acontecimento não produz nenhum em sua objetividade: tem-se em vista aqui aquele fenômeno estético, aquele desprendimento do interesse pessoal, com o qual o pintor diante de uma paisagem tempestuosa, sob raios e trovões ou sobre o mar revolto, olha sua imagem interior; tem-se em vista a plena imersão na coisa. Não obstante, não passa de uma superstição que uma imagem, ao mostrar as coisas em um homem afinado de uma tal maneira, restitua a essência empírica das coisas (NIETZSCHE, 2003a: §6).

Nietzsche autoriza uma objetividade por parte do historiador em relação ao objeto, no entanto, desautoriza qualquer tentativa de restituição do mesmo: “dever-se-ia pensar uma historiografia que não tivesse em si nenhuma gota da verdade empírica comum e que pudesse requisitar o predicado da objetividade no grau mais elevado” (NIETZSCHE, 2003a: §6). Como entender tal

objetividade aludida por Nietzsche? Através do modo como o filósofo entende a ciência, isto é, os meios são mais importantes que os fins; não são os resultados da ciência que lhe interessa, mas sim sua não passionalidade, seu processo rigoroso, seu exercício de conquista:

A ciência exercita a capacidade, não o saber. - O valor de praticar com rigor, por algum tempo, uma *ciência rigorosa* não está propriamente em seus resultados: pois eles sempre serão uma gota ínfima, ante o mar das coisas dignas de saber. Mas isso produz um aumento de energia, de capacidade dedutiva, de tenacidade; aprende-se a *alcançar um fim de modo pertinente*. Neste sentido é valioso, em vista de tudo o que se fará depois, ter sido homem de ciência (NIETZSCHE, 2000: §256, grifo do autor).

A corrida pela verdade é mais sugestiva que a verdade; a forma vale mais que o conteúdo; é esta a idéia. Não há verdade empírica porque o “método” do historiador é artístico. A verdade na arte (e na história) está em nome de uma força, de uma intensidade, de uma apropriação de sentidos, senão, de uma busca. O historiador, legitimamente, vive da busca, no entanto, a imagem deste pesquisador solitário se faz poética se nos atentarmos para aquela sentença cética e/ou realista de Fernando Pessoa, para quem, “o segredo da busca é que não se acha”...

Conclusão

Para o filósofo, como vimos, o desenvolvimento (positivo) da razão se dá através de algumas ilusões necessárias, como a crença na representação da realidade pela linguagem. Na história, a razão ganha critérios de legitimidade quando incorporada em nome e tão-somente de uma objetividade estética, isto é, de outra ilusão. Nossa pesquisa aponta para a idéia de que a suposta irracionalidade de Nietzsche, calcada em sua noção de que os fatos não existem (concepção que serve de embasamento para sua vinculação às teorias pós-modernas da história) pode ser revista a partir do momento em que esse mesmo mundo sem sentido e sem existência em si mesmo passe a ganhar valorações interpretativas e sentidos perspectivados, já que para Nietzsche “o mundo é cognoscível”.

Para finalizar o trabalho, deixamos um interessante fragmento de Nietzsche sobre a importância do estudo da história. O filósofo nos sugere que o homem que estuda história está envolto à imagem de uma manhã ensolarada, à de uma caminhada, logo, ao esclarecimento, ao movimento e ao eterno vir a ser. Esse homem regozija-se diante da capacidade de se perceber e perceber o mundo a partir da mudança e da diferença, o que o afasta do metafísico:

Felicidade do Historiador. - “Quando ouvimos falar os atilados metafísicos e ultramundanos, nós, os outros, sentimos sem dúvida que somos nós os 'pobres de espírito', mas também que é nosso o reino celeste da mudança. Com primavera e outono, inverno e verão, e que deles é o mundo de trás - com suas cinzentas, gélidas, infinitas névoas e sombras”. - Assim falava alguém de si para si, em uma caminhada ao sol da manhã: alguém em quem, ao estudo da história, não somente ao espírito, mas também o coração sempre se transforma de novo e que, ao contrário dos metafísicos, se sente feliz por albergar em si, não “uma alma imortal”, mas *muitas almas mortais* (NIETZSCHE, 1996: §17, grifo do autor).

BIBLIOGRAFIA

- ARALDI, Cledeimir Luís. *Nihilismo, criação, aniquilamento: Nietzsche e a filosofia dos extremos*. São Paulo: Discurso Editorial, 2004.
- CARDOSO, Ciro. Flamarion. “História e paradigmas rivais”. In: CARDOSO, C. F. e VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora. Campos, 1997, p. 1-23.
- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- DOSSE, François. *História do estruturalismo*. O Campo do Signo. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. Vol. 1.
- FERRY, Luc. *O que é uma vida bem-sucedida?* Rio de Janeiro: Difel, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *Relações de força*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. *Aurora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____. *Crepúsculo dos ídolos*. São Paulo: Hemus, 1976.
- _____. *Fragmentos finais*. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- _____. *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. “Miscelânea de opiniões e sentenças”. In: *Obras incompletas*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção “Os Pensadores”).
- _____. *Segunda consideração intempestiva - Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003a.
- _____. *La voluntad de poderío*. Madrid: Edaf, 1981.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a invenção em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Nietzsche: biografia de uma tragédia*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.
- SCHILLER, F. *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 1990.
- SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e História: o pensamento sobre a história no iluminismo francês*. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.
- VOLTAIRE. *Oeuvres complètes*. Paris: Garnier, 1967.

O processo de modernização conservadora na Alemanha e suas repercussões sociais na transição para o século XX

Resumo

Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Professora de Sociologia do Trabalho da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas - RJ. joanandrade@uol.com.br

Na transição do século XIX para o século XX a Alemanha atravessou um período de rápidas e profundas transformações econômicas, políticas e sociais. As mudanças estruturais originadas de sua tardia expansão industrial, comercial e financeira propiciaram a reconfiguração de forças no interior da sociedade alemã. A incorporação de grupos burgueses nos escalões inferiores do establishment cortesão-aristocrático e sua progressiva infiltração nos altos postos da administração civil e do oficialato militar garantiu sua aliança com as elites agrárias e a instituição de um modelo de “modernização conservadora”. Em troca do apoio ao governo e da submissão ao poder da aristocracia, as burguesias conseguiam o atendimento de várias reivindicações de cunho econômico, além de manterem sob controle as camadas proletárias em plena expansão. Este artigo tem por objetivo analisar as particularidades do processo de industrialização alemã que possibilitaram a construção de um movimento operário forte e independente.

Palavras-chave: Alemanha. Modernização. Grupos sociais.

Abstract

In the transition from the nineteenth to the twentieth century, Germany faced a period of quick and deep economical, political and social transformations. The structural changes originated of its late industrial, commercial and financial expansion propitiated the reconfiguration of forces inside the German society. The incorporation of bourgeois groups in the inferior levels of the courtier-aristocratic establishment and its progressive infiltration in the high positions of the civil administration and of the military officership guaranteed an alliance with the agrarian elites and the institution of a model of “conservative modernization”. In exchange for support to the government and the submission to the power of

the aristocracy, the bourgeoisies had their economical claims assimilated, while maintaining under control the growing proletarian layers. This article intends to analyze the particularities of the process of German's industrialization that made possible the construction of a strong and independent worker's movement.

Key-words: Germany. Modernization. Social groups.

O início da década de 1870 foi marcado pela incidência de uma grave crise econômica na Europa que vigorou até meados dos anos 90. Os inúmeros avanços nos setores de transportes marítimos e terrestres propiciaram o acirramento da competição entre produtos europeus e norte-americanos, conduzindo à queda dos preços dos alimentos e das matérias-primas e a uma prolongada recessão econômica.

Na Alemanha recém-unificada a concorrência com produtos agrícolas estrangeiros afetou as relações entre o campo e a cidade de modo significativo. A grande depressão causada pela queda dos preços agrícolas - particularmente de cereais, carnes e vegetais - levou à ruína de pequenos camponeses do oeste e do sudoeste do Império. Nestas regiões havia o predomínio de pequenas propriedades em que os camponeses mantinham certo grau de independência. Estes camponeses cultivavam suas próprias terras ou as arrendavam para o cultivo de sua pequena lavoura. Devido ao seu tamanho e isolamento, ficavam extremamente vulneráveis diante do decréscimo dos preços agrícolas e freqüentemente eram levados a hipotecar ou a vender suas terras.

Diferentemente, a noroeste (em Schleswig-Holstein) e ao sul (na Baixa Saxônia e na Baviera), onde predominavam os grandes e médios camponeses que não podiam cultivar suas terras sem parceiros, servos ou jornaleiros, foram criadas cooperativas e comunidades agrícolas que forneciam uma rede de apoio aos proprietários, evitando deste modo a sua falência. Já a leste do rio Elba, abrangendo grande parte do território da Prússia e de Mecklemburg, preponderava as grandes propriedades rurais e a agricultura em larga escala que fazia uso de criados, parceiros e trabalhadores assalariados. Dedicados ao cultivo intensivo de cereais (principalmente do trigo), beterrabas e batatas, destinados não apenas ao mercado interno, mas à exportação agrícola, os grandes proprietários rurais de origem nobre viram-se extremamente prejudicados com a crise no campo. Diante desta situação, muitos buscaram diversificar seus investimentos, recorrendo, por exemplo, à compra e locação de imóveis urbanos; já outros aproveitaram a queda nos preços das terras para expandir seu domínio fundiário, tomando-as das mãos de pequenos e médios proprietários.

O declínio econômico dos grandes proprietários prussianos, no entanto, não determinou a perda de seu poder político e social. Desfrutando de uma posição privilegiada no governo, conseguiram assegurar tarifas alfandegárias, taxas de juros, subsídios e impostos que lhes eram favoráveis. Deste modo, garantiram a aprovação, em 1879, de uma série de medidas protecionistas que tinham em vista a elevação dos preços dos alimentos e das manufaturas, salvaguardando os interesses dos “senhores do aço e do centeio”.

O auxílio governamental às elites agrárias, seja através da implementação de tarifas alfandegárias ou da concessão de transporte subsidiado, crédito barato e descontos em impostos, demonstra o prestígio e domínio reservados à nobreza, que permanecia exercendo um papel dirigente conservador e semi-autocrático. Arno Mayer, em “*A Força da Tradição*”, ressaltou a primazia destas elites tradicionais que, além de conservarem sua supremacia na sociedade política, ainda retinham imensa riqueza e influência social e cultural. Segundo o autor, sua posição era “sólida e terrível” - e não precária e anacrônica - precisamente porque seu imenso capital era não apenas cultural e simbólico, mas também econômico. Embora sua base material estivesse se debilitando devido ao relativo declínio do setor agrário, as nobrezas sustentariam suas fortunas econômicas graças à obtenção de apoio governamental, investimentos no setor não-agrário e a adoção de hábeis estratégias matrimoniais que os vinculavam à nascente burguesia industrial e financeira (MAYER, 1987: 131).

Além de possuírem praticamente todos os latifúndios, os nobres detinham o monopólio dos altos cargos do funcionalismo público civil e militar. A maioria dos Ministros, Secretários de Estado e membros do corpo diplomático eram provenientes de famílias aristocráticas. Contudo, de acordo com Mayer, a nobreza carecia das habilitações necessárias para ocupar os escalões mais altos dos Ministérios da Guerra, Finanças, Agricultura e Justiça. Conseqüentemente, nestas áreas ter-se-ia verificado a ascensão política de elementos oriundos da alta burguesia.

A incorporação de grupos burgueses nos escalões inferiores do *establishment* cortesão-aristocrático e sua progressiva infiltração nos altos postos da administração civil e do oficialato militar não significou, porém, uma ameaça ao *status quo*. A burguesia emergente não contestava nem o *status* social nem o poder da aristocracia. Neste sentido, agia menos como uma classe social “para si” - com um projeto político e cultural abrangente - do que um grupo de interesse e pressão em busca de objetivos econômicos.

Consoante o entendimento de Arno Mayer, a falta de coesão social e cultural entre os membros da burguesia industrial nacional e internacional, associada à sua desvantagem numérica e econômica, inviabilizava quaisquer pretensões de oferecerem resistência ao poder das elites tradicionais. Logo, às burguesias emergentes - enfraquecidas pelas divisões internas entre a indústria pesada e a manufatura de bens de consumo em grande escala (e seus respectivos associados bancários) e, ao mesmo tempo, separadas da pequena manufatura e do comércio (o que as desprovia de uma ampla base popular) - foi reservado um papel político secundário como aliadas das classes governantes.

Em troca do apoio ao governo e da submissão ao poder da elite agrária, as burguesias conseguiam o atendimento de várias reivindicações de cunho econômico, além de manter sob controle as camadas proletárias em plena expansão. Como observou Engels, em seu prefácio de 1891 à “*Guerra Camponesa na Alemanha*”,

por um lado o governo, a passos de tartaruga, reforma as leis no interesse da burguesia, elimina os entraves feudais e os obstáculos criados pelo particularismo dos pequenos Estados, que impedem o desenvolvimento da indústria; introduz a unidade das moedas, dos pesos e medidas, estabelece a liberdade de indústria, etc; implanta a liberdade de domicílio, pondo assim à disposição do capital e em forma ilimitada a mão-de-obra da

Alemanha; fomenta o comércio e a especulação; por outro lado, a burguesia cede ao governo todo o poder político efetivo, aprova os impostos, os empréstimos e o recrutamento de soldados e ajuda a formular todas as novas leis de reforma, de modo que o velho poder policial sobre os elementos indesejáveis conserve toda a sua força. A burguesia adquire sua paulatina emancipação social ao preço de sua renúncia imediata a um poder político próprio (MARX, ENGELS, 1980: 199).

A subordinação política e cultural da burguesia industrial e financeira à aristocracia manifestava-se também na assunção de uma mentalidade autoritária e militarizada e na adoção dos valores pertencentes ao código de comportamento monárquico-aristocrático. A fim de assegurar seus interesses e adquirir prestígio e legitimidade social, a alta burguesia do Império passou, portanto, por um processo de “aristocratização” ou “enobrecimento”. Além do ingresso no serviço público civil e militar, da obtenção de títulos e ordens honoríficas e da aristocratização de nomes de família, seus membros reproduziam o código social e o estilo de vida da aristocracia. Deste modo, conforme atenta Mayer,

a velha nobreza rural e os novos magnatas do capital na realidade nunca entraram numa rota de colisão. No máximo acotovelavam-se ao manobrem em busca de posições entre as classes dirigentes, onde a burguesia permanecia como seguidora e pretendente feudal. Nobres inveterados ocupavam e controlavam rigidamente o acesso ao alto patamar social, cultural e político a que aspirava a burguesia. Com uma flexibilidade e capacidade de adaptação características, e capitalizando a avidez do elemento burguês por *status* e avanço social, os grandes notáveis admitiam em seu meio postulantes individuais oriundos do mundo dos negócios e profissões. Em vez de ceder terreno institucional, optavam por essa cooptação seletiva [grifo nosso], seguros de sua habilidade para conter e neutralizar sua simultânea contaminação ideológica e cultural (MAYER, 1987, 89).

A assimilação do ritual, da mística e dos valores cortesão-aristocráticos encontrava lugar nas escolas e instituições culturais da elite. Nos *Gymnasien* era propagado o ensino secundário clássico, centrado na *Bildung*, destinado a uma elite social seleta que, assim, garantia sua via de ingresso na universidade. Desta maneira, embora o ensino superior fosse público - posto que os *Kulturministerien* dos Estados financiavam e administravam as escolas secundárias e universidades - apenas uma pequena fração da população tinha acesso ao ensino tradicional e aos privilégios oficiais dele decorrentes, como a possibilidade de ingresso em carreiras no serviço público civil, na Igreja, em profissões liberais e na academia.

Concomitantemente verificava-se a expansão do funcionalismo burocrático civil e militar, dando origem a uma nova classe média que se infiltrava no corpo das grandes empresas e sociedades por ações, nas organizações públicas e privadas, na imprensa, no sistema educativo e na administração estatal e local. Como Weber observou, estas novas categorias de funcionários e técnicos eram caracterizadas pelo formalismo na realização de suas atribuições e pela impessoalidade de seus vínculos empregatícios - com salário, pensão, critérios de promoção, treinamento especializado, divisão funcional do trabalho, áreas bem definidas de jurisdição, processos documentados e ordenação hierárquica (WEBER, 1974: 117). Por conseguinte, a educação superior converteu-se em um fator importante na estratificação social, uma vez que através dela as classes médias abastadas

puderam constituir uma elite culta de funcionários públicos, acadêmicos e profissionais liberais que passaram a integrar inclusive o aparelho do Estado.

Deste modo, conforme exposto por Fritz Ringer, graças à vinculação entre as universidades e a burocracia estatal, “acabou surgindo, paralelamente à estratificação tradicional pelo nascimento, uma nova divisão da sociedade com base na profissão e no grau de instrução” (RINGER, 2000: 31), permitindo à classe média alta não-empresarial - a “aristocracia mandarim da cultura” - tornar-se parte da classe governante funcional do país (RINGER, 2000: 51). Esta elite intelectual formaria uma “aristocracia da educação”, apegada a valores éticos, estéticos e políticos tradicionais. Isto era evidenciado desde o momento de ingresso dos estudantes nas universidades, quando estes procuravam aderir a confrarias (*Landsmannschaften*) orientadas por um *ethos* guerreiro, centrado em valores tradicionais de honra, disciplina, lealdade, obediência e coragem. Tais agremiações estudantis possuíam uma estrutura hierárquica e autoritária, exigindo de seus integrantes o apego ao código de conduta aristocrático, expresso especialmente através da prática do duelo. Desta maneira, os estudantes das classes médias abastadas poderiam se infiltrar em organizações tradicionais, com vistas a superar estigmas e adquirir maior *status* na sociedade.

O cultivo dos valores tradicionais nas universidades alemãs e sua vinculação com o Estado abriram caminho para que estas constituíssem locais privilegiados para o florescimento do pensamento conservador. A visão predominante entre os “mandarins” alemães, isto é, a elite culta da academia, apresentava fortes elementos religiosos, aristocráticos, autoritários e nacionalistas. A “ortodoxia mandarim” demonstrava profundo receio em relação à democracia representativa e à sociedade industrial, e, em contrapartida, exaltava freqüentemente os valores herdados da antiga ordem feudal. Assim, criticavam a expansão do domínio do capital, do egoísmo e do pragmatismo, e defendiam o rejuvenescimento ético da vida política. Segundo Weber (1974: 33), tal tipo de conservadorismo possuía a pretensão de “proteger o espírito alemão da contaminação pela democracia”, defendendo uma política de contenção das classes trabalhadoras.

Estes representantes intelectuais dos *junkers* e da alta burguesia industrial e financeira pregavam igualmente em favor do protecionismo econômico e da expansão territorial. Conseqüentemente, em 1891, um considerável número de professores universitários, gerais, jornalistas, políticos e industriais reuniram-se em torno da Liga Pangermanista (*Alldeutscher Verband*), no intuito de fornecer apoio à política expansionista promovida pelo governo.

Não obstante o peso exercido pelo conservadorismo sobre o ensino superior, convém ressaltar que a elite culta também possuía seus elementos progressistas ou, seguindo a denominação Ringer, “modernistas”. Estes intelectuais não expressavam grande simpatia pelos objetivos específicos de classe nem da burguesia empresarial emergente nem das classes tradicionais agrárias e aristocráticas. Tampouco cediam às reivindicações radicais de artesãos e operários social-democratas, encaradas como inconstantes e caóticas. De acordo com Ringer (2000: 127), o interesse destes intelectuais por questões de ordem econômica e social limitava-se a um anseio muito vago de harmonia social e a exigência da intervenção governamental com vistas à implementação de reformas moderadas. Destarte, tanto conservadores como modernistas expressavam uma forte ligação com o Estado e as classes governantes e certa apreensão em relação à nova sociedade industrial e seus conflitos

internos.

Como foi visto, ao permearem o Estado e os grupos dirigentes, as burguesias emergentes assumiram em larga medida a mentalidade aristocrática e conservadora das nobrezas do Império. Com efeito, como nos explica Norbert Elias (1997: 66), em “*Os Alemães*”, “vastos setores da alta burguesia, com os escalões superiores do funcionarismo civil e os bacharéis na liderança, submeteram-se prazerosamente e, muitas vezes, com entusiasmo à liderança política e militar da corte e da nobreza.” Desta forma, a sociedade em vias de modernização manteve uma estrutura social aristocrática mediante a “simbiose ativa” - nas palavras de Schumpeter - entre os dois estratos sociais (MAYER, 1987: 40). Logo, privilégios sociais, *status*, prestígio e o caráter autoritário que compunham a marca política da aristocracia passaram a integrar as pretensões da burguesia, dando origem à figura do “plebeu de verniz” (WEBER, 1974: 117). Em outras palavras,

Enquanto a elite agrária sólida e tradicional era excessivamente absorvente e elástica, a burguesia era singularmente impressionável e flácida. Os magnatas do capital e das altas profissões liberais nunca se aglutinaram o suficiente para contestar seriamente o domínio social, cultural e ideológico da antiga classe dominante, e o fato de a nobreza continuar a cooptar alguns dos mais ricos e talentosos dentre eles contribuiu apenas em parte para isso. Acima de tudo o burguês, devido a seu caráter bajulatório, empenho na escalada social e anseio de enobrecimento, negava-se avidamente a si próprio [grifo nosso]. **Sua suprema ambição não era atacar ou derrubar o *establishment* senhorial, mas penetrar nele** [grifo nosso]. Para os grandes negociantes, financistas e profissionais liberais, social e psicologicamente inseguros, a alta burguesia “era apenas uma antecâmara para a nobreza”, e sua “mais alta aspiração era, em primeiro lugar, conseguir a admissão à nobreza e, depois, ascender no seu interior” (MAYER, 1987: 91-92).

Conforme aduz Arno Mayer (1987: 104), “essa maciça, reverente e venal adaptação social e cultural da burguesia ajudou a abrir canais de acesso à sociedade política, onde o elemento feudal continuava a dominar”. Sendo assim, os magnatas do capital barganhavam seus direitos e reivindicações políticas por vantagens econômicas, *status social* e privilégio civil. Defrontada com o espantoso crescimento dos partidos social-democratas, a burguesia abdicou de disputas com a classe dirigente para engajar-se em uma frente conservadora e autoritária que garantia suporte ao governo imperial semi-autocrático. Ao invés de exercer pressão por uma democratização política, a burguesia alemã agrupou-se em torno de partidos “moldados à sua própria imagem subserviente”, que se restringiam basicamente à defesa e promoção de seus interesses econômicos.

Como nos mostra Engels, o equilíbrio entre a nobreza latifundiária e a burguesia abriu caminho para o estabelecimento de uma “monarquia bonapartista moderna”, na qual os *junkers* controlavam a política tanto através da Câmara dos Lordes prussiana e no *Landtag* (onde havia o sistema eleitoral por classes), quanto através do *Reichstag*, no qual saíam fortalecidos devido à defasagem do censo eleitoral que acabava por favorecer os distritos agrários:

O verdadeiro poder governamental encontra-se em mãos de uma casta especial de oficiais e funcionários recrutada, na Prússia, em parte no seio de suas próprias fileiras, em parte entre a pequena nobreza, e em menor medida ainda entre a burguesia. A independência desta casta, que parece manter-se fora e, por assim dizer, acima da sociedade, confere ao Estado uma aparência de independência em relação à sociedade (MARX, ENGELS,

1980a: 157).

A limitação das reformas burguesas à implantação, em 1866, do sistema único de pesos e medidas, da liberdade de domicílio e de liberdade de indústria e comércio, possibilitou então o avanço do desenvolvimento industrial sem, contudo, alterar as estruturas sociais, culturais e políticas tradicionais. Por conseguinte, até 1914, “o capitalismo industrial e financeiro, para não falar do capitalismo gerencial, continuou a ter importância secundária, não só em termos econômicos, inclusive quanto à economia internacional, mas ainda em termos de classe, *status* e poder” (MAYER, 1987: 53).

Consoante expõe Norbert Elias, “ao contrário do que sugere o uso um tanto impreciso da expressão ‘sociedade capitalista’, no período após 1871, os capitalistas financeiramente poderosos não formavam ainda, em absoluto, o estrato socialmente mais poderoso e, concomitantemente, o mais elevado da sociedade alemã” (ELIAS, 1997: 54). Corroborando tal concepção, Mayer destacou que a crise econômica que se estendeu dos meados dos anos 1870 a meados dos anos 1890, não chegou a ser um divisor de águas entre o velho e o novo capitalismo e tampouco inaugurou uma era de “conflitos aguçados entre o crescimento da capacidade produtiva e a rentabilidade do negócio”. Para o autor, embora o novo capitalismo se estabelecesse sob a forma de centros de crescimento semi-autônomos dentro das estruturas econômicas existentes, não estava em posição de assumir o comando sobre a economia política da Europa (MAYER, 1987: 28).

Mesmo o rápido e substancial desenvolvimento industrial levado a efeito a partir de meados do século XIX, impulsionado pelo progresso nas técnicas de produção, não teria conseguido tornar o novo capitalismo capaz de suplantiar a agricultura e a manufatura de bens de consumo, que continuavam a superar o setor de bens de capital. Apesar dos avanços do novo capitalismo, a agricultura, a propriedade imobiliária urbana e a manufatura de bens de consumo continuavam a empregar grande parte da força de trabalho da Alemanha e a gerar uma maior porção do produto nacional bruto. Assim, como Mayer apontou, “o setor de bens de capital era como um arquipélago rodeado por vastos oceanos de agricultura e manufatura tradicional” (MAYER, 1987: 30).

Durante todo século XIX e início do século XX os proprietários de pequenas oficinas constituíram a espinha dorsal da classe média baixa independente. Enquanto a economia permanecia dominada pelo capitalismo mercantil e manufatureiro - principalmente de bens de consumo como produtos têxteis, gêneros alimentícios, couro e madeira -, o capitalismo monopolista financeiro ou industrial estaria ainda entrando em sua fase inicial de crescimento:

Centrado nas e em torno das cidades mais antigas, o mundo das oficinas e artesãos obscurecia as fábricas e a mão-de-obra proletária dos centros urbanos e zonas industriais mais recentes em termos de força de trabalho, capitalização e valor da produção. Paradoxalmente, o crescimento da produção fabril e das cidades beneficiou as oficinas e os trabalhadores artesanais, ao estimular a demanda de bens e serviços que apenas eles poderiam fornecer, em particular quanto à moradia, alimentação, vestuário e instrumentos de precisão. Em outras palavras, enquanto alguns ramos da manufatura tradicional indubitavelmente se contraíam ou estagnavam, outros floresciam e se expandiam (MAYER, 1987: 44).

Portanto, as empresas com produção em grande escala, capital intensivo, financiamento externo a longo prazo e força de trabalho proletária constituíam a exceção diante do vasto setor manufatureiro de pequenos trabalhadores e capitalistas familiares com mão-de-obra de artífices e artesãos que trabalhavam em pequenos galpões ou oficinas com até 5 trabalhadores. A proliferação da indústria doméstica, realizada em condições precárias e insalubres, ocorreu principalmente na Alemanha central - onde todas as formas de produção e de propriedade apareciam mescladas em proporções diferentes segundo a localidade (MARX, ENGELS, 1980a: 226-227).

Esta indústria de domicílio rural, praticada em aliança com a horticultura ou o pequeno cultivo, comporia, para Engels, a base para a “jovem grande indústria alemã” (MARX, ENGELS, 1980a: 110). De acordo com o autor, os produtos - como fumo e tecidos - derivados do trabalho a domicílio rural e da utilização de mão-de-obra familiar, seriam vendidos no mercado a preços muito baixos, devido à concorrência com a produção mecanizada, afetando o nível geral dos salários, tanto no campo como nas cidades.

Embora os artesãos continuassem a ser o elemento dominante na classe trabalhadora, vinham sofrendo com as pressões e desgastes da modernização capitalista. Como nos mostra Mayer (1987: 45), ao serem defrontados com importantes mudanças nos métodos de produção e distribuição, os artesãos tinham de lutar arduamente para manter sua autonomia, qualificação, *status* e padrão de vida, posto que, ao contrário dos trabalhadores nas indústrias de bens de capital, extração mineral e ferrovias, que se organizavam por ramos industriais, eles continuavam divididos por ofícios artesanais. Deste modo, “ciosos de sua independência pessoal e profissional, os artesãos tinham dificuldade em desenvolver instrumentos e estratégias de autodefesa que ocupassem o lugar das guildas e salvaguardas legais que presumivelmente lhes havia servido tão bem em outros tempos difíceis”.

Não obstante a permanência e adaptação das pequenas e médias manufaturas, a década de 1890 testemunhou um grande surto industrial que engendrou transformações econômicas, políticas e sociais em um ritmo e intensidade sem precedentes na história alemã. Por conseguinte, após um longo período de depressão econômica e ciclos de recessão, que abarcou as décadas de 1870 e 1880, tem início na Alemanha uma fase de grande prosperidade e expansão capitalista.

Esta “revolução industrial”, experimentada tardiamente pela Alemanha, foi produto direto de uma política econômica de forte incentivo à industrialização e ao comércio - levada a efeito por Bismarck desde os primórdios do Império - aliada ao financiamento proveniente de bancos e empresas privadas. A origem deste processo de expansão capitalista e industrialização, que remete ao período anterior à unificação política do Império, foi descrita por Engels no segundo prefácio à “*Contribuição ao problema da habitação*”, de 1887:

A Alemanha surgia tardiamente no mercado mundial. Nossa grande indústria teve início na década de 40 e recebeu o seu primeiro impulso na Revolução de 1848; não pôde desenvolver-se plenamente senão quando as revoluções de 1866 e 1870 varreram de seu caminho pelo menos os piores obstáculos políticos (MARX, ENGELS, 1980a: 113).

O governo desempenhou papel ativo no processo de desenvolvimento econômico através da implementação de um sistema de crédito e subsídios direcionado às indústrias pesadas, químicas

e elétricas, do investimento em institutos independentes e em universidades que desenvolviam pesquisas aplicadas aos setores industriais (como a de Berlim, Heidelberg, Bonn, Göttingen e Giessen), da ampliação da rede ferroviária e da construção de um sistema de transporte marítimo. Estas medidas produziram rápidos e eficientes resultados, transformando a Alemanha, em apenas algumas décadas, em um dos países mais industrializados do mundo.

Tal política se fez possível, entre outras razões, graças ao montante de cinco bilhões de francos pagos como indenização pelo governo francês, após a derrota de 1870. Como salienta Engels, no referido prefácio,

choviam sobre a Alemanha os bilhões franceses; o Estado pagou suas dívidas; construíram-se fortificações e quartéis e foram renovados os estoques de armas e munições; o capital disponível, assim como a massa de dinheiro em circulação, aumentaram de repente em enorme escala. E tudo isso exatamente no momento em que a Alemanha surgia na cena mundial não só como “Império unido”, mas também como um grande país industrial. Os bilhões deram um formidável impulso à jovem grande indústria; foram eles, sobretudo, que trouxeram depois da guerra um curto período de prosperidade, rico em ilusões e, imediatamente em seguida à grande bancarrota de 1873/1874, que demonstrou que a Alemanha era um país industrial já maduro para participar no mercado mundial (MARX, ENGELS, 1980a: 107).

Como resultado, somente entre os anos de 1893 e 1902 a produção industrial teve crescimento de 45% (GUSTAFSSON, 1975: 23). Todavia, o processo de industrialização induziu à predominância de grandes empresas. De acordo com Arno Mayer (1987: 30), como as grandes fábricas de capital intensivo - que aumentavam a eficiência marginal da mão-de-obra - exigiam uma escala de investimentos que ultrapassava as capacidades financeiras do empreendimento familiar, mesmo empresas de controle familiar converteram-se em postos avançados do capitalismo gerencial de corporações, originando uma burguesia de negócios dotada de uma perspectiva nacional e de laços crescentes com o governo e os bancos de investimento.

A concentração industrial levou à criação de poderosos cartéis em setores como o do aço, do carvão e das indústrias químicas, freqüentemente controlados por grandes bancos especializados em crédito - como o *Reichsbank*, *Diskonto*, *Dresdner*, *Darmstädter*, ou *Deutsche*, por exemplo -, que na prática agiam como *holdings*. Logo, o número de grandes empresas entre os anos de 1882 e 1907 aumentou em 221%, enquanto que, no mesmo período, as médias empresas aumentaram em 137% e as pequenas sofreram um aumento de apenas 8% (GAY, 1975: 20).

Do mesmo modo, o número de trabalhadores empregados em grandes empresas aumentou em 231%, em médias 162% e em pequenas 24% (GUSTAFSSON, 1975: 20). O número de trabalhadores ocupados em pequenas indústrias representava 59% do total em 1882; 47% em 1895 e 37% em 1907, tendo sofrido, contudo, um aumento em termos absolutos, passando de 4, 3 milhões para 5, 4 milhões de trabalhadores. Simultaneamente, o número de trabalhadores ocupados em médias empresas teria aumentado, em termos absolutos, de 1, 4 milhões para 3, 6 milhões, compreendendo, em 1882, 19% do total; 24% em 1895 e 25% em 1907. Já as grandes empresas concentravam, em 1882, 22% da mão-de-obra total, em 1895, 30% e em 1907, 37%, o que significava um impressionante aumento absoluto de 1, 6 milhões para 5, 4 milhões de trabalha-

dores.

A inigualável taxa de crescimento apresentada pela Alemanha nos anos 90 refletia não apenas a rápida expansão da produção industrial de bens de consumo e capital, mas também o florescimento do capital financeiro e a recuperação da produção agrícola, favorecida pela montagem de uma ampla rede de transporte ferroviário e pelo crescimento populacional.

O sucessor de Bismarck, o chanceler Georg Leo von Caprivi, manteve o alto nível de crescimento ao longo dos anos noventa, procurando equilibrar as tensões e conciliar os interesses dos grandes proprietários rurais (reunidos no *Bund der Landwirte* - criado em 1893) e dos capitalistas industriais. Contudo, Caprivi não obteve sucesso neste empreendimento, na medida em que se viu obrigado a apoiar as demandas de livre-comércio da burguesia industrial e financeira e a firmar acordos comerciais com oito nações européias - válidos por um período de doze anos - que incluíam a redução das tarifas de importação de grãos. Esta iniciativa reavivou o descontentamento dos grandes proprietários rurais provocando um racha entre os partidos que apoiavam o governo.

Com vistas à reconquista do apoio dos conservadores, foram promulgadas, em 1902, leis tarifárias que reduziam o imposto sobre a terra e forneciam crédito facilitado para proprietários de terra. Estas medidas geraram um aumento nos preços dos gêneros alimentícios, agravado devido à implementação de uma política protecionista em 1905. Como conseqüência, as eleições de 1903 representaram uma grande vitória para a social-democracia, que contou com o apoio das massas populares insatisfeitas. Este fato levou à dissolução do *Reichstag* e a convocação de novas eleições. Na nova assembléia de 1906, o bloco anti-socialista - composto por conservadores, nacionais-liberais, progressistas e anti-semitas - detinha a maioria dos assentos: 203 dos 397.

A mesma estratégia de conciliação entre a nobreza fundiária e a burguesia industrial e financeira foi aventada por Bernhard von Bülow, a partir de 1900, consubstanciada em sua tentativa de composição de um bloco formado por forças pró-governistas, como medida para conter os avanços da social-democracia. Assim como Caprivi, Bülow enfrentou uma série de problemas em manter o bloco liberal-conservador unido, o que culminou em sua deposição pelo Imperador em 1909.

Não obstante a sua divergência quanto à política tarifária, tanto os grandes proprietários de terras quanto as emergentes classes industriais foram extremamente beneficiados pelo progresso econômico do período, alcançando patamares inéditos de acumulação. Por outro lado, o processo de consolidação do capitalismo na Alemanha gerou um incremento no nível de insegurança de trabalhadores do campo e da cidade. Embora os índices de desemprego durante toda a década de 1890 tenham se mantido extremamente baixos - variando de 3 e 6% entre 1891 e 1895; e de 1 a 1,5% entre 1895 e 1900 (GUSTAFSSON, 1975: 23) - e a queda dos preços dos gêneros alimentícios tenha proporcionado um aumento relativo dos salários, recuperando o poder aquisitivo dos assalariados urbanos, isto não repercutiu na melhora no padrão de vida das classes trabalhadoras de maneira geral.

A ruína dos pequenos camponeses, iniciada com a dissolução do regime comunal e da rotação obrigatória dos cultivos, os impeliu, juntamente com os assalariados do campo, a engrossarem as fileiras do proletariado urbano. A retração do emprego no campo - que em 1871 concentrava até 60% dos trabalhadores (RODES, 1964, 381) -, ocasionada pela mecanização das técnicas de cultivo

e pela falência de pequenos proprietários, conduziu grandes contingentes populacionais para as cidades. Weber, em artigo intitulado “*Capitalismo e sociedade rural na Alemanha*”, procurou esclarecer esta tendência:

Quanto mais a indústria alemã crescia no oeste, até atingir seu volume presente, tanto mais a população sofria uma enorme modificação; a emigração alcançou seu auge no leste alemão, onde apenas senhores e servos existiam em distritos demasiado amplos e dos quais os trabalhadores agrícolas fugiam, buscando livrar-se do isolamento e da dependência patriarcal, seja atravessando o oceano para os Estados Unidos, seja para o ar fumarento e poeirento, mas socialmente livre, das fábricas alemãs (WEBER, 1974: 111).

Com efeito, enquanto os postos de trabalho na indústria e no comércio aumentaram, no campo a situação foi inversa. Em 1895, 36% dos trabalhadores trabalhavam na agricultura, quase 40% na indústria e 12% nas áreas de comércio e comunicação, sendo o restante dividido entre funcionários do governo ou outros serviços.

O êxodo rural somado à queda das taxas de mortalidade e à diminuição da emigração acarretou um considerável crescimento populacional urbano. Entre 1871 e 1890 a população alemã aumentou de 41 milhões para mais de 49 milhões. Em 1900 chegou a mais de 56 milhões e em 1910 atingiu 64 milhões - apesar da emigração de mais de 2 milhões de alemães (RODES, 1964: 381). Assim, o número de grandes cidades alemãs em 1890, comparado ao início da década de 50, dobrou, além de suas populações terem triplicado de tamanho.

A concentração populacional nas grandes cidades determinou a criação de novas tarifas, o aumento no custo de vida (decorrente principalmente da alta nos preços dos grãos) e o agravamento da questão habitacional. Engels - que já havia analisado este mesmo processo em “A situação da classe operária na Inglaterra”, escrito em 1844 - nos apresenta um panorama dos efeitos da concentração urbana em uma série de três artigos escritos entre 1872 e 1873, publicados no *Volkstaat* sob o título “*Contribuição ao problema habitacional*”:

A época em que um país de antiga cultura realiza essa transição - além do mais, acelerada por circunstâncias tão favoráveis - da manufatura e da pequena produção à grande indústria, acontece ser também uma época de “penúria da habitação”. Por um lado, massas de operários rurais são atraídas subitamente para as grandes cidades, que se convertem em centros industriais; por outro lado, o traçado daquelas velhas cidades já não corresponde às condições da nova grande indústria nem ao seu grande movimento; as ruas são alargadas, abrem-se novas ruas, as ferrovias passam por elas. No momento mesmo em que os operários afluem em grande número às cidades, as habitações são destruídas em massa. Daí a repentina penúria de habitação para o operário, o pequeno comerciante e o artesão, que dependem da clientela operária (MARX, ENGELS, 1980a: 107).

A afluência repentina para as grandes cidades e o agravamento das condições sociais da classe trabalhadora são vistos por Engels como conseqüências necessárias do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Deste modo, a escassez da habitação, o aumento no preço dos aluguéis, a aglomeração e superlotação de inquilinos, as precárias condições sanitárias,

o ambiente insalubre dos bairros operários (focos de epidemias de cólera, tifo, febre tifóide e varíola) e o deslocamento dos bairros operários do centro para a periferia não poderiam ser remediados através de reformas sociais pontuais, meros paliativos alentados pelo socialismo burguês e pequeno-burguês que não alterariam a base fundamental da ordem social capitalista (Marx, Engels, 1980a: 116).

Enquanto as condições da classe operária nas cidades se agravavam, no campo a situação não era muito diferente. A miséria crescente dos pequenos camponeses e o avanço da moderna indústria alemã compeliram para que fosse estendida continuamente a indústria a domicílio rural (Marx, Engels, 1980a: 111). Desta forma, cada vez mais os pequenos camponeses encontrar-se-iam em situação mais caótica, recorrendo a agiotas na esperança de salvarem sua propriedade. Conforme observou Engels,

Vemos aqui claramente como, o que numa etapa anterior era a base de um bem-estar relativo dos operários - a combinação do cultivo e da indústria, a posse de uma casa, de uma horta e de um sítio, a segurança de uma habitação - hoje, sob o reinado da grande indústria, converte-se não somente na pior das cadeias para o operário, mas também na maior desgraça para toda a classe operária, na base de um descenso sem precedentes do salário abaixo de seu nível normal. E isso não apenas em alguns ramos da indústria ou em regiões isoladas, mas em escala nacional (Marx, Engels, 1980a: 113).

Para Engels, a precária condição de vida existente no campo poderia levar principalmente os assalariados rurais a apoiarem a causa proletária. Deste modo, caberia à social-democracia despertar a sua consciência de classe e incorporá-los ao movimento, pois “no dia em que a massa de operários agrícolas aprender a ter consciência de seus próprios interesses será impossível existir na Alemanha um governo reacionário, seja feudal, burocrático ou burguês” (Marx, Engels, 1980a: 197).

Cabe ressaltar que, ao contrário de Engels, que destacara a tendência ao declínio da pequena propriedade rural, Weber alegou que haveria uma “superioridade econômica” do pequeno agricultor sobre a agricultura de larga escala, devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho e à adaptabilidade às exigências do mercado local (WEBER, 1974: 104). Isto determinaria, portanto, a sobrevivência e prosperidade das pequenas propriedades rurais e manufaturas, mesmo diante do desenvolvimento das produções em larga escala. Weber, portanto, desconsiderou o argumento de Engels de que a conservação das pequenas propriedades rurais se deu às custas do empobrecimento e precarização da situação destes proprietários.

Como é possível constatar, a peculiar conjuntura econômica, política e social dos fins do século XIX e início do século XX proporcionou condições favoráveis à expansão do movimento operário alemão. Sua independência em relação às classes burguesas - aliadas ao governo semi-autocrático -, o desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades, combinados à elevação no nível de instrução dos trabalhadores urbanos e o contato com um farto volume de materiais fornecidos pela imprensa socialista, foram fatores importantes para os extraordinários avanços do Partido Social-Democrata Alemão nos marcos da emergente sociedade capitalista.

Assim, o patente avanço industrial alemão possibilitou a constituição de “um poderoso exército do proletariado” que, de acordo com Engels, estaria “incessantemente em progresso, crescendo

dia a dia em número, organização, disciplina, clarividência e certeza da vitória” (Weber, 1974: 99). Já em 1892, Engels anunciava entusiasticamente:

Os progressos alcançados aqui há vinte e cinco anos não têm precedentes. O movimento operário alemão avança a uma velocidade acelerada. E se a burguesia alemã tem dado provas de sua ausência lamentável de capacidade política, de disciplina e perseverança, a classe operária da Alemanha demonstrou que possui em grau extraordinário todas essas qualidades. (...) No ponto em que se acham as coisas, será despropositado pensar que a Alemanha venha a se tornar também o cenário do primeiro grande triunfo do proletariado europeu? (Weber, 1974: 302).

A suplantação das dissidências internas entre lassalleanos e marxistas e a conjugação de forças na criação de um novo partido - cujos princípios encontravam-se definidos no Programa de Gotha - dotado de uma única direção e organização, malgrado suas contradições latentes, favoreceram o trabalho de propaganda e cooptação, trazendo para as fileiras da social-democracia parte significativa dos proletários urbanos, principalmente aquela formada pelos residentes nas grandes cidades.

Contudo, o persistente e ordenado esforço de difusão do socialismo e da promoção da luta de classes enfrentava inúmeros e relevantes obstáculos. O primeiro desafio a se impor à social-democracia consistia justamente na mobilização dos trabalhadores e na formação de sua consciência de classe. Como aponta Adam Przeworski em seu livro “*Capitalismo e social-democracia*”, o processo de auto-educação e construção de sua solidariedade de classe era dificultado pela fragmentação e concorrência presentes entre os próprios trabalhadores. Repetindo o célebre argumento já esboçado por Kautsky e Lênin, o autor destaca a importância do partido para a superação das particularidades e fracionamentos internos da classe operária, de modo a propiciar a adesão dos trabalhadores ao socialismo:

Os operários individuais, bem como os relacionados a uma firma ou setor específico, têm um poderoso incentivo para lutar por seus interesses particulares em detrimento de outros operários na ausência de alguma organização - sindicato, partido ou Estado diretamente - com poderes para impor a disciplina coletiva. Portanto, para superar a competição, os operários precisam organizar-se como uma força coletiva (PRZEWORSKI, 1999: 35).

Sob este prisma, a transformação da “classe em si” em “classe para si”, o despertar dos trabalhadores para sua missão histórica e o desenvolvimento de suas potencialidades revolucionárias exigiam, portanto, um longo e demorado processo de aprendizagem e organização. Ao partido caberia o papel de incitar a coesão, a combatividade e a identificação dos trabalhadores com sua classe, suscitando a modificação de seu comportamento político. Assim, através da agitação política os social-democratas esperavam atrair a atenção das camadas de operários mais amplas e mais atrasadas para as questões políticas e sociais, associando a luta econômica contra o patronato e o governo à luta política.

A fim de estimular o ímpeto revolucionário das massas trabalhadoras fazia-se igualmente necessário combater a influência ideológica exercida pelas instituições controladas pelas classes dominantes, como a escola, o exército e as associações sindicais de caráter burguês e pequeno-

burguês. A criação de sindicatos desatrelados à política conservadora e assistencialista do governo foi, portanto, um dos pontos cruciais na luta pela superação da reificação das relações sociais e das ilusões quanto às possibilidades proporcionadas por um Estado social e de direito. Com efeito, os Sindicatos Livres - que, norteados pelos ideais da social-democracia, visavam minar a resistência ao socialismo e a desatenção em relação à política - tiveram um crescimento estrondoso no final do século XIX, reunindo cerca de 90.000 trabalhadores em 1888, 294.000 em 1893, 680.000 em 1900 e 2.500.000 em 1914 (GUSTAFSSON, 1975: 21). Ademais, a base social - composta principalmente por mineiros, metalúrgicos e trabalhadores das indústrias de construção, transportes, tecidos e madeiras (ELEY, 2005: 99-102) - e a estrutura centralizadora dos sindicatos de massa permitiam a coordenação e a vinculação entre estes e o Partido Social-Democrata.

Não obstante a incrível expansão dos Sindicatos Livres, estes ainda enfrentavam a forte concorrência das sociedades de artesãos (gráficos, carpinteiros, pedreiros, luveiros, ferreiros, moldadores, etc.) e de associações profissionais localistas e religiosas. Na Alemanha, as condições decorrentes da unificação política e territorial do Império - composto pela anexação e incorporação de trinta e seis Estados - suscitaram a formação de inúmeras minorias nacionais. A diversificação cultural, étnica e religiosa deu origem a pequenos partidos e organizações sindicais de alcance local ou regional que representavam um sério empecilho ao avanço da social-democracia.

A dificuldade em conquistar os votos dos católicos em Estados como a Renânia, a Baviera e a Prússia (particularmente na Silésia e na Westfalia), além das cidades industriais do Ruhr, era patente. A influência do “catolicismo social”, principalmente entre camponeses e membros das classes médias baixas, resultou na formação de variadas associações assistencialistas de caráter religioso. Nas regiões católicas foram criadas organizações abertamente hostis aos socialistas como o *Volksverein für das katholische Deutschland*, cuja sede era situada em München-Gladbach.

Os inumeráveis *Arbeitervereine* católicos, sob o controle de clérigos, e os sindicatos cristãos (*Christliche Gewerkschaften*), organizados em uma União Geral, condenaram em seu congresso de 1899 a doutrina da luta de classes e defenderam a associação do trabalho e do capital sobre uma base profissional, em consonância com as diretrizes oficiais da Igreja. Embora a Encíclica *Rerum Novarum*, enunciada pelo Papa Leão XIII em 1891, criticasse os excessos do liberalismo econômico, condenava o socialismo e os sindicatos, exortando a classe trabalhadora a não aderir a greves e a revitalizar corporações artesanais como forma de enfrentar os abusos do capitalismo. A criação do Partido do Centro (*Zentrumspartei*) em 1870 e a amenização da *Kulturkampf* na década de 80 permitiram que os católicos pudessem levar adiante uma política no *Reichstag* até certo ponto independente, ora constituindo o “bloco azul e negro” - através da aliança com os conservadores - ora integrando o “bloco vermelho e negro” - contando com o apoio de social-democratas.

Tal como os católicos, os protestantes também criaram suas organizações próprias. A sudoeste da Alemanha o “protestantismo social” do *Deutsche Protestantenverein* proliferou. Associações mais conservadoras e dogmáticas foram criadas no final da década de 1880, como o Partido Social Cristão, liderado pelo pastor Adolf Stöcker. Marcado por idéias anti-semitas este “movimento cristão-social” (*christlich-sozial*), de base pequeno-burguesa, opunha-se a judeus, progressistas e social-democratas, em nome da defesa de valores cristãos e germânicos. Em seu programa de

1892 demandavam a luta incondicional contra os social-democratas - considerados inimigos do Estado - e o sufrágio universal.

Além dos fatores profissionais, nacionais e religiosos, a desarticulação dos trabalhadores ainda era agravada pelo sistema político e eleitoral vigente na Alemanha. Cada Estado do Império possuía sua própria Constituição e determinava os limites da atuação política legal. A Constituição da Prússia, outorgada em 1850, estabelecia, por exemplo, o “sistema das três classes” nas eleições para o Parlamento local (*Landtag*), segundo o qual os eleitores (exclusivamente do sexo masculino) eram divididos de acordo com o montante de impostos pagos.

Não bastassem as distorções provocadas por este sistema, o voto era indireto e aberto, o que dava margem a fraudes e à corrupção, além de enfraquecer a posição política dos social-democratas, que se viam obrigados a apoiar liberais e católicos no segundo turno das eleições. A política de alianças, contudo, era repudiada pela maioria do SPD, pois implicaria a assunção de compromissos que poderiam comprometer o caráter proletário do partido.

Se em alguns Estados os social-democratas encontravam grandes dificuldades para a participação no Parlamento local, no âmbito federal realizaram grandes conquistas nas eleições para o *Reichstag*, cujos membros eram eleitos em eleições diretas, por sufrágio masculino (aos maiores de 25 anos), e cumpriam um mandato de 5 anos. Mesmo durante a vigência da legislação proibitiva os resultados obtidos pelo SPD eram impressionantes.

Apesar da intensa e permanente vigilância e intervenção do governo, a social-democracia manteve sua trajetória ascendente, ganhando cada vez mais espaço no cenário político germânico. Já em 1890, o SPD conseguiu superar o número de votos recebidos por todos os demais partidos: o *Zentrumspartei* católico, o *Volkspartei* (composto por liberais de esquerda), o *Nationalliberale Partei* (integrado por liberais de direita e conservadores), o Partido Conservador (composto por *Junkers* prussianos e nacionalistas que reivindicavam tarifas protecionistas), o Partido Conservador Independente (que, além de proprietários de terras, reunia industriais e capitalistas do Ruhr) e o *Reichspartei*.

Cabe ressaltar que as eleições para o *Reichstag* baseavam-se em circunscrições distritais já obsoletas em termos de representação populacional. Como consequência, os distritos agrícolas - onde predominava a influência dos católicos e de conservadores - continuavam a deter grande peso político, apesar do crescimento das grandes cidades. Apesar do prejuízo causado pela defasagem do sistema de representação eleitoral - baseado no censo realizado ainda na década de 1860 - a social-democracia avançava a olhos vistos.

A revogação da legislação anti-socialista em setembro de 1890 e o arrefecimento da repressão praticada pelo exército e pela polícia permitiram aos social-democratas aperfeiçoarem e expandirem sua organização e repensarem sua tática política de pura oposição e isolamento em relação a outros partidos. Tal tática incluía a oposição sistemática ao governo mediante a rejeição dos créditos solicitados pelo governo e a recusa a apresentar candidatos a cargos parlamentares - o que ocorreu efetivamente em 1912, quando Scheidemann ocupou o cargo de vice-presidente do Parlamento.

Por fim, podemos compreender, através da análise do processo de industrialização em curso na Alemanha na transição do século XIX para o XX, a rearticulação de forças nas dimensões

política e social, que propiciaram um novo espaço para a construção de um movimento operário forte e independente, que ocupasse um papel de destaque no plano internacional. Deste modo, a impressionante expansão das associações partidárias e sindicais dos trabalhadores, não somente em termos de número de adesões, mas igualmente em relação à sua estrutura organizacional, levou o Partido Social-Democrata Alemão a tornar-se um influente e poderoso modelo para outros partidos socialistas da Europa.

BIBLIOGRAFIA

COLE, George Douglas Howard. *Historia del pensamiento socialista: la segunda internacional: 1889-1914*. México: Fondo de Cultura Economica, v.1, 1959.

DROZ, Jacques. *Histoire générale du socialisme* - tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

_____. *Europa: restauracion y revolucion 1815-1848*. Madrid: siglo veintiuno, 1988.

ELEY, Geof. *Ferjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GAY, Peter. *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press, 1970.

GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y revisionismo: la critica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. México: Grijaldo, 1975.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JOLL, James. *La Segunda Internacional*. Movimiento obrero 1889-1914. Barcelona: Icaria, 1976.

LASSALLE, Ferdinand. *Manifesto operário e outros textos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

LOUREIRO, Isabel M. *A Revolução Alemã, 1918 - 1923*. São Paulo: UNESP, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.2, 1980a.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.3, 1980b.

MARX, Karl; ENGELS, F; LENIN, V. I. *Critica do Programa de Gotha, Critica do Programa de Erfurt e Marxismo e Revisionismo*. Porto: Portucalense, 1971.

MAYER, Arno J. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMANOSK, Marcelo. “A poderosa indústria química alemã”. *In: Desvendando a história*. Ano 1, n.6. São Paulo: Escala educacional, 2005, p.35-43.

RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000.

RODES, John E. *Germany: a history*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1964.

SCHORSKE, Carl E. *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, 1972.

STONE, Norman. *La Europa transformada 1878-1919*. Madrid: siglo veintiuno, 1985.

WEBER, Max. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

**A história do caminho tomado pelos resíduos sólidos urbanos em
Uberlândia (MG - BRASIL): coleta seletiva, aterro sanitário
e os catadores de materiais recicláveis**

Resumo

Graduanda em Geografia
pela Universidade Federal
de Uberlândia. Bolsista
FAPEMIG/UFU.
dbelo15@yahoo.com.br

O presente artigo analisa o destino dado para os resíduos sólidos urbanos no município de Uberlândia paralelamente à história dos diversos programas já criados para a diminuição dos mesmos. Discute-se as políticas públicas que podem ser realizadas pelo município e por órgãos privados, para a obtenção de novos meios para reduzir a quantidade de resíduos para a disposição final. Propondo uma maior participação da sociedade nas decisões para diminuir a quantidade desses dejetos, através da Educação Ambiental. A exigência de uma maior participação da sociedade assumindo um papel mais decisivo, questionador fica em falta se refletirmos na ausência de empreendimento dos poderes públicos que não incentivam a implementação desta nova forma de pensar a partir da educação ambiental. Os principais benefícios de programas de reciclagem são as coletas seletivas que diminuem a quantidade de resíduos sólidos produzidos nos centros urbanos, tendo como “agentes” mais atuantes os catadores de materiais recicláveis.

Palavras-chave: Reciclagem. Uberlândia. Resíduos.

Abstract

The work tells together on the destination given for the urban solid residues in the city of Uberlândia with the history of the diverse programs already created for the reduction of the same ones. It argues the public politics that can be carried through by the city and private agencies, for the attainment in new ways to diminish the amount of residues, for the final disposal in the aterros. Considering a bigger participation of the society in the decisions to diminish the amount of these dejections, through the Ambient Education. The requirement of a bigger participation of the society assuming a more decisive, questionador paper is in lack if to reflect in the

absence of enterprise of being able them public that they do not stimulate the implementation of this new form to think from the ambient education. The main benefits of recycling programs are the selective collections that diminish the amount of produced solid residues in the urban centers, having as “more operating agents” the catadores of materials you recycle.

Key-words: Recycling. Uberlândia. Residues.

“Após a Revolução Industrial, a urbanização se intensificou em todo o planeta, a ponto de ser considerada por alguns cientistas como a transformação social mais importante de nosso tempo” (SACHS, 1986, apud FIGUEIREDO, 1994: 129). Em países subdesenvolvidos como o Brasil o processo de urbanização veio acompanhado por uma decadência nos padrões de vida, resultado de um êxodo rural onde as oportunidades de emprego e de melhores condições de vida pareciam estar nos centros urbanos.

O capitalismo e a industrialização geraram impactos ambientais antes nunca vistos pela humanidade. As fábricas ocuparam o lugar dos produtos artesanais, gerando a necessidade de grandes quantidades e vários tipos de matérias primas oriundas de várias partes do mundo. Essa massificação da produção fez com que surgissem diversos tipos de poluentes como vapores químicos, esgotos industriais e resíduos, transformações inimagináveis para a sociedade pré-industrial (MINC, 1998).

O exame do processo de urbanização pelo qual o Brasil atravessa é importante, tanto para a percepção da dinâmica dos resíduos urbanos, quanto para a representação dos prováveis e/ou possíveis quadros, com os quais nos encontraremos futuramente, relativos à questão FIGUEIREDO (1994). Foi apenas no decorrer dos últimos 20 anos que se iniciaram no Brasil os programas de reciclagem e coletas seletivas que visam à diminuição da quantidade de “lixo” nos municípios

Por intermédio do Programa Nacional de Reciclagem (PRONAR), uma iniciativa do governo que não saiu do papel, se iniciou o interesse pelas vantagens que poderiam advir do lixo (FRANCO, 2000).

De fato, os resíduos se transformaram em graves problemas urbanos e ambientais com um gerenciamento oneroso e complexo. A escassez de área de deposição de resíduos causada pela ocupação e valorização de áreas urbanas, os altos custos sociais no gerenciamento de resíduos, problemas de saneamento público e contaminação ambiental são alguns destes problemas (JOHN, 2000; GÜNTHER, 2000; PINTO, 1999 apud JOHN; ÂNGULO; AGOPYAN, [200-]: 1).

Para tratar deste assunto de forma mais coerente, é preciso fazer uma distinção entre lixo e resíduos sólidos. Segundo GRIMBERG (2004) lixo são restos de alimentos, embalagens descartadas, objetos inservíveis misturados e seu destino deve ser na melhor das hipóteses, o aterro. Quando

separamos o lixo em materiais secos e úmidos, passamos a ter resíduos reaproveitáveis ou recicláveis. Tudo aquilo que não pode ser reaproveitado e reciclado é o que denominamos rejeito.

Segundo ZANETI e SÁ (2000), o Estado exerce função reguladora em defesa do meio ambiente; podemos observar que existem políticas públicas que tentam traçar o melhor caminho para os resíduos sólidos;

Essa função se refere, basicamente, à criação de instrumentos legais que definam as bases de políticas públicas adequadas à gestão ambiental. No que diz respeito à legislação sobre resíduos sólidos domiciliares, existem mais de 50 instrumentos legais tratando de múltiplos aspectos do gerenciamento dos resíduos, incluindo preocupações com o controle da poluição, a preservação dos recursos naturais e a ocupação do solo urbano. São tratados internacionais, leis, resoluções, decretos e portarias. No Brasil, compete à União o disciplinamento geral da matéria, e aos municípios e ao Distrito Federal o estabelecimento de regras específicas (ZANETI e SÁ, 2000: 2).

ZANETI e SÁ (2000) argumentam que é responsabilidade do poder público promover debates com a sociedade para que se consolidem as políticas públicas voltadas para questões ambientais e sociais, ou seja, é preciso envolver em um só objetivo a sociedade civil e o poder público. A participação, organização, comunicação e mobilização da sociedade e das instituições envolvidas é de fundamental importância.

É necessário que os centros urbanos desenvolvam ações através dos organismos governamentais, e não governamentais que visem à mudança da conjuntura da atual disposição dos resíduos sólidos urbanos nos municípios. O ideal seria que as políticas públicas não seguissem o interesse de órgãos privados, mas sim do conjunto da sociedade.

As congregações sociais que participam das políticas públicas que zelam pelos resíduos sólidos urbanos devem ser entendidas não apenas como uma simples busca da concordância da população a modelos pré-estabelecidos, mas como uma verdadeira integração e comprometimento da comunidade no processo de gestão destes programas de reciclagem (ZANETI e SÁ, 2000).

As práticas da gestão pública são muito importantes para solucionar os problemas referentes ao destino final dos resíduos sólidos. É importante observar que a responsabilidade para com a limpeza do município está ligada diretamente a determinadas divisões do poder municipal. Porém a participação da comunidade para a solução destas questões é praticamente nula. Se as relações entre poderes públicos e sociedade forem fortalecidas os programas de coleta seletiva nos centros urbanos poderão vingar e quem sabe até dar margem para o surgimento de novas alternativas mais eficazes.

O presente texto tem como objetivo analisar uma parte da história dos caminhos tomados pelos resíduos sólidos no município de Uberlândia, bem como entender alguns mecanismos que têm por objetivo diminuir a quantidade desses resíduos. Pretende-se também relatar o destino dos dejetos sólidos em Uberlândia, logo após serem descartados pela população, e demonstrar algumas políticas públicas, que podem ser tomadas pelo município e por órgãos privados, que levem à aquisição de novos programas que contribuam para a redução da quantidade de resíduos.

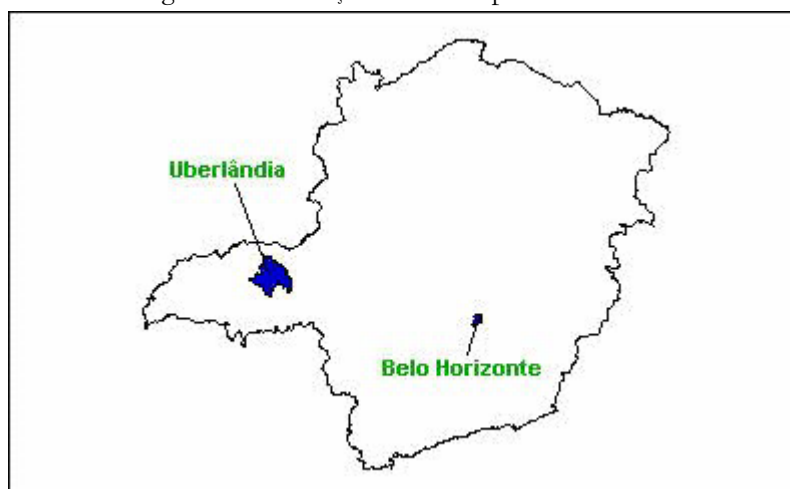
A metodologia utilizada para a realização do trabalho seguiu as seguintes etapas: uso do levantamento bibliográfico em revistas jornais; livros; Internet; observação e estudo dos processos

de coleta seletiva, desencadeados com o decorrer dos anos no município. Foi utilizado também registro fotográfico, componente que ajudou a ilustrar e explicar o trabalho. Posteriormente à aquisição de dados foi feita a redação do artigo.

Histórico de Uberlândia

O município de Uberlândia possui terras bastante férteis, o que garante uma boa produção agrícola que transforma o município em um importante pólo industrial e comercial em diversos os ramos. A população de Uberlândia é estimada em 585.262 mil habitantes distribuídos em 4.116km, onde 219.00 km é área urbana (IBGE, 2006).

Figura 1: Localização do Município de Uberlândia



Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Sem escala. Acesso em fev de 2006.

A média de crescimento do município é estimada em 3,89% ao ano, o que supera a média de crescimento brasileira. É sede do maior centro atacadista-distribuidor da América Latina, devido ao fato de gozar de uma localização vantajosa no continente e servir de ponto de escoamento de diversos tipos de mercadorias, não apenas para a região, mas para todo o país, atingindo 10 mil diferentes localidades (ALMG, 2006).

Uma vez que o município é bastante desenvolvido tanto economicamente quanto espacialmente, inferimos que a quantidade de resíduos produzidos é enorme. O que fazer com estes resíduos é um problema não só de Uberlândia, mas também das grandes e médias cidades de todo mundo.

Educação Ambiental

A maior parte da população mundial vive nas cidades. A partir disso podemos observar o desenvolvimento do aviltamento do meio em que vivemos. Isso gerou uma crise ambiental, que nos obrigou a examinar as atitudes a serem tomadas em relação ao meio ambiente. Torna-se essencial tratar o tema ambiental no sentido de se discutir o incipiente processo de análise da sociedade e das práticas de conservação existentes, pois é de extrema importância que exista uma nova racionalidade na forma de se pensar o espaço onde a natureza e sociedade possam se articular.

Pensar sobre a questão ambiental abre caminho para uma nova gestão das agremiações que se mobilizam para compreender a Educação Ambiental (EA), ou seja, uma mobilização em torno de um processo educativo claro e envolvido com o desenvolvimento sustentável que poderia incluir até mesmo uma possível interdisciplinaridade de conhecimentos. Podemos então questionar a importância e as proposições que rondam as mentes dos atores sociais contemporâneos, mudando assim sua forma de pensar a partir de implementação de conhecimentos e práticas de educação.

A exigência atual de uma maior participação da sociedade que deve assumir um papel mais decisivo e questionador não se cumpre, e tal fato deve ser entendido a partir de uma reflexão sobre a ausência de empreendimento dos poderes públicos que não incentivam a implementação desta nova forma de pensar a partir da educação ambiental. Prevalece uma postura de subordinação e desobrigação por parte da população, decorrente da falta de informação, consciência ambiental e de uma nítida carência de rotinas gregárias na participação e envolvimento dos cidadãos, apresentando uma nova cultura de direitos ambientais e sociais que possam ser promovidos pela educação ambiental.

De acordo com ZANETI e SÁ (2000) na época da Rio/92 foram produzidos três documentos importantes para a validação da Educação Ambiental, são eles: Agenda 21 (elaborada pelos chefes de estado), o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (elaborado pelo Fórum Global, realizado paralelamente por ONGs de todo o mundo) e a Carta Brasileira de Educação Ambiental (elaborada pela coordenação do MEC).

Entretanto, antes disto havia surgido a idéia de “desenvolvimento sustentável” que se iniciou com o Relatório de Brundtlandt (1987). Este relatório chamava a atenção para uma nova posição da conduta humana em relação à preservação do meio ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável não se refere apenas ao estudo dos seres vivos e o meio, mas também aos processos comunitários levando em conta a economia, tecnologia e política, o que possibilita o entendimento da degradação imposta. O desenvolvimento sustentável constitui uma melhoria para as condições do meio ambiente.

Esses processos comunitários são de grande importância para a resolução do problema do destino tomado pelos resíduos sólidos produzidos nos grandes e médios centros urbanos, no entanto, a responsabilidade está diretamente ligada à administração municipal. Todavia sabemos que as relações entre políticas públicas e práticas sociais seriam melhor desenvolvidas se a educação ambiental e a comunicação fossem mais efetivas. As questões relativas ao meio-ambiente (como é o caso da disposição final do “lixo” em grandes centros urbanos) podem abranger movimentos populares e organizações não-governamentais.

Reciclagem

A reciclagem é a finalização de vários processos pelos quais passam os materiais que seriam descartados. Apenas após a coleta, separação e processamento, esses resíduos poderão ser reutilizados na composição de outros materiais. O acúmulo de dejetos e a exploração da natureza é uma constante preocupação. A reciclagem torna-se importante no que diz respeito à diminuição

dessas duas práticas.

A reciclagem pode ser definida como sendo um conjunto de procedimentos que possibilita a recuperação e a reintrodução no ciclo produtivo de resíduos das atividades humanas como matérias-primas e/ou insumos de processos industriais, visando à produção de novos bens, idênticos ou similares aqueles que se originaram aos referidos resíduos (ALVEZ, 2003: 22).

Os dejetos são reaproveitados e recolocados na produção de vários tipos de materiais e grosseiramente podemos dizer que a reciclagem é um ciclo de reaproveitamento e reutilização, contudo não podemos nos esquecer que a reciclagem utiliza várias técnicas e atividades (industriais e artesanais, centrais de triagem e usinas de compostagem e etc).

No entanto existem algumas dificuldades, geradas pela falta de critérios de funcionamento, relacionadas à determinadas técnicas que podem ser observados em vários municípios. Um exemplo deste mau funcionamento é a degradação causada por queima de resíduos. Por isto é importante que a população se conscientize da importância da reciclagem que tem por objetivo a proteção do meio ambiente e a redução do desperdício. Como exemplos de materiais recicláveis podem-se citar:

- Jornais, revistas, formulários contínuos, folhas de escritório, caixas, papelão, etc.
- Garrafas, copos, recipientes.
- Latas de aço e de alumínio, clipes, grampos de papel e de cabelo, papel alumínio.
- Garrafas de refrigerantes e água, copos, canos, embalagens de material de limpeza e de alimentos, sacos.

Coleta Seletiva

De acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE, 1999) a coleta seletiva de dejetos é um sistema de recolhimento de materiais recicláveis tais como papéis, plásticos, vidros, metais e orgânicos, previamente separados na fonte geradora. Estes materiais, após um pré-beneficiamento, são vendidos às indústrias de reciclagem ou aos sucateiros. O autor ainda coloca que a coleta seletiva é parte integrante de um projeto de reciclagem.

A coleta seletiva de resíduos é uma solução indispensável, pois permite a redução da quantidade de lixo que se destinará para aterros sanitários (como é o caso de Uberlândia). O fundamento central da Coleta Seletiva é a separação, pela população, dos materiais recicláveis. A população também deve ser orientada para a divisão dos recicláveis em diferentes recipientes, de acordo com o tipo de material, entretanto essa não é a única maneira de se estabelecer um programa de coleta seletiva.

Sabemos que existem diversas formas de se coletar os resíduos sólidos dos domicílios urbanos. Por isso se integrarmos essas diversas formas de coleta seletiva em um único programa, os resultados podem ser mais visíveis (Compromisso Empresarial para Reciclagem - CEMPRE, 1999). Ainda segundo o CEMPRE as formas de coleta seletiva podem ser: coleta seletiva porta a porta, onde os

moradores colocam os materiais a serem reciclados em suas calçadas (o mais comum são os moradores fazerem as separações entre lixo úmido e lixo seco); coleta seletiva voluntária onde são usados contêineres em determinados pontos onde a população pode espontaneamente depositar o material em seu determinado recipiente, de acordo com a cor corresponde ao material. A cor verde identifica o local para vidros, recipiente azul para papel, o vermelho para plásticos, amarelo para resíduos de metais e a cor cinza indica o recipiente para o “lixo molhado” ou seja, orgânicos. Postos de recebimento/troca que muitas das vezes são afastados dos centros urbanos.

Podemos citar também os catadores de materiais recicláveis que vivem marginalizados da sociedade e são responsáveis pela catação de diversos materiais, apesar de receberem muito pouco em troca do que fazem.

Programa Coleta Solidária

O projeto “Coleta Solidária” da Prefeitura Municipal de Uberlândia, implantado no final do ano de 2003, permitia uma destinação correta do lixo evitando a poluição do meio ambiente, além da inclusão dos catadores de material reciclável, uma vez que, durante um período do projeto, os cooperados da Cooperativa Recicladora de Uberlândia (CORU) ajudaram no processamento dos materiais recolhidos.

O programa consistia basicamente na separação, pelos moradores, dos recicláveis que depois eram recolhidos pelos caminhões da Prefeitura Municipal. A separação que o morador fazia consistia em separar o lixo orgânico do lixo seco. Segundo o Banco de Dados Integrados (BDI) de 2005 o programa era uma tentativa de reduzir a quantidade de resíduos que estavam sendo despejados no aterro Sanitário Municipal. Com isso se iniciaram os projetos Coleta Solidária e Tapuirama Recicla (Parceria entre a Universidade Federal de Uberlândia - UFU, A União Educacional de Minas Gerais - UNIMINAS e a Prefeitura de Uberlândia).

São dois os projetos voltados para a questão da reciclagem de restos sólidos advindos das atividades urbanas do município de Uberlândia. Ainda segundo o BDI as áreas que o Projeto Coleta Solidária atinge são as dos seguintes bairros: Cidade Jardim, Morada da Colina I e II, Jardim da Colina, Altamira II, Patrimônio, Copacabana, Setor Omega, Nossa Senhora da Abadia, Karaíba, Jardim Inconfidência, Jardim Indaiá, Jardim das Acácias, Itapema Sul, Vigilato Pereira, Vila Povoá, Jardim Nosso Recanto e Daniel Fonseca.

Ainda no ano de 2003 foi pormenorizada a qualidade econômica e rendosa do lixo de Tapuirama, através de análises quantitativas e qualitativas do material que era coligido no Distrito, e se chegou à proposição que seria transitável a separação do material em três tipos, reciclável, orgânico e rejeito. O reciclável é arrecadado por voluntários do distrito que conservam este material em uma área da prefeitura até que se viabilize em quantidade o meio de condução para Uberlândia, onde o material é vendido e o dinheiro é dividido entre as pessoas que facilitaram o seguimento.

O rejeito e o orgânico são conduzidos para o Aterro Sanitário Municipal por um caminhão com caçamba distinta para os dois tipos de resíduos. Ao chegar ao aterro o fragmento é guiado para o terreno de compostagem e a parcela de rejeitos é dirigida para o aterramento (BDI, 2005).

Porém já no ano de 2005 o Programa Coleta Solidária chegou ao seu fim, acredita-se que pela não adesão da comunidade, o que fez com que os resultados esperados não surgissem, mas o programa de coleta seletiva como um todo - sem denominações específicas - ainda possui algumas ações dentro do município.

Os catadores de materiais recicláveis: cooperativa de Reciclagem de Uberlândia (CORU) e Associação dos Catadores de Papel (ASCAPEL)

Em Uberlândia existem aproximadamente 2.500 catadores de materiais recicláveis (Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Uberlândia 2004 apud FERREIRA, 2004) e esses trabalhadores desenvolvem um papel importante na redução da quantidade de resíduos sólidos. Observamos no município duas tentativas de organização desta população.

Em Uberlândia segundo JESUS (2004) a coleta feita por catadores surgiu na década de 1980 como uma possibilidade de sobrevivência em consequência da diminuição dos fretes. Até então o número de compradores era muito pequeno e na década de 1990 os materiais recicláveis passaram a ser negociado pelo Butelão.

Porém no início do ano 2000 apareceram na cidade vários depósitos compradores de materiais recicláveis. FIGUEIREDO (1994) lembra que nunca houve uma preocupação em se estabelecer políticas com relação à geração de resíduos urbanos e o destino final destes resíduos, o que existe são apenas iniciativas privadas, isoladas e limitadas. Segundo o autor,

Na realidade, por trás de toda a movimentação dos resíduos urbanos, desde a coleta até sua disposição final, encontra-se uma complexa rede operacional extra-oficial de grande importância para a manutenção da dinâmica dos resíduos urbanos. Nos grandes centros urbanos, milhares de pessoas, direta ou indiretamente, tiram o seu sustento do lixo urbano. Entre esses indivíduos encontra-se os catadores de lixo, catadores de papelão, catadores de vidro, pessoas envolvidas com operação de “ferro velho”, garis, lixeiros e muitos outros (FIGUEIREDO, 1994: 147).

O trabalho de catação de material reciclável pode ser compreendido como uma forma de definir o caráter e a moral dos trabalhadores que sofrem discriminação, por praticar este tipo de atividade (SECRETÁRIA DE INTEGRAÇÃO E CIDADANIA, 2000). Por isto o estudo da forma como este trabalhador se vê inserido na sociedade torna-se interessante. “A atividade de catador, de uma forma geral. Quando não é a principal, torna-se uma forma complementar de geração de renda e reprodução destes grupos familiares” (SECRETÁRIA DE INTEGRAÇÃO E CIDADANIA, 2000: 9).

Para FRANCO (2000) é de fundamental importância o papel, desempenhado pela estrutura de trabalho da coleta seletiva, de ressocialização dos catadores de lixo. De acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE, 1999), a participação dos catadores como “agentes” da coleta seletiva é crucial para o abastecimento do mercado de materiais recicláveis e conseqüentemente como suporte para a indústria de materiais recicláveis. Um programa de coleta seletiva deve contemplar o trabalho destes indivíduos, mesmo que não haja um apoio direto à ati-

vidade de catação, desse modo, para a CEMPRE, a valorização do trabalho dos catadores permite ganhos tanto sociais como econômicos.

Segundo matéria do *Jornal Correio* divulgado no dia 15 março de 2004 a Cooperativa de Recicladores de Uberlândia (CORU) começou a funcionar em 2004, após uma espera de 2 anos por investimentos e resoluções burocráticas necessárias para a criação e funcionamento da cooperativa. Na época a cooperativa encontrava-se instalada no Bairro Daniel Fonseca, todavia após algumas desavenças com a prefeitura local foi obrigada a se mudar para o Bairro Ipanema, onde ainda se encontra.

Figura 2: Depósito da CORU, no Bairro Ipanema em Uberlândia



Foto: SILVA, D. B; 2006.

O presidente da CORU, Francisco Alves Ferreira, alegou que a cooperativa é uma necessidade e um sonho antigo dos catadores. “O cooperado recebe mais e investe na cooperativa que é o patrimônio dele”, disse o senhor Francisco Ferreira para a reportagem, lembrando que os cooperados não possuem outra fonte de renda além do trabalho de coleta de material reciclável (*Jornal Correio*, 2004).

Segundo JESUS (2004) a Associação dos Catadores de Papel (ASCAPEL) é a associação mais organizada em Uberlândia. A associação, fundada em 2002 e registrada oficialmente em 2004, está localizada no Bairro Segismundo Pereira. A ASCAPEL hoje possui 35 associados, segundo informações do presidente Hélio Luiz dos Santos.

A população de catadores de materiais recicláveis de Uberlândia não recebe nenhum tipo de ajuda por parte da Prefeitura Municipal. São pessoas bastante humildes e na maioria das vezes com pouco estudo, o que dificulta a possibilidade de conseguirem outro emprego. Porém atuam como importantes agentes ambientais no sentido que diminuem a quantidade de resíduos sólidos urbanos, disponibilizando-os para a venda, onde esses materiais posteriormente serão reintroduzidos no ciclo de produção.

Atualmente existe a possibilidade de surgir outro programa de coleta seletiva para a cidade de Uberlândia. Este projeto será uma parceria entre a Organização Não Governamental chamada Instituto de Desenvolvimento Regional do Cintap (INDRC) e a Prefeitura Municipal de Uberlândia que pretende desenvolver um projeto de coleta seletiva em empresas, envolvendo os catadores de materiais recicláveis que realizarão a separação do material recolhido. Antes disso seria possível organizar estes trabalhadores em forma de cadastro podendo dessa maneira atualizar a média desta população em Uberlândia.

Aterro Sanitário

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000, realizada pelo IBGE, mostra que o lixo produzido diariamente no Brasil chega a 125.281 toneladas, sendo que 47,1% são destinados a aterros sanitários, 22,3 % a aterros controlados e apenas 30,5 % a lixões. Assim mais de 69 % de todo o lixo coletado no Brasil teria como destino final aterros sanitários e/ou controlados. Em 63,6% municípios brasileiros são utilizados os lixões e 32,2 %, aterros são adequados (13,8 % sanitários, 18,4 % aterros controlados), sendo que 5% não informaram para onde vão seus resíduos. IBGE (2006).

Ainda segundo o IBGE (2006) um aterro controlado é o local usado para o descarregamento do lixo coletado, em bruto, com cuidado de, após a jornada de trabalho, cobri-lo com uma camada de terra, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, diminuindo os impactos ambientais. Os lixões são lugares que se encontram a céu aberto, “disposição final do lixo pelo seu lançamento, em bruto, sobre o terreno sem qualquer cuidado ou técnica especial. Vazadouro em áreas alagadas - disposição final do lixo pelo seu lançamento, em bruto” (IBGE, 2006).

Os aterros sanitários são considerados o melhor modo para a disposição final dos resíduos sólidos urbanos, uma evolução, por atenuar os impactos ambientais. O ideal seria que nos aterros sanitários fossem depositados apenas os resíduos que não podem ser aproveitados de nenhuma outra forma, porém não é o que acontece. No município de Uberlândia existe um aterro municipal que segue as características da seguinte definição:

Aterro sanitário de resíduos sólidos urbanos, consiste na técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores, se for necessário. (LEITE, 2000 apud NOGUEIRA e ROCHA, 2001: 7).

Segundo o BDI, 2005 de Uberlândia a construção do aterro se iniciou em junho de 1995, em uma área de 145.000 m, atingindo a sua totalidade de 240.000 m. Este Aterro Sanitário foi o terceiro a ser instalado no estado de Minas Gerais, sendo que seu licenciamento ocorreu em 1997. Este aterro se localiza no Distrito Industrial da cidade e está com sua vida útil próximo ao seu fim e por este motivo passa por ampliações que possibilitarão a continuidade da deposição de resíduos

no solo.

Os aterros sanitários são considerados a melhor forma de reduzir os resíduos sólidos de forma mais econômica e em curto espaço de tempo.

Considerações Finais

Atualmente no município de Uberlândia existem pouquíssimas discussões a respeito da reciclagem; projetos que mal foram iniciados já chegam ao seu fim, geralmente devido a não adesão da população.

A iniciativa de se formar uma cooperativa de material reciclável veio em um primeiro momento da administração municipal, porém após algumas tentativas este objetivo ainda não foi concretizado, o que é decepcionante já que tal projeto, se concretizado, promoveria a inclusão social de indivíduos que vivem à margem da sociedade.

No que diz respeito às políticas públicas para a redução da quantidade de resíduos e que estão em funcionamento podemos citar o projeto “Coleta de Pneus”, parceria firmada entre as Secretarias Municipais de Saúde e Serviços Urbanos, e a Agência Nacional da Indústria de Pneumáticos - ANIP. A Secretaria de Serviços Urbanos recolhe os pneus “velhos” nas oficinas e borracharias de Uberlândia, além de outros lugares quando solicitado pela população e os encaminha para um galpão de armazenamento no Aterro Sanitário, onde os mesmos são posteriormente encaminhados pela ANIP para postos de reciclagem (BDI, 2006).

Os principais benefícios de programas de reciclagem é a diminuição da quantidade de resíduos sólidos produzidos nos centros urbanos. É evidente, desse modo, que os principais benefícios não são propriamente econômicos como a diminuição de gastos com energia, matéria-prima, despesas de prefeituras com geração de recursos. Mas é de extrema importância que o serviço de limpeza do município esteja por trás de alguma forma tanto da elaboração quanto da execução destes projetos, possibilitando maior prestígio aderência e expressividade nos resultados.

Pode-se concluir que a reciclagem reduz a utilização dos aterros sanitários, prolongando a vida útil dos mesmos. Além disso, a reciclagem está diretamente ligada à redução da poluição e do desperdício de recursos naturais.

Porém é inegável que a reciclagem permite a geração de benefícios sociais e de capital, através da venda de materiais que foram reaproveitados. Por conseguinte, há uma geração de empregos, especialmente para aquelas pessoas antes marginalizadas pela sociedade (catadores); é um exercício de cidadania onde a sociedade ajuda na execução de tais programas, havendo assim uma integração com os organismos governamentais locais.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, R. O. *Análise da viabilidade econômica da implantação de uma indústria de reciclagem de embalagens de PET na região de Ouro Preto*. Monografia de Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Ouro Preto, dez, 2003. 56 p.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ALMG). Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=estado&diretorio=munmg&arquivo=municipios&municipio=70206>>. Acesso em mar de 2006.

CEMPRE, Compromisso Empresarial para Reciclagem. *Guia de Coleta Seletiva de Lixo*, CEMPRE. São Paulo, 1999.

ENFIM, COOPERATIVA PODE FUNCIONAR NORMALMENTE. *Jornal Correio*, Uberlândia, 15 mar 2004. Comunidade. Disponível em < <http://www.netzap.com.br/noticia.asp?noticia=%7B07FE179E-63B2-4321-998B-204C4C07D630%7D>>. Acesso em mar de 2006.

FERREIRA, S. de. “Os ‘catadores do lixo’ na construção de uma nova cultura: a de separar o lixo e da consciência ambiental”. *Revista Urutágua*. 7:1-6, 2004. Disponível em: < www.urutagua.uem.br/007/07ferreira.pdf >. Acesso em: set de 2005.

FIGUEIREDO; P. J. M. *A sociedade do lixo: os resíduos, a questão energética e a crise ambiental*. 2 Edição. UNIMEP: Piracicaba, 1994.

FRANCO, T. R. *Coleta seletiva de lixo domiciliar: estudos para implantação*. Monografia (Bacharelado) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2000.

GRIMBERG, E. *A política nacional de resíduos sólidos: a responsabilidade das empresas e a inclusão social*. Instituto Pólis. Publicado em 22 de set de 2004. Disponível em: < http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=35 >. Acesso em: dez de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: abr de 2006.

JESUS, E. M, De RODRIGUES, S. C. “Os caminhos da reciclagem em Uberlândia (MG)”. In: *II Simpósio Regional de Geografia - “Perspectivas para o cerrado no século XXI”*, Uberlândia, 2003.

NOGUEIRA, C. N; ROCHA, M. S. Da. “Auditorias operacionais em aterros sanitários”. In: *VI Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas*. 2001. Auditorias operacionais em aterros sanitários, 2001, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.iaece.org.br/artigos/sanitarios.PDF>>. Acesso em: mar de 2006.

MINC, C. *Ecologia e cidadania*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1998.

JOHN, V. M; ANGULO, S.C; AGOPYAN, V. *Sobre a necessidade de metodologia de pesquisa e desenvolvimento para reciclagem*. PCC - Departamento Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica. EP USP, [200-].

PINTO, M. S. *A coleta e disposição do lixo no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

SECRETÁRIA DE INTEGRAÇÃO E CIDADANIA. *Criança no lixo, nunca mais*. Niterói, 2000,

Relatório.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO.
Banco de dados integrados (2005). Uberlândia, 2005. 88p. Relatório.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO.
Banco de dados integrados (2006). Uberlândia, 2006. 86p. Relatório.

ZANETI, I. C. B. B; SÁ.L.M. *A educação ambiental como instrumento de mudança na concepção de gestão dos resíduos sólidos domiciliares e na preservação do meio ambiente*. Universidade Federal de Brasília, 2000.

**Economia e trabalho nas estradas reais e
nas estradas de ferro de Minas Gerais**

Resumo

Graduada em História pela FAFI-BH; Mestre em Ciências Sociais pela PUC-MG; Especialista em História da América Latina pela PUC-MG.
helenagcampos@yahoo.com.br

Este artigo é parte de um estudo histórico comparativo entre os caminhos coloniais e ferroviários de Minas Gerais. Neste texto são analisados aspectos ligados à economia e ao trabalho dos caminhos reais e das estradas de ferro: a construção e a conservação dos caminhos, o mundo do trabalho nas tropas e nas ferrovias, a intermodalidade dos transportes, a inovação tecnológica e empresarial representada pelas estradas e outros. Relações dos caminhos reais e das ferrovias com diversos setores da economia mineira também são apontadas, com destaque para a mineração e a pecuária. Mudanças e permanências são identificadas na história desses caminhos reforçando o caráter complementar de seus papéis e funções ao longo do tempo. Especial atenção é dedicada à Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA), empresa que comemora este ano seu cinquentenário (1957-2007) e que operou parte significativa da malha ferroviária do Estado de Minas Gerais.

Palavras-chave: Estradas reais, ferrovias, Minas Gerais.

Résumé

Cet article fait partie d'une étude historique comparant les routes coloniales et les chemins de fer de Minas Gerais. Dans ce texte on analyse les aspects concernant l'économie et le travail des routes royales et les chemins de fer : la construction et la conservation des chemins, le monde du travail dans les troupes et dans les chemins de fer, l'inte-modalité des transports, l'innovation technologique et des entreprises qui est représentée par les chemins, et encore d'autres. Les rapports des routes royales et des chemins de fer avec d'autres secteurs de l'économie mineira aussi sont répertoriés, avec l'accent sur les travaux minéralogiques et l'élevage. Des changements et permanences sont identifiés dans l'histoire de ces chemins, ce qui renforce le caractère complémentaire de leurs rôles et leurs fonctions

au fil du temps. Une attention spéciale est donnée au Réseau de Chemins de Fer Fédéral S. A. (RFFSA), entreprise qui fête cette année son cinquantenaire (1957-2007) et qui a contrôlé une partie importante du réseau de chemins de fer de l'Etat de Minas Gerais.

Mots-clés: Routes royales. Chemins de fer. Minas Gerais.

50 ANOS DA RFFSA

O ano de 2007 marca o aniversário de 50 anos da Rede Ferroviária Federal S. A (RFFSA), criada em 30 de setembro de 1957. A comemoração dessa data tem sido ofuscada pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, lançado em 22 de janeiro deste ano, que encerrou o processo de liquidação da empresa. Às vésperas de suas bodas de ouro, foi extinta a RFFSA, que agonizava desde 1996, quando tiveram início os arrendamentos de parcelas de sua malha e de seu patrimônio a empresas concessionárias.

Este texto objetiva resgatar parte da história da RFFSA, uma vez que, ao focar comparativamente aspectos da economia e do trabalho dos caminhos terrestres de Minas - as estradas reais e as ferrovias - aborda contextos históricos que precederam ou caracterizaram a sua existência. Os contextos que lhe foram anteriores apontam permanências ou acentuam mudanças operadas no transporte ferroviário sob o período de administração dessa estatal que construiu parte significativa de sua história em Minas Gerais, assumindo o transporte de passageiros e de cargas de importantes estradas de ferro que operaram em Minas.

Cabe ressaltar que este artigo é parte de um estudo comparativo que articula diversos aspectos ligados à construção, ao traçado, à economia, ao trabalho, à vida e ao imaginário dos caminhos mineiros. A título de esclarecimento, as estradas reais aqui referidas são aquelas públicas e oficiais, cujo tráfego era tributado pela coroa portuguesa. Essas vias são quatro: o *Caminho Velho*, que ligava a região das Minas ao Rio de Janeiro, passando pelo território de São Paulo e incluindo um trecho marítimo de Parati ao Rio de Janeiro; o *Caminho Novo*, rota direta e mais curta entre o Rio de Janeiro e Vila Rica; o *Caminho do Diamante*, unindo Vila Rica ao Distrito Diamantino; e o *Caminho da Bahia*, ligando o Nordeste às áreas de mineração, cujo centro era Vila Rica. O traçado dessas estradas guarda fortes marcas no das importantes ferrovias que serviram ao território de Minas: a *Estrada de Ferro D. Pedro II* (EFDPII), que se tornou Central do Brasil com a República e constituiu o eixo ferroviário de Minas, determinando a construção de outras ferrovias que a ela se integravam; a *Estrada de Ferro Oeste de Minas* (EFOM), que veio a integrar-se à *Rede Mineira de Viação* (RMV), junto com outras ferrovias; e a *Estrada de Ferro Leopoldina* (EFL). Essas e outras ferrovias foram encampadas pela RFFSA que herdou suas estruturas operacionais.¹ As mudanças operadas no perfil do transporte ferroviário, ao longo da segunda metade do século XX e sobretudo na década de 1990, resultaram na extinção da empresa.

A CONSERVAÇÃO DOS CAMINHOS DE MINAS

Não se pode dissociar o estudo dos transportes do da economia e vice-versa, porque de uma rede viária para abastecimento e escoamento da produção depende sempre o desenvolvimento econômico de uma região, enquanto que a capacidade produtiva da região é determinante para a sustentabilidade do setor de transportes. Associar as estradas reais do período colonial às ferrovias que serviram ao território mineiro nos séculos XIX e XX, é a estratégia buscada para identificar mudanças e permanências significativas nas histórias desses caminhos no que toca a aspectos da economia e do trabalho.

Em Minas Gerais, os caminhos terrestres, para cumprir sua função econômica, enfrentaram sérios problemas, sendo o da conservação, um dos mais destacados. As estradas reais, pelo seu caráter oficial, tinham regulamentação própria. A manutenção dos caminhos era responsabilidade dos proprietários cujas terras eram por eles servidas. Cabia-lhes arcar com as despesas de todos os trabalhos, sendo auxiliados pelos detentores dos direitos sobre as terras não diretamente cortadas pela via, mas que dela se servissem. A principal via, o Caminho Novo, foi a que mereceu maiores atenções dos poderes metropolitanos, pois nasceu de iniciativa governamental e foi a de maior tráfego. Para o seu trecho fluminense, a partir de 1819, uma autoridade local devia cuidar da organização eqüitativa dos trabalhos de conservação e, no caso de omissão dos proprietários, o poder público deveria providenciar as obras e exigir daqueles o correspondente pagamento (BENÉVOLO, 1953: 397-A).

Caio Prado Júnior, ao escrever sobre as condições gerais dos caminhos coloniais do Brasil, não se distancia da realidade mineira:

As estradas coloniais são, de fato, quase sem exceção, abaixo de toda crítica; apenas transitáveis mesmo só para pedestres e animais; e isso tem tempo seco porque nas chuvas transformam-se em atoleiros em que freqüentemente se desvanece qualquer esperança de passagem. [...] Estradas calçadas de pedra são na colônia verdadeiros prodígios de tão raras; podemos contar os trechos calçados nos dedos de uma só mão, e medi-los a palmo. Neste assunto de calçamento, o mais que se fazia, nos trajetos muito trafegados e sujeitos a chuvas grossas, era revesti-los nos pontos excessivamente alagadiços de paus atravessados no caminho; o que, se consolida um pouco o leito, torna a marcha sobremaneira penosa, em particular para os animais. O melhor combate à lama, e o mais empregado, era ainda contar com o Sol, e para facilitar-lhe a tarefa, davam-se os construtores e conservadores de estradas às vezes ao luxo de desbastar um pouco a vegetação marginal. Mas nem isto era muito freqüente. (PRADO JÚNIOR, 2000: 262).

Durante o período provincial, Minas promoveu melhorias em seus caminhos, mas, em muitos casos, a falta de pessoal técnico para dirigir as obras impediu maiores progressos no sistema viário herdado da capitania. Os caminhos construídos ou melhorados no período imperial contaram com pontes e escoramentos de barreiras, mas de maneira geral, ofereciam precárias condições de

1. Ao ser criada, a RFFSA incorporou 18 ferrovias públicas, dentre elas as três mais extensas do país, que serviam a Minas Gerais: **Rede Mineira de Viação** – Linhas principais e ramais: 3.989 km; desvios e linhas acessórias: 265 km; linhas eletrificadas: 333 km. **Estrada de Ferro Central do Brasil** – Linhas principais e ramais: 3.729 km; desvios e linhas acessórias: 754 km; linhas eletrificadas: 235 km. **Estrada de Ferro Leopoldina** – Linhas principais e ramais: 3.057 km; desvios e linhas acessórias: 337 km. (CAMPOS, 2002: 99).

tráfego. Sobre um desses caminhos, relatava Saint-Hilaire:

Desde, porém que se franqueou a passagem, não só não se construíram as partes apenas esboçadas, como não foram conservados os trechos, já construídos. As águas já cavaram ali profundas cavas e terão a inutilidade desta bela estrada se mais um ano decorrer sem conserva. (SAINT-HILAIRE citado por LENHARO, 1997: 61).

Enquanto na colônia a conservação das vias ficava a cargo dos proprietários de terras por elas servidas, a manutenção da linha férrea era exclusivamente competência da empresa ferroviária, que também arcava com os serviços de manutenção do material rodante, do telégrafo e dos diversos e numerosos equipamentos ferroviários. Tantas competências exigiam grande dedicação e criatividade dos funcionários, pois os recursos materiais e humanos eram, por hábito, insuficientes.

Quando ocorreu a substituição da tração a vapor pela diesel-elétrica, sobretudo durante as décadas de 1950 e 1960, fomentada pela criação da RFFSA, os históricos problemas com a via permanente se avolumaram. Dada a antiguidade da malha ferroviária mineira, praticamente a mesma do século XIX e primeiras décadas do XX, acrescida de melhorias pontuais, a circulação das composições ferroviárias tracionadas pelas modernas locomotivas diesel-elétricas mostrou-se inadequada para muitas linhas dimensionadas para as marias-fumaças. As locomotivas a vapor tinham um centro de gravidade mais baixo que aquelas à diesel e seus trens eram mais leves e curtos; já as composições a diesel, muitas vezes com tração dupla ou múltipla, eram mais pesadas e longas o que resultou em aumento considerável de deformações nos trilhos e de desgaste da pregação e de dormentes. Como consequência, houve uma elevação do número e da gravidade dos acidentes. A paródia de Aporelly, do famoso anúncio de remédio para bronquite veiculado nos bondes, colhida em publicação da Associação de Engenheiros da EFCB, ilustra com bom humor a ocorrência de acidentes nas linhas da Central do Brasil:

PARA LER NO TREM

Veja ilustre passageiro

Aquele tipo lampeiro

De sorte fenomenal:

Nestes últimos seis meses,

Já se salvou trinta vezes

Nos desastres da Central!²

(Revista RAE, 1983: 9).

As oficinas ferroviárias, sempre carentes de recursos, improvisavam para manter a linha em condições de tráfego. Geralmente, elas estavam subordinadas às residências ferroviárias, importantes centros administrativos voltados para a conservação da via permanente que congregava grande número de ferroviários sob a chefia de um engenheiro e que tinha sob sua jurisdição extensas quilometragens. Para garantir a conservação da via permanente, a vida útil dos trilhos e

2. A paródia de Aporelly foi publicada primeiramente no jornal *A Sextilha*, mas não dispomos do local e data da publicação. Segue o anúncio parodiado: “*Veja, ilustre passageiro, / O belo typo faceiro / Que o senhor tem a seu lado, / E, no entanto acredite, / Quase morreu de bronquite, / Salvou-o o RHUM CREOSOTADO!!!*” (FJP, 1996, p.74).

dos dormentes era prolongada ao máximo. Trilhos usados e deformados das linhas de bitola larga tinham suas pontas cortadas para que fossem reaproveitados na bitola métrica. Dormentes da bitola larga também eram cortados e tinham sua furação mudada para agüentarem mais algum tempo na linha de bitola estreita. Ferramentas manuais, como picaretas, pás, enxadas e outras também eram recuperadas. Parafusos de trilho com roscas amassadas ou espanadas tinham suas roscas reavivadas. Até pregos de linha ganhavam soldas para esticarem sua vida útil.

E, a cada período de chuvas, as exigências se acentuavam, pois eram necessárias intensas rotinas de trabalhos para sanar as conseqüências de alagamentos, quedas de barreira, aterros que corriam deixando dormentes e trilhos suspensos, entupimento de bueiros e outros problemas.

Programas de manutenção preventiva eram criados para racionalizar os poucos recursos humanos e materiais das oficinas, tanto na via permanente como nos demais setores da ferrovia. Contudo, cumpri-los à risca era sempre um desafio, dadas as interrupções a que estavam sujeitos para o atendimento dos constantes imprevistos.

Se a linha era a maior preocupação, pois *as estatísticas e a experiência demonstram que mais de 75% dos acidentes ferroviários são causados pelo mau estado da via permanente* (RFFSA. SR-2: 1979), não era a única. De que vale a linha sem o trem?

O desenvolvimento da indústria ferroviária nacional dotou nossas ferrovias de locomotivas, vagões e carros de passageiros, reduzindo o material rodante importado. Contudo, a frota mineira de locomotivas, em diferentes períodos, sofreu consideravelmente com altos índices de imobilização, dada a dificuldade de se conseguir peças de reposição. Encostadas nos depósitos, as locomotivas avariadas impossibilitavam os programas de manutenção preventiva, porque não se podiam afastar temporariamente as máquinas em uso, sem outras para substituí-las. Essa prática gerava um círculo vicioso, pois se exigia mais das locomotivas em bom estado e essa sobrecarga e a manutenção deficiente resultavam em novas imobilizações.

As soluções encontradas para o reparo das locomotivas eram, comumente, a cessão e a permuta de peças entre oficinas e o “canibalismo”, ou seja, a retirada de peças das máquinas avariadas para o conserto de outras. Contudo, da criatividade dos ferroviários surgiam outras soluções como a relatada abaixo, sobre um método de fabricação de rodas de locomotivas, a partir do reaproveitamento de sucata ferroviária, desenvolvido nas oficinas de Divinópolis, da Rede Mineira de Viação. Falando para uma platéia sobre as rodas de ferro fundido coquilhadas,

O representante da RMV detalhou com minúcias todo o processo produtivo adotado em Divinópolis, o que permitia atender à demanda de rodas daquela ferrovia. Terminada a palestra e iniciados os debates, um dos participantes indagou: “Doutor, qual a composição química das rodas de ferro fundido fabricadas em Divinópolis?” Após um pequeno silêncio o conferencista respondeu: “Nós utilizamos a seguinte composição, por roda de 28” de diâmetro: 200kg guza, 1,30m de trilho TR-25, 26 Tirefond, 5 placas de apoio, 16 sapatas de ferro fundido usadas e 32 pregos de linha” (SHOPPA, 1999: 39)³.

Perdas econômicas nos caminhos coloniais e ferroviários eram provocadas pela existência de

3. O autor não apresenta a data do fato narrado. Esta citação utiliza a linguagem verbal para indicar o diâmetro da roda devido à ausência, no teclado do computador, do símbolo matemático correspondente.

outros caminhos. No período colonial, a abertura de novos caminhos e de picadas era considerada crime de lesa-majestade, já que as únicas vias autorizadas para a circulação de pessoas, animais e mercadorias eram as estradas reais. Apesar do patrulhamento das estradas, o contrabando e o extravio se serviam de rotas alternativas às oficiais, fugindo do controle do fisco nos registros e alfândegas.

Para as vias ferroviárias, a existência de outros caminhos terrestres teve significados diferentes. Na época em que o trem monopolizou os transportes terrestres, os caminhos e estradas cumpriram o papel de alimentador ou distribuidor do transporte ferroviário. A produção das fazendas era escoada por meio de tropas até a estação ferroviária, onde era embarcada para os mercados consumidores. Na estação também, as tropas e comerciantes recebiam mercadorias a serem comercializadas ou consumidas na região. Com o passar do tempo, a ferrovia assistiu ao processo de transferência de suas cargas e passageiros para a rodovia, onde eram continuamente transportados por caminhões e ônibus, que muitas vezes, faziam percurso paralelo ao dos trens.

Todavia, a existência de caminhos terrestres, ainda que estranhos à natureza dos transportes ferroviários, sempre afetou a produção da ferrovia, pois eram exigidas muitas passagens de nível para cruzar as linhas férreas. E as perdas econômicas decorrentes das passagens de nível não se limitavam à ferrovia:

O trânsito das vias públicas – de veículos e de pedestres – cruzando o leito da ferrovia implica, necessariamente, na sua interrupção quando há a concomitância de tráfegos, visto ser o ferroviário prioritário. A retenção do tráfego das vias públicas interfere em menor escala nos serviços ferroviários, pois o fechamento das barreiras – quando existem – ou a mera presença das linhas assegura-lhe a preferência; todavia, medida de cautela usualmente adotada mediante a evidente periculosidade das passagens de nível exige a redução da marcha dos trens, o que, por sua vez, representa queda de receita para a ferrovia que tem a fluidez de seu tráfego restringida. (CAMPOS, 2002: 137).

Cada passagem de nível representava despesas. Além dos custos com a sua construção, era preciso sinalizá-la e, dependendo da sua localização, manter vigilância no local. A regulamentação das passagens de nível estabelecia que a entidade responsável pela construção da via mais recente é que deveria arcar com tais custos; apesar da lei e da antiguidade das ferrovias, geralmente, eram sobre as estradas de ferro que pesavam tais responsabilidades. São numerosos os processos judiciais que envolveram empresas ferroviárias e União, Estados ou Municípios para a definição das competências de construção e manutenção de passagens de nível. Esse problema se agravava com a intensificação do processo de urbanização, aumentando os acidentes nas passagens de nível, e, conseqüentemente, as causas judiciais e as indenizações. A solução definitiva do problema - construir viadutos, passarelas e passagens inferiores – igualmente era motivo de novos conflitos para a definição da jurisdição de cada entidade envolvida.

O MUNDO DO TRABALHO NOS CAMINHOS

Para a construção e a conservação das estradas reais e de ferro muitos braços foram exigidos. O Caminho Novo era fruto de um projeto do governador Artur de Sá e Menezes para melhor

escoar o ouro recém descoberto das Minas. Seu executor, Garcia Rodrigues Pais já era figura expressiva no novo território, desde que assumira os encargos de capitão-mor e de administrador das entradas e descobertas de minas. O caminho que construiu empregou a única mão de obra possível à época: a escrava.

Sabe-se que a vida útil de um escravo na região da mineração era breve: cerca de sete anos. Essa baixíssima expectativa de vida devia-se às péssimas condições de trabalho da escravaria à época, sujeita a longas horas de labuta dentro de córregos e rios ou em galerias, enfrentando baixas temperaturas e recebendo uma subalimentação. O trabalho de construção da estrada, exigindo a transposição de áreas de mata fechada, alagadas e insalubres, também implicava em duras rotinas de trabalho que geravam acentuada perda de escravos. Assim, após um ano e meio de trabalhos, as obras de Garcia estavam paralisadas devido à falta de trabalhadores. Poucos escravos ele conseguiu recorrendo ao governo e aos moradores do Rio. A empreitada só foi concluída porque Garcia se associou ao cunhado, Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, que entrou no negócio com dinheiro e escravos.

Se na colônia a mão de obra escrava era a regra para a qual não havia exceção, no império das linhas férreas, posterior à Lei Eusébio de Queiroz que pôs fim ao tráfico oceânico de negros, a promessa de progresso das ferrovias levou à negação formal das velhas relações de trabalho. Havia legislação impedindo o uso de escravos na construção das estradas de ferro. Abaixo, a regulamentação que orientaria os trabalhos da D. Pedro II, Central do Brasil, após a República:

A companhia se obrigará a não possuir escravos, a não empregar no serviço de construção e custeio do caminho de ferro senão pessoas livres que, sendo nacionais, poderão gozar da isenção do recrutamento, bem como do serviço ativo da Guarda Nacional, e sendo estrangeiro, participarão de todas as vantagens que por lei forem concedidas aos colonos úteis e industriais. (Lei nº 641, de 26 de junho de 1852, artigo 1º, parágrafo 9º. In: LARA, 1988: 18)⁴.

Porém, em país ainda carente de relações capitalistas e com uma forte tradição no preconceito contra o trabalho, um “jeitinho” sempre se deu. À falta de braços nas ferrovias burlava-se a proibição do uso de escravos por meio da terceirização dos trabalhos. Esse expediente não foi incomum porque os contratos para a construção das estradas eram divididos em seções (subdivididas em trechos, muitas vezes), ficando cada parte da estrada sob a responsabilidade de um empreiteiro que, terceirizando os serviços, cumpria as exigências legais e contratuais, apesar do emprego do trabalho servil. A prática era então alugar escravos das fazendas próximas aos canteiros de obras ferroviárias. A declaração do engenheiro inglês encarregado dos trabalhos de construção da linha da D. Pedro II, ainda em território fluminense, atesta a prática do uso de trabalho escravo:

Tomei conta da minha residência e do serviço, marcando as bocas dos túneis, entradas e saídas dos cortes, bueiros, etc., etc., e fazendo orçamentos mensais. Assim satisfeitíssimo com meu trabalho, morando só, com os meus cinco serventes, Chico, Aleixo, Manoel, Marco e Venceslau, escravos do Sr.

4. O Decreto (Legislativo) Nº 641, de 26 de junho de 1852, autorizava o Governo a conceder a uma ou mais companhias a construção total ou parcial de um caminho de ferro que, partindo do Município da Corte, deveria terminar em pontos por elas considerados convenientes das Províncias de Minas Gerais e de São Paulo (FIGUEIRA, 1908 ,p. 9).

Custódio Guimarães, de Vassouras, em uma casinha coberta de sapé no alto do túnel do Rodeio, cercado de matos onde apareciam naqueles tempos onças, preparava-me para dar conta da grande obra de que se me havia confiado a direção. (Morsing. Carta, p. 40. In: EL-KAREH, 1982: 66).

Outra possibilidade era recorrer-se à importação de mão-de-obra. Na antiga Estrada de Ferro D. Pedro II, ainda na década de 1850, mesmo com os altos salários oferecidos, faltavam braços para a construção em algumas regiões insalubres. Apelou-se então para solução já gasta mundo afora: trabalhadores chineses foram recrutados. Somente na primeira seção da ferrovia, mais de cinco mil chineses pereceram em regiões de alagados, vitimados pela malária que já havia levado à morte muitos outros trabalhadores nacionais.

Se a mão-de-obra escrava foi fundamental na construção das estradas reais e, ainda que menos nas de ferro, na operação dos transportes nessas vias, ela não foi exclusiva. Parte considerável do pessoal das tropas coloniais e provinciais era composta de escravos. A tropa era formada de vários lotes de animais - grupos de sete burros ou mulas – e, geralmente, cada lote ficava a cargo de um escravo. A pesquisa do historiador Alcir Lenharo sobre o abastecimento da Corte no período de 1808-1842, incluiu uma investigação sobre a economia dos caminhos mineiros e fluminenses. Dados levantados pelo historiador em registros que fiscalizavam a exportação para o Rio de Janeiro, no mês de dezembro de 1829, esclarecem sobre a mão de obra empregada: nas “porcadas”, ou seja, nas varas conduzidas e tributadas nos caminhos, trabalhavam 107 pessoas, sendo 95 livres e 12 escravos. Nas boiadas, dos 91 trabalhadores, 29 eram escravos. Em relação às tropas, a participação dos escravos era bem diferente:

A totalidade dos empregados das tropas é bem superior aos das boiadas e “porcadas”: 241. E a participação de escravos é maior ainda: 112, quase a metade do total dos empregados. Novamente em Minas é que os escravos são em maior número. É comum, inclusive, que escravos apareçam à testa de tropas mineiras na função de tropeiros (LENHARO, 1979: 97).

As explicações para tal fato encontram-se na economia do ouro. Quando abundante, o ouro exigiu incontáveis braços escravos que tornaram a Capitania de Minas Gerais a de maior população e também a de maior contingente de escravos. Decadente o ouro, os escravos foram transferidos para outras atividades econômicas. Ao final do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX, *a mão-de-obra escrava era intensivamente utilizada nas propriedades de subsistência mineira; nas épocas de maior folga da produção ou nos instantes posteriores da safra, os escravos podiam ser deslocados para o setor da distribuição* (LENHARO, 1979: 98).

Já nas estradas de ferro, o trabalho escravo era proibido nos serviços de tráfego. Considerando-se as implicações da proibição do tráfico negreiro, de 1850, as ferrovias atenderam duplamente aos interesses dos grandes cafeicultores: prestou-lhes serviços de transporte rápido e barato e dispensou os escravos ocupados no manejo das tropas para os trabalhos da lavoura cafeeira. De acordo com o Ministro da Agricultura de 1864, o fazendeiro também dispensava até o “*pessoal mais numeroso, que se empregava em estragar o melhor de suas terras nas plantações destinadas à alimentação das mesmas tropas*”⁵.

Sobre o trabalho no mundo das tropas e no ferroviário, é interessante assinalar, em ambos os contextos históricos, a forte presença do elemento familiar. No Sul de Minas, no século XIX, *os proprietários da região tinham suas próprias tropas e, em geral, faziam uso do trabalho dos seus filhos tropeiros* (LENHARO, 1979: 94). De acordo com Saint-Hilaire, que viajou por Minas no século XIX, *numa fazenda, um dos filhos torna-se o condutor da tropa, outro se encarrega de cuidar desta, outro das plantações, e todos, indiferentemente, ordenham as vacas e fazem queijos* (SAINT-HILAIRE, citado por LENHARO, 1979: 95). Dentre esses tropeiros, era grande o número de jovens, com idade entre 20 e 25 anos, havendo registro até de tropeiro de 14 anos.

Não deve surpreender a revelação de que um jovem tropeiro, de apenas 14 anos, chefiasse uma equipe composta de 5 escravos. Na organização do trabalho rural, essa era uma idade em que o jovem já se integrava no universo dos adultos e, conseqüentemente, dividia com eles as tarefas econômicas básicas para a obtenção dos meios de subsistência. No caso de um jovem tropeiro como este, a iniciação no trabalho era marcante e definitiva. O tropear era tido como uma atividade rústica e desgastante e constituía-se num ritual de aprovação que possibilitava ao jovem tropeiro acumular experiências e poder, gradativamente, disputar outras funções a que ainda não tivera acesso. (LENHARO, 1979: 96).

No meio ferroviário, a influência familiar também era constante e podem ser atestadas por essas duas referências, dentre tantas outras existentes ou observadas no cotidiano desse meio:

O filho do agente, preso todo o dia na estação, cresce aprendendo a tarefa doméstica, traduz o telégrafo de ouvido e vira telegrafista (BENÉVOLO, 1953: 48).

Filho de ferroviário, aprendi, há mais de quatro décadas, a amar a ferrovia, e sobretudo, a conhecer o homem que nela trabalha [...] (FERREIRA, Márcio Maia¹. Prefácio. In: LARA: 1988).

De fato, são numerosos os casos de filhos e netos de ferroviários que seguiram os caminhos profissionais de seus parentes, seja nos ofícios da linha, do tráfego ou da tração. Dada a multiplicidade de funções exigidas pelo transporte ferroviário, das burocráticas às técnicas, *todos podem encontrar em uma estrada de ferro um “habitat” adequado ao seu gênio e aos seus instintos.* (BENÉVOLO, 1953: 46).

Uma diferença marcante entre os empreendimentos das tropas e os ferroviários refere-se à propriedade dos mesmos. Na lida da estrada, o tropeiro era mais um trabalhador, que dividia com escravos ou empregados os fazeres diários. Contudo, ele não era um mero condutor de tropas, pois era também negociante que comprava ou revendia produtos. Muitos tropeiros eram também proprietários de terras, que se encarregavam da venda de sua produção, reduzindo custos e obtendo maiores vantagens no preço final. Essa experiência não foi conhecida no meio ferroviário, pois nas companhias e empresas trabalhavam, exclusivamente, os empregados, dos diretores aos “piolhos” de linha.

5. Domiciano Leite Ribeiro. Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio, Obras Públicas. 1864, p.4, citado por EL-KAREH (1982: 136).

6. Márcio Maia Ferreira foi um dos Superintendentes da Regional Belo Horizonte (SR-2) da RFFSA.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA E OS CAMINHOS

A localização geográfica e o relevo de Minas Gerais desde cedo impuseram pesado ônus a sua economia, pois os fretes elevam os custos de produção e os preços dos produtos. Para o acesso ao mercado e aos portos do Rio de Janeiro, a transposição da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira, sempre implicou em fretes altos. No período colonial, o esforço dos animais na subida de serras era levado em conta no preço a pagar pelos que requeriam os serviços dos tropeiros. Na determinação do valor do frete, os tropeiros também consideravam o peso e a natureza da carga, pois a sua fragmentação exigia que se mexesse nela a cada parada e, não raro, que muitas paradas fossem ocasionadas pela necessidade de acomodar melhor a carga. Acontecia de em um só dia de viagem, os animais serem descarregados e novamente carregados, várias vezes, principalmente, se houvesse a necessidade de cruzar rios e córregos ou de passar por trechos muito estreitos (LOPES, 1984: 50).

A política tarifária das ferrovias, de maneira geral, sempre foi considerada inadequada e, para muitos críticos da má situação das ferrovias públicas brasileiras, aí residia a principal causa da ineficiência do setor, pois as tarifas cobradas eram insuficientes para permitir novos investimentos. Diferentemente do restante do Brasil, na região Sudeste, muitas tarifas baixas foram justificadas pela grande concentração de cargas.

O inconveniente da fragmentação da carga também foi enfrentado pela ferrovia na época em que ela transportava qualquer coisa, para qualquer lugar. Como uma grande estrutura de apoio era necessária, toda estação de razoável movimento contava com armazém para depósito de mercadorias a serem despachadas e/ou recebidas. Expedição, despacho, carga e descarga, baldeação, entrega, eram algumas das atividades rotineiras que exigiam grande organização e numeroso efetivo das estradas de ferro. Era preciso, a cada parada do trem, verificar as mercadorias e encomendas a serem carregadas e descarregadas e acomodá-las devidamente nos vagões ou nas plataformas das estações e pés-de-estribo, as paradas desprovidas de estações, mas usadas para embarque/desembarque.

E, onde está a riqueza, está também o fisco. Nos caminhos coloniais, os registros fiscalizavam a importação e a exportação das Minas. O ouro, claro, era o produto mais fiscalizado. No período das casas de fundição, cada minerador levava até lá seu ouro que era fundido separadamente, pois havia diferenças na qualidade do metal. Cada barra era marcada com o quilate e o peso do metal e cunhada com o selo real. Seu proprietário recebia, para cada barra, uma guia que discriminava essas informações e comprovava o pagamento do quinto. Na verdade, em muitos casos, o imposto não era de um quinto, mas de um quarto, porque além do pagamento dos 20% da Coroa Portuguesa, cobravam-se mais 5% adicionais pelas despesas de fundição. E, claro, o governo pagava pela oitava de ouro um valor abaixo do de mercado. Nos registros, os funcionários da Coroa conferiam a preciosa carga e sua documentação.

Todos os produtos eram tributados pesadamente para garantir os ganhos da metrópole. No século XIX, as administrações provinciais de Minas Gerais concederam isenções fiscais para incentivar e diversificar a economia mineira, beneficiando a agricultura e a pecuária, principalmente.

Para o período provincial, de maneira geral, foram as importações de maquinário agrícola e industrial que gozaram de maiores benefícios fiscais.

Sendo as estradas de ferro predominantemente estatais – federais ou estaduais –, os benefícios tarifários também privilegiaram diversos setores econômicos, em diferentes épocas. Café, água mineral, milho, algodão, e muitos outros produtos mineiros contaram com tarifas especiais na ferrovia, em diversos contextos históricos. Contudo, nenhum produto valeu-se tanto de privilégios como o minério de ferro, que, a partir da segunda metade do século XX, foi tanto o xodó, quanto o vilão do transporte ferroviário público, a cargo da RFFSA.

Carga tipicamente desejável da ferrovia, o minério era transportado em composições únicas, com origem e destino também únicos, percorrendo centenas de quilômetros. O trem completo significava ganhos para a estrada de ferro que não precisava pará-lo em pátios para realizar manobras de recomposição, deixando ou recebendo novos vagões. Contudo, as tarifas preferenciais que incidiam sobre o transporte de minério, que ocupou durante anos, com quase exclusividade, a malha e o material rodante da empresa, pouco recompensava os esforços das administrações ferroviárias. Os negócios que envolviam operações em trechos exclusivos das empresas ou o uso de seus próprios vagões, muitas vezes, também resultavam em ganhos ínfimos ou prejuízos para as ferrovias públicas. Esse tratamento *vip* dado ao minério impediu o melhor atendimento de outros setores econômicos do Estado, como o cimenteiro que, nos anos 80, alegou estar custeando, com suas tarifas elevadas, a quase gratuidade concedida ao minério de ferro (CAMPOS, 2002: 114).

O desenvolvimento do transporte ferroviário e sua crescente integração com o sistema portuário levaram à criação de portos secos em Minas Gerais. O estado conta atualmente com portos secos em Varginha, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba e Betim. Este último, o Porto Seco Granbel, às margens da BR-381, administrado pelo Grupo Usiminas, tornou-se o primeiro porto seco industrial do país, funcionando como alfândega e oferecendo isenção de tributos sobre insumos e produtos importados e nacionais, para as indústrias situadas na área do entreposto aduaneiro.

INTERMODALIDADE NOS CAMINHOS DE MINAS

A integração acima referida remete a um dos aspectos a ser ressaltado na história dos transportes mineiros: a intermodalidade. Cada modal de transporte apresenta características próprias que o fazem preferível a outro, em determinado contexto histórico e geográfico. Em Minas, a integração de vias terrestres e fluviais foi, primeiramente, ditada pela necessidade e não por opção.

No período colonial, o Caminho Velho, terrestre no maior trecho, contava com embarcações para a travessia de rios e com parte marítima em território fluminense, que implicou em riscos para o transporte do ouro de Parati até o porto do Rio de Janeiro, na necessidade de criação de fortes ao longo da costa e na instalação de canhões em muitas ilhas. A viagem marítima foi abandonada em função da construção do Caminho Novo, via terrestre, que, contudo continuou a contar, durante certo tempo, com as embarcações para a travessia de rios. Já a tradição intermodal do Caminho da Bahia tem história mais duradoura. Seus três séculos registram uma integração crescente entre as vias fluviais e as terrestres; somente nas últimas seis décadas, verificou-se uma vertiginosa queda dessa tendência. Dentre as vias

terrestres aí consideradas, contam-se simples picadas, caminhos, estradas, rodovias e estrada de ferro.

A história da navegação no Rio São Francisco tem sua origem nas embarcações indígenas a remo. No trecho do Médio São Francisco, de Pirapora a Santana do Sobradinho, na Bahia, seus séculos de história registram que *ela se desenvolve a partir das forças braçal, eólica, a vapor e a explosão* (PEREIRA, 2004: 473). A história da colonização das regiões norte, noroeste e parte da área central de Minas Gerais, servidas pela bacia do São Francisco, compreende descrições de antigas pirogas ou canoas indígenas, feitas de uma única árvore de casca duríssima, que tinha seu lenho mole escavado. Ibiragara, tamboril, vinhático e cedro eram algumas das madeiras usadas para a confecção dessas canoas que foram usadas para a pesca, para a condução de ribeirinhos e, mais tarde, para o transporte de cargas.

Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, diferentes embarcações foram usadas no São Francisco. Usando a força de braços humanos, canoas, ajoujos, barcas e paquetes se tornaram cada vez mais comuns. Os ajoujos eram embarcações formadas pela união de duas ou três canoas por meio de paus roliços atados com tiras de couro. Sobre essa estrutura, colocavam-se tábuas ou paus finos para formar um piso. Havia ajoujos que erguiam uma espécie de engradado sobre o piso, para transportar animais. As barcas variavam de tamanho – de 60 a 105 palmas de comprimento – e contavam com remeiros ou barqueiros que usavam varas para impulsioná-las. Mais raras eram as dotadas de vela. Havia também as barcas de passagem que ligavam as margens dos rios e os paquetes, de 5 a 12 metros de comprimento, cujos fundos eram peças inteiras, escavadas de troncos de árvores (PEREIRA, 2004: 473-480).

A era dos vapores construiu a gênese de sua história ao longo da segunda metade do século XIX. Interessado em implantar a navegação a vapor, o Governo Imperial incumbiu o alemão residente no Brasil, Guilherme Fernando Halfeld, de realizar um estudo sobre as condições de navegabilidade da bacia do São Francisco. De 1852 a 1854, Halfeld realizou o levantamento hidrográfico da bacia, de Pirapora até o Atlântico. Ele também foi encarregado de pesquisar a existência de minas de carvão mineral para o abastecimento das futuras embarcações a vapor. Constatada a inexistência do mineral, o engenheiro recomendou que o fornecimento de combustível para as caldeiras dos barcos a vapor poderia, para os primeiros vinte anos de operação, ser obtido por meio do desmatamento das margens do São Francisco e de seus tributários. Outra tarefa que coube a Halfeld foi o estudo da transposição do rio, com o desvio das suas águas até o Ceará.

O início da navegação a vapor no São Francisco deu-se em 1871, quando o vapor Saldanha Marinho partiu de Sabará e atingiu Juazeiro, na Bahia. A partir dessa viagem, diversas companhias - estaduais ou particulares – operaram vapores para transporte de cargas e de passageiros. Viação Central do Brasil, Companhia de Navegação do Jequitinhonha, Comissão Melhoramentos do Rio São Francisco, Companhia Viação Brasil e Empresa Viação do São Francisco foram empresas que exploraram a navegação a vapor até a primeira década do século XX. Nesse período, sobressaiu-se Januária, a antiga Salgado do século XVIII. A “Flor do Sertão”, Januária, tornou-se o principal porto e entreposto comercial do trecho mineiro do São Francisco.

Foi a chegada da Central do Brasil em Pirapora, em 1910, que levou esse município a superar Januária como principal porto mineiro. A integração da via férrea com a fluvial garantiu, na primeira metade do século, a ligação das regiões brasileiras Nordeste e Sudeste, pois a ligação ferroviária entre as duas regiões só foi efetivada em 1947, em Monte Azul. O entroncamento da Cen-

tral do Brasil com a *Viação Férrea Federal Leste Brasileiro*, no norte de Minas, se deu em época em que ainda não havia rodovia pavimentada que propiciasse outra alternativa de transporte exclusivamente terrestre. Empresas importantes na navegação a vapor do São Francisco, a partir da segunda década do século XX foram a Companhia Indústria e Viação Pirapora, a Navegação e Comércio do São Francisco, a Nascimento e Irmãos, a Navegação Mineira do Rio São Francisco, a Viação Baiana do São Francisco, a Wilson Sows e Cia., a Comissão do Vale do São Francisco, a Companhia de Navegação do São Francisco.

A segunda metade do século, marcada pelos investimentos que priorizaram o transporte rodoviário, foi também o período da decadência do transporte do sistema ferro-hidroviário. Uma iniciativa que procurou minimizar a prevalência da rodovia na matriz de transporte mineira e brasileira foi a da construção do porto de Pirapora e de um ramal ferroviário para ligá-lo ao distrito industrial local.

No dia 12 de junho de 1981 foi inaugurado o porto fluvial de Pirapora, dez anos após a assinatura do acordo firmado entre a União e o Estado para a sua construção. A solenidade de inauguração das instalações portuárias marcou também o início das obras de construção do ramal, de cerca de 10 km, que partia da primitiva Linha do Centro da Central⁷, no trecho entre Várzea da Palma e Pirapora. O ramal contou com projeto da Superintendência Regional Belo Horizonte da RFFSA e foi construído pelo 2º Batalhão Ferroviário do Exército, com sede em Araguari. No ano seguinte, ele entrou em operação, atendendo a diversas indústrias da Companhia de Distritos Industriais de Pirapora.

Muitas estradas de ferro de Minas foram construídas com vistas a um porto, marítimo ou fluvial. A Oeste de Minas, que nascera de concessão para implantação de linhas férreas da Estação de Sítio (hoje Antônio Carlos), da E. F. D. Pedro II, até um trecho navegável do Rio Grande, teve em Angra dos Reis o seu principal porto. Seu Ramal de Pitangui, no trecho da bitola de 0,76 m, esteve nos planos da administração ferroviária que o construiu, dentre outros motivos, como meio para viabilizar a integração da ferrovia com o Rio Pará, afluente do São Francisco.

Ao longo do século XX, as condições de navegabilidade dos rios mineiros, principalmente do São Francisco, foram afetadas pela generalização e intensificação das ações predatórias de desmatamento, de extrativismo e outras de cunho poluidor. Dados o assoreamento e a degradação dos rios, a integração da ferrovia é hoje feita com os portos marítimos e com as rodovias.

A REVOLUÇÃO DOS TRANSPORTES

Os caminhos coloniais e ferroviários estão associados a grandes mudanças operadas nos contextos político, econômico, social e cultural de Minas Gerais. Muitas dessas mudanças estão relacionadas com uma característica do setor de transportes, que é a necessidade de grande inversão de capitais antes que os lucros sejam colhidos. Isso se deu com as tropas que trafegavam nas estradas reais e imperiais e com as ferrovias dos períodos imperial e republicano.

7. A primitiva Linha do Centro ou Linha Tronco, a linha principal da Central do Brasil partia do Rio de Janeiro e chegava a Pirapora (1910), transpondo o Rio São Francisco, para lançar mais 2 km de linhas somente (1922). A partir da ligação da Central com a Leste Brasileiro (1947), a Linha Tronco passou a ser Rio de Janeiro-Monte Azul, no norte de Minas.

A formação de uma tropa exigia elevados recursos, o que explica a presença, nesse ramo de atividades, para os primeiros tempos da exploração de ouro, de comerciantes e de proprietários de terras provenientes de outras regiões brasileiras, onde encontraram condições para acumular capital a ser investido na região mineradora. O tamanho da tropa era determinado pelas condições financeiras do seu proprietário que precisava adquirir os animais, remunerar o pessoal, comprar escravos, alimentar os animais e os homens durante a viagem, comprar utensílios para o preparo dos alimentos, reparar ou renovar constantemente os arreios, os tecidos, as bruacas e outros apetrechos que se desgastavam com o uso. Quanto maior a tropa, maior a capacidade de transporte e o lucro, porém, mais elevada a despesa.

O capital financeiro necessário à construção das ferrovias era, em grande parte, proveniente do exterior, pois os custos de implantação de uma estrada de ferro excediam os dos tradicionais negócios brasileiros à época, além de despertar desconfiança dos investidores nacionais que desconheciam esse meio de transporte. Na estrada de ferro, o principal elemento a determinar a capacidade de transporte são as condições da via. Em condições ideais, maior a bitola, maior a capacidade e a produção de transporte, mas mais elevados os custos de construção e de manutenção. Gastam-se mais com aterros, cortes, trilhos, dormentes, pregação de trilhos, obras de arte como pontes, túneis, bueiros, etc., pois tudo deve atender ao trem que é mais largo. Não é outra a razão que explica a pluralidade de bitolas em território mineiro: variando de 0,60 m a 1,60 m, buscou-se sempre a economia. Das condições da via igualmente depende a capacidade de tração. Trens enormes e pesados, tracionados por várias locomotivas, exigem uma via permanente mais larga e, claro, o material rodante neste caso, também é mais caro.

Tropas e ferrovias significaram para seus contextos históricos uma inovação em muitos sentidos. Além dos altos custos e da especialização dos transportes, elas inauguraram novas formas de relações comerciais; no caso específico da estrada de ferro, relações verdadeiramente capitalistas. O nível tecnológico exigido, a complexidade da operação desses transportes, a racionalidade na formação da tropa e do trem, a diversidade de funções requeridas para o transporte, a indústria direta ou indiretamente fomentada por esses transportes, são elementos a serem considerados no papel revolucionário que desempenharam na economia mineira e nacional.

Novidade para os contextos históricos dos caminhos coloniais e ferroviários foi o surgimento de uma burocracia que tanto se fez visível na hierarquia que ordenava os diversos fazeres, quanto na atenção com a documentação que conformava as práticas burocráticas. No período colonial, muitos tropeiros mantinham registro contábil e passavam recibos dos serviços contratados, não se fiando somente na oralidade para o controle de seus acordos e negócios. Nos postos de arrecadação dos direitos de entrada e de impostos sobre mercadorias se fazia rigoroso registro de tudo. Um escrivão fazia anotações que incluíam a identificação e a descrição do viajante, a medição e quantificação de suas mercadorias e a quantia a ser paga. Houve época, em que os comerciantes tinham autorização para quitar a dívida no regresso da viagem, após efetuarem a venda de seus produtos, o que implicava em guias especiais a serem emitidas para o controle do pagamento devido futuramente. Durante os períodos em que vigoraram as proibições de circulação de ouro em pó ou de certas moedas nas Minas, os viajantes precisavam trocar seu ouro ou moedas nos

registros, o que também resultava em novos documentos. E, conforme visto anteriormente, as guias e documentos das casas de fundição, que atestavam a propriedade do ouro e o pagamento do imposto, eram fiscalizadas. Boiadas, porcadadas, carneiradas e tropas eram também minuciosamente registradas, para o pagamento dos direitos da Coroa.

Ao longo dos caminhos reais, os núcleos urbanos que ganhavam o *status* de vilas também conheciam maiores rigores em sua burocracia. Símbolos da nova condição desses núcleos eram a Casa de Câmara e Cadeia, o pelourinho e o livro onde se registrava o termo de inauguração da vila. Na era da ferrovia, acontecia coisa semelhante. A inauguração da estação também era registrada em livro próprio, que ficava em suas dependências e no qual, posteriormente, eram anotadas as principais ocorrências ligadas à sua operação e jurisdição: acidentes, incêndios, roubos e outras. Havia também, livros de reclamações do público, onde irregularidades na prestação dos serviços ferroviários eram criticadas e clientes e usuários da estrada buscavam meios de serem ressarcidos de seus prejuízos. Esses documentos revestem-se, hoje, de suma importância para o conhecimento de fatos históricos, porque, em muitos casos, são as únicas fontes conhecidas para a reconstrução da história ferroviária.

Nas estradas de ferro, a operação dos transportes exigia todo tipo de registro, havendo formulários próprios para tudo. Os telegramas em serviço também implicavam em grande produção de documentos, apesar da linguagem enxuta. Na seqüência, um exemplo de economia dessa linguagem colhida do anedotário ferroviário. Se fato verídico, não dispomos de informações sobre local de ocorrência ou data; se fictício, não desmerece o que o motiva: a crítica à burocracia. E, claro, maior graça lhe confere o nome do protagonista que remete à nacionalidade que mais inspira nosso humor:

Certo dia, um passageiro despachou uma cesta de verdura, porque o passageiro não podia levá-la consigo dentro do carro, tendo o despacho sido feito através da guia nº 45. No mesmo trem, com guia nº 38, viajava despachado, no carro-bagagem, um cabrito. Mas, acontece que, durante o percurso, o cabrito comeu a verdura e quando o trem chegou ao destino, a cesta estava vazia. Aí o chefe do trem telegrafou ao seu superior, nestes termos: "Sr. Chefe do Movimento. A guia nº 38 comeu a guia nº 45. Conductor Manoel." (SCHOPPA, 1999: 66).

A diversidade de funções exigidas pelos transportes de tropas e ferrovias também requeriam trabalhos especializados. Para as tropas, por exemplo, relatos de viajantes estrangeiros que percorreram as vias coloniais e imperiais dão-nos conta da rotina e da especialização dos trabalhos que envolviam o tropeiro, à frente da caravana, que muitas vezes contava com um ajudante; o arrieiro que cuidava de preparar os animais, arrumando-lhes as cargas e, nas paradas, descarregando-os e raspando-os com uma raspadeira; e os tocadores, que conduziam os animais na viagem.

Nas estradas de ferro, a especialização e o contingente de trabalhadores eram muito maiores dividindo-se nos setores ligados à linha e seus equipamentos, do tráfego e da tração. E, seguindo tradição inaugurada por Pero Vaz de Caminha, autor do primeiro documento da História do Brasil, que ao final do relato das primeiras experiências em terras brasileiras, pediu ao rei de Portugal um emprego para parente seu, não faltaram práticas clientelistas e nepotistas. Nesse sentido, o período republicano, de maior quilometragem de linhas, é claro, foi mais nocivo à administração

das ferrovias do que o imperial. O rodízio de governantes implicava em negociar apoio com parlamentares, empresários, políticos, proprietários de terras e outros poderosos, traduzido, muitas vezes, em colocações, transferências ou promoções para os apadrinhados. Mas essas, é óbvio, não eram as únicas moedas de barganha, pois concessões para implantação ou prolongamento de ferrovias ou medidas protecionistas para as estradas de ferro também eram assim obtidas.

O empreguismo que assolou o meio ferroviário, estatal em longos períodos, sempre foi motivo de críticas e de justificativa para o processo de desestatização, efetivado na década de 1990. Sobre esse assunto, tem o que testemunhar esta autora, que na Unidade de Documentação da Regional Belo Horizonte da RFFSA, nos anos de 1999 a 2001, pesquisou a correspondência diária dos Superintendentes Regionais, produzida no período de 1976 a 1985. Parte considerável dessas *cartas* que são cópias das correspondências enviadas pela Superintendência refere-se às dezenas e dezenas de indeferimentos para solicitações de empregos, a maioria, encaminhada por políticos, sendo que muitos deles tinham tal prática como corriqueira. Como não foi analisado um só documento que confirmasse atendimento ao pedido de emprego, nos vemos diante de duas hipóteses: ou a Regional Belo Horizonte era uma exceção nesse universo estatal, resistindo bravamente às pressões políticas, ou os pedidos atendidos o eram extra-oficialmente, não gerando nenhum tipo de registro que compromettesse as partes envolvidas. Certo é que houve casos em que se tornou público o processo de preenchimento de vagas, como em novembro de 1983, quando, em apenas dois dias, 30 mil pessoas se candidataram aos cargos de artífice mecânico, técnico em eletrônica, técnico em laboratório, desenhista, motorista, auxiliar de serviços gerais, e outros (*Estado de Minas*, 12 nov. 1983).

Fato é que ocupando cargos de chefia ou burocráticos, principalmente, não faltaram os inadequados para as tarefas que lhe eram exigidas. Relatos da incompetência e do “corpo mole” de muitos ferroviários abundam nos registros históricos e técnicos e são abaixo exemplificados pelo episódio da época da encampação do Ramal de Diamantina, pela Central do Brasil:

No Escritório, encaminhamos no “serviço”, isto é, nas “prerrogativas do ponto” aquelas duas virtuosas crias do honrado Ministro Francisco Sá: o Mourão e o Marcelo.

Encaixados às pressas na “encampação”. Ambos valetudinários; ambos imprestáveis de nascença. Ambos choutões, náfegos, encambitadores: inadequados à sela; refretários à cangalha. Mas boas, inocentes criaturas; amigos de infância, familiares do Ministro, ao qual se dirigem por cartas diretas, amiúde.

Pomos o Mourão a não fazer nada; a “tomar conta do Pote”. E o Marcelo briosamente responde, quando interpelado, que a sua função própria é de “ajudante do Mourão”!... (FREITAS, 1953: 26).

Espirituosa consideração sobre a incompetência no meio ferroviário foi produzida por um chefe da Estação de Juatuba, da antiga Oeste de Minas, depois Rede Mineira de Viação e, então, Regional Belo Horizonte da RFFSA:

DXTALHANDO

EXTA MÁQUINA X' XXCXCXNTX, A NÃO SXR POR UMA ÚNICA TXCLA: AS OUTRAS 26 LXTRAS FUNCIONAM MUITO BXM. MAS BASTA UMA PALXRMA X O

CORXTO SX ABAGUNÇA.

A RFFSA TXM O MXSMO PROBLXMA...

[...] POSITIVAMXNTX A PRODUÇÃO POR HOMXM X' O QUX DXTXRMINA A BALANÇA FAVORÁVXL OU DXFICITÁRIA DX UMA EXMPRXSA. XXISTXM DIVXRSOS MOTIVOS PARA O XSTACIONAMXNTO OU QUXDA DX UMA XMPRXSA X UM DXLXS X' O SIMPLXS FATO DX QUX UM DX NÓS, XM CADA SXÇÃO OU SXTOR, DXIXOU DX PRODUZIR O QUX DXLX SX RXQUXRIA.

TOMXMOS POR EXXMPLO UM SXTOR COM 27 XLXMXNTOS. CASO UMA PXSSOACHAVX SX MOSTRX INOPXRANT OU PALXRMA VAI "DXRRUBAR" A PRODUÇÃO TANTO QUANTO ACONTXCX NXSTX ARTIGO COM RXFXRXNCLA À LXTRA "X", QUX DXIXOU DX PRODUZIR. NUM CONTINGXNTX DX TRABALHO COMO O DA RXDX, QUX CONTA COM UM XLXVADO XFXTIVO, A PROPORÇÃO DE 1 PARA 27 DARIA QUANTOS PALXRMAS PARA VICLAR O ORGANISMO?

X VXJA QUX O TXOR "PALXRMÁTICO" DA RXDX TXM UM ÍNDICX MUITO MAIS XLXVADO DO QUE UM POR VINTX E SXTX, TAL COMO O DXSTA MÁQUINA [...]

(Paulo Rocha. Chxfe da Xstação de Juatuba. *SR-2 Notícias*. 19 dez. 1982: 4).

Se tropas e ferrovias revolucionaram a técnica e os trabalhos de transportes, coube-lhes também o papel de promotores de uma revolução econômica, incentivando direta ou indiretamente, muitos setores econômicos. No período colonial, a manufatura do couro, a clandestina do ferro, a da tecelagem mais grosseira e a produção de milho tiveram um grande incremento com as tropas. A montagem da tropa exigia muitos artigos de couro, diferentes panos e muitas ferraduras e, diariamente, rações de milho eram dadas aos animais. Benévolo nos informa que a substituição das tropas pela ferrovia provocou uma verdadeira crise de superprodução do cereal, cujo consumo caiu vertiginosamente nos trechos dos antigos caminhos reais que passaram a ser servidos pelos trens (BENÉVOLO, 1953: 66).

Diferentes ofícios surgiram nas Minas para atender às necessidades das tropas, como o de ferrador que colocava ferraduras nos animais e servia-lhes, muitas vezes, de veterinário; o barganhista, que fazia permutas de animais de sela ou de transporte; o "adomador", que montava pela primeira vez os grandes animais chucros; o "paulista", amansador de bestas que usava técnicas de adestramento à maneira de São Paulo; o peão, amansador de eqüinos e muares à maneira do norte de Minas; o "amontador", que montava os animais bravios para "chegá-los no jeito"; e o "acertador" ou picador, que acertava a marcha dos animais (TORRES, 1962: 1120-1121).

Já as ferrovias propiciaram o desenvolvimento da indústria extrativa de madeira para a confecção de dormentes e para a produção da lenha queimada nas caldeiras das locomotivas; da mineração e da siderurgia para a produção de trilhos, pontes e ferragens variadas; da indústria de material rodante - locomotivas, vagões e carros de passageiros; da indústria extrativa de pedras usadas como lastro; da indústria de confecções para atender à necessidade de uniformes para os ferroviários; da indústria de vidro para janelas de carros; e da construção de estações, armazéns e oficinas.

As conseqüências indiretas de tropas e estradas de ferro para a agricultura, a pecuária, o extrativismo, a indústria e o comércio, em geral, são tanto notáveis quanto de difícil mensuração. Sendo ambas, os meios de transporte por excelência de suas épocas, nada do que se produzia era transportado de outras formas. Muitos produtores tinham suas tropas particulares, mas os menores recorriam aos tropeiros, vendendo-lhes a produção ou encarregando-os de negociá-la em outras regiões. Com as ferrovias, as muitas linhas e desvios particulares que atendiam estabelecimentos industriais apontam para a dimensão da economia fomentada pela ferrovia. A título de exemplo, temos na jovem capital mineira, a inauguração, em 1913, de seu primeiro desvio ferroviário para atender a um empreendimento industrial, uma serraria, a de Garcia de Paiva & Pinto (PENNA, 1997: 138), hoje importante marco cultural da cidade que abriga eventos de naturezas diversas.

Com o comércio não foi diferente. Inicialmente, nos caminhos coloniais havia os pousos que eram meros telheiros sob os quais tropeiros e viajantes acampavam, podendo contar com água para si e para os animais. Os proprietários dos pousos lucravam então com o comércio de milho para os burros. Passou-se então aos ranchos, acomodações precárias para os viajantes. Mais tarde, vieram as vendas que cumpriam a função de mercearia e de hospedaria, e, posteriormente, as estalagens, com melhor estrutura para acomodação e alimentação dos viajantes. De maneira geral, os primeiros negócios contavam exclusivamente com produtos das fazendas situadas às margens das vias; com o tempo, além da refeição - geralmente à base de carne suína, farinha de milho e de mandioca, feijão, doces locais, rapadura e aguardente -, podia-se, nesses estabelecimentos comerciais, encontrar vela, fumo, tecido, livro de missa e muitas outras mercadorias provenientes de outras regiões.

A relação ferrovia-comércio é igualmente profícua e, novamente, recorreremos a exemplo da história da capital mineira. Ao ser inaugurada, Belo Horizonte ligava-se à primitiva Linha do Centro da Central do Brasil, de bitola métrica. Com a construção da Linha do Paraopeba, integralmente inaugurada em 1919, Belo Horizonte se ligou ao Rio de Janeiro diretamente pela bitola larga. Como a antiga Estação de Minas, construída pelo Estado de Minas Gerais, mostrara-se inadequada para o aumento do tráfego então previsto para a capital, tratou-se de demoli-la e de construir uma maior. A atual estação, que hoje abriga o Museu de Artes e Ofícios, foi inaugurada em 1922. A placa comemorativa da solenidade foi oferecida pela Associação Comercial da cidade, como prova de seu reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados pela Central do Brasil ao comércio de Belo Horizonte (PENNA, 1997: 185).

A relação entre o comércio e a estrada de ferro fica evidente nos endereços de estabelecimentos. Anúncio de casa comercial incluía, obrigatoriamente, a informação da ferrovia que servia a localidade onde ela se situasse. A inclusão da estrada de ferro nos elementos que indicavam a localização de casas comerciais que se promoviam por meio dos jornais e revistas, certamente lhes atribuía ares de cosmopolitismo. No caso de localidades servidas pela Central, principal ferrovia brasileira que as ligava diretamente à capital da república, aberta ao comércio internacional, podiam os estabelecimentos comerciais dispor das novidades e dos melhores produtos que pelos trilhos chegavam para satisfazer às necessidades de consumo dos clientes. Ademais, grande *status* a

menção da ferrovia lhes conferia, pois, sinal evidente da modernidade, ela não somente detinha o poder de inscrever no mapa localidades antes inexistentes ou desconhecidas, como possibilitava glórias maiores àquelas já tradicionais e àquelas agraciadas com as menores quilometragens de suas linhas (CAMPOS, 2002: 73). E havia sempre a possibilidade de, por meio dos entroncamentos ferroviários e dos regimes de tráfego mútuo mantidos pelas empresas ferroviárias, transportar-se qualquer coisa, para qualquer lugar, desde que servido por trilhos.

Com tantos negócios, tropas e ferrovias significaram prosperidade para muitos, principalmente para tropeiros e ferroviários. O ouro das Minas produziu uma nova sociedade, na qual qualquer relação comercial era feita com ouro e, apesar dos preços exorbitantes, a possibilidade de enriquecimento espreitava à porta de muitos. Se a regra foi a miséria e uma vida repleta de carências, muitas histórias pessoais de mineradores, de comerciantes, de funcionários públicos e até de escravos justificam os mitos de opulência e de riqueza das Minas Gerais. Com a circulação dessa riqueza, era nas mãos dos tropeiros que recaíam os frutos do trabalho e da sorte de muitos.

As estradas de ferro estão intimamente relacionadas com a inauguração do capitalismo industrial e financeiro no Brasil. Quando criada, a D. Pedro II era a empresa de maior capital do país; atrás dela, nada menos que o Banco do Brasil. O quadro abaixo apresenta as seis maiores empresas registradas no Tribunal do Comércio da Capital do Império, de 1850 a 1865 (EL-KAREH, 1980: 58):

RAZÃO SOCIAL	CAPITAL
Cia. Estrada de Ferro D. Pedro II	38.000:000\$000
Banco do Brasil	30.000:000\$000
Banco Comercial e Agrícola	20.000:000\$000
Cia. Seguros Marítimos e Terrestres	16.000:000\$000
Cia. Seguros Marítimos e Terrestres Fidelidade	16.000:000\$000
Cia. Reformadora	10.000:000\$000
Fonte: Mapa das Companhias ou Sociedades Anônimas registradas no Tribunal do Comércio da Capital do Império de 1850 a 1865. (EL-KAREH, 1980: 58).	

A revolução do ponto de vista do capital, também alcançou o trabalho, pois *o empreendimento exigia não só uma soma fabulosa de dinheiro, mas também um nível elevado das forças produtivas* (EL-KAREH, 1980: 59). Nos primeiros tempos, nas ferrovias brasileiras, essa força produtiva era bem remunerada. Estrangeiros que vinham como técnicos ferroviários percebiam altos salários para a sociedade brasileira da época, então marcada por relações pouco monetarizadas. Para os trabalhadores nacionais, a organização administrativa da ferrovia que estabelecia hierarquias para as diferentes categorias funcionais representava oportunidades de ascensão social. Nesse contexto, a proteção dada ao trabalhador ferroviário merece destaque, pois coube à ferrovia a primeira legislação previdenciária do Brasil. A Lei Eloy Chaves, de 24 de janeiro de 1923, criou, em cada uma das empresas ferroviárias do país, uma Caixa de Aposentadoria e Pensão para os seus empregados. Inovadora e de caráter incluyente, a lei considerava empregados com direitos previdenciários tan-

tos os que recebiam salário mensal, quanto os diaristas, de qualquer natureza, que prestavam serviços de caráter permanente.

A PECUÁRIA E OS CAMINHOS DE MINAS

De maneira geral, os caminhos coloniais e as ferrovias confirmaram e determinaram as vocações das regiões econômicas de Minas Gerais. Seus traçados marcaram grandes áreas de negócios agropecuários, extrativistas ou industriais. Destacamos a seguir, a pecuária e a mineração, pois o gado bovino e os minerais representaram parcelas expressivas dos transportes mineiros, havendo uma especialização dos transportes por eles exigidos. Ademais, nesses produtos, percebe-se a permanência de funções dos caminhos terrestres e a continuidade de práticas econômicas que venceram os séculos.

A história da pecuária mineira está diretamente ligada aos caminhos coloniais, quando se desenharam as primeiras áreas pastoris do Estado. O gado bovino teve grande importância nas Minas, antes mesmo da criação da Capitania de São Paulo e das Minas do Ouro, em 1709, porque a carne era um dos principais produtos consumidos pela população que se instalara na região da mineração, ainda carente de uma estrutura produtiva para atender à súbita e volumosa demanda. A crise de abastecimento era grande, fazendo com que

[...] de São Paulo, de Curitiba, da Bahia e de Pernambuco partissem boiadas sobre boiadas, para suprir os habitantes das Gerais. A fome de carne era tal que, nos primeiros tempos, depois de esgotados os diminutos estoques paulistas, foram para as minas até bois mansos, bois de carro, velhos demais para o corte. (ZEMELLA, 1990: 174).

A relevância desse comércio, ao lado da questão da posse de áreas de mineração do ouro, foram os fatores determinantes para o primeiro grande conflito armado da região: a Guerra dos Emboabas.

Para o transporte do gado, as condições das vias não pesavam tanto porque eles mesmos se transportavam (PRADO JÚNIOR, 2000: 265). O Caminho da Bahia, surgido da ocupação do vale do Rio São Francisco e de alguns de seus afluentes por fazendas de criação de gado, já fora parcialmente usado no abastecimento de carne para os engenhos nordestinos. Com a descoberta do ouro, passou a desempenhar semelhante papel nas áreas mineradoras. Ao longo das vias fluviais se formaram muitos currais que, periodicamente, enviavam suas boiadas para os povoados e vilas mineiras.

Importante legado dessa história é o topônimo Currálinho, antigo nome do município de Corinto. A região, ocupada inicialmente em 1701, ficava na “estrada que vinha dos currais” e teve sua trajetória marcada pela passagem do gado até o terceiro quartel do século XX, quando as composições ferroviárias dele se encarregavam. Curioso registro o é de um engenheiro ferroviário que foi transferido para Currálinho e que, fazendo restrições ao cargo de engenheiro residente que assumia, relata ter contribuído para a mudança do nome do lugar: [...] “Engenheiro Residente”, e de “Currálinho”... Realmente é de apavorar. Tratamos de apressar a mudança do nome à estação. Corinto. Engenheiro Residente, sim; mas não de Currálinho... (FREITAS, 1953: 23).

Com a decadência da mineração do ouro, diversificou-se a economia mineira, que encontrou na pecuária forte vocação, confirmando tendência já evidente. Em pouco tempo, de importadora,

Minas passou a exportadora de gado. A região de São João del Rei e o Sul de Minas, já produtoras de bovinos, abasteceram o Rio de Janeiro, sobretudo após a chegada da Corte Portuguesa. O Sul de Minas era, então, a principal área abastecedora do mercado carioca, para o qual contribuía também com sua grande produção de suínos e derivados.

O consumo de carne de porco, tradição na culinária mineira, fora uma necessidade desde os primeiros tempos coloniais. Criados nos quintais, com as sobras alimentares e com o milho cultivado na capitania, os porcos tornaram-se a fonte de carne de maior consumo entre os mineiros, pois era mais acessível que a carne bovina, encarecida com os pesados tributos metropolitanos. Essa criação, desde cedo incentivada pelas autoridades que nela viam uma solução para se evitar crises de abastecimento, especializou-se a ponto de, ainda no século XVIII, Minas atender ao mercado popular do Rio. Além das boiadas, enormes porcadas transitaram por trechos dos Caminhos Velho e Novo e pelas estradas construídas no século XIX, a Estrada da Polícia e do Comércio, havendo volumosa documentação de suas passagens nos registros oficiais. Alcir Lenharo levantou dados sobre a passagem, em dezembro de 1829, de tropas, porcadas, boiadas e carneiradas em registros, indicando a participação da produção mineira e paulista no abastecimento do Rio de Janeiro:

Exportações Mineiras	Exportações Paulistas
28 tropas	15 tropas
16 porcadas	1 porcada
12 boiadas	6 boiadas
1 carneirada	-----
Fonte: LENHARO, 1979: 84.	

Nota: O autor identifica, para os meses de dezembro dos anos 1824, 1825, 1826 e 1827, uma média de 92 bois por boiada, 134 porcos por porcada e 80 carneiros por carneirada.

Na República Velha, os caminhos do gado já eram também ferroviários. Enquanto Minas não dispunha de uma indústria para processamento da carne, o gado em pé continuou sendo transportado para o Rio de Janeiro, sendo comprado pelo Frigorífico Anglo que o beneficiava. Ainda na época do Café-com-leite, frigoríficos foram criados em diversas zonas mineiras: Mata, Sul, Triângulo e Norte, substituindo, em parte, o transporte do gado em pé pelo da carne congelada, pois as ferrovias contavam com vagões frigoríficos.

Nos trechos de bitola métrica da Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, mais ao norte do Estado, e nos ramais de Pirapora e de Diamantina, as cargas mais expressivas, no início da década de 1930, eram o gado e a madeira. A madeira não durou muito, mas o gado teve relevância até a década de 1970, cabendo à ferrovia dar continuidade ao trabalho dos antigos boiadeiros, negociantes de gado que o adquiriam nas fazendas para vendê-lo nas vilas e cidades de

Minas Gerais.

A ferrovia transportava qualquer tipo de animal, desde que atendidas as condições de segurança para o transporte: cavaleiros e muaras, encabestrados; pequenos animais e aves em gaiolas, engradados ou em viveiros; cães, macacos e outros animais domesticados, amordaçados e acorrentados; animais ferozes ou perigosos, enjaulados; cobras e outros animais venenosos, acondicionados em caixas apropriadas. Animais de estimação ou de luxo podiam ser levados nos carros, junto dos passageiros, desde que o seu transporte fosse autorizado pelo chefe do trem e que nenhum passageiro apresentasse objeção. Nesses casos, a ferrovia cobrava a tarifa, mas não se responsabilizava pela segurança do animal. Também se transportavam ovinos, caprinos e suínos, contudo, eram os bovinos as principais cargas vivas das ferrovias que contavam com grande frota de vagões próprios para o seu transporte (AZEREDO, 1960).

Nos séculos XVIII e XIX, as boiadas formadas por centenas de cabeças marchavam ininterruptamente, vencendo, em média, três léguas diárias e exigindo a mão firme de um capataz que coordenava os tocadores, cada um responsável por cerca de 20 animais (PRADO JÚNIOR, 2000: 266). Nas ferrovias, os trens de gado tinham preferência na circulação; com carga viva, não podiam ficar horas e horas encostados nos pátios ferroviários, aguardando o cruzamento de trens que circulavam em sentido contrário. Quando os animais ocupavam um vagão completo, permitia-se que um tratador viajasse no mesmo trem para acompanhá-los, pagando uma passagem de segunda classe. Já quando o gado transportado era numeroso, formando um trem completo, até dois tratadores podiam viajar de graça, para acompanhar os animais. Se fossem necessários mais homens, os excedentes pagavam passagem de segunda classe. Para acompanhar os animais, os tratadores costumavam estender uma rede dentro do vagão de gado, onde descansavam. Além dos cuidados com a alimentação do gado, que recebia forragem durante a viagem, os tratadores ficavam atentos para que nenhum animal se deitasse e acabasse pisoteado pelos outros. Para isso, espetavam o animal com uma vara com um agulhão, o chuço, popularmente chamado de “xuxo”.

Há muitos relatos no meio ferroviário de acidentes ocorridos com trens de gado e que causavam transtornos de toda natureza. Quando havia um descarrilamento, além das tarefas necessárias ao reparo da linha e à colocação do material rodante nos trilhos, a equipe de socorro ainda tinha que enfrentar os animais enfurecidos, machucados e assustados. Além de serem atacados pelos animais, os ferroviários ainda tinham que capturar aqueles que se dispersavam pelos arredores, em francas debeladas. Nessas ocasiões, porém, havia a possibilidade de uma saborosa recompensa pelo trabalho árduo: um churrasco.

As rotas de gado, na ferrovia, eram bem demarcadas pela existência da diferença de bitolas. Contudo, havia em alguns locais, a baldeação dos animais de um trem para outro da mesma estrada de ferro ou de outra ferrovia em regime de tráfego mútuo. Algumas estações contavam com uma estrutura maior para o embarque e o desembarque do gado, chegando a existir até curral e pasto mantidos por empresa ferroviária.

O mercado do Rio de Janeiro, até mais da metade do século XX, continuou recebendo gado em pé de Minas. Na segunda metade do século XX, a ação estatal levou à criação do frigorífico Frimisa, em Santa Luzia, que passou a receber grande parte do gado da bitola métrica. Com o de-

envolvimento da malha rodoviária do Estado e o incremento da indústria frigorífica de Montes Claros, do Sul de Minas, da Zona da Mata e do Triângulo, os trens de gado desapareceram.

A MINERAÇÃO E OS CAMINHOS DE MINAS

Nenhuma atividade econômica foi tão determinante para os caminhos terrestres de Minas, quanto a mineração. O ouro e o minério de ferro orientaram a construção de caminhos e foram sua principal carga.

As estradas reais tiveram sua existência devida ao ouro porque serviam para o seu escoamento até os portos marítimos. Os registros nelas instalados tinham como principal objetivo fiscalizar a saída do ouro extraído nas Minas. Nas travessias de rios ou pontes e nos registros, cobrava-se pedágio e direito de entrada sobre viajantes, animais de cargas e mercadorias que fossem para as regiões mineradoras. Dessa maneira, de forma direta, tributando o ouro exportado, ou indireta, tributando atividades ligadas às áreas mineradoras, como as de abastecimento, os caminhos reais construíram sua história numa íntima dependência do ouro. Nas estradas reais, não faltou, é claro, o ouro velado, não declarado, desencaminhado de tudo quanto era jeito. No santo de pau-oco, na carapinha, na bruaca...

Esgotado o ouro de aluvião, de fácil extração, sua exploração no século XIX coube aos que dispunham de elevado capital e tecnologia. Entraram em cena as grandes companhias, possíveis graças à permissão dada aos estrangeiros, em 1826, para constituírem empresas em terras mineiras. Um incentivo para tais empreendimentos foi dado também pela adoção do padrão ouro em muitos países europeus, o que resultou na maior procura pelo nobre metal. Das companhias que se formaram, uma brasileira, organizada pelo alemão Barão Guilherme Von Eschwege, se destacou pelo pioneirismo na iniciativa tupiniquim: a Sociedade Mineralógica, que, em 1819, deu início à exploração da Mina da Passagem, em Mariana. Outras empresas nacionais foram criadas, mas a maioria não foi bem-sucedida. Destacaram-se, mesmo, as estrangeiras, dentre elas a Imperial Brazilian Association, de 1824, explorando ouro nas minas de Gongo Soco, Cata Preta, Antônio Pereira e Serra do Socorro e a St. John d'El Rey Mining Limited, de 1830, que explorou Morro Velho, em Nova Lima.

O ouro inesgotável de Morro Velho, assim pareceu-nos até 2003, quando após 169 anos de exploração subterrânea, a mina encerrou suas atividades, sendo explorada por ingleses, brasileiros e sul-africanos. Parte de sua história foi traçada pelas linhas da Central do Brasil e da pequena Estrada de Ferro Morro Velho, de propriedade da mineradora St. John d'El Rei Mining.

Em 1913 a Companhia inaugurou sua ferrovia de pouco mais de oito quilômetros, em bitola de 0,66m, ligando Nova Lima a Raposos, locais onde mantinha minas em atividade. Essa ferrovia foi a segunda do Brasil a ser eletrificada, já no ano seguinte, e transportou até 1963, muito ouro e operários, além da população de ambas as localidades. O “bondinho da Morro Velho” oferecia três ou quatro carros de passageiros com capacidade para 24 passageiros assentados, cada um. A oferta de horários era grande, possibilitando a conexão com os trens de diversas categorias da Central. A baldeação para a Central, de passageiros e da preciosa carga, era feita na estação de Ra-

posos. Até 1977, a estrutura do pátio desta estação ainda guardava marcas dessa história. Já não havia os trilhos da pequena ferrovia, mas existia a plataforma de embarque/desembarque da bitolinha, onde, cumprindo a tradição colonial, o ouro mineiro seguia para o porto Rio de Janeiro e ganhava o oceano.

O ferro, apesar das proibições coloniais para sua fabricação, também fez história na capitania. Numerosas forjas clandestinas localizavam-se ao longo dos caminhos reais. Revogada a proibição do fabrico do ferro, em 1795, e após a vinda de D. João VI para o Brasil, a extração do minério de ferro e a metalurgia foram incrementadas com a vinda de técnicos estrangeiros como o alemão Eschwege e o engenheiro francês Jean Monlevade. Esses estrangeiros e outras pessoas da região das Minas foram responsáveis pela criação de fábricas de ferro na primeira metade do século XIX em Congonhas, Caeté, São José de Piracicaba, Camargos, na região de Mariana e em locais próximos ao Serro. Essa mineração de ferro e a nascente metalurgia mineira seriam continuamente incrementadas, pois a zona Metalúrgica, principal área de ocupação colonial do território mineiro veria na abundância do ferro a continuidade do fausto do ouro e, nos caminhos ferroviários, uma alternativa para os antigos caminhos reais.

O eixo ferroviário de Minas Gerais, a D. Pedro II, teve sua chegada e expansão inicial determinada pelo café. Contudo, as ricas jazidas de minério de ferro da província, depois do estado, cedo lhe apontaram os rumos desse transporte. O minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero foi sistematicamente pesquisado e explorado e as fábricas de ferro do século XIX e início do XX foram servidas por linhas férreas, única modalidade de transporte capaz de atendê-las. Em Itabirito, merece destaque a Estação de Esperança, na Linha do Centro, inaugurada em 1891, para atender à antiga Queiroz Júnior que também mantinha uma instalação de altos fornos para fabricação de guza em Burnier, servida por linhas férreas. Em Sabará, no antigo Ramal de Santa Bárbara, a Estação Siderúrgica atendeu à antiga Companhia Siderúrgica Mineira, que a partir de 1921, se tornou Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Neste mesmo ramal, outras estações atenderam instalações de preparo do ferro, como a Estação de Gongo Soco, de 1911, e a de José Brandão, de 1919, que serviu à Ferro Brasileiro, instalada em Caeté, em 1931. Digna de nota, também neste ramal, é a Estação de João Monlevade, de 1935, que permitiu a criação da segunda unidade da Belgo Mineira, dando continuidade à obra do francês Jean Monlevade.

Na primeira metade do século, em toda a Zona Metalúrgica, pequenas ferrovias construídas pelas empresas mineradoras, a maioria em bitolas mais estreitas, agilizavam o escoamento da produção. Seguem alguns exemplos: no Ramal de Santa Bárbara, a Companhia União mantinha linhas próximas a Caeté; na Linha do Centro, em Cristiano Otoni, na localidade de Cocoruto, na década de 1920, uma ferrovia de 45 km de uma empresa mineradora de manganês entroncava-se com a Central; a Companhia Santa Matilde possuía duas linhas partindo da linha Centro, uma próxima a Conselheiro Lafaiete, outra partindo da estação de Gagé, inaugurada em 1889 para atender ao escoamento do manganês. De Gagé também partia uma estrada de ferro para atender ao ferro guza produzido pela Usina da Companhia Nacional de Altos Fornos (VASCONCELLOS, 1928).

Ramais da ferrovia especialmente construídos para atender à mineração são numerosos, sendo dois dos mais importantes o de Morro da Mina, pela antigüidade, e o de Águas Claras, pela produtivi-

dade. O Ramal de Morro da Mina foi inaugurado em 1883, partindo de Conselheiro Lafaiete para atender à extração de manganês. O Ramal de Águas Claras, de 1973, da empresa Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) foi usado para a exportação intensiva do minério de ferro da Serra do Curral, que também abasteceu a grande siderurgia nacional, em Volta Redonda. Esse Ramal contribuiu de forma determinante para alterar o perfil do transporte ferroviário brasileiro que continuamente eliminou o passageiro para dar passagem ao minério, fazendo da ferrovia um verdadeiro “mineroduto”. Os trens expressos, diretos, rápidos, noturnos, subúrbios e mistos ainda são lembrados pelos passageiros que neles viajavam conforme o bolso; os mais abastados, saudosos do Vera Cruz, os mais carentes, dos “cata-jecas”.

Listar as muitas ligações da ferrovia com a mineração e com a siderurgia ao longo do século XX é tarefa que mereceria um estudo à parte que contemplasse todo o parque siderúrgico mineiro. Não é nossa proposta. Mas cabe aqui a referência da continuidade dessa história que resultou no controverso projeto da Ferrovia do Aço. Anunciada em 1975 como a maior obra da engenharia ferroviária da América Latina, antes da conclusão do seu projeto de engenharia, e a ser construída em tempo recorde, mil dias, a Ferrovia do Aço teve sua construção e início de operação arrastados por mais de uma década e, ainda hoje, só parte do projeto foi realizada. As recorrentes paralisações e os anúncios infrutíferos de retomadas de investimentos valeram à “Ferrovia dos Mil Dias”, outro apelido: “Ferrovia do Aço”. A grandiosidade do projeto que incluía numerosos e extensos túneis, pontes e viadutos foi motivo de críticas da sociedade e de setores técnicos que a julgaram desnecessária, face ao seu traçado paralelo ao da Linha do Centro da Central do Brasil, que, contando com as melhorias adequadas, atenderia satisfatoriamente à finalidade de incrementar a expansão da siderurgia e a exportação mineral do país. Verdadeiramente “Ferrovia do Minério”, ela contou com recursos da MBR, recompensada pela isenção de fretes, e resultou em participação significativa na dívida externa brasileira.

Em Minas Gerais, as linhas férreas da Central do Brasil não foram as exclusivas do minério. Papel de maior destaque coube à Estrada de Ferro Vitória-Minas que construiu sua história, desde o berço, sobre o ferro das Gerais. No período colonial, as proibições de exploração do território para fins não mineradores levaram à inexistência de caminhos oficiais que ligassem Minas ao Espírito Santo. No período republicano, foram também os interesses mineradores que levaram à criação dessa ferrovia, que sempre foi objeto de conflitos e aproximações de interesses estrangeiros e nacionais.

Sob gestão da Companhia Vale do Rio Doce, a partir de 1942, a Vitória-Minas melhorou suas condições técnicas, retificando traçado e investindo na via permanente, o que lhe valeu a posição de estrada de ferro de bitola métrica mais rentável do mundo, pois otimizou a exportação do minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero, principalmente da região de Itabira. O desenvolvimento do parque industrial do Vale do Aço – Ipatinga, Acesita e Coronel Fabriciano – reforçou o sucesso financeiro dessa ferrovia. Exceção no universo nacional de déficits contínuos do setor ferroviário, a eficiência da Vitória-Minas explica-se, em boa parte, pelo fato dela servir aos interesses da mineradora, não sendo exclusivamente uma empresa de transportes voltada para cargas e passageiros como as outras estradas de ferro do país. A participação da Vale do Rio Doce no

sistema ferroviário atual do Brasil, assumindo a operação de parcela significativa da malha ferroviária da antiga RFFSA, dá continuidade à lógica que sempre orientou sua política de transportes. Sua privatização, anterior à da RFFSA, foi determinante para a definição da desestatização do setor ferroviário do qual se apropriou para racionalizar e maximizar logística, transporte, mineração, siderurgia e exportação, suas principais frentes de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrarmos essas reflexões que apontaram continuidades e mudanças na história da economia e dos trabalhos dos caminhos terrestres coloniais e ferroviários, atentamos para uma ruptura significativa nesse processo histórico. Tal ruptura refere-se ao impedimento do uso dos caminhos ferroviários mineiros, herdeiros dos coloniais, ao passageiro. Viajante, cliente ou usuário, qualquer que fosse o tratamento lhe dispensado, o passageiro sempre contou com as estradas de ferro para os seus deslocamentos. Houve época em que só do trem podia valer-se, pois não havia outro meio de transporte que lhe permitisse viajar grandes, médias ou pequenas distâncias. E, apesar do decréscimo crescente e drástico na prestação de serviços de transportes de passageiros, mal ou bem, a RFFSA ainda o assumia.

Os arrendamentos de parcelas da malha e do patrimônio da RFFSA, a partir de 1996, resultaram no licenciamento exclusivamente para o transporte de cargas. Nas antigas linhas da estatal, passageiros, só os turistas, em trechos insignificantes do ponto de vista quilométrico e mediante o pagamento de tarifas inacessíveis para o bolso das comunidades das localidades servidas pelos trenzinhos turísticos. Os trens sociais não circulam mais. É bem verdade que os noturnos, os rápidos, os expressos e os mistos, já não se viam há tempos. Mas havia os subúrbios e o Trem do Sertão... tão necessários...

Ah, a desestatização! Eis um divisor de eras históricas: antes, a tradição do conflito de interesses entre a carga e o passageiro, tão certa quanto paralelos os trilhos; após, a solução do conflito que inaugura uma nova etapa na história desses caminhos mineiros: a da radicalização da intolerância com as necessidades sociais, a da supremacia absoluta do capital sobre a cidadania, solapada no seu direito mais fundamental: o de ir e vir.

BIBLIOGRAFIA

APORELLY. Para ler no trem. In ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL. *Revista RAE*. Rio de Janeiro: Associação de Engenheiros da EFCB, maio 1983, p. 9.

ASSOCIAÇÃO DE ENGENHEIROS DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL. *Revista da Associação de Engenheiros da EFCB – RAE*. Rio de Janeiro: Associação de Engenheiros da EFCB, maio 1983, p. 9).

AZEREDO, Geraldo de Carvalho. *Direitos e Obrigações das Estradas de Ferro e de seus Servidores (Doutri-*

na, *Legislação, Jurisprudência*). Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S.A., 1960).

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995 (Coleção Reconquista do Brasil – 2ª série).

BENÉVOLO, Ademar. *Introdução à História Ferroviária do Brasil*. Estudo social, político e histórico. Recife: Edições Folha da Manhã, 1953.

CAMPOS, Helena Guimarães. *Da inclusão à exclusão social: a trajetória dos trens de subúrbio da Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: 2002. Dissertação produzida para o curso de mestrado em Ciências Sociais – PUC/MG.

CAMPOS, Helena Guimarães; FARIA, Ricardo de Moura. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Lê, 2005.

CONTADORIA GERAL DOS TRANSPORTES - CGT. *Guia Geral das Estradas de Ferro e Empresas de Transporte com elas articuladas. G-1*. Rio de Janeiro: CGT, 1960.

EL-KAREH, Almir Chaiban. *Filha Branca de Mãe Preta. A Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II (1855-1865)*. Petrópolis: Vozes, 1982.

FIGUEIRA, Manoel Bernardes (Org.). *Memória Histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.

FREITAS, Victor Figueira de. *Perfis e briguelas – da linha e à margem da Central*. Belo Horizonte: Gráfica Belo Horizonte, 1953.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: FJP, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996 (Coleção Centenário).

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Diretrizes para proteção do patrimônio cultural ferroviário*. Belo Horizonte: Programa Trens de Minas, fev. mar. abr. 2006.

INÁCIO, Inês da Conceição; DE LUCA, Tânia Regina. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Departamento de História - FFLCH-USP, 1994.

LARA, José. *Ferrovias Pitorescas*. Pequeno Anedotário das Ferrovias. Belo Horizonte: RFFSA/SR-2, 1988.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LOPES, Marco Antônio. As tropas de comércio na literatura dos viajantes do século XIX. *Aula Magna*. Belo Horizonte: UNI-BH, Ano I, N. 1, 1984, p 48-53.

MINAS GERAIS. Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais. *Minas tem*

primeiro porto seco industrial do país. BH:http://www.desenvolvimento.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=176&Itemid=74 Acesso em 20 abr. 2007.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Abreu. *Bravo Brasil! Entre amores e armas, a saga de um visionário*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2005.

PENNA, Octavio. *Notas Cronológicas de Belo Horizonte – 1711-1930*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997 (Coleção Centenário).

PEREIRA, Antônio Emílio. *Memorial Januária*. Terra, Rios e Gente. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.

PIRES, Maria Coeli Simões. *Da Proteção do Patrimônio Cultural: o tombamento como principal instituto*. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 1994.

PRADO JÚNIOR, Caio. Vias de Comunicação e Transporte. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 245-274 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

REZENDE, Luiz Eduardo. Ferrovia do Aço já representa 2% da dívida externa. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 19 fev. 1984, p. 22.

RFFSA. *Sistema Ferroviário do Brasil – 1978*. Rio de Janeiro: Diretoria de Planejamento, Departamento Geral de Estatística, 1978.

RFFSA. SR-2. *Sugestões apresentadas pela Superintendência de Produção, pelas Superintendências Adjuntas de Operações e Engenharia e pelos Distritos de Produção*. Belo Horizonte: Superintendência Regional Belo Horizonte, Ref.; Carta n° 1.029/PRF/79.

ROCHA, Paulo. *SR-2 Notícias*. Belo Horizonte, 19 dez. 1982, n° 171, p. 4

SANTOS, Márcio. *Estradas Reais: Introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SHOPPA, René Fernandes. *Humor sobre trilhos*. Rio de Janeiro: Editor Independente, 1999.

SHOPPA, René Fernandes. *150 anos do trem no Brasil*. Rio de Janeiro, 2004.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Difusão Pan-americana do Livro, 1962, v 4.

TRINTA mil inscritos para emprego na RFF. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 12 nov. 1983.

VASCONCELLOS, Max. *Vias Brasileiras de Comunicação*. 3 ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1990.

Nicélio do Amaral Barros

**Relações políticas e des(envolvimento) regional: uma análise do
comportamento dos setores industriais de Juiz de Fora
e Belo Horizonte entre 1925 e 1940***

Resumo

Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES).
niceliobarros@superig.com.br

No presente artigo procuramos analisar as causas que motivaram a estagnação e declínio do setor urbano-industrial do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira entre os anos de 1925 a 1940. Sediado na cidade de Juiz de Fora, o parque industrial da região foi o mais dinâmico do estado até a década de 1930. Procuramos apontar que a crise do setor cafeeiro se reflete na indústria local, ampliada por fatores de ordem política, uma vez que durante os anos 1930, a burguesia industrial de Juiz de Fora perde espaço para a burguesia industrial belo-horizontina junto às esferas de decisões do governo estadual. Por fim, propomos uma cronologia alternativa para o declínio do setor industrial da Mata mineira.

Palavras-chave: Relações políticas. Desenvolvimento regional. Minas Gerais.

Abstract

On the presente article, we're tried to analyse the causes with have motived the stragnancy and fall of the urban-industrial sector of the "complexo cafeeiro" in the zona da Mata from 1925 thorough 1940. Centred in Juiz de Fora, the industrial park of region was the more dynamic of state until the decade of 1930. Affort was show an sector coffee's crises reflecting in local industry, amplify, for factors of politic order, once a time during 1930's the industrial burgeoisie of Juiz de Fora to miss the place for the industrial burgeoisie "belorizontina" in the decisions sphere's of government state. Lastly, propunded an chronology alternative for the decline the sector industrial of the zona da Mata.

Key-words: Political relations. Regional development. Minas Gerais.

1. Introdução

O objetivo central do presente trabalho é analisar as causas que levaram ao declínio do parque industrial da cidade mineira de Juiz de Fora entre 1925 e 1940. Nossa hipótese central se sustenta em três dessas causas: a crise do segmento agrário-exportador a partir de meados da década de 1920, quando se escasseiam as matas virgens da região; os reflexos dessa crise no setor industrial, fortemente dependente do setor produtivo cafeeiro; e, a perda de liderança política da zona da Mata no decorrer da década de 1930, quando setores da burguesia belo-horizontina, ligado aos ramos metalúrgico e siderúrgico ganharam poder de decisão junto ao interventor varguista Benedicto Valladares (1934-1945). Nossas principais fontes primárias pesquisadas foram processos de falências de indústrias de Juiz de Fora, publicações do Departamento Estadual de Estatística (DEE) e relatório da prefeitura de Juiz de Fora.

Teoricamente nos apoiamos no que Hirschmann (1985: 31-79) chama de “abordagem dos *linkages* generalizados ao desenvolvimento” ou “efeitos de encadeamento”. Procuramos entender o crescimento do setor industrial em Juiz de fora a partir de sua capacidade para gerar investimentos e inversões em setores diversos da economia, além da cafeeira. Ou seja, apesar de suas condições interioranas, desenvolveu-se na cidade aquilo que Pires (2004: 12) chama de “complexo agro-exportador periférico”. Para Suzigan (1986: 66-72), a análise de um país ou região “novo” a partir dos “efeitos de encadeamento” se baseia no seguinte:

Uma vez que se trata da economia de país periférico (ou de um país novo), as condições econômicas internacionais e a posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho são dadas. Assim, o principal determinante da potência de um produto básico para gerar efeitos de encadeamento ou de expansão é a natureza desse produto, ou seja, sua capacidade de induzir investimentos no mercado interno através da demanda de fatores e insumos intermediários para sua produção da possibilidade de processamento ulterior do produto básico, e da distribuição da renda proveniente da expansão do produto básico de exportação (SUZIGAN, 1986: 67).

Em Juiz de Fora, conforme demonstrado por Pires (2004: 39-181; 2007: 139-194), os “efeitos de encadeamento” da economia cafeeira para outros setores efetivamente ocorreram. A cidade se tornou importante entreposto comercial e diversos empreendimentos foram realizados no município a partir da segunda metade do século XIX, como o desenvolvimento do sistema de transportes ligando-o ao Rio de Janeiro, a constituição da Companhia Mineira de Eletricidade (CME) e a criação de dois bancos – o Banco Territorial e Mercantil de Minas S.A. (BTMM), em 1897 e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. (CREDIREAL), em 1889; havia mão-de-obra especializada devido a formação de uma colônia de imigrantes alemães e italianos que trabalharam inicialmente na construção da rodovia União e Indústria; e, havia um mercado consumidor formado por outros estados, sobretudo o do Rio de Janeiro e pelo mercado local (PAULA, 2001: 74-92).

*. O presente trabalho sintetiza os pontos principais do capítulo 2, “Crise estrutural do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira”, da Dissertação de Mestrado “*Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*”, a ser defendida em março de 2007 por Nicélio do Amaral Barros, no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito (UFES), tendo como orientador o Professor Doutor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.

Em fins da década de 1920 e durante a década seguinte o padrão da industrialização da região começou a decair e a economia cafeeira entrou em declínio, substituída pela pecuária leiteira (Destro, 2006), acompanhada de modificação da estrutura fundiária, levando a uma estagnação da economia regional (BARROS, 2007: 119-20). Entender, portanto, como a crise dessa economia regional incidiu sobre a industrial local é o ponto central do presente trabalho.

2. O setor urbano-industrial de Juiz de Fora entre 1914 e 1930

A região da zona da Mata mineira posicionou-se historicamente como importante centro da economia mineira, tendo sido marcada, em fins do século XIX e início do século XX pela expansão do plantio e comercialização do café. A riqueza então produzida foi responsável pela organização e sustentação das finanças públicas mineiras, possibilitando a expansão da burocracia e dos serviços públicos, das atividades produtivas, do sistema bancário e da infra-estrutura, já que mais da metade dos impostos arrecadados provinham dessa cultura (BARROS, 2007: 82-91).

Com relação à influência da Primeira Guerra Mundial sobre o processo de industrialização de Juiz de Fora, é preciso deixar claro que sua implantação é anterior à sua deflagração. O período imediatamente anterior à Guerra – 1900 a 1914 – foi bastante dinâmico. Registrou-se a fundação de 185 estabelecimentos industriais. Para o período seguinte – 1915 a 1930 – verificou-se a organização de 72. O crescimento se reduz de 50%. E nos anos 1915 a 1919 o aumento foi de apenas sete indústrias. A julgar por estes dados, durante a Guerra a expansão industrial, em termos de criação de novas fábricas, é muito baixo. O que parece ter ocorrido, segundo Giroletti (1988:131), foi aumento da produção decorrente da superutilização da capacidade industrial instalada no período anterior.

Quadro 1 - Número de falências de estabelecimentos industriais em Juiz de Fora - 1920/1930

ANO	N.º DE FALÊNCIAS
1920	1
1921	2
1922	7
1923	6
1924	5
1925	20
1926	18
1927	9
1928	15

1929	26
1930	9

Fonte: AH-UFJF. Processos de Falências. Fundo C.

Se, por um lado, o número de indústrias surgidas na década de 1920 é pequeno se comparado aos quinze primeiros anos do século XX, o número de unidades fabris que decretaram falência é considerável, sobretudo, após 1925, como podemos observar no Quadro 1. A crise no segmento agrário se reflete no setor urbano-industrial, iniciando neste um quadro de estagnação e declínio que vai perdurar, pelo menos, até ao final da década de 1930.

Entendemos que as razões do limitado desenvolvimento do processo industrial do complexo cafeeiro de Juiz de Fora até a crise de 1929 devem ser buscadas, preferencialmente, menos em características psicossociais dos empresários ou no predomínio das empresas familiares, do que em fatores de ordem estruturais endógenos e exógenos. Primeiro, a estrutura comercial de exportação de café e de importação, apesar da formação de um sistema financeiro regional. Segundo, o reordenamento e rearticulação da economia a nível nacional, com o deslocamento da lavoura cafeeira para São Paulo e as mudanças dela decorrentes que o transformaram no maior centro econômico industrial, financeiro e comercial do país, e as conseqüências desta hegemonia, em termos de dominação econômica sobre as demais unidades da federação. Terceiro, uma rearticulação interna da economia mineira, com o fim das “matas virgens” na região de Juiz de Fora, quer em virtude do deslocamento da produção de café para o norte e nordeste da zona da Mata e das alterações em termos de transporte ferroviário e rodoviário quer em termos de insuficiência de energia ou dos altos preços das tarifas de transporte, quer devido às conseqüências econômicas e políticas da construção da capital em Belo Horizonte (PIRES, 1993: 148-9). Em quarto lugar, o problema da dependência externa. Todos estes fatores, ao final da década de 1920, atuavam no sentido de esvaziar a região, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento do setor industrial do complexo cafeeiro aqui analisado.

Examinada a dinâmica da economia regional durante a década de 1920, abordaremos no ponto seguinte o comportamento dessa economia no decorrer da década de 1930. Comportamento influenciado – além dos problemas analisados até aqui – pela eclosão da crise de 1929, pela Revolução de 1930 e pelas conseqüentes mudanças na economia e na política estadual e nacional.

3. Estrutura e comportamento do setor urbano-industrial de Juiz de Fora durante a década de 1930

Após 1930, Juiz de Fora apresentaria um período de crescimento relativo sofrendo, logo a seguir, um significativo declínio que a impediu de se incorporar ao desenvolvimento brasileiro subsequente. Tendo em vista esse quadro conjuntural, interessa-nos mostrar como evoluiu sua indústria e quais as características de que se revestiu, para que possamos detectar o marco temporal mais nítido do seu declínio, além de algumas variáveis explicativas deste processo.

Para termos uma idéia entre 1935 e 1936, conforme demonstrado abaixo, nas Tabelas 1 e 2, o

número de estabelecimentos manufatureiros e fabris de Juiz de Fora sofreu um acréscimo significativo, tendo quase duplicado – passa de 255 para 491 unidades. Entretanto, tal acréscimo parece ter-se constituído de pequenas empresas, pois, com relação a outros dados referentes ao setor, não observamos as mesmas proporções. O número de operários, por exemplo, aumentou apenas 21,5%; se relacionarmos o número de operários acrescidos (1.516) ao número de empresas igualmente acrescidas (236), teremos uma média de 6,4 operários para cada uma dessas indústrias; houve, inclusive, um declínio considerável do índice de operário/indústria para o total de Juiz de Fora: em 1935 o índice era de 27,7, caindo para 17,47 em 1936. Entretanto, não se pode negar o estímulo experimentado pelo setor industrial de Juiz de Fora nos meados dos anos 30, ainda que o mesmo tenha se caracterizado pela multiplicação das pequenas indústrias. Esse estímulo, porém não teve caráter duradouro, não perdurando até o final da década.

**Tabela 1 - Indústria manufatureira e fabril - Juiz de Fora
(1935/1941)**

ano	n.º de estabelecimentos	capital (contos de réis)	peçoal empregado
1935	255	49.015:909	7.065
1936	491	69.262:681	8.849
1937	499	70.857:769	10.269
1938	462	82.112:963	10.724
1939	531	81.297:640	12.287
1940	399	77.233:850	11.040
1941	403	77.233:850	10.952

Fonte: DEE, 1943: 17.

**Tabela 2 - Indústria manufatureira e fabril - Juiz de Fora
(1935/1941)**

ano	força motriz empregada (kw)	valor da produção
1935	8.269	81.526:490
1936	9.849	94.490:655
1937	10.269	107.255:771
1938	10.724	115.676:679
1939	12.287	104.650:270

1940	11.040	105.674:455
1941	10.952	105.674:455

Fonte: DEE, 1943: 31.

Ao analisarmos o número de estabelecimentos industriais surgidos entre 1930/39 em relação ao número de falências do setor no mesmo período (Quadro 2), observamos que o primeiro é bem maior que o segundo. No entanto, o quilate das empresas falidas é superior ao das empresas abertas. Nesse período, nenhuma grande fábrica surgiu na cidade como podemos verificar, ao passo que a dimensão daquelas unidades fabris que fecharam demonstra a perda substancial de fôlego da indústria local. Mesmo com a diminuição do índice de falências entre 1935/39 (31) em relação ao quinquênio anterior (53), os dados estão a apontar o que dissemos na parte anterior do trabalho, ou seja, o período crítico se deu entre 1929 e 1933, quando o número de falências chegou a 94.

Quadro 2 - Número de falências de estabelecimentos industriais de Juiz de Fora (1931/1940)

ANO	N.º DE FALÊNCIAS
1931	22
1932	12
1933	15
1934	4
1935	8
1936	0
1937	6
1938	7
1939	7
1940	3

Fonte: AH-UFJF. Processos de Falências. Fundo C.

Tomando os ramos industriais que apresentaram em 1938 um valor de produção igual ou superior a 1:000.000\$ (Hum mil contos de réis) temos o seguinte quadro: a produção de tecidos reduziu-se, em 1939, de 35% e o seu valor de produção caiu quase 50% com relação a 1938; no setor de fiação e tecelagem, líder do setor industrial, somente quanto aos fios (de seda e de algodão) houve algum crescimento; na indústria alimentícia, houve decréscimo ou estagnação em quase todos os seus ramos; quanto aos produtos derivados do curtume, embora a produção tenha aumen-

tado, o valor obtido pela mesma decaiu, ocorrendo o mesmo com as indústrias de papel, tecidos de seda, camisas de meia e manteiga. Foi na indústria da madeira e derivados que observamos um crescimento significativo, embora no caso mobiliário o crescimento do valor de produção tenha ficado muito aquém do índice de crescimento da produção (Tabelas 3.1 e 3.2).

**Tabela 3.1 - Valor da produção industrial - Juiz de Fora
(1938/1939)**

Valor da produção - Juiz de Fora		
alimentação	1938	1939
Banha	2.327:400\$	2.570:934\$
	2.533:580\$	2.633:840\$
	3.211:154\$	2.283:576\$
	2.795:000\$	2.447:866\$
	1.704:600\$	991:899\$
	1.865:200\$	1.854:740\$
	5.148:549\$	3.994:083\$
F. Tecelagem		
Tecidos algodão	23.497:809\$	13.345:746\$
Tecidos malha	12.883:771\$	9.907:984\$
Camisas meia	6.114:784\$	5.918:869\$
Cobertores	3.428:325\$	3.927:460\$
Fios, seda e algodão	3.802:438\$	5.182:455\$
Tecidos seda	3.725:448\$	3.093:480\$
Sabão	1.662:371\$	1.515:120\$
Couro		
Couros e peles	13.152:674\$	12.043:844\$
Calçados	4.997:880\$	3.747:838\$
Madeira		
Madeira	2.980:200\$	3.159:900\$
Esquadrias	1.321:800\$	1.886:870\$
Móveis	1.234:974\$	1.623:538\$
Metalúrgica		
Latas estampadas	3.260:256\$	3.322:313\$
Const. Rep. Veículos	868:000\$	1.739:185\$

Papel e Gráfica

Impressos	2.475:609\$	2.518:721\$
Papel	2.451:373\$	2.213:668\$
Caixas e malas papelão	906:895\$	1.410:574\$

Fonte: Paula, 1976: 172-3.

Tabela 3.1 - Valor da produção industrial - Juiz de Fora (1938/1939)

alimentação	1938	1939	
Banha	630.199 kg	697.240 kg	10,1 +
Bebidas	1.481.036 L	1.347.712 L	9,2 -
Café	1.612.577 kg	1.138.788 kg	29,1 -
Manteiga	430.000 kg	438.311 kg	1,9+
Queijo minas	568.200 kg	330.663 kg	41,8-
Massas	1.426.500 kg	1.419.300 kg	0,5-
Pães	3.116.583 kg	2.636.134 kg	15,4-
F. Tecelagem			
Tecidos algodão	19.590.129 m	12.664.551 m	35,3-
Tecidos malha	5.732.712 m	4.751.340 m	17,3-
Camisas meia	235.184 dz	236.387 dz	0,5+
Cobertores	685.665 unid	785.492 unid	14,5+
Fios	378.577 kg	470.907 kg	24,3+
Tecidos seda	210.450 m	257.790 m	22,4+
Sabão	1.310.910 kg	1.262.600 kg	3,6-
Couro			
Couros e peles	1.846.829 kg	1.872.486 kg	1,3+
Calçados	981.388 par	1.013.061 par	3,2+
Madeira			
Madeira	9.936 m ³	10.533 m ³	6,0+
Esquadrias	8.821 unid	13.251 unid	50,2+
Móveis	15.139 unid	60.228 unid	297,8+
Metalúrgica			
Latas	815.064 unid	830.578 unid	1,9+

Outras

Papel	2.379.984 kg	2.767.086 kg	16,2+
Caixas e malas de papelão	2.267.239 unid	2.896.687 unid	12,7+

O mais importante na observação destes dados é verificar não só que algumas indústrias entraram em crise, mas, acima de tudo, que não houve concomitante substituição das mesmas, de forma a impedir que a crise se refletisse no âmbito geral. As perdas naqueles ramos tradicionais não eram compensadas pela exploração ou crescimento de outros setores, tradicionais ou não. A indústria metalúrgica, por exemplo, além de não ter mais relevância na composição da indústria local, também teve sua produção diminuída.

Os reflexos dessa situação podem ser observados nas Tabelas 1 e 2. O valor da produção industrial de Juiz de Fora caiu 9,5% de 1938 para 1939, somente se restabelecendo em 1941. No mesmo quadro outros dados nos mostram a dimensão da crise que se iniciou em 1938. Provavelmente devido aos baixos preços e/ou menor produção obtidos em 1939, a crise se refletiu mais claramente em 1940. Foi com relação a esse ano que outros indicadores do crescimento industrial apresentaram baixas significativas: o pessoal ocupado, por exemplo, foi reduzido quase ao nível de 1935, além das reduções no capital e força motriz empregados. Não há dúvida de que as menores empresas foram mais duramente atingidas, de modo fatal para muitas delas. Importantes indústrias, de maior porte, também declinaram nesse período, quando 132 unidades foram fechadas (o número de indústrias cai de 531 em 1939 para 399 em 1940).¹

4. Elementos comparativos entre as indústrias de Juiz de Fora e de Belo Horizonte durante os anos 1930

Em 1941 aparecem sinais de recuperação. Aumentou o capital e o valor da produção superou os seis anos anteriores, havendo também um acréscimo do pessoal empregado. Contudo, apesar dessa aparente recuperação, é interessante comparar seus dados aos de Belo Horizonte, uma vez que a posição relativa de Juiz de Fora na indústria mineira é um dos pontos que desejamos enfatizar neste capítulo. As principais conclusões que podemos chegar, comparando as Tabelas 4 e 5 com as Tabela 1 e 2, são as seguintes:

1. Entre os estabelecimentos comerciais e industriais de pequeno e médio porte que vão à falência, de 1935 a 1940, podemos citar: Caiaffa & Cia., Arthemiro Araújo & Cia., Francisco Alves Vieira & Cia., Monteiro & Cia., Cláudio de Souza Vieira & Cia., Alfredo Kalargi & Cia., Olivier Diele & Cia., Júlio Menini & Cia., Garcia Mello Ltda., H. F. Sturm & Cia., Irmãos Costabile, Mário Assad & Irmão Ltda., Dahil Jorge & Cia., J. Fernandes Rosa & Cia., Zigman Chusid & Cia., Silva Madeira & Cia., Antônio Fernandes Ervilha & Cia., Manoel Gomes dos Santos & Cia., Boris Brener & Cia., Frisoni & Irmãos. Dentre as sociedades anônimas, ou seja, empresas de maior porte, faliram as seguintes: Cia. Industrial e Comercial América S.A, Indústria de Calçados São João, Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira S.A. e Cia. Cervejaria Americana S. A. AH-UFJF. Processos de Falências. Fundo C.

Tabela 4 - Indústria manufatureira e fabril - Belo Horizonte (1936/1941)

ano	n.º de estabelecimentos	capital (contos de reis)	peçoal empregado
1936	466	50.338.071	7.669
1937	627	61.379.517	8.651
1938	739	63.578.555	9.148
1939	712	69.565.892	9.563
1940	716	70.391.749	9.389
1941	721	109.843.660	10.007

Fonte: DEE, 1943: 28.

Tabela 5 - Indústria manufatureira e fabril - Belo Horizonte (1936/1941)

ano	força motriz empregada (kw)	valor da produção
1936	6.442	88.098.008
1937	7.352	112.869.300
1938	7.818	140.795.075
1939	12.431	137.545.896
1940	8.956	140.899.837
1941	10.048	151.871.558

Fonte: DEE, 1943: 28.

Em primeiro lugar, a crise observada não ocorreu em Belo Horizonte. Se a indústria da capital teve problemas neste período, suas conseqüências foram bem menos desastrosas; nela não ocorreram quedas bruscas ou significativas, como em Juiz de Fora. Ao contrário, a capital apresentou um crescimento praticamente contínuo no período de 1936 a 1941; por fim, se a situação no início do período era favorável a Juiz de Fora, em 1941, Belo Horizonte já a ultrapassara em muitos dos indicadores para os quais dispomos de dados. É certo que Juiz de Fora consegue manter vantagens com respeito à relação capital/empresa, mais alta do que em Belo Horizonte durante todo o período, conforme apontado no Quadro 3. Observamos, inclusive, que a diferença a favor de Juiz de Fora, cresceu paulatinamente: seu capital/empresa, em 1936, era 30,5% superior

ao de Belo Horizonte; em 1941 essa relação já seria de 51,3%. De acordo com Paula (1976: 83) e Viscardi & Lobo (2000: 2), atribuímos grande parte desse aumento à paralisação de muitas das pequenas empresas de Juiz de Fora, diminuindo assim o divisor na obtenção da média.

Quadro 3 - Média capital/empresa na indústria manufatureira e fabril - Belo Horizonte e Juiz de Fora (1936/1941)

	1936	1938	1940	1941
J. de Fora	141.065	156.088	193.564	230.988
B. Horizonte	108.043	86.033	98.312	152.350

Fonte: DEE, 1943: 1-50. (elaborado com bases em dados brutos).

Entretanto, mesmo supondo que as empresas juizforanas fossem mais capitalizadas que as de Belo Horizonte, o mesmo não acontecia com o valor da produção. Além disso, ao compararmos o número de operários, encontramos igual ou maior produtividade nas indústrias de Belo Horizonte, a despeito de suas menores reservas de capital. Nos anos considerados de crise em Juiz de Fora, Belo Horizonte não só aumentou sua produtividade relativa, como chegou a superar o tradicional centro industrial mineiro. Em 1938/40, o valor da produção/operário foi substancialmente maior na capital, sendo que em 1941 quase se equiparam, com ligeira vantagem para Juiz de Fora (Quadro 4).

Quadro 4 - Valor de produção por operário - Belo Horizonte e Juiz de Fora (1936/1941)

	1936	1938	1940	1941
Juiz de Fora	11.011	12.952	12.733	14.498
Belo Horizonte	11.618	15.390	15.007	14.318

Fonte: DEE, 1943: 1-50. (elaborado com bases em dados brutos).

Essa vantagem, ao nosso ver, se deve à recuperação da indústria têxtil dessa cidade, bem como à redução do número de operários, de sua indústria em geral, que em 1941 era bem menor do que em 1938 e 1939 (ver Tabela 6 abaixo). Além dessas ressalvas é bom que reafirmar que parte significativa do capital industrial de Juiz de Fora estava concentrada em poucas empresas do ramo têxtil, o que vai alterar algumas das conclusões da análise global.

Mais de 50% do capital industrial de Juiz de Fora pertencia às indústrias de fiação e tecelagem, as quais, em termos numéricos, representavam uma porcentagem inferior a 10% do total da indústria manufatureira e fabril (1936, 7%; 1938, 9,5%; 1940, 9%; 1941, 9%). Tal concentração certamen-

te fez subir o nível geral de capitalização, expresso no Quadro 3, ficando mascarada a situação das demais empresas. Na realidade, estas possuíam um capital muito inferior à média. Ao compararmos apenas os dados da indústria têxtil, é indiscutível a supremacia de Juiz de fora, além de nos mostrar mais claramente a concentração setorial de sua indústria. Excluindo-a, a realidade se apresenta outra, bem diversa.

Tabela 6 - Participação da indústria têxtil na produção manufatureira e fabril - Juiz de Fora (1935/1941)

	Empresas		capital e reserva	pessoal	força motriz	valor da produção
	M. Fabril	F. Têc.				
1935	255	33	60%	63%	57%	53%
1936	491	34	50%	55%	57%	47%
1937	499	44	50%	55%	54%	45%
1938	462	44	51%	55%	59%	47%
1939	531	42	52%	60%	58%	41%
1940	399	37	50%	57%	54%	52%
1941	403	37	61%	61%	62%	50%

Fonte: DEE, 1943: 1-50. (elaborado com bases em dados brutos).

Vejamos o Quadro 5 abaixo: embora Juiz de Fora permaneça, em 1936, 1938 e 1940, com maior relação capital/empresa, as diferenças são bem menores que as do Quadro 5, quando estava incluída a indústria têxtil, diferença que foi suplantada em 1941.

Quadro 5 - Capital/empresa da indústria manufatureira e fabril, exceto fiação e tecelagem - Juiz de Fora e Belo Horizonte (1936/1941)

	1936	1938	1940	1941
Juiz de Fora	77.351	83.347	104.572	97.362
Belo Horizonte	74.758	64.744	71.835	104.401

Fonte: DEE, 1943: 1-50. (elaborado com bases em dados brutos).

Concluimos que a súbita elevação do capital/empresa de Juiz de Fora, em 1940, foi decorrente da crise ter sido fatal para grande parte das pequenas empresas. Das 132 indústrias desaparecidas em 1940, 127 distribuíam-se entre os vários ramos fora da indústria têxtil. Esta, apesar de ter sofrido com a crise, a qual se refletiu em seu valor de produção e na própria produção, não levou

ao desaparecimento da maioria de suas grandes unidades que, certamente, detinham maior capital. Em poucos dos demais ramos ocorreu fato semelhante. Estes se constituíam, em sua maior parte, de pequenas indústrias que pouco contribuía no capital total. Em 1941, Juiz de Fora possuía um capital/empresa de 230.988\$, o qual decresce para apenas 97.362\$ quando excluimos a indústria têxtil. Em Belo Horizonte a diferença é muito menor (152.350\$ e 104.401\$), conforme apontado no Quadro 5. A aparente recuperação da indústria juizforana limitou-se à indústria têxtil, dando-se, enfim, através do restabelecimento e fortalecimento deste setor, pois, no início da década de 1940 já se antevia um período de mercado favorável, a se estender até depois da Segunda Guerra Mundial.

Como um balanço da configuração setorial da indústria de Juiz de Fora, podemos analisar os dados da Tabela 7 abaixo. Nele se confirma a falta de diversificação ou crescimento da produção dos não-têxteis. Outros ramos tradicionais, ainda que tenham experimentado um crescimento relativo, permanecem muito aquém do índice de crescimento da fiação e tecelagem; além disso, nenhum outro setor mais dinâmico apareceu ou se intensificou até o início da década de 1940.

Ainda no final dos anos 1930, Juiz de Fora começou a perder terreno para outros municípios com relação à atividade exportadora do estado. Inclusive nessa atividade, diminui sensivelmente a inferioridade de Belo Horizonte:

“Enquanto a exportação de Juiz de Fora foi praticamente a mesma, 96.000 contos, em 1939 e 1940, respectivamente, a exportação de Belo Horizonte subiu de 48.000 para 61.000 contos, nos dois anos em apreço, do que se deduz o aumento de 13.000 contos, ou sejam, 27%. Aliás, este surto de progresso é comum em muitos municípios, notadamente naqueles de maior ocorrência mineral”. (DEE, 1943: 23).

Tabela 7 - Distribuição setorial do valor de produção da indústria manufatureira e fabril - Juiz de Fora (1936/1941) %

	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	
F. Tecelag	53	47	45	47	41	52	48	48, 5
Aliment.	18	17	19	16	18	14	14	16, 5
Couro/Art.	9	11	15	16	15	15	18	14, 0
Metalúrg.	7	7	6	6	7	6	6	6, 4
Outros	13	18	15	15	19	13	14	14, 6
Total	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Paula, 1976: 177.

Portanto, no final do período 1935/1941, Belo Horizonte começou a suplantar Juiz de Fora, que perde a primazia industrial no estado. Embora inicialmente as diferenças fossem pequenas, o crescimento da capital assume um ritmo acelerado e cumulativo. Com os poderes públicos empenhados em fazer da capital um verdadeiro centro industrial, além de outros fatores que a favorece-

ram, conforme demonstra Dulci (1999: 94-107), Belo Horizonte foi se afirmando e polarizando grande parte do crescimento industrial mineiro.

5. O deslocamento do eixo político em Minas Gerais durante os anos 1930

Assinalamos, entretanto, que a ausência de soluções oportunas para as carências de infra-estrutura não deve ser tomada automaticamente como explicação do esvaziamento de Juiz de Fora. E nesse ponto consideramos alguns fatores de ordem política. Nossa hipótese, que procuramos demonstrar no trabalho, é a de que esta área foi sacrificada no bojo da estratégia de especialização industrial conduzida pelo governo de Minas – e apoiada pela Associação Comercial de Minas (ACM) e pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) –, que supunha a canalização preferencial de recursos para a zona centro-metalúrgica e o fortalecimento de Belo Horizonte com pólo econômico. Assim, já sufocada pela concentração industrial em escala nacional, a indústria da Mata se viu em desvantagem também pela concorrência em escala estadual (BARROS, 2007: 164-5).

Conforme se tratou de escolha política, a possibilidade de revertê-la foi mínima, pois exatamente entre as décadas de 1930 e 1960 a Mata se viu sub-representada politicamente (PAULA, 1976: 135-47). Juiz de Fora em especial, viveu um longo período de ostracismo, sem nenhum líder expressivo no cenário estadual desde a queda de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – que se afasta da política após o golpe do Estado Novo em 1937 (PEREIRA & FARIA, 1998: 470-95) – até a ascensão de Itamar Franco em meados dos anos 60. O mesmo ocorreu no seio das elites econômicas, onde a outrora influente comunidade empresarial de Juiz de Fora perdeu visibilidade, em contraste com o peso cada vez maior dos interesses radicados em Belo Horizonte – os quais, como vimos, apoiavam ativamente a fórmula da centralização industrial. (DELGADO, 1997: 60-5).

A organização da burguesia sediada em Belo Horizonte foi outro ponto que procuramos investigar. A Revolução de 1930 abriu um período de transição e de incerteza para todos os atores, inclusive para a burguesia. Se, de um lado, a queda do velho regime desobstruía o caminho para a modernização, de outro lado os embates ideológicos da época apontavam para caminhos bem diversos dos que as elites vinham percorrendo até então. As manifestações da vanguarda empresarial mineira diante do novo quadro se afinavam com a linha-mestra da liderança nacional do setor (de que os mineiros, aliás, participavam diretamente). Falava-se repetidamente da produção e do trabalho, à semelhança do discurso oficial. E visualizavam-se mudanças sociais, norteadas pelo ethos capitalista (DELGADO, 1997: 75-86).

O problema institucional básico se referia ao enquadramento no sistema corporativista definido pelo Governo Provisório. De uma resistência inicial – que refletia a busca de status privilegiado em relação às classes trabalhadoras – passou-se em certo momento à sindicalização em massa de entidades empresariais. Isto se deu, provavelmente, em virtude dos critérios de escolha dos representantes classistas na Constituinte de 1934: só participariam entidades oficializadas. Assim se desenhou um esquema organizacional ambivalente, com o enquadramento de entidades no modelo oficial e a preservação da autonomia de outras, como associações puramente privadas. A

Federação das Indústrias foi montada como órgão sindical, ao passo que a Associação Comercial de Minas (tal como suas congêneres nos municípios do interior) se manteve como entidade civil (DELGADO, 1997: 65-6).

Este formato produziu conseqüências relevantes do ponto de vista estratégico. As duas entidades mencionadas, que são as mais influentes da burguesia mineira, passaram a atuar de forma distinta, mas complementar. A FIEMG, orientando-se predominantemente para dentro da classe, organizando o setor industrial e preparando-o para os conflitos com outros setores (por exemplo, com o sindicalismo operário). A ACM, por seu turno, funcionando mais abertamente, como fórum de debates e deliberações sobre política econômica, como grupo de pressão sobre os poderes públicos e como centro de colaboração e divulgação do que se poderia chamar de projeto político empresarial. A complementaridade foi facilitada pela dupla filiação dos dirigentes da indústria, que geralmente pertenciam também a ACM, como por exemplo, as duas maiores lideranças da burguesia belo-horizontina de então: Américo René Gianetti e Euvaldo Lodi (VIEIRA, 1984: 61).

De acordo com nossa análise as iniciativas políticas da ACM, já presentes no decorrer da década de 1920, se ampliariam no pós-1930. O apoio à indicação do interventor federal Benedito Valladares, as indicações de quadros tecnocráticos ligados aos interesses empresariais belo-horizontinos para a administração estadual e as pressões exercidas sobre o governo de Minas após o Congresso de 1935, estão entre essas iniciativas. No entanto, a estratégia vitoriosa de centralização industrial na região centro-metalúrgica, começa a sofrer abalos ao final da década de 1930, sobretudo pela falta de recursos por parte dessa burguesia para se tornar o único sócio do projeto varguista para Minas Gerais. Não houve tempo nem capital suficiente para tanto. Apesar do apoio político da ACM/FIEMG à política econômica dos governos federal e estadual, Vargas optou pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, no estado do Rio, ofuscando o grande projeto da elite belo-horizontina. A partir daí, a entrada de capitais externos na economia mineira se fez cada vez mais presente, relegando a participação da burguesia da capital a certa posição de coadjuvante. Se, durante a República Velha as elites cafeicultoras nunca conseguiram de fato a hegemonia do aparelho estatal mineiro (ao contrário de São Paulo, onde esta hegemonia realmente se consolidou), agora, no novo modelo econômico nacional, as elites da capital do estado também não conseguiram tal posição (DULCI, 1999: 174-78).

Estabeleu-se, então, o revés (Delgado, 1997: 75-81). Em crise, os interesses políticos e econômicos da Mata mineira foram sobrepujados pelos da burguesia belo-horizontina, que, por sua vez, mesmo vitoriosa em seu projeto de centralização e especialização industrial não conseguiu a supremacia desejada. Em outras palavras, menos do que conseguir a hegemonia buscada, o papel desempenhado por essas elites contribuiu para o aprofundamento de Minas como ator secundário no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Por fim, gostaríamos de analisar as características do setor industrial de Juiz de Fora, relacionando-as com outras experiências de industrialização periférica no país e a perda de representação política por parte da zona da Mata como fator de estrangulamento da indústria regional durante os anos 1930.

6. Outras experiências de núcleos agro-exportadores interioranos após a crise de 1929

Desde as primeiras iniciativas, como temos visto, Juiz de Fora se especializou no setor da fiação e tecelagem. Nos primeiros tempos isso foi condizente com as características da industrialização brasileira de então. Entretanto, Juiz de Fora deve ser avaliado, ao nosso ver, sob o ponto de vista de sua incapacidade não apenas para uma diversificação mais contundente, mas, sobretudo da incapacidade do segmento urbano-industrial e do financeiro em diminuir os laços de dependência para com o setor agrário do complexo cafeeiro. Essas características se tornaram requisitos essenciais para a continuidade do crescimento industrial do complexo. Vejamos os comportamentos de algumas cidades ou regiões que no mesmo período experimentaram situações diversas da aqui tratada.

Poucos centros que se especializaram em um setor considerado tradicional como foi o caso da cidade de Blumenau (estado de Santa Catarina), procuraram meios específicos para se firmarem nacionalmente, seja na especialização dentro do próprio setor, explorando artigos mais raros nas indústrias dos pólos industriais, seja entrando no jogo de voltar-se para a produção destinada às camadas de mais alta renda. Ainda assim, levantam-se questões a respeito das possibilidades destes centros se manterem, a longo prazo, com tais características.

Analisando o desenvolvimento industrial de Blumenau, no vale do Itajaí catarinense, entre 1914 e 1950, Singer aponta os setores que se integraram de forma mais firme ao mercado nacional e aqueles que tiveram mais dificuldades no mesmo processo:

A condição de sucesso da penetração no mercado nacional parece ter sido 'abrir' mercados com estrutura monopolística ou oligopolística (oferta concentrada em uma ou poucas empresas). Uma vez firmado o prestígio da marca ou da procedência, uma área do mercado – dos produtos mais caros e de melhor qualidade e prestígio – ficava reservada à indústria de Blumenau. As indústrias que palmilharam caminhos já devassados tiveram geralmente que se contentar com o mercado local e algumas mesmo, como foi o caso de uma fábrica de fósforos e das cervejarias, tiveram que ceder à concorrência dos grandes consórcios nacionais, com sede no Rio ou em São Paulo. (SINGER, 1977: 130).

Evidentemente não pretendemos aqui estabelecer um estudo de comparação histórica entre os casos de Juiz de Fora e o de Blumenau. No entanto, o que podemos inferir do texto de Singer é que, ao contrário dos entraves endógenos e exógenos que as elites juizforanas não conseguiram superar durante os anos 1930, pelo menos o setor urbano-industrial da cidade catarinense experimentou êxito em sua integração no mercado nacional.

Em São Carlos (estado de São Paulo), apesar dos impactos sofridos pela indústria local após a crise de 1929, o setor parece ter se comportado de maneira mais positiva do que ocorreu na zona da Mata mineira. Segundo Truzzi:

Ficam imputadas (...) à desestruturação da economia cafeeira, que arrastou consigo algumas atividades estreitamente vinculadas ao café e à competição exercida sobretudo pela indústria da capital, que começa a conquistar novos mercados regionais, as causas fundamentais de um certo retrocesso no desenvolvimento

das empresas locais na década de 1930”. (...) Entretanto, para a indústria local nem tudo foram perdas. O colapso das importações que se segue a crise de 1929 não foi superado ao longo da década seguinte e tampouco durante o período de guerra. A renda interna no entanto volta logo a crescer ultrapassando o nível atingido em 1929, quatro anos depois. (...) No essencial, porém, pode-se dizer que o saldo foi positivo, pelo menos para a atividade industrial ganhar terreno diante das demais oportunidades de inversão econômica. É bem verdade que São Carlos não pode servir de padrão às cidades interioranas da região, pois já contava antes mesmo da crise cafeeira com um compartimento industrial relevante e diversificado. (TRUZZI, 2000: 132-5).

O que cabe salientar, diante da análise de Truzzi, é que o setor industrial parece ter rompido as amarras com o setor agrário antes da crise do modelo primário-exportador nacional. Ou seja, no momento de crise havia recursos suficientes no setor industrial não somente para alocação de trabalhadores que deixaram o campo, mas para a ampliação da diversificação já existente. Situação diferente do complexo cafeeiro da Mata mineira, onde nenhuma das duas alternativas se configuraram.

Passemos a uma breve análise da situação de Campinas (estado de São Paulo) no mesmo período. Também ali se desenvolveu um complexo cafeeiro desde fins do século XIX com características bastante semelhantes ao da Mata Mineira. Nas palavras de Semeghini:

A dinâmica do complexo cafeeiro estruturou na região uma economia com grau relativamente avançado de disseminação de relações mercantilizadas de produção e de diferenciação da divisão social do trabalho. Esse conjunto de fatores que constituíram a ‘herança cafeeira’, foram fundamentais para viabilizar a rápida transformação de sua economia após a crise de 1929/1930 e o dinamismo posterior (SEMEGHINI, 1991: 184).

Nesse caso, o que nos parece evidente é a relação entre Campinas, a capital paulista e o interior do estado. A magnitude do complexo cafeeiro paulista fez de Campinas a porta de entrada para as regiões interioranas de São Paulo, favorecendo-a com pólo regional. Ou seja, ao contrário de Minas, onde o complexo cafeeiro da Mata não exercia influência sobre as diversas regiões do estado, o que veio a favorecer os conflitos políticos e econômicos entre suas elites, em São Paulo esses conflitos foram de menor dimensão, estimulando economicamente não só a capital, mas, cidades pólos como Campinas. Quando do início da industrialização pesada, esta cidade atraiu ainda mais investimentos, experimentando um salto de crescimento econômico que não ocorreu em Juiz de Fora.

O caso de Ribeirão Preto (estado de São Paulo) se diferencia dos exemplos acima. A cidade era grande produtora de café até a crise de 1929, porém, seu setor urbano-industrial ainda era incipiente e pouco diversificado. Segundo Santos:

A partir da análise da composição dos ativos da riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto verifica-se que a crise de 1929 mudou a configuração da mesma. Os cafeicultores apesar de investirem em outros setores, observa-se que estes foram cautelosos com seus investimentos, pois continuaram entre 1930 e 1951 com a maior parte das suas riquezas aplicada na economia de Ribeirão Preto (SANTOS, 2003: 1).

Novamente, temos uma outra situação de uma economia regional que se comportou de maneira diferente da de Juiz de Fora. Aproveitando-se da recuperação da atividade industrial em São Paulo já no

início da década de 1930, os cafeicultores de Ribeirão Preto passam a investir, sobretudo, na produção algodoeira, matéria-prima para a indústria têxtil do estado. Ribeirão Preto se beneficia da dinâmica da indústria paulista, experimentando uma inversão de capitais no próprio setor primário. A diferença para Juiz de Fora estava no nível tecnológico de uso do solo em São Paulo, permitindo uma produção de melhor qualidade do algodão, e na própria dinâmica da economia paulista.

Examinemos um caso onde parece ter havido o inverso. No estado do Espírito Santo² não ocorre nem a diversificação experimentada em São Paulo, nem o deslocamento regional ocorrido em Minas Gerais. Para Ferreira:

(...) a estrutura de comercialização que se formou no Estado era (...) pulverizada e, dada a pequena base de acumulação local, as possibilidades de concentração e centralização de capital eram muito limitadas. Não foi outra a razão de todos os grandes investimentos em infraestrutura e mesmo industriais terem sido realizados, ou fortemente apoiados, pelo Estado. Apesar desses investimentos, não se pode afirmar que tenha se formado um ‘complexo econômico regional’ como em São Paulo, por exemplo. Por outro lado, à medida que Vitória vinha se consolidando como porto exportador – quer pela construção da ferrovia ligando-a ao Sul, quer pelo crescimento da produção cafeeira nos antigos núcleos coloniais – o capital comercial sediado no então Distrito Federal, até então responsável pela comercialização de grande parte do café capixaba, não aceitaria perder o controle dos negócios daquela mercadoria. Com isso, surge em Vitória uma estrutura de comercialização composta por diversas casas comissárias de pequeno porte, de capitais locais, e as poucas de grande porte eram filiais de outras, sediadas no Rio de Janeiro. Por essas razões pode-se explicar porque no Espírito Santo, não se manifestou claramente a passagem da dominância do capital mercantil ao capital industrial quando, nos anos 1930 dá-se, para a economia brasileira, a alteração do padrão de acumulação. Ou seja, o capital mercantil não chegou a se ‘transformar’ em capital industrial (FERREIRA, 1987: 254-5).

No caso capixaba, esse estado não chegou a romper com os comissários da praça fluminense – o que ocorreu na zona da Mata em fins do século XIX –, o que dificultou sobremaneira a consolidação de um sistema financeiro endógeno. Ou seja, a crise de 1929 e a década de 1930 ampliaram ainda mais a influência de comerciantes da capital federal na economia local. Dessa forma, a não retenção de capitais na praça de Vitória impediu a economia local de se dinamizar e de se integrar positivamente no novo cenário econômico nacional.

Pretendemos aqui esboçar algumas comparações, guardadas as diferentes identidades regionais, entre alguns núcleos agro-exportadores e a zona da Mata mineira. Pudemos inferir, em breve análise, que os caminhos foram diferentes daqueles trilhados pelo caso mineiro, mostrando a diversidade dos impactos nacionais da crise do final dos anos 1920 e dos rumos seguidos na década de 1930 por esses núcleos.

7. Considerações finais

2. No caso capixaba optamos por não usar a categoria município. Vitória, a capital do estado, sediava em parte seu núcleo comercial, uma vez que as exportações da região sul – lideradas pelo município de Cachoeiro de Itapemirim – carece ainda de estudos mais apurados. Apesar da crescente influência de Vitória – sobretudo a partir da década de 1940 com a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) –, preferimos utilizar a categoria “estado” para a análise da economia capixaba durante os anos 1930.

Entendemos que a crise por que passou o setor industrial da zona da Mata mineira durante os anos 1930 se deu por motivos distintos, porém interligados: em primeiro lugar, o fim das “matas virgens” verificado em meados da década de 1920 contribuiu para a perda de qualidade da produção cafeeira. Como o setor urbano-industrial do complexo, devido às suas condições periféricas, era extremamente dependente do segmento agrário, a crise iniciada neste se reflete imediatamente sobre o comércio de Juiz de Fora. Conforme apontamos acima, a partir de 1925 amplia-se o número de falências de casas comerciais e têm início as falências no setor industrial. O elemento significativo da análise aqui é a constatação de que a crise do complexo não se inicia com o “crack” de 1929, e, sim, com um aspecto de ordem endógena: a impossibilidade de reprodução ampliada no segmento agrário.

Em segundo lugar, a eclosão da crise de 1929 e a revolução de 1930 no Brasil trazem consigo uma nova concepção de política econômica, de intervenção do Estado na economia e de ação das entidades de representação burguesa. Em Minas esse cenário se reflete do seguinte modo: crescimento do projeto de centralização (Belo Horizonte) e especialização industrial (ramos siderúrgico e metalúrgico); controle do governo do Estado através da indicação do interventor getulista, Benedicto Valladares; apoio da ACM e da FIEMG ao projeto e ao interventor federal, aliado ao aumento da organização das elites belo-horizontinas por maior participação nas esferas de decisões do governo estadual. Se mesmo durante a Primeira República, quando a zona da Mata era a região mais desenvolvida de Minas, os políticos da região jamais conseguiram a hegemonia política estadual, num cenário amplamente crítico como o da década de 1930, suas elites política e econômica encontraram ainda mais resistência e dificuldades de ocupação nos canais de decisões nas esferas do governo estadual.

Em terceiro lugar, um amálgama dos dois pontos anteriores: em crise econômica e política, Juiz de Fora vê ampliado o número de falências de pequenas, médias e grandes firmas industriais durante a década de 1930. Mesmo as grandes unidades fabris que sobreviveram tiveram sua capacidade de produção e lucros diminuídos. A principal instituição financeira da zona da Mata, o CREDIREAL S.A., encampado pelo governo do estado em 1921, passa a investir, sobretudo, na região centro-metalúrgica a partir dos anos 1930, o que veio a dificultar as possibilidades de recuperação do segmento urbano-industrial da cidade. Também não houve, apesar dos insistentes pedidos por parte da Associação Comercial de Juiz de Fora (ACJF), nenhuma ação do governo mineiro para o abrandamento da crise. Ao final da década de 1930, mesmo ocupando papel relativamente importante no cenário econômico mineiro, a zona da Mata não conseguia mais manter sua estrutura de produção, emprego e crescimento; estava delineado o declínio. Mesmo com certo nível de recuperação durante a década de 1940, a partir dos anos 1950 a crise econômica da região se aprofundou, definindo um panorama que se faz presente até o momento, de acordo com Figueiredo & Diniz (2000: 49-50) e Lemos et al (2003: 682), das seis microrregiões da zona da Mata quatro estão estagnadas: Juiz de Fora, Muriaé, Carangola e Cataguazes; uma está em depressão: Leopoldina. Apenas uma apresenta crescimento econômico: Ubá, devido à formação e desenvolvimento do “cluster” moveleiro. (Bovolento, 2005: 1-78).

Podemos, assim, apontar que em nossa análise encontramos três momentos da dinâmica da economia local: 1) 1920/25: período em que foi mantido o crescimento iniciado na segunda década do século XX; 2) 1925/1935: período em que se iniciam as manifestações da crise no complexo cafeeiro da Mata; 3) 1935/1940: período de agudização da crise econômica nos segmentos agrário

(declínio da produção cafeeira e aumento de pastos para a pecuária) e urbano-industrial (aumento do número de falências de unidades fabris importantes).

A crise passa a ser também política, com a perda de influência de vários políticos da zona da Mata, entre eles, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Arthur Bernardes. Senão, vejamos os comentários de dois estudiosos do período acerca da participação de Juiz de Fora na Revolução de 30 e, posteriormente, na relação da cidade com o interventor Benedicto Valladares:

O que ocorreu em Juiz de Fora é indescritível. Liberadas as comunicações e confirmadas as notícias do término da contenda, em consequência da deposição do Presidente Washington Luís, uma multidão, eletrizada, se concentrou no centro, diante do prédio da Câmara Municipal, aos gritos de “viva o Brasil”, “salve a Revolução!”, “viva a Aliança Liberal!”, “Antonio Carlos! Antonio Carlos! Antonio Carlos!”. Os lenços vermelhos, até então recolhidos, pareciam pequeninas bandeiras tremulando ao ar. Enquanto isso, sumiam do riscado, desapontados e temerosos, aqueles que, até poucas horas antes, se consideravam donos do poder, fiscalizando, perseguindo, prendendo tanta gente incauta e inocente (BASTOS, 1989: 62-3).

A euforia de 1930 foi substituída, cinco anos depois, por apelos e reclamações contra o interventor:

(...) desviou para Belo Horizonte o desenvolvimento industrial, criando ali o Município de Contagem, para o qual encaminhou indústrias de grande porte. Numa Minas Gerais marginalizada pelo Governo Federal, Juiz de Fora estava também marginalizada, a ponto de ter tido como prefeito, nomeado pelo Governador, um sobrinho deste, com acintosos desprezo pelos políticos locais! Isto diz tudo! (OLIVEIRA, 1998: 51). (grifos nossos)

Com efeito, a trajetória do Brasil tem sido marcada pela dialética entre a primazia do conjunto e a afirmação de suas partes. Isso significa que requerem igual atenção os dois processos, o de integração e o de particularização. Nesta dialética têm lugar as identidades (nacional e regionais). Assim, em nosso estudo, procuramos ressaltar o nexo entre variações econômicas e políticas no processo de modernização, incorporando o problema das identidades regionais como recurso político. No entanto, tais identidades são elementos que devem ser encarados em si mesmos, para compreender o conjunto e sua dinâmica.

FONTES & BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (AH-UFJF). *Processos de falência de firmas industriais, comerciais e agrícolas de Juiz de Fora – (1920/1940)*. 220 processos. Fundo C.

_____. *Boletim DEE – (1943/1949)*, coleção n° 1/43. Fundo Maria Carlota de Souza Paula.

SETOR DE MEMÓRIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES (SM-BMMM). *Relatório do Exmo. Prefeito Municipal de Juiz de Fora Pedro Marques de Almeida – (1931)*. Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso, 1931, 250 p.

2. Obras completas:

BARROS, N. A. *Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*, Vitória, Dissertação de Mestrado em História, UFES, 2007, 218 p.

BASTOS, W. L. *Ao troar dos canhões: memórias/2*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1989, 253 p.

BOVOLENTO, E. A. *Origem e investimento de capital na indústria moveleira da zona da Mata mineira: 1940/1980*, Juiz de Fora, Monografia de Pós-Graduação *latu sensu* em História, UFJF, 2004.

BUENO, N. P. *A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na nova economia institucional*. Viçosa: DE/UFV, 2004, 13 p. (mimeo).

CROCE, M. A. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006, 306 p.

DELGADO, I. G. *A estratégia de um revés*. Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, 164 p.

DESTRO, J. A. *A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora – 1896-1930*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006, 220 p.

DULCI, O. S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999, 301 p.

GIROLETTI, D. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, 135 p.

KINDLEBERGER, C. P. *The world in depression – 1929-1939*. London: Penguin Books, 1987, 355 p.

PAULA, R. Z. *Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais*, Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2001, 165 p.

PAULA, M. C. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930-1970*, Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1976, 193 p.

PEREIRA, M. L. & FARIA, M. A. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 597 p.

PIRES, A. *Café, bancos e finanças: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata – 1889-1930*, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 2004, 412 p.

_____. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870-1930*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1993, 247 p.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986, 403 p.

SEMEGHINI, U. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: UNICAMP, 1991, 197 p.

VALLADARES, B. *Tempos idos e vividos*. Memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 282 p.

VIEIRA, E. P. *Minas Gerais: a dominação burguesa – conflitos políticos e formas de organização - 1927-1940*, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1984, 265 p.

VISCARDI, C. R. & LOBO, V. *Juiz de Fora 150 anos: a República revisitada*. Juiz de Fora: DEHIS/UFJF, 2000, 4 p. (mimeo).

3. Capítulos de obras:

FERREIRA, S. P. “Considerações finais e conclusões”, in: *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1840-1960*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Economia, UFRJ, 1987, 261 p.

HIRSCHMANN, A. “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”, in: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (Orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 323 p.

SINGER, P. “Blumenau”, in: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977, 376 p.

TRUZZI, O. “Origens e evolução da atividade industrial em São Carlos”, in: *Café e indústria: São Carlos - 1850-1950*. 2. ed. EDUFSCar, 2000, 180 p.

4. Artigos:

FIGUEIREDO, A. T. L. & DINIZ, C. C. Distribuição regional da indústria mineira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 10, n° 2, p. 39-69, 2000.

LEMOS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P.; MORO, S. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n° 4, p. 665-700, 2003.

OLIVEIRA, A. Os períodos históricos de Juiz de Fora. *Testemunho*, Juiz de Fora, n° 4, p. 41-53, 1998.

PELÁEZ, C. M. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 15-47, 1968.

PIRES, A. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 3, n° 2, p. 139-194, 2007.

SANTOS, J. R. As transformações da riqueza dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951, p. 1-10, disponível no sítio <http://www.abphe.org/textos>